



Documento 1/91

023.2.53.O Sessão Ordinária - CD 03/03/2008-14:30

Publ.: DCD - 04/03/2008 - 6264 FÁTIMA BEZERRA-PT -RN

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Iniciativa da bancada feminina na Casa de realização de Comissão Geral para debate sobre os temas As Mulheres no Espaço de Poder e A Lei Maria da Penha no Combate à Violência. Eventos programados por ocasião das comemorações do Dia Internacional da Mulher no Estado do Rio Grande do Norte.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, associo-me às palavras das minhas companheiras, Deputada Janete Capiberibe e Deputada Angela Portela, sobre o Dia Internacional da Mulher.

A bancada feminina desta Casa programou uma série de atividades que terão início com uma exposição de fotografias de Parlamentares que exerceram e exercem papel de destaque na política brasileira. Tal exposição acontecerá no corredor que dá acesso a este plenário.

Amanhã teremos um momento muito especial na programação que a bancada feminina desenvolve nesta Casa. O Plenário se transformará em Comissão Geral. A partir das 9h, vamos promover um bom debate acerca de duas temáticas muito



claras e muito importantes para a vida das mulheres. A primeira delas refere-se aos espaços de poder, e a outra é a Lei Maria da Penha e o combate à violência.

Vamos, na oportunidade, ter a participação não só das Parlamentares, mas também da sociedade civil, dos movimentos sociais, dos movimentos populares e dos estudiosos. A Academia aqui vai se fazer presente também. Haverá também a participação do Poder Executivo e Judiciário.

Amanhã teremos tempo para fazer uma reflexão mais aprofundada sobre os desafios apresentados para nós no que diz respeito à Lei Maria da Penha, um marco, sem dúvida nenhuma, na luta pelo combate à violência, que aflige ainda milhares de mulheres por esse Brasil afora.

Discutir a Lei Maria da Penha significa discutir, principalmente, a necessidade de dar a ela maior divulgação e aplicabilidade. Ou seja, é necessário estrutura para aplicar a Lei Maria da Penha.

Isso significa que temos que melhorar as delegacias especializadas de atenção à mulher, ampliando o número de delegacias, centros de referência, casas-abrigo e centros de orientação.

A outra temática diz respeito à mulher na política. Temática muito importante, especialmente este ano em que serão realizadas eleições municipais, e a participação das mulheres na política ainda é muito tímida e desproporcional. Somos 52% da população brasileira; no entanto, não passamos de 10% nesta Casa. Em 2004, por exemplo, nas eleições municipais, em 75% dos municípios deste País não houve uma só mulher candidata.

Temos que nos perguntar, Deputada Angela, por que as mulheres não se candidatam. Sabemos as razões que levam a isso. Daí a importância de, amanhã, o Plenário de nossa Casa transformar-se em Comissão Geral para fazermos um bom debate.

Quero ainda, Sr. Presidente, destacar a programação alusiva ao Dia Internacional da Mulher, a ser realizado no meu Estado, o Rio Grande do Norte. No dia 7 de março, a Prefeitura de Natal fará a entrega da Medalha de Honra ao Mérito Nísia Floresta. Essa medalha vai homenagear mulheres do Rio Grande do Norte pela



sua obra, pela sua atividade, no que têm contribuído para o desenvolvimento da mulher na cidade de Natal e nas demais cidades do Rio Grande do Norte.

Entre as homenageadas este ano com a Medalha Nísia Floresta, pela Prefeitura de Natal, está a companheira Virgínia Ferreira, Secretária de Planejamento de Natal; a militante, lutadora e feminista Analba Brazão e D. Bernadete, que é uma liderança comunitária da cidade da Esperança.

No dia 8 acontecerão os movimentos sociais, coordenados pela CUT. Nesse mesmo dia a CUT, junto com outros movimentos sociais que atuam na luta em defesa dos direitos das mulheres, realizará diversas oficinas tratando exatamente da Lei Maria da Penha.

O Governo do Estado, que inclusive tem à frente dos destinos do Rio Grande do Norte uma mulher, professora, a Governadora Wilma de Faria, também já tem uma programação. Dia 7, realizará uma caminhada na Praia do Forte em direção à Praia dos Artistas; depois, às 9h, na Fundação José Augusto, teremos o lançamento do Programa A Mulher na Literatura de Cordel e, às 13h, um almoço promovido pela Governadora do Estado e pela Coordenadoria de Defesa da Mulher no Rio Grande do Norte.

Nesse almoço, vamos realizar ato comemorativo com a temática As Mulheres na Luta pela Dignidade e pela Paz. No dia 8, teremos ainda o lançamento, na imprensa, de O Rio Grande do Norte no Olhar da Mulher. Teremos também um evento no qual estarão reunidas as Prefeitas, quando a Governadora assinará um pacto de políticas públicas voltadas para a promoção e defesa dos direitos das mulheres.

Muito obrigada.



Documento 2/91

023.2.53.O Sessão Ordinária - CD 03/03/2008-15:12

Publ.: DCD - 04/03/2008 - 6280 MAGELA-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. MAGELA (PT-DF. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assomo à tribuna nesta tarde para fazer um pronunciamento em homenagem às mulheres e em reconhecimento ao trabalho que desenvolvem.

O dia 8 de março — o Dia Internacional da Mulher — certamente servirá para uma reflexão acerca do papel da mulher na sociedade contemporânea, especialmente na sociedade brasileira.

Na verdade, a mulher desenvolve papel de efeito multiplicador na sociedade. Ela é mulher, é mãe, é trabalhadora, atua politicamente e luta para ter reconhecido esse desempenho. Hoje, existem conquistas a ser comemoradas no que se refere à busca das condições de igualdade entre homem e mulher, mas temos consciência que ainda há muito caminho a percorrer. E em relação a essa bandeira de luta somos solidários, estamos juntos das nossas companheiras.

A mulher brasileira é acima de tudo uma vencedora. Em termos comparativos, nos dias de hoje, a escolaridade da mulher no Brasil não é substancialmente distinta da do homem. Com efeito, nos últimos 40 anos, as mulheres não só alcançaram,



mas até mesmo suplantaram as taxas de alfabetização dos homens nos grupos mais jovens.

A mudança no quadro da escolaridade contribuiu para rápidas transformações na conjuntura do mercado de trabalho nos últimos 30 anos. Atualmente, a taxa de atividade feminina é de aproximadamente 40%. Entre os anos de 1976 e 2002, houve acréscimo de 25 milhões de trabalhadoras no mercado de trabalho, enquanto os homens mantiveram-se estáveis, entre 73% e 76% no mesmo período.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, em 1976, 28 em cada 100 mulheres trabalhavam, ou seja, adentramos o novo milênio com metade das mulheres trabalhando ou procurando trabalho. Estudiosos que analisaram esses números chegaram à conclusão de que a entrada da mulher no mercado de trabalho não depende tão-somente da demanda do mercado e das qualificações profissionais da mulher, mas da forma como ela se relaciona com outros fatores da convivência, como filhos, aceitação própria e posição no grupo familiar, na condição de cônjuge, de chefe de família etc.

Outra pesquisa feita pela Organização Internacional do Trabalho — OIT destaca que as mulheres respondem hoje por dois terços das horas trabalhadas, mas infelizmente recebem apenas 10% dos salários e possuem 1% dos bens. As mulheres ganham em média 60% da remuneração paga aos homens e têm de enfrentar dupla jornada de trabalho, o que inclui as horas gastas nas tarefas domésticas.

Infelizmente, ainda existe importante fator de desigualdade nas questões trabalhistas, como a diferença salarial, o que leva as mulheres a serem maioria nos grupos de até um salário mínimo e minoria quando aumenta o rendimento. Mas é importante ressaltar que, mesmo diante dessas discriminações, a mulher vem se equilibrando nas complexas articulações sociais e se reunindo em grupos como forma de fortalecimento.

A verdade é que elas sempre estiveram presentes na luta para se descobrirem. Assim foi na época dos quilombos, na luta pela independência, na luta abolicionista, na luta pela República, na luta pelo voto feminino — luta que durou 4



décadas — e na luta contra a ditadura militar, assim como estiveram na linha de frente das grandes mobilizações como as Diretas Já, movimento que redemocratizou o Brasil, além de terem tido destacada participação nos debates da Constituinte e no impeachment do Presidente Fernando Collor de Mello.

Várias foram as conquistas constitucionais e institucionais fruto da participação da mulher nos movimentos organizados. De modo geral, as mulheres, em especial as brasileiras, são companheiras merecedoras de muito respeito e muita admiração, porque, guerreiras, jamais fogem à luta.

Um dos grandes marcos do século XX, marco que se amplia neste século, é o papel da mulher na ocupação de espaços e na conquista de direitos inimagináveis às suas antepassadas. Resta-nos agora, acima de tudo, fazer valer cada vez mais esses direitos, fazer com que se conquiste na prática a cidadania consignada na Carta Constitucional.

Há 144 anos as mulheres conquistaram acesso à educação formal; há 76 anos conquistaram o direito ao voto; há 19 anos a igualdade entre sexos na Constituição brasileira. Há tempos conquistaram o mundo, e os homens, boquiabertos e perplexos, na sua maioria, ainda não entenderam que essa conquista é definitiva, não tem volta.

Neste milênio, a mulher reforça a luta pela igualdade na vida, pelo direito ao trabalho em condições de igualdade com o homem, pelo reconhecimento da maternidade como função social, pelo efetivo direito à assistência integral à saúde, pelo eficaz combate à mortalidade materna, pelo fim da violência, pela necessidade da discussão do aborto como problema de saúde pública, entre outras bandeiras.

Atualmente, as mulheres reforçam nossa consciência acerca da necessidade da mobilização e de organização para repudiar a crescente deterioração das condições de vida do povo. Elas estão firmes na luta pela conquista de um mundo onde reine a igualdade social não só entre mulheres e homens, mas entre os povos.

Graças às corajosas feministas que queimaram sutiãs em praças públicas e bradaram pela liberdade sexual e por oportunidades iguais, a mulher conquistou



seu espaço na sociedade, tornando-se destaque pela sua força, competência, sensibilidade e brilho.

Elas estão aí, conquistando respeito e admiração. Por isso e muito mais é que merecem a homenagem pelo transcurso do dia a elas consagrado, a ser comemorado no próximo sábado.

Parabéns a todas as mulheres, nossas companheiras, que buscam fazer deste País um lugar mais justo de se viver.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Celso Maldaner) - Cumprimento o Deputado Magela pelo belíssimo pronunciamento.



Documento 3/91

023.2.53.O Sessão Ordinária - CD 03/03/2008-14:54

Publ.: DCD - 04/03/2008 - 6269 PEDRO WILSON-PT -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Defesa de ampliação da participação feminina na política.

O SR. PEDRO WILSON (PT-GO. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Deputada Ângela Portela, Sras. e Srs. Deputados presentes — Celso Maldaner, Vicentinho, que tem realizado trabalho hercúleo nesta Casa, e Luiz Couto, que realizou extraordinária gestão à frente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias — , temos de passar do discurso à prática no que tange à participação das mulheres na vida política nacional. No PT, essa participação é de 30%, percentual que posteriormente se tornou lei no que toca as candidaturas eleitorais. Queremos mais, porém. As mulheres são 51% da população brasileira. Portanto, o ideal seria que participassem dos quadros políticos nessa mesma proporção.

É hora de as mulheres assumirem cargos nas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e até ocuparem a própria Presidência da República. A propósito, quero saudar o PCdoB pela escolha da ilustre Deputada Jô Moraes para Líder da bancada do partido nesta Casa.



Nas próximas eleições para as Mesas Diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal deveríamos ter uma mulher na Presidência. Todos os partidos, a começar pelo PT, devem escolher mulheres para as respectivas Lideranças. Temos ilustres mulheres neste Parlamento, a exemplo de Rita Camata, do PMDB, de Angela Portela, do PT, e de Luiza Erundina, do PSB, com forte presença nos trabalhos legislativos. Repito: precisamos passar do discurso à prática a fim de propiciar uma verdadeira participação da mulher na política. E o PT, ao longo da sua história, tem feito isso.

Neste momento, lembro a Paraíba, Estado do ilustre Presidente da Comissão de Direitos Humanos, o Deputado Luiz Couto, onde em 1983 Margarida Alves, Presidenta de Sindicato dos Trabalhadores Rurais, foi assassinada. Hoje, Margarida Alves é símbolo da luta das mulheres.

Lembro ainda as Presidentas do Chile, Michelle Bachelet, e da Argentina, Cristina Kirchner.

A participação da mulher na política não pode ficar no discurso. Tem de ser prática. Oxalá, Deputado Celso Maldaner, o PT e o PMDB, partidos que têm as maiores bancadas nesta Casa, na próxima eleição das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, não só indiquem, mas elejam mulheres para a Presidência de ambas as Casa.

Temos aqui excelentes Parlamentares. Citei a Deputada Rita Camata, que tem belíssima história de luta no PMDB, mas temos exemplos semelhantes em outros partidos. E será com a eleição de mulheres para cargos de direção que mudaremos a política.

Mais uma vez saúdo o Partido dos Trabalhadores pela sua luta em prol da democratização da sociedade brasileira. As mulheres participam das comunidades de base da Igreja Católica, de movimentos sociais, de movimentos populares, de movimentos profissionais, todas dignificando o Brasil e contribuindo para seu desenvolvimento.

Saberemos verdadeiramente quais partidos políticos passaram à prática ao verificar a lista de candidatas a Prefeita e a Vereador no próximo dia 5 de outubro. O PT já tem pelo menos 3 nomes de peso: Marta Suplicy, Dilma Rousseff e



Marina Silva. São mulheres que, numa futura eleição, poderão receber o apoio do nosso partido ou de ampla coligação. Homens e mulheres devem marchar juntos. É por isso que hoje venho a esta tribuna homenagear as mulheres do mundo, sobretudo as mulheres goianas, que se forjaram na luta pela construção de uma sociedade mais justa e mais fraterna.

Parabenizo ainda V.Exa., Sra. Presidenta, por sua presença nesta Casa, representando um Estado que é a fronteira avançada do Brasil na América do Sul. Antes de passar à leitura do discurso em que saúdo a participação da mulher na vida política e econômica do País, quero registrar que o Presidente Lula promoveu uma grande revolução nesse particular. Antigamente, só se colocavam mulheres para comandar secretarias ligadas às mulheres. No Governo Lula, diferentemente, temos mulheres em posição de destaque nos mais variados setores ministeriais, o que demonstra o reconhecimento do Presidente Lula à importância da participação da mulher.

O Dia da Mulher não é só 8 de março, mas todo dia. Oxalá esta Casa, que no ano passado negou à Deputada Maria do Carmo Lara um lugar na sua Mesa Diretora, tenha a ousadia e a coragem de colocar uma mulher na sua Presidência.

Espero que os partidos políticos possam se unir para construir um País mais democrático e com maior participação feminina.

Passo agora, Sra. Presidente, à leitura do discurso que havia preparado para este dia. E começo citando versos de Cora Coralina:

"Mulher da Vida, minha irmã.

Estrutura sólida e indestrutível

da sociedade,

de todos os povos,

de todos os tempos".

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muita alegria que, nesta semana da mulher, dirijo algumas palavras de cumprimento e de gratidão às as mulheres goianienses, goianas e brasileiras pela vida que nos dão, pelo encanto que trazem ao mundo, por tudo que representam. São elas símbolo da vida, da beleza, da sensibilidade, da coragem e da luta incansável por um mundo igualitário.



O dia 8 de março merece ser lembrado e reverenciado pelo sentido histórico de luta por direitos iguais que corajosas mulheres têm desenvolvido nas cidades e nos campos.

Nesta semana da mulher, a Câmara dos Deputados se transformará em Comissão Geral para debater questões relacionadas à mulher, tendo como tema central A mulher nos Espaços de Poder e A Lei Maria da Penha no Combate à Violência.

Na Comissão Geral, poderemos ter um debate mais aprofundado, porque, além da participação de Parlamentares, contaremos com representantes da sociedade civil, dos movimentos sociais, das entidades que atuam em defesa da mulher e do Poder Judiciário. Precisamos estimular a participação das mulheres na política, porque ainda é pouco o número de mulheres nos cargos de poder. Na última eleição, 75% dos mais de 5 mil municípios do País não tiveram sequer uma candidata. Esse dado deve levar-nos a uma reflexão, pois as mulheres são 52% da população. Por que, então, elas não se candidatam?

A Lei Maria da Penha é um marco no combate à violência que aflige milhares de mulheres. E, nesse particular, precisamos debater 2 aspectos: a necessidade de a lei ser amplamente divulgada e a de implementar a estrutura necessária para sua aplicabilidade. Atualmente, a Lei Maria da Penha é aplicada apenas em 17 Estados do País.

O nome da lei é uma homenagem a Maria da Penha Maia, que foi agredida pelo marido durante seis anos. Em 1983, por 2 vezes, ele tentou assassiná-la: na primeira, com arma de fogo, deixou-a paraplégica; na segunda, por eletrocução e afogamento. O marido de Maria da Penha só foi punido em julgamento realizado 19 anos depois e ficou apenas 2 anos preso em regime fechado.

O dia 8 de março é motivo constante de nossas inspirações. sobretudo porque alimentamos o sonho de viver em uma sociedade em que a mulher saia da vala da opressão em que se encontra e ocupe com dignidade o seu lugar na história. Por esse motivo, buscamos na linguagem poética uma forma de homenageá-la.

Viva o 8 de março. Parabéns a todas as mulheres. Nelas residem as nossas esperanças...



"Já são tantas. Milhares. Milhões. Uma verdadeira rama, florescendo por todo o planeta. Azul. Verde. Vermelho. Rosa. Lilás — de todas as cores. São marias, joanas, terezas, coras, rosas, dorothis, margaridas, dollys, lelias, marisas, suelis, olgas, elbas, rigobertas, de mil nomes e rostos. Não são só florzinhas. São mulheres se agrupando, organizando, construindo o hoje e o amanhã. Misturando suas cores, gritando seus encantos, exibindo suas verdades.

São domésticas, bailarinas, médicas, estudantes, bancárias, professoras, religiosas, escritoras, garis, brancas, negras, índias, meninas... incansáveis sonhadoras por um mundo melhor: de paz, justiça social, igualdade — sempre! São mulheres destemidas, sem vergonha de lutar, acreditar, denunciar, exigir, reivindicar, sonhar... São mulheres que buscam seu espaço — público e privado! Garantem conquistas importantes, mas seguem em frente! Gritam que ainda falta trabalho, salário digno, respeito...direitos humanos...Que ainda são vítimas da violência física, da falta de assistência, da porrada, do assédio, do estupro, do aborto, da prostituição, do tráfico...

São Marias sem vergonha de se indignar diante do preconceito, da escravidão, da injustiça, da discriminação de seus cabelos pixaim e à sua pele negra... São Maria sem vergonha de brigar por creches, educação, saúde, moradia, terra, comida, meio ambiente, pelo direito de ter filhos... São Marias sem vergonha de ficar bonita, pintar a boca e da sua boca soltar um beijo que não vem da boca, mas de seu ser interno, Indivisível, solidário. São Maria sem vergonha de dizer não, de buscar alegria, prazer... Sem vergonha de se cuidar e de se apaixonar. Atrevidas. São Maria sem vergonha de decidir, fazer política, escolher e ser escolhida. São essas Marias que a cada tempo mudam a história. Conquistam direitos. Dão a vida: Geram outras vidas. Insistentemente, desavergonhadamente vão tecendo de cor e beleza, o desbotado das relações humanas. São Marias sem medo de fazer uma nova história. São Marias sem vergonha de gerar o Deus da libertação e do amanhã sempre.

São Marias que depõem dos tronos os poderosos e privilegiados. São Marias cheias de mil graças. São Marias, Marias de mil nomes. São mulheres mil, milhões, maravilhosas e extraordinárias, viventes e companheiras deste planeta



azul na luta por cidadania, direitos humanos, democracia, igualdade e sempre ousadia, liberdade e felicidade geral. São todas as mulheres do mundo intransigentes com a injustiça, construtoras de um mundo de paz, fraternidade, felicidade, e direitos humanos, para todos das cidades e dos campos.

Mulher advento de um novo milênio cheio de esperança, com vida digna de ser vivida, sempre. Mulher sem medo, sem disfarce, sem vergonha de ser feliz vão parindo com dores e delícias um mundo novo prá mulheres e homens. Axé para todas vocês! Vamos construir e lutar juntos por um mundo novo prá todos os humanos, plantas e animais."

Era o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTA (Angela Portela) - Parabenizo o Deputado Pedro Wilson pelo discurso inovador em que valoriza o Dia Internacional da Mulher.



Documento 4/91

025.2.53.O Sessão Ordinária - CD 04/03/2008-15:04

Publ.: DCD - 05/03/2008 - 6554 GEORGE HILTON-PP -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Subvalorização do trabalho das mulheres. Continuidade da violência contra a mulher. Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. GEORGE HILTON (PP-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, taquígrafos e demais funcionários presentes, compareço a esta tribuna para fazer um apelo no sentido de que todos nós - homens e mulheres - nos unamos em prol de uma causa que é de toda a humanidade. Afinal, a participação das mulheres é não só um objetivo em si próprio, mas também condição indispensável para melhorar a vida de todos os habitantes do planeta.

Ninguém pode contestar as provas disso, ninguém pode negar os resultados da Cúpula Mundial de 2005, na qual dirigentes mundiais reafirmaram que a igualdade de gênero e o respeito aos direitos humanos são imprescindíveis para o desenvolvimento, a paz e a segurança. No entanto, ainda estamos muito longe de traduzir essa concepção numa prática universal.

Em quase todos os países, as mulheres estão sub-representadas em cargos que implicam tomada de decisões. O trabalho das mulheres continua a ser



subvalorizado, insuficientemente remunerado ou mesmo a não ser sequer remunerado. As meninas constituem a maioria dos mais de 100 milhões de crianças que não freqüentam a escola. Conseqüentemente, as mulheres representam a maioria dos 800 milhões de adultos analfabetos.

O pior de tudo é que a violência contra as mulheres perdura, sem que haja uma redução, em todos os continentes, todos os países e todas as culturas, com efeitos devastadores na vida delas, de suas famílias e da sociedade no seu conjunto. A maioria das sociedades proíbe essa violência, mas a realidade é que ela é freqüentemente encoberta ou tacitamente tolerada.

Por isso o Dia Internacional da Mulher é tão importante. E, mais do que em outras datas, devemos dizer claramente que é nossa responsabilidade trabalhar para conseguir duradoura mudança de valores e de atitudes.

O transcurso desse dia é um apelo para trabalharmos em parceria com governos, organizações internacionais, sociedade civil e setor privado. Exorta-nos a atuar no sentido de transformar as relações entre mulheres e homens, em todos os níveis da sociedade.

Atualmente, a política de combate à violência doméstica contra a mulher produz, nas vítimas, generalizada sensação de injustiça e, nos agressores, certeza de impunidade. Mostram os dados que 70% dos casos apreciados pelos Juizados Especiais Criminais são referentes à violência doméstica. No entanto, pesquisa realizada no Rio de Janeiro de 1991 a 1995 acusou que somente em 6% dos casos de lesões corporais contra mulheres encaminhados à Justiça houve a condenação dos agressores.

Nobres pares, é notório que, além de ser uma forma de violação dos direitos humanos, a violência contra a mulher é um grave problema de saúde pública. Essa violência doméstica ultrapassa a esfera privada e adquire dimensões públicas cada vez maiores.

Ora, não podemos nos esquecer que, mediante compromissos internacionais firmados pelo Brasil em convenções internacionais, assumimos a responsabilidade pela luta contra tal modalidade de violência.



Em 2001, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA publicou relatório no qual estabeleceu recomendações ao Brasil pelo descumprimento da Convenção de Belém do Pará e da Convenção Americana de Direitos Humanos. Recomendou-se o prosseguimento e a intensificação de processo de reforma que evite a tolerância estatal e o tratamento discriminatório no que diz respeito à violência doméstica contra a mulher brasileira.

Devemos nos conscientizar de que as desigualdades de gênero entre homens e mulheres advêm de construção sociocultural que não encontra respaldo nas diferenças biológicas entre ambos. São desigualdades socialmente construídas. A lógica da hierarquia de poder em nossa sociedade não privilegia as mulheres, segmento historicamente discriminado. Não podemos deixar que isso se torne um processo natural, apto a fomentar mais atos de discriminação e violência.

A naturalização da violência e a sua incorporação ao cotidiano de milhões de brasileiras gera complacência e permite a perpetuação da impunidade. A mulher não pode ser culpada pela violência sofrida apenas pelo fato de ser mulher.

Por tal razão, devemos nos preocupar com a correção dessas desigualdades e com a promoção de inclusão social por meio de políticas públicas específicas que compensem as desvantagens sociais oriundas da situação de discriminação e exclusão a que muitas brasileiras são expostas. A fim de prestigiar o princípio da igualdade, devemos erradicar de nosso meio as relações sociais marcadas pela desigualdade e pela hierarquia.

Nobres Deputados, envidemos nossos esforços em prol da intensificação da defesa dos direitos humanos das mulheres, de modo a erradicar as desigualdades que hoje permeiam as relações de gênero. Que trabalhemos com mais empenho no sentido de garantir proteção e dignidade às vítimas de violência doméstica. Que permitamos, com nossas ações, com os instrumentos que o povo e, em especial, as mulheres brasileiras colocaram em nossas mãos, o estabelecimento da igualdade real entre homens e mulheres.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 5/91

025.2.53.O Sessão Ordinária - CD 04/03/2008-14:10

Publ.: DCD - 05/03/2008 - 6523 JOSÉ CARLOS VIEIRA-DEM -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Presença, na Casa, do Presidente do Sindicato dos Comerciários do Município de Joinville, Estado de Santa Catarina, Waldemar Schulz Júnior, o Mazinho. Escalada da violência no trânsito do País, com destaque para o alto índice de acidentes automobilísticos em Santa Catarina. Êxito de campanha do Grupo RBS pela redução de acidentes de trânsito.

O SR. JOSÉ CARLOS VIEIRA (DEM-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicialmente parabeno todas as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março. De acordo com o grande cientista político moderno Domenico di Masi, a humanidade perdeu muito por não ter aproveitado antes a inteligência da mulher.

Na oportunidade, registro a presença nesta Casa de Waldemar Schulz - Mazinho - , Presidente do Sindicato dos Comerciários de Joinville, que veio acompanhar a votação da Medida Provisória nº 1.990. Ele preside também a UGT de Santa Catarina.

Sras. e Srs. Deputados, a violência no trânsito já assumiu a dimensão de calamidade pública. Embora as estatísticas a esse respeito não sejam precisas,



trafegam hoje pelas ruas e estradas de nosso País cerca de 42 milhões de veículos. E o funcionamento muitas vezes descontrolado de tamanha frota resulta em um número aterrador de mortes por acidente, a ponto de situar o Brasil entre os 6 países com maior incidência dessa modalidade de sinistro. Aqui, tal ocorrência só perde para o homicídio, entre as maiores causas externas de mortalidade.

A cada 24 horas, cerca de 100 pessoas perdem a vida no trânsito e perto de 1 mil ficam com seqüelas permanentes. Isso resulta em uma média anual de 35 mil mortes, quase equivalente à registrada na Guerra do Iraque, de 37 mil.

Além desse custo em vidas humanas e em traumas familiares, impossível de contabilizar, a violência no trânsito gera outro, no plano econômico, para o conjunto da sociedade, da ordem de R\$ 22 bilhões.

Infelizmente, é forçoso reconhecer que, nesse terrível contexto nacional, o meu Estado, Santa Catarina, destaca-se por apresentar uma das piores situações.

De acordo com os registros da Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal, abrangendo as 7 BRs que cortam o Estado, houve crescimento da ordem de 8% na quantidade de acidentes, feridos e vítimas fatais, entre janeiro e novembro de 2006 e igual período de 2007. Ou, com maior detalhe: de 11.002 para 11.886 acidentes, de 7.195 para 7.720 feridos e de 470 para 509 mortos.

Quase que diariamente novos exemplos dessa enorme tragédia são estampados em manchetes dos jornais catarinenses.

Embora não seja das mais extensas, a malha rodoviária federal do Estado apresenta uma quantidade brutal de desastres e de vítimas fatais. No feriado do último Natal, alcançou o desonroso segundo lugar de todo o Brasil em ocorrência de acidentes (297), além do terceiro em mortes (19). Durante o Carnaval, mesmo com o reforço na fiscalização e a entrada em vigor da Medida Provisória nº 415, proibindo a venda de bebidas alcoólicas às margens de estradas, ainda foram registrados 239 acidentes e 15 mortes.

Dessas 15 mortes, chamam a atenção as 4 de membros de uma mesma família, em uma colisão no trecho de pista simples da BR-101, na altura de São João do Sul. Completam essa desoladora contabilidade: 1 vítima no trecho duplicado da



BR-101; 6 vítimas na BR-282; 3 vítimas na BR-280; e 1 vítima na BR-116, perto de Monte Castelo.

Segundo especialistas da Polícia Rodoviária Federal, esse quadro lamentável tem relação com o excesso de velocidade e a imprudência, em especial, nas ultrapassagens em lugares perigosos e proibidos. São atitudes reveladoras do completo desrespeito às leis e mesmo às regras básicas de civilidade, só passíveis de mudança por meio de intensas ações educativas e preventivas.

Nesse sentido, é de suma importância a iniciativa do Grupo RBS de promover campanha institucional sobre a violência no trânsito.

A campanha está no ar desde o dia 19 de dezembro, tendo como alvo principal o público jovem masculino. Esse alvo foi identificado em pesquisas que revelam concentrar-se entre os homens de 18 a 29 anos a maioria das vítimas dos acidentes.

Por essa razão, as peças publicitárias buscam provocar os jovens motoristas, com mensagens que repudiam quem desrespeita as leis de trânsito, anda em alta velocidade ou dirige grudado na traseira dos outros carros. Tais ações são relacionadas a imagens de movimentos de animais ou são ridicularizadas por conhecidas atrizes gaúchas.

Reforçando a mensagem visual, o slogan Correr é o fim! assina todas as peças. Já a frase Violência no Trânsito: Isso tem que ter fim! é utilizada no material editorial para rádio, TV, jornal e Internet.

Parabenizo, portanto, o Grupo RBS, grande empresa de comunicação do sul do Brasil, pela oportuna iniciativa, visando contribuir para a solução de problema que aflige todos os brasileiros e que, entre os catarinenses, já assumiu a proporção de tragédia.

Muito obrigado.



Documento 6/91

025.2.53.O Sessão Ordinária - CD 04/03/2008-14:10

Publ.: DCD - 05/03/2008 - 6520 GONZAGA PATRIOTA-PSB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Realização da 1ª Feira da Agricultura Familiar no Município de Santa Maria da Boa Vista, Estado de Pernambuco.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (Bloco/PSB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiramente saúdo as mulheres do mundo inteiro, as mulheres brasileiras, as mulheres pernambucanas e as minhas mulheres - minha esposa Roxana e minhas 8 filhas - pelo Dia Internacional da Mulher.

Sras. e Srs. Deputados, no último final de semana de fevereiro, estive no município de Santa Maria da Boa Vista, no Sertão de Pernambuco, para participar da 1ª Feira da Agricultura Familiar.

A Feira foi realizada com dignidade e eficiência, buscando resgatar a história dos 20 anos do Projeto Fulgêncio e oportunizando ações e serviços, como palestras, cursos, seminários, rodadas de negócios, Festival do Folclore e Feira de Artesanato.

O evento também tinha como objetivo estimular alternativas que viabilizem a sustentabilidade socioeconômico e cultural das famílias dos pequenos produtores,



além de oferecer vasta programação com temática artística e ambiental, valorizando os costumes e hábitos da cultura regional e local.

De modo geral, os principais objetivos foram: promover a valorização do agricultor e trabalhador rural, bem como a de suas famílias, no setor da agricultura familiar; revitalizar o cultivo da agricultura irrigada e de sequeiro pela introdução de novas técnicas de produção; motivar e atrair um fluxo turístico cada vez maior para o Município de Santa Maria da Boa Vista; integrar a população da região aos Estados vizinhos, no tocante ao processo promocional de inovação no setor de produção, comercialização e social do município; estimular a produção e a melhoria da qualidade da agricultura e da fruticultura irrigada e de sequeiro para o exigente mercado consumidor local, nacional e internacional; incentivar a divulgação e comercialização da produção da região no setor de fruticultura, turismo, artesanato, gastronomia, por meio da programação do evento; expandir o mercado de trabalho de captação e o incentivo à abertura de novos projetos voltados para produção, industrialização, comércio, turismo e serviços; realizar um evento cultural com exposição de agronegócio; mostrar a importância da agricultura e da fruticultura irrigada; divulgar o trabalho e o fortalecimento da agricultura orgânica; despertar nas comunidades o interesse pelo aproveitamento da água; proporcionar às famílias reassentadas, assentadas e de sequeiro, bem como à população em geral, lazer e diversões; comemorar os 20 anos de reassentamento; conscientizar a população da necessidade de preservação do meio ambiente; coletar e gravar dados, fotografias, vídeos e depoimentos desse período histórico.

Sr. Presidente, foi um importante evento. A concepção inicial extrapolava a simples idéia de festa com shows, entretenimentos, música, dança, bebidas etc., pois, mesmo tendo essa maquiagem, havia propósitos bem definidos de afirmação do setor da agricultura familiar e do agronegócio, somados aos de promoção, divulgação e valorização dos bens históricos, culturais, turísticos e naturais da região. Por outro lado, havia o claro objetivo de captação de novos investimentos, oferecendo novas perspectivas à economia e ao desenvolvimento agroindustrial e



turístico do município, visando à geração de emprego e renda para a população local.

O evento buscou uma crescente adesão dos poderes públicos e privados, objetivando tornar-se um grande sucesso de mídia na imprensa regional e nacional. A festa atraiu um grande número de empresários e turistas, que foram conhecer os potenciais técnicos e científicos de uma região antes adversa e que se transformou rapidamente na maior concentração de produtores da agricultura familiar num município de pequeno porte do Brasil, graças ao trabalho, à dedicação e à fé de um povo que, desafiando todas as adversidades naturais e climáticas, mudou a paisagem esturricada do semi-árido brasileiro e a vida de milhares de pessoas.

A Feira da Agricultura Familiar para comemoração dos 20 anos do Projeto Fulgêncio, no Vale do São Francisco, congregou pessoas de todos os segmentos sociais e econômicos da região nordestina, notadamente dos municípios que compõem a RIDE - Região integrada de Desenvolvimento Econômico do pólo Petrolina-PE/Juazeiro-BA. Houve participações diretas ou indiretas em todas as atividades expositivas, apresentações culturais e de estudos afins, com foco na agricultura familiar e na fruticultura irrigada, bem como na junção dos turistas de diferentes partes do Brasil e de alguns países da Europa, que vieram participar da festa e conhecer a região.

Sr. Presidente, a Feira foi um sucesso. A grade de shows artísticos e culturais ocorreu na Área da Maçaneira. Dois grandes palcos foram montados um ao lado do outro, com grandes atrações nacionais, regional e local, além de números folclóricos da cultura nordestina. Cito, entre eles, a conhecida Catraia do Cari, atração cultural do município. Os mais engraçados artistas anônimos da sociedade fazem o público delirar de alegria e emoção.

Na Feira de Artesanato e Gastronomia, os municípios da região fizeram exposição dos seus potenciais culturais (dança, história e artesanato), econômicos, gastronômicos e das ações voltadas para o bem-estar de seus habitantes.



Para finalizar, solicito a divulgação de relatório com os dados desse evento que, sem dúvida, revolucionou o sertão de Pernambuco e a bela cidade de Santa Maria da Boa Vista.

Parabenizo todos os envolvidos na organização da 1ª Feira da Agricultura Familiar no Município de Santa Maria da Boa Vista, principalmente o Prefeito Leandro Duarte.

RELATÓRIO A QUE SE REFERE O ORADOR



Documento 7/91

025.2.53.O Sessão Ordinária - CD 04/03/2008-14:56

Publ.: DCD - 05/03/2008 - 6545 DR. TALMIR-PV -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Expectativa quanto ao indeferimento, pelo Supremo Tribunal Federal, do processo sobre a liberação de pesquisas com células-tronco embrionárias.

O SR. DR. TALMIR (PV-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em nome da minha esposa, Adriana, parabenizo todas as mulheres brasileiras pelo Dia Internacional da Mulher, que ocorrerá no dia 8 de março.

A conquista das mulheres ao assumir espaços no poder é muito importante. Há Vereadoras, Prefeitas, Deputadas Estaduais, Deputadas Federais, Senadoras, Governadoras e Presidentas em alguns países.

A minha esposa, mesmo acompanhando nossos 4 filhos, já trabalhou em 3 Prefeituras. Atualmente é assistente judiciário do Fórum de Presidente Prudente. Fundou a Associação do Rosário, na qual trabalha com pessoas com deficiência, e a Ação Familiar do Brasil, e é coordenadora do Instituto de Defesa da Vida e do projeto AMABE, que acompanha as mulheres grávidas.



Em seu nome saúdo todas as mulheres. E peço, em nome do Partido Verde, que pensemos na Senadora Ingrid Betancourt, do Partido Oxiênio Verde, presa pelas FARC, que necessita de apoio político internacional para sua liberação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amanhã o STF apreciará processo referente às células-tronco. Eu diria que elas apenas poderiam ser aprovadas para pesquisa se houvesse a legalização do aborto no Brasil.

Isso é inconstitucional. O art. 5º da Constituição Federal estabelece que a vida humana é inviolável. Somente em países como França, Inglaterra e Estados Unidos, onde existe a liberação do aborto, há a possibilidade de realização dessas pesquisas.

É importante que toda a população brasileira entenda que o ser humano, no seu primeiro estágio de vida, é morto deliberadamente. Ele é destruído nos seus primeiros dias de vida, independente de onde esteja: fora ou dentro do útero. Nenhuma eficácia no mundo científico existe com esse procedimento. A alternativa é usar células do cordão umbilical ou do ser humano adulto, que já demonstraram eficácia, sucesso sem o sacrifício deste. Dessa maneira, nenhum ser humano é sacrificado, destruído ou assassinado. Uma vez que somos pela vida não podemos ser pela morte.

O Supremo Tribunal Federal precisa entender que não pode ir na contramão da ciência que comprova: a vida do ser humano existe, sim, desde o primeiro momento, com o seu DNA, com o seu cariótipo, com o seu genoma, e que não pode ser descartada ou destruída. E naquele primeiro momento de ser humano unicelular já é menino ou menina, inclusive com a coloração dos olhos que terá por toda a vida.

O Estado é laico, sim, mas não pode ser anticientífico, haja vista que a ciência confirma que o ser humano, desde o seu estágio unicelular até a fase adulta, com 4 quatrilhões de células, é o mesmo e precisa somente de um local, alimento, água, oxigênio e relacionamento para sobreviver.

Por que investir milhões nessa técnica ineficaz, recurso que poderia inclusive salvar vidas, salvar nossas Santas Casas e o próprio SUS, que é falido?



Investir, sim, em células-tronco adultas e não embrionárias. Se em outros países existem as pesquisas, repito, é porque lá existe a legalização do aborto, ao contrário do que ocorre no Brasil. A sua possível liberação fará com que não haja a criminalização, não haja uma pena, no entanto, continuará a ser um crime. Não caímos, então, em "pegadinhas", Srs. Ministros.

Por fim, na semana passada, estive em Roma para participar do Congresso Academia para a Vida, que contou com a presença de profissionais, médicos, cientistas e juristas de 40 países. Na oportunidade, mais uma vez, foi afirmado que o ser humano, desde o seu primeiro minuto de vida, merece ser respeitado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigado.



Documento 8/91

025.2.53.O Sessão Ordinária - CD 04/03/2008-14:30

Publ.: DCD - 05/03/2008 - 6541 VIGNATTI-PT -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Anúncio de lançamento, pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva, do 2º Plano Nacional de Políticas para as Mulheres por ocasião do transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. VIGNATTI (PT-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta semana em que muitas homenagens são prestadas às mulheres, chamo a atenção dos senhores e das senhoras para os avanços da política nacional desenvolvida pelo Governo Federal, articulada por meio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Tenho certeza de que temos muito a comemorar, contudo sabemos que os desafios estão postos - não podemos esmorecer. Para superá-los, é preciso investir no desenvolvimento de políticas que acelerem a redução das desigualdades entre homens e mulheres.

Nesta quarta-feira, ao lançar o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, o Presidente Lula dá mais um passo e propõe outras áreas de atuação além daquelas que já estão sendo desenvolvidas pela Secretaria Especial, como a participação política das mulheres nos espaços de poder e uma cultura e



comunicação não discriminatória, com o objetivo principal de levar mais cidadania para mais brasileiras.

Para a implementação desse plano, 17 Ministérios e Secretarias Especiais, de forma articulada, já obtiveram importantes ações, dentre elas, a implementação da Política Nacional de Combate à Violência contra as Mulheres, que permitiu a ampliação, em todo o País, do número de Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher em Situação de Violência (DEAM), Casas Abrigos, Centros de Referência, Defensorias Públicas da Mulher e, mais recentemente, a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Não podemos deixar de falar das conquistas depois de um ano de implementação da Lei Maria da Penha, um marco na defesa dos direitos das mulheres e na criação da Central de Atendimento à Mulher 24 horas por dia, todos os dias da semana, que realizou em 2007 mais de 200 mil atendimentos. Ressaltamos aqui em especial o Programa de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural, que beneficiou 275 mil trabalhadoras rurais que conseguiram documentos, tais como certidões de nascimento e de trabalho.

Para transformar prioridade de governo em política pública de Estado, com implicações direta na vida das mulheres brasileiras, são necessários investimentos contínuos e estratégicos. Salientamos, aqui, que essa política é calcada na integração dos serviços nas áreas de saúde, segurança, educação, assistência social, cultura e justiça, de forma a permitir às mulheres romperem com o ciclo da violência.

Na qualidade de Relator do Plano Plurianual de 2008 a 2011, que fixa as receitas e despesas do Governo Federal para os próximos 4 anos, foram acatadas as emendas da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Para além delas, houve um aumento de 300% nos recursos já previstos para implementação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres. Nos 4 anos do primeiro PPA (PPA 2000-2003), foram alocados recursos da ordem de R\$14,4 milhões no programa de violência, e, finalmente, pela SPM, em 2003, a qual coube a execução financeira de R\$4,04 milhões. Entre os anos de 2004 e 2006, com a implementação dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em



Situação de Violência, a execução orçamentária alcançou, somente nos 3 primeiros anos do PPA vigente, R\$23,6 milhões. Já no PPA 2004-2007, que se encontra em execução, essa média saltou para R\$7,9 milhões por ano, um aumento de 46% na comparação com o plano anterior.

Para os próximos 4 anos, estão previstos no PPA mais de 1 bilhão de reais. Esses recursos serão usados, entre outras ações, para o enfrentamento da violência, e serão executadas por diversos Ministérios e Secretarias Especiais, sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Para este ano, o orçamento da Secretária é de R\$117,4 milhões.

Sem dúvida, o PPA, da forma como foi estruturado até 2011, demonstra o crescimento de um entendimento de que as desigualdades de gênero e raça são fatores estruturantes da exclusão social e se concretiza no Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência.

Os investimentos previstos no PPA apontam para os principais desafios dessa política nos próximos 4 anos, que, além de consolidar a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, atuará em diversas frentes.

Dados da Organização Mundial de Saúde, de 2005, mostram que 1 em cada 6 mulheres no mundo sofre violência doméstica. Ainda segundo a pesquisa, até 60% dos casos que envolvem violência física foram cometidos por maridos ou companheiros.

Para a implementação dessa política, é fundamental o envolvimento de toda a sociedade na busca de soluções para eliminar a violência contra as mulheres, integradas na agenda social juntamente com todos os Ministérios da área social, empresas e bancos públicos.

O esforço do Governo Federal, aliado à participação da sociedade na implementação do plano terá, em 2011 os resultados almejados, cerca de R\$74 milhões com a construção, reforma e reaparelhamento de 764 serviços, incluindo Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), Centros de Referência de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, Defensorias Públicas da Mulher, Casas Abrigo e Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.



Hoje, o País conta com 99 Centros de Referência de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência - espaços de acolhimento psicológico, social e jurídico, considerados elos dos demais serviços -, 65 Casas Abrigo, 15 Defensorias Públicas da Mulher. Até 2011, serão capacitados 200 mil profissionais que atuam nas áreas da assistência, prevenção e combate à violência contra as mulheres, com investimentos de R\$10 milhões. Serão utilizados, do total orçado para 2008, 2 milhões e 500 mil reais para a construção do Sistema Nacional de Informações sobre violência contra a mulher e consolidação do Observatório de Implementação da Lei Maria da Penha. A ampliação da Central de Atendimento, criada em 2005, contará com 2 milhões e meio de reais. A Central começou recebendo 4 mil ligações até 2007; atendeu, em outubro de 2007, mais de 20 mil ligações. Com esses recursos, estará preparada para atender um milhão de ligações em 2011. As mais de 10 mil mulheres presidiárias serão beneficiadas com reformas e construção de prisões.

Desse modo, entramos em consonância com um dos eixos do Plano Plurianual de fortalecimento da democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia, e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos.

Obrigado.



Documento 9/91

025.2.53.O Sessão Ordinária - CD 04/03/2008-14:06

Publ.: DCD - 05/03/2008 - 6518 DÉCIO LIMA-PT -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Avanços no combate à violência contra a mulher, com destaque na promulgação da chamada Lei Maria da Penha. Alocação de recursos do Plano Plurianual de Investimentos - PPA de 2008/2011 para o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

O SR. DÉCIO LIMA (PT-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que me traz a esta tribuna hoje é a celebração, mais do que justa, do Dia Internacional da Mulher, no próximo dia 8 de março.

Em todo o mundo, são inegáveis os avanços que asseguram cada vez mais direitos às mulheres. No entanto, as desigualdades entre os sexos persistem e ainda estão longe de serem superadas. As mulheres seguem ocupando lugares de menor prestígio da sociedade, o que se reflete, com maior ou menor intensidade, nos mais variados espaços, como no âmbito doméstico, no trabalho, nas religiões, etc. Nessa direção, entendo que a violência contra as mulheres é a expressão máxima das relações desiguais de gênero.

Enfrentar a violência contra as mulheres requer não só uma percepção multidimensional do fenômeno, como também a convicção de que para superá-lo



é preciso investir no desenvolvimento de políticas que acelerem a redução das desigualdades entre homens e mulheres.

A construção de uma sociedade mais justa e igualitária pressupõe o enfrentamento ao fenômeno da violência doméstica, pois até 60% dos casos envolvendo violência física foram cometidos por maridos e companheiros, pessoas que fazem parte do dia-a-dia da vítima. O grande desafio é colocar em prática ações que promovam o empoderamento feminino e que assegurem um atendimento qualificado e humanizado às mulheres em situação de violência. Enfim, iniciativas que garantam o acesso de todas as mulheres a seus direitos nas mais variadas dimensões da vida social e que resultem em mudanças de padrões culturais vigentes.

Em nosso País, apesar dos avanços em vários campos, como a criação das delegacias especializadas e de serviço de atendimento às mulheres, incorporaram-se também ações destinadas à prevenção, à assistência e à garantia dos direitos da mulher em diferentes campos, como nas áreas de saúde, segurança, educação, assistência social, cultura e justiça.

Devemos, porém, nunca deixar de envolver a sociedade na busca de soluções para eliminar a violência contra as mulheres, modificando comportamentos e padrões machistas que infelizmente ainda são constantes em nossas comunidades.

A Lei Maria da Penha, de 7 de agosto de 2006, criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. É sem dúvida a conquista mais recente das brasileiras, e todos nós devemos assegurá-la como um compromisso inegociável. A tragédia pessoal dessa mulher virou símbolo da luta contra os maus-tratos físicos, psicológicos e morais sofridos por uma parcela significativa da população feminina brasileira.

O Governo Lula foi inovador ao formar a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres há mais de 5 anos, avançando no combate de todas as formas de violência contra as mulheres, a partir de uma perspectiva de gênero e de uma visão integral do fenômeno.



No dia 17 de agosto do ano passado, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e assegurou, no Plano Plurianual (PPA), R\$ 1 bilhão para o investimento em ações de enfrentamento à violência a serem executadas por diversos Ministérios e Secretarias, sob a coordenação da SPM.

O Pacto aprofunda a implementação da Lei Maria da Penha; fortalece o combate à exploração sexual de meninas e adolescentes e ao tráfico de mulheres; promove os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e os direitos humanos das mulheres em situação de prisão. Isso tudo demonstra o crescimento de um entendimento de que as desigualdades de gênero e raça são fatores estruturantes da exclusão social.

É preciso ter clareza, nobres colegas, de que enfrentar esse fenômeno não é uma responsabilidade apenas das mulheres, mas de toda a nossa sociedade. Uma sociedade já cansada de ver suas mulheres em situações de risco dentro de seus próprios lares, ameaçadas por seus companheiros e tendo seus filhos desestruturados com a repercussão que esses atos de violência causam, pois geram situações de desajuste e prejudicam a educação e a formação de crianças e adolescentes.

Deixo aqui os meus cumprimentos às mulheres de todo o País, desejando que estejamos cada vez mais próximos de finalmente exterminar este horror que é a violência contra a mulher.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



Documento 10/91

026.2.53.O Sessão Extraordinária - CD 05/03/2008-14:52

Publ.: DCD - 06/03/2008 - 6812 INOCÊNCIO OLIVEIRA-PR -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Homenagem a personalidades femininas do Estado de Pernambuco e às Parlamentares brasileiras.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PR-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero iniciar minha homenagem às mulheres pelo Dia Internacional da Mulher que se comemorará no próximo dia 8 de março, lembrando o acontecimento histórico ocorrido em 1857. Essa data foi justamente escolhida para homenagear as operárias de uma fábrica de tecidos, situada na cidade norte-americana de Nova Iorque, que fizeram uma grande greve. Ocuparam a fábrica e começaram a reivindicar melhores condições de trabalho, tais como, redução na carga diária de trabalho para 10 horas (as fábricas exigiam 16 horas de trabalho diário), equiparação de salários com os homens (as mulheres chegavam a receber até um terço do salário de um homem, para executar o mesmo tipo de trabalho) e tratamento digno dentro do ambiente de trabalho. A manifestação foi reprimida com total violência. As mulheres foram trancadas dentro da fábrica, que foi incendiada. Cerca de 130 tecelãs morreram carbonizadas, num ato totalmente desumano. Porém, somente no ano de 1910,



durante uma conferência na Dinamarca, ficou decidido que o 8 de março passaria a ser o Dia Internacional da Mulher, em homenagem às mulheres que morreram na fábrica em 1857. Mas somente no ano de 1975, através de um decreto, a data foi oficializada pela ONU - Organização das Nações Unidas.

Essa data não foi criada apenas com o intuito de se comemorar, mas, com certeza, o objetivo principal, na maioria dos países, foi o de marcar com ações representativas a luta da mulher pelos seus espaços com dignidade. A partir de então, realizam-se conferências, debates e reuniões, cujo objetivo é discutir o papel da mulher na sociedade atual. O esforço é para tentar diminuir - e quem sabe um dia terminar - o preconceito e a desvalorização da mulher. Mesmo com todos os avanços, elas ainda sofrem, em muitos locais, com salários baixos, violência masculina, jornada excessiva de trabalho e desvantagens na carreira profissional. Muito foi conquistado, mas muito ainda há para ser modificado nessa história.

Nesse trajeto quero destacar o papel e a importância de mulheres que marcam a história do meu Estado, Pernambuco.

Falar sobre as conquistas e os valores da mulher como ícone vital na transformação da sociedade se faz necessário. Especialmente, quero citar, em primeiro lugar, minha inesquecível mãe, Maria do Socorro Andrada, que criou 10 filhos, 2 sobrinhos e 2 irmãos, perfazendo um total de 14 pessoas sob sua responsabilidade. Por meio da bravura dessa nobre mulher, pude vir ao mundo e contribuir para trazer mais oportunidades de melhoria de vida ao povo sofrido do meu Estado, como homem, político e Deputado.

Destaco também o empenho da minha esposa, Ana Elisa Nogueira de Oliveira, mãe de minhas 3 filhas, Shely, Shirley e Sheila. Nessas 4 mulheres encontro o seio de uma família, célula-mãe de uma sociedade sadia.

No meu Estado posso dizer que conheci mulheres que fizeram da própria vida uma missão, um exemplo de solidariedade para com o próximo.

Falo de D. Margarida Cavalcanti (D. Susu), D. Madalena Arraes, extraordinárias primeiras-damas que realizaram precioso trabalho no campo social.



Também devo citar a Sra. Dulce de Souza Leão Feijó Sampaio, que faleceu no início de fevereiro deste ano. Ela era referência de elegância, dignidade e benemerência da sociedade pernambucana, esposa do ex-Governador e empresário Cid Sampaio. Como parte de sua atuação social, D. Dulce foi uma das fundadoras e benemérita da Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer, notável instituição que exerce um trabalho relevante de alcance humanitário e social.

Mulheres que merecem destaque na sociedade recebem prêmios. Creio que o maior deles seja o reconhecimento da luta e dignidade delas. Com esse objetivo, quero louvar o empenho da organização que instituiu o Prêmio Tacaruna Mulher que já está na oitava edição. A festa da entrega do prêmio 2008 acontecerá na próxima terça-feira, dia 11 de março, na Praça de Eventos do Shopping Tacaruna. O troféu do Prêmio Tacaruna Mulher é uma criação da artista plástica Margot Monteiro, a quem rendo minhas homenagens.

Foram 12 mulheres escolhidas para receber o prêmio este ano.

Na área de Esportes, quero destacar a pentatleta e medalhista de ouro nos Jogos Pan-Americanos Yane Marques, natural de Afogados da Ingazeira, destaque mundial.

Yane Marques, medalha de ouro nos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, realizados no ano passado, com vaga garantida para as Olimpíadas deste ano, em Pequim, é o destaque em Esportes do Prêmio Tacaruna. Natural de Afogados da Ingazeira, com 22 anos e pouco mais de 4 anos praticando o esporte, Yane Marques ficou conhecida em todo o Brasil ao conquistar no Pan, em julho do ano passado, a medalha de ouro no pentatlo moderno, que inclui tiro, esgrima, natação, hipismo e atletismo. Antes dessa competição, ela já era também campeã sul americana.

Em Medicina, o destaque vai para a oncologista pediátrica Vera Moraes; em Moda, Thaís Asfora, criadora da marca Madame Surtô; em Educação, a professora da UFPE, Nelly Medeiros de Carvalho; em Política, Economia e Negócios, a diretora da empresa Rodoviária Metropolitana, Nieve Chaves; em Cinema, Teatro, Música e Literatura, Hermila Guedes, que, além de filmes,



participa de especiais para a televisão; na área de Decoração, Arquitetura, Design e Paisagismo, a designer Joana Lira; em Artes Plásticas, a pintora Ana Veloso; em Ação Social, a fundadora da ONG Viva Rachid, Alaíde Elias; em Atividades Jurídicas, a defensora pública Marta Brito Alves Freire; e o destaque como Lojista Tacaruna é Ivana Turton, da Zatará.

São tantas as conquistas das mulheres brasileiras que podemos dizer que o dia 24 de fevereiro de 1932 foi um marco na história delas. Nessa data foi instituído o voto feminino. As mulheres conquistavam, depois de muitos anos de reivindicações e discussões, o direito de votar e serem eleitas para cargos no Executivo e Legislativo.

Com esse fato, finalizo este discurso em homenagem a todas as mulheres que fizeram e fazem a história deste País na política brasileira, ressaltando o brilhante desempenho no Parlamento brasileiro das Deputadas e Senadoras que representam muito bem os seus Estados, honram seus mandatos e mostram a capacidade e competência da mulher em uma atividade tão árdua e difícil.



Documento 11/91

026.2.53.O Sessão Extraordinária - CD 05/03/2008-14:24

Publ.: DCD - 06/03/2008 - 6798 ROBERTO SANTIAGO-PV -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. ROBERTO SANTIAGO (PV-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproxima-se mais um 8 de março: Dia Internacional da Mulher.

Vamos usar este 8 de março de 2008 para refletir sobre a dívida social imensa que a sociedade mundial e brasileira têm para com suas mulheres, apontadas pela revista britânica The Economist como o principal fator de crescimento das riquezas geradas no planeta nas duas últimas décadas.

Segundo a insuspeita revista, o sexo feminino responde por 40% do Produto Interno Bruto mundial. Mais que a China e a Índia - países emergentes que crescem a taxas anuais de dois dígitos -, elas viraram peça-chave da economia global.

As mulheres, nossas mães, esposas, irmãs e filhas, apesar do esforço sobre-humano que acrescentam o PIB de uma Índia e de uma China à produção mundial, são discriminadas social e economicamente em várias partes do mundo.



No Brasil, o estudo *Sexo frágil? Evidências sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro*, publicado em 2003, elaborado pelas professoras da Universidade Federal de Minas Gerais Ana Flávia Machado, Ana Maria Hermeto Camilo e Simone Wajnman, do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG, mostra que os salários masculinos chegam a ser 60% maiores do que os rendimentos das mulheres.

Mesmo quando as mulheres têm escolaridade superior à masculina, ainda assim recebem menos. "A remuneração inferior indica que a maior escolaridade feminina, apontada pela pesquisa, não discrimina positivamente as mulheres", diz Ana Flávia Machado, autora do estudo, ao explicar que elas precisam de mais credenciais para disputar o mercado de trabalho.

"Fatores que levam a crer que se trata de pura e simples discriminação. Se isso não acontecesse, as mulheres ganhariam 20% a mais do que os homens, devido a suas características produtivas e sua inserção ocupacional", analisa a pesquisadora.

As mulheres brasileiras trabalham muito, ganham pouco e, lamentavelmente, apanham demais. Além da violência ocorrida nas ruas, as mulheres brasileiras têm de enfrentar a violência que ocorre dentro de suas próprias casas. Essa é uma das principais conclusões da pesquisa realizada exclusivamente com mulheres pelo DataSenado a respeito da Violência Doméstica contra a Mulher.

A pesquisa foi realizada após 6 meses de aprovada a Lei nº 11.340, de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que tipifica os crimes cometidos contra a mulher no ambiente doméstico e familiar. Constatou-se que 15% das mulheres entrevistadas declararam espontaneamente já ter sofrido algum tipo de violência.

A situação é mais grave na Região Norte, onde 1 em cada 5 mulheres afirma que já foram vítimas de violência. Embora os índices de violência não tenham variado expressivamente em relação ao levantamento de 2005, estima-se que ele seja ainda maior devido a dificuldade das mulheres assumirem essa condição.

Ainda de acordo com as mulheres que sofreram agressões, os maridos e companheiros foram os responsáveis por 87% dos casos de violência doméstica. Em relação ao tipo de violência sofrida, 59% apontaram a violência física, 11%



sofreram violência psicológica e 17% já vivenciaram todos os tipos de violência. A Lei Maria da Penha qualifica 5 tipos de violência doméstica: a física, a moral, a psicológica, a patrimonial e a sexual.

As mulheres apanham e a mídia apenas tangencia a violência contra elas. Como complemento à pesquisa de opinião realizada, o DataSenado investigou o posicionamento da mídia impressa de circulação nacional, ao longo de 2006, sobre o tema da violência doméstica.

Como resultado, apurou-se que os principais jornais do País publicaram apenas 160 notícias relativas ao tema. Desse total, quase 60% das notícias tratavam o assunto violência doméstica de maneira genérica.

O baixo volume de notícias veiculado causa estranheza por se tratar do ano em que a Lei Maria da Penha foi aprovada pelo Congresso Nacional, o que naturalmente deveria ter causado maior cobertura da imprensa devido a seu impacto social. Do total analisado, 40% das notícias referiam-se à aprovação da Lei. Esse fato sugere que em outros anos, como 2008, a cobertura tende a ser menor ainda.

Dentre os veículos analisados, o Correio Braziliense foi o que mais se dedicou ao assunto, com 30% do noticiário, seguido pelo jornal O Globo, com 17%. Embora a quantidade de notícias seja pequena, o estudo revelou que a abordagem do noticiário é qualificada, com cerca de 80% das matérias apresentando propostas de soluções para a diminuição da violência ou divulgação de dados sobre a situação da violência doméstica no País.

A indiferença para com a sorte da mulher brasileira reflete-se em num grau baixíssimo de auto-estima feminina. Segundo a mesma pesquisa do DataSenado, somente 8% das mulheres brasileiras sentem-se respeitadas no País, mantendo o mesmo índice da pesquisa realizada em 2005.

Para 50% das entrevistadas, de forma geral, a mulher não é tratada com respeito, e para 42%, o respeito é apenas parcial. A baixa auto-estima das mulheres brasileiras reflete a percepção das grandes dificuldades que elas sentem para se inserir na sociedade e no mercado de trabalho de maneira equitativa aos homens.



Além dos salários menores, acrescentam à jornada de trabalho os cuidados com os filhos e afazeres domésticos.

A preocupação com a verdadeira escravização das mulheres, vítimas preferenciais de trabalho mal remunerado, violência dentro e fora de casa, apesar de serem responsáveis por 40% do PIB mundial, fez com que a Organização das Nações Unidas incluísse a igualdade entre os sexos e a valorização da mulher como um dos Objetivos do Milênio. Até 2015, todos os 191 estados-membros da entidade multilateral assumiram, entre outros compromissos, promover a autonomia das mulheres.

O correto seria que lutássemos, no Brasil especialmente, pela libertação das mulheres, para podermos comemorar, ainda neste milênio, quem sabe, o Dia Internacional da Liberdade e Igualdade Feminina.

Liberdade e igualdade possíveis, se nós, homens, líderes políticos, filhos e pais assumirmos o compromisso para com a fraternidade, respeito, carinho e companheirismo por nossas aliadas na geração e criação de nossos filhos. Respeitar a mulher, mãe e trabalhadora é trabalhar, de verdade, para a consolidação da qualidade de vida e de respeito entre as gerações futuras.

Trouxe essas reflexões relacionadas às mulheres para destacar que temos muito que fazer a respeito de nossas atitudes, ações e educação, como políticos, homens, pais, maridos e filhos, para assegurarmos às futuras gerações a comemoração, dentro e fora de nossos lares, no Brasil e no mundo, a liberdade, a igualdade e a fraternidade entre homens e mulheres, maridos e esposas, pais e filhos.



026.2.53.O Sessão Extraordinária - CD 05/03/2008-14:52

Publ.: DCD - 06/03/2008 - 6827 GUILHERME MENEZES-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Participação das mulheres na política brasileira. Ações do Governo Luiz Inácio Lula da Silva em prol dos direitos da mulher.

O SR. GUILHERME MENEZES (PT-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no próximo sábado, 8 de março, comemorase o Dia Internacional da Mulher. É sempre oportuno dizer que a data foi criada depois de um incêndio assassino ocorrido na fábrica Triangle Shirtwaist, no ano de 1857, em Nova Iorque, quando morreram 146 trabalhadoras grevistas.

Isso mostra como tem sido longa e difícil a caminhada da mulher para se afirmar como detentora de direitos nas mais diferentes sociedades. Mas é assim que ela foi abrindo espaços de participação, ao lado do homem, no trabalho, na política, na educação, procurando dividir com ele as múltiplas atividades no ambiente da família.

Através dos tempos, no Brasil e em muitos outros países, não têm sido poucas as manifestações de coragem e determinação da organização feminina, o que se vai materializando em grandes conquistas. No espaço da política, por exemplo, já em 1927, o Rio Grande do Norte se tornava o Estado pioneiro na legalização do voto



feminino e, em 1933, finalmente, o Código Eleitoral Brasileiro estendia o direito a voto e a representação política às mulheres. Destaque nessa luta, entre tantas outras, para a liderança de Berta Lutz. E não foi pequena essa conquista se levarmos em conta que a mulher brasileira conquistou esse direito antes da mulher francesa.

No Governo do Presidente Lula, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, e, hoje, dia 5 de março de 2008, é lançado o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Com essa ação, o Governo Federal busca consolidar a Lei Maria da Penha, em âmbito nacional, para coibir a violência praticada contra a mulher - inclusive dentro de sua própria casa -, garantir seus direitos sexuais e reprodutivos, combater a exploração sexual e o tráfico de mulheres e promover os direitos humanos das mulheres presas. Isso em pleno século XXI, o que revela quanto caminho ainda há pela frente nesse esforço de conscientização de homens e mulheres por uma convivência respeitosa, equilibrada e inteligente. E disso depende, também, a ascensão da humanidade a uma sociedade mais justa socialmente.

Muito obrigado.



Documento 13/91

026.2.53.O Sessão Extraordinária - CD 05/03/2008-14:32

Publ.: DCD - 06/03/2008 - 6807 VANESSA GRAZZIOTIN-PCDOB -AM

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB, AM) - Pedido de empenho aos Deputados para aprovação do Projeto de Lei nº 1.990, de 2007, sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais. Contradição entre a lucratividade das instituições bancárias e a iniciativa da bancada opositora de ajuizamento de ação contra o aumento da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Combate à violência e à discriminação contra as mulheres no País. Maior participação da classe feminina na política nacional.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB-AM. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, companheiras e companheiros, antes de falar do assunto que me traz à tribuna, quero fazer um breve registro. Sindicalistas brasileiros estão presentes no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, distribuindo uma carta em que solicitam o empenho das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados para que ocorra a votação do Projeto de Lei nº 1.990, de 2007, que é o terceiro item da pauta desta reunião extraordinária.



Antecedem esse projeto somente 2 medidas provisórias, uma estabelece crédito extraordinário e a outra cuida das franquias postais. Na seqüência, votaremos, certamente ainda hoje, o Projeto de Lei nº 1.990, que legaliza as centrais sindicais brasileiras, as quais já existem há muito tempo no Brasil e negociam em nome dos trabalhadores, mas não têm ainda o direito formal, legal de existência.

Aproveito a oportunidade para cumprimentar todos os sindicalistas que aqui estão, na pessoa do companheiro Wagner Gomes, Presidente da CTB.

É importante que os Deputados dos partidos de oposição venham ao plenário para registrar a presença e não façam obstrução, porque o que estamos analisando hoje diz respeito aos direitos dos trabalhadores brasileiros. Então, não vamos atrapalhar esta votação, vamos votar e atender a reivindicação histórica de todo o sindicalismo brasileiro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os jornais de hoje trazem uma notícia interessante: setor bancário lucra mais de 45 bilhões de reais em 2007. A maior parte desse lucro vem de tarifas e juros por meio das concessões de créditos. Sobre isso, quero dizer o seguinte: o Governo, para recuperar os 40 bilhões de reais exclusivos para a saúde pública, no caso da CPMF, que foi extinta, aumentou a alíquota do IOF de 0,0041 para 0,0082. E a Oposição, Sr. Presidente, entrou na Justiça para barrar esse aumento. O que significa isso? Significa que a Oposição quer engordar o bolso daquele que já está bem farto, quer que o lucro dos bancos seja ainda maior do que é hoje, ou seja, quer concentrar mais ainda a renda em um país que tem péssima distribuição de renda.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, abordo agora outro tema. Na data em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, temos muito o que refletir e não só festejar. Afinal, o 8 de março de 1857 nos remete à triste lembrança da morte de 129 tecelãs numa fábrica em Nova Iorque. Por reivindicarem a redução da jornada de trabalho, elas foram brutalmente assassinadas pelos donos da empresa. Eles as trancaram ali e atearam fogo no local. Todas morreram carbonizadas.

Passados muitos anos, após muitas lutas e conquistas, entramos no século XXI sem ver uma sociedade em que homens e mulheres vivam em condições de



igualdade. Além da violência e discriminação, somos as mais atingidas pelo desemprego e ocupamos as funções de menor prestígio social.

Somos mais de 50% da população e do eleitorado brasileiro. No mercado de trabalho, já nos responsabilizamos por mais de 45% da produção e pelo sustento de um terço das famílias. Mesmo assim, nossa média salarial é de 65% do valor do salários dos homens, e, a cada 10 cargos executivos nas grandes empresas, apenas 1 é ocupado por mulheres. No nível de gerência, 2 são das mulheres e 8, dos homens.

Diante dessa realidade, precisamos refletir sobre o nosso papel na luta por uma sociedade mais justa. O acesso ao emprego é a chave da independência financeira e da qualidade de vida para as mulheres. Para conquistar cada vez mais esse espaço, é preciso que lutemos por equipamentos sociais como creches e casas de abrigo.

Contra a violência, que atinge aproximadamente 2 milhões de mulheres por ano no Brasil (a cada segundo, 15 mulheres são atingidas), tivemos um grande avanço ao aprovarmos no Congresso Nacional a Lei Maria da Penha. Prestes a completar 2 anos de existência, essa lei estabelece penas mais severas contra os agressores, o que, na prática, já vem contribuindo muito pela diminuição da violência.

Precisamos também aumentar a participação da mulher na política. Na Câmara dos Deputados, por exemplo, representamos apenas 8,8% dos Parlamentares e, no Senado, 12,3%. Pesquisa feita pelo Banco Mundial indica que, sobre a participação feminina na política, o Brasil ficou em 107º lugar. É necessária uma mudança sociocultural no País.

Muitas mulheres não querem saber da política porque não têm tempo, sobretudo por enfrentarem tripla jornada, como esposa, mãe e trabalhadora. Muitas chegam em casa cansadas e ainda têm que lavar, arrumar, cuidar dos filhos, ajudar na tarefa escolar, entre outras coisas. Por isso, apresentei um projeto de lei que obriga os partidos a reservarem 30% das suas vagas de candidatos para as mulheres.



Por fim, conclamamos todas a se organizarem em entidades importantes como a União Brasileira de Mulheres - UBM e a continuarem na luta, pois a cada dia conquistamos mais espaço e, com isso, uma sociedade melhor.

Para lembrar que essa também é uma tarefa dos homens, destaco aqui a poesia do nosso saudoso Gonzaguinha:

"Eu apenas queria que você soubesse
Que esta menina hoje é uma mulher
E que esta mulher é uma menina
Que colheu seu fruto flor do seu carinho".
Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigada. (Palmas.)

CARTA A QUE SE REFERE A ORADORA



Documento 14/91

026.2.53.O Sessão Extraordinária - CD 05/03/2008-14:52

Publ.: DCD - 06/03/2008 - 6819 CIRO PEDROSA-PV -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Necessidade de adoção de políticas públicas destinadas à participação e valorização da mulher brasileira no mercado de trabalho.

O SR. CIRO PEDROSA (PV-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro a passagem do Dia Internacional da Mulher, consagrado pela ONU em 8 de março, e assim homenageio todas as brasileiras que, com muita luta e muito trabalho, ajudam a construir o nosso País.

Trata-se de data marcada por especial simbolismo, ao rememorar a coragem e o destemor de 130 operárias norte-americanas imoladas durante a primeira greve conduzida só por mulheres, em 1857, ao reivindicarem melhores condições de trabalho.

Além desse caráter simbólico, a ocasião inspira anualmente o debate a respeito da adoção de ações, em todo o mundo, visando reduzir a desigualdade de gênero. Tal preocupação, aliás, vai ao encontro daquilo expresso pela Organização das Nações Unidas, no ano 2000, por meio do terceiro dos Objetivos do Milênio, a serem atingidos até 2015. Esse objetivo, entre os 8 propostos para enfrentar os



maiores problemas mundiais, ressalta a necessidade de se promover a igualdade entre os sexos e a valorização da mulher, bem como a de se eliminar a disparidade entre os sexos em todos os níveis de ensino.

Com tal finalidade, a ONU sugere que governos e sociedades se empenhem em garantir, por exemplo: a implantação de programas de capacitação e melhoria na qualificação das mulheres; a criação de oportunidades de inserção de mão-de-obra feminina em atividades alternativas consideradas masculinas; a inclusão da valorização do trabalho da mulher em programas de diversidade; e a valorização de ações comunitárias que envolvam o trabalho feminino, apoiando iniciativas que promovam o cooperativismo e a auto-sustentação.

São sugestões genéricas que, para serem colocadas em prática, devem ser adaptadas à realidade de cada um dos 191 países signatários desse pacto em favor de um mundo mais justo e solidário.

No Brasil, a discriminação contra a mulher se evidencia na menor chance de emprego e na remuneração mais baixa ofertada pelo mercado de trabalho, independentemente do grau de instrução.

A este respeito, aliás, já se observa significativa prevalência feminina na área educacional. As brasileiras são responsáveis pela maioria das matrículas no nível médio, dominam a graduação e obtêm o maior número de bolsas de mestrado e doutorado.

Mesmo assim, ainda recebem, em média, remuneração 30% inferior à dos homens. Na indústria, em particular, a comparação se revela mais desfavorável, com a remuneração da mão-de-obra feminina sendo equivalente a apenas a metade do valor da masculina.

Além disso, as mulheres enfrentam maiores dificuldades no tocante ao reconhecimento de direitos trabalhistas fundamentais. Segundo dados de 2005, a proporção das que trabalhavam com carteira assinada era de 26,7%, enquanto a dos homens era de 35%.

A situação é agravada pelo fato de muitas serem obrigadas a estender a jornada - após o expediente e sem nenhum tipo de retribuição -, para cuidar da casa e



atender os filhos. Ademais, arcam com a enorme responsabilidade de sustentar sozinhas cerca de um terço das famílias brasileiras.

Portanto não resta a menor dúvida quanto à necessidade de adoção de políticas públicas que identifiquem e divulguem novas oportunidades de trabalho, bem como que estimulem a busca de alternativas de geração de renda para as mulheres.

Valorizar a participação feminina é etapa indispensável na construção de uma sociedade na qual a justiça social e o respeito aos direitos humanos se efetivem para todos os cidadãos.

Muito obrigado.



Documento 15/91

026.2.53.O Sessão Extraordinária - CD 05/03/2008-14:52

Publ.: DCD - 06/03/2008 - 6830 MÁRIO DE OLIVEIRA-PSC -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. MÁRIO DE OLIVEIRA (Bloco/PSC-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em 8 de março comemora-se o Dia Internacional da Mulher. Aproveito o ensejo para prestar minha homenagem a todas as brasileiras que, ao longo da história, têm ajudado a construir o nosso País.

Trata-se de justo reconhecimento a tantas mães, esposas, filhas, irmãs, amigas, que, sem abdicarem de seu tradicional papel feminino, vêm lutando para ocupar espaços na sociedade e no mercado de trabalho. E, no processo de evolução rumo à independência, têm contribuído para derrubar preconceitos e garantir o pleno exercício da cidadania a todos os brasileiros.

Convém ressaltar os grandes avanços obtidos nesse processo, apesar das dificuldades que ainda precisam ser vencidas.

Antes de 1827, por exemplo, as mulheres nem tinham o direito de freqüentar escolas. Hoje, são responsáveis pela maioria das matrículas no nível médio, dominam a graduação e obtêm o maior número de bolsas de mestrado e



doutorado. Assim, mostram-se cada vez mais preparadas para cooperar nos variados aspectos da vida nacional - profissional, político, intelectual, esportivo -, concorrendo com os homens nas mesmas condições.

Esse tem sido um longo percurso, marcado pela atuação corajosa de mulheres como Nísia Floresta, que, com a publicação da obra *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, passou a ser considerada a precursora dos ideais de independência feminina no Brasil. Ou Deolinda Daltro, fundadora do Partido Republicano Feminino, que, em 1917, organizou uma passeata exigindo o direito de voto para a mulher. Ou ainda Bertha Lutz, que, em 1919, criou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher e foi incansável batalhadora pela igualdade de direitos políticos. Direitos que só foram assegurados em 1932, possibilitando a eleição, no ano seguinte, da primeira Parlamentar brasileira, Carlota Pereira de Queirós, bem como a consequente introdução de uma perspectiva feminina no processo de elaboração legislativa.

Essas, somando-se a muitas lutadoras anônimas, com seu esforço cotidiano, embasaram a notável evolução jurídica da situação da mulher, ocorrida durante o século XX. Graças a elas, partiu-se do Código Civil de 1916, que restringia os direitos femininos, passando-se pelo Estatuto da Mulher Casada, de 1962, com significativa ampliação desses direitos, até se chegar enfim ao determinado pela Constituição de 1988, nos seguintes termos: "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações".

Atualmente, as brasileiras se empenham em tornar essa previsão legal efetiva, sem restrições, e vêm-se destacando nos mais variados campos de atividade, mesmo naqueles que durante muito tempo permaneceram exclusividade masculinos. Estão nas universidades e nos órgãos de pesquisa científica, nas Forças Armadas, na direção de empresas públicas e privadas, no comando de governos municipais e estaduais e em funções do mais alto escalão da República, a exemplo da Ministra Ellen Gracie, Presidenta do Supremo Tribunal Federal, e da Ministra Dilma Rousseff, Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Parabéns, portanto, às mulheres, que, em sua luta por igualdade e por respeito, constroem uma sociedade mais justa e mais digna para todos.



Muito obrigado.



Documento 16/91

026.2.53.O Sessão Extraordinária - CD 05/03/2008-13:54

Publ.: DCD - 06/03/2008 - 6771 SIMÃO SESSIM-PP -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. SIMÃO SESSIM (PP-RJ. Pronuncia o seguinte discurso) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu diria que, em hipótese alguma, seria possível pensar em mudanças positivas na sociedade, nos dias de hoje, sem a efetiva e constante participação da mulher.

Por isso, Sr. presidente, nesta breve intervenção, o que eu desejo do fundo do meu coração é que o Dia Internacional da Mulher, que será comemorado nesta sexta-feira, 8 de março, seja sobretudo uma data não apenas para homenagear aquelas pobres operárias que morreram carbonizadas, simplesmente porque reivindicavam seus direitos de cidadãs, clamando por melhores condições de trabalho, justiça e igualdade social, mas que seja também uma data de inspiração de novas conquistas para as mulheres e para o povo brasileiro.

Precisamos tentar, com a certeza de que iremos conseguir, acabar de vez com o preconceito e a desvalorização da mulher, que, mesmo diante de todos os avanços e conquistas de que já se tem ciência, ainda sofre em muitos locais com



baixos salários, com a violência masculina, jornada excessiva de trabalho e desvantagem na carreira profissional, entre outras perdas irreparáveis.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, presto desta tribuna minhas homenagens à mulher nilopolitana, que orgulhoso e honradamente represento nesta Casa do povo. Para homenagear todas elas escolhi a Profa. Nilcéia Cardoso - única mulher Vereadora à Câmara Municipal de Nilópolis - como exemplo de dedicação e persistência, ao longo dos anos, no trabalho incansável, e muito sério, de resgate da dignidade da mulher brasileira.

A Profa. Nilcéia é responsável pela Casa da Mulher, que ela criou em 2006, hoje mantida pela Prefeitura de Nilópolis, para dar suporte social, moral e profissional às vítimas da violência e de outras injustiças que, infelizmente, ainda as cercam em pleno século XXI. E, nesta semana de reflexão, repito, a cidade de Nilópolis prestará justa e merecida homenagem à Vereadora Nilcéia, em solenidade alusiva ao Dia Internacional da Mulher, por intermédio da Casa da Terceira Idade, também mantida pela Prefeitura.

Quero aproveitar o ensejo, Sr. Presidente, para homenagear outras grandes e ilustres mulheres que, embora já não estejam mais em nosso convívio terrestre, contribuíram decisivamente para o progresso e o desenvolvimento da cidade, fazendo, por isso mesmo parte importante da história de Nilópolis.

Cito Ely de Abreu, a primeira mulher a representar a beleza nilopolitana; Maria Aparecida Grauz e Florípedes da Cunha, Maria da Conceição Cardoso, esta responsável pelo plantio da primeira árvore - um pé de oiti - na principal praça pública da cidade; e Stela de Queiroz Pinheiro, uma das primeiras educadoras e também primeira vereadora da cidade.

Tivemos ainda a Profa. Bertha D'Alessandro, Maria Magdalena Gonçalves, Fernanda Brito Araújo, Laura Chapot, Diva Moreira Olivetti, Nadir Cardoso Leal e as irmãs Gilce e Gilda dos Santos. Lembrança maravilhosa, da mesma forma, da Profa. Sara Areal, que, à frente da Inspeção de Ensino, ampliou a rede física de escolas na Baixada Fluminense.

Não podemos esquecer também de homenagear Haydée Siqueira Araújo e Dona Pequetita, a parteira que trouxe ao mundo muitos filhos de Nilópolis.



Por fim, Sr. Presidente, saudade eterna de minha querida e amada Tia Júlia Abraão David, que se notabilizou na cidade de Nilópolis pela esperança de dias melhores, que ela transmitia às crianças carentes, e o alento para adultos desesperados com os problemas da vida. Para todos eles, a Tia Júlia sempre tinha um pedaço de pão, uma palavra amiga e um colo quentinho para que afogassem as mágoas.

Permita-me, Sr. Presidente, encerrar este pronunciamento citando a escritora americana Diane Mariechild, que tem inspirada definição sobre os valores femininos, ao lembrar-nos que "uma mulher é um círculo pleno", e que "dentro dela está o poder de criar, nutrir e transformar". Até porque "uma mulher sabe que nada frutifica sem luz", razão pela qual devemos nos guiar pela voz e pelo coração da mulher como um novo caminho para a transformação do planeta.

Muito obrigado.



Documento 17/91

026.2.53.O Sessão Extraordinária - CD 05/03/2008-14:52

Publ.: DCD - 06/03/2008 - 6811 FERNANDO DE FABINHO-DEM -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Posicionamento contrário ao Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco.

O SR. FERNANDO DE FABINHO (DEM-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho a honra de falar desta importante tribuna sobre mais um ano em que se comemora o Dia Internacional da Mulher. Esse dia me reporta a todas as mulheres - operárias, donas-de-casa, empresárias e políticas. Mas lembro-me, sobremaneira, das mulheres da minha convivência, a começar pela minha esposa, e também minha mãe e minhas filhas.

Quando falo da condição feminina eu me emociono, porque sei que, se depender das mulheres, os homens sempre vão ter quem os ouça, apóie e ampare em cuidados constantes, já que a mulher, por ter imensa compreensão da vida, haverá de ser, eternamente, a mão amiga que nós, homens, tanto procuramos.

Sr. Presidente, o Dia Internacional da Mulher foi inicialmente proposto na virada do século, no decorrer do processo de expansão econômica mundial, que se deu por intermédio da industrialização. O 8 de Março remonta ao ano de 1857, quando operárias de uma fábrica, em Nova Iorque, organizaram um protesto por melhores



condições de trabalho. Elas foram impiedosamente reprimidas pela polícia, a pedido dos patrões.

Agora vivenciamos o século XXI e percebemos que as lutas feministas foram vitoriosas. As mulheres celebram seus feitos sociais, políticos e econômicos e passaram a ter influência decisiva em todos os setores da sociedade, principalmente nos países ocidentais, já que também estão presentes nas esferas de poder, retratadas em instituições como o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. No mundo de hoje as mulheres conquistaram praticamente tudo e estão alertas quanto a garantir que suas conquistas não sofram retrocesso. Atualmente, o papel da mulher na sociedade é de tal magnitude que seria impossível prescindir de sua influência e importância nas diferentes sociedades e nos seus respectivos governos.

Mas mesmo assim há a necessidade de as instituições, entidades e empresas, públicas e privadas, bem como a sociedade civil, se conscientizarem, cada vez mais, de que a mulher tem de ser tratada com respeito e não deve, de forma alguma, ser objeto de escárnio e de violência.

A questão primordial da sociedade moderna é efetivar mecanismos de consciência e até mesmo punitivos dirigidos aos homens que fazem das mulheres vítimas de agressões morais e físicas. Contudo, considero que as mulheres e a sociedade estão, a passos largos, a trilhar um caminho sem volta ao passado, quando a mulher não tinha sequer direito ao voto.

Sr. Presidente, homenagem as mulheres brasileiras - mães, avós, filhas e esposas. Hoje é realmente um dia muito importante. Creio que, com o passar do tempo, a mulher vai cada vez mais fazer parte da sociedade, inclusive do mundo masculino.

Parabéns a todas as mulheres do Brasil!

Passo a abordar outro assunto, Sr. Presidente. Volto a tratar desta tribuna da transposição de águas do Rio São Francisco, que considero uma obra caríssima e que não vai resolver a questão do abastecimento de água para a população sedenta que mora e vive em regiões do sertão do Nordeste Setentrional.



Na verdade, a transposição vai atender às populações urbanas. Além disso, o Governo diz que quem não for contemplado com os serviços de abastecimento de água vai ser beneficiado com cisternas, poços artesianos etc., consideradas obras complementares.

Agora eu pergunto, Sr. Presidente: como uma obra estimada em 4 bilhões e 500 milhões de reais não prevê o completo abastecimento de toda a região setentrional nordestina? Essa obra é uma insensatez, pois não resolve o drama de séculos da população sertaneja.

A questão da transposição de águas do Rio São Francisco não está ligada somente ao social, mas também ao meio ambiente. Ainda não foi realizado um estudo completo sobre o impacto ambiental que essa obra vai causar no Nordeste. Sei que o projeto de transposição de águas do São Francisco prevê ainda o desvio das águas do Rio Tocantins para o São Francisco, o que, para os ambientalistas, não é uma boa idéia, já que se trata de 2 biomas diferentes, o que, certamente, redundará em desastre ambiental.

Sr. Presidente, todos sabemos que as águas transpostas do Rio São Francisco vão abastecer as populações urbanas e o agronegócio. As cidades nordestinas, grandes e médias, controlam seus sistemas de abastecimento de água. Portanto não se torna necessária e útil a transposição de águas do São Francisco.

O que me preocupa é que os governos - e agora o atual - não percebem que apostar na revitalização do São Francisco seria o ideal. Deveríamos recuperar sua mata ciliar, proteger a fauna e combater a poluição e o assoreamento do rio, bem como fiscalizar a pesca predatória e a poluição de suas águas com dejetos sólidos e produtos químicos oriundos de esgotos clandestinos e das indústrias que não seguem as normas antipoluição.

A verdade é que a população pobre não vai ter acesso a água. Ela vai continuar a reivindicar dos Governos Estaduais e Federal a construção de cisternas, de pequenas barragens e de adutoras, além da recuperação de poços.

Esses benefícios também custam dinheiro. Por isso, considero a obra de transposição, somada aos benefícios que vão ter de ser feitos, um descalabro,



porque serão gastos cerca de 4,5 bilhões de reais para transpor águas do rio, sendo que todo esse montante não vai levar água potável às populações carentes. Além do mais, a transposição de águas do Rio São Francisco é um leque de incertezas. Uma delas é que transpor águas do São Francisco não significa que vai haver água suficiente para garantir a irrigação das diferentes culturas agrícolas. Muitos técnicos e especialistas de universidades do próprio Governo afirmaram que a transposição tem de ser, posteriormente, acompanhada por um conjunto de obras, que dependem obviamente de recursos, que, todavia, ainda não estão assegurados.

Sr. Presidente, compreendo que há necessidade de as autoridades promoverem o desenvolvimento econômico e social de nosso País, principalmente no que concerne ao desenvolvimento do interior do Nordeste brasileiro, castigado pela seca, que produz miséria, fome, ignorância e violência, além de uma dolorida migração para outras regiões do País. Tudo isso é compreensível. Vejo, inclusive, mérito naqueles que têm boas intenções. Mas temos de convir que a revitalização do São Francisco é uma opção mais cerebral e menos emocional do que a transposição de suas águas, o que, conforme afirmei antes, vai beneficiar a quem já é beneficiado: os centros urbanos e o agronegócio, que resolvem seus problemas por si só, pois são economicamente ativos e possuem força política para reivindicar e defender seus interesses.

Outro fator importante é a vazão de água do rio para garantir água ao interior nordestino e às Capitais. Não devemos esquecer-nos de que temos o problema do abastecimento de luz para toda a Região Nordeste e outras regiões brasileiras, inclusive o industrializado Sudeste. A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) opera em sua capacidade máxima, por causa da enorme demanda do País por energia elétrica para funcionar. Com o consumo crescente de energia pela sociedade, fica realmente difícil transpor as águas do Rio São Francisco, que também dependem das chuvas. Na época da seca, até a irrigação será problemática, porque a vazão do rio diminui, o que vai dificultar sobremaneira o processo de transposição de suas águas, cuja quantidade depende da natureza e não da vontade dos homens.



Sr. Presidente, na minha opinião, o Governo Federal tem de dialogar sobre a transposição de águas do Rio São Francisco com todas as forças da sociedade. Tem de explicar e ser transparente sobre o projeto de transposição, para que, pelo menos, saibamos o que de fato está a ocorrer.

Solicito à Casa, por meio das Comissões, que convoquem ou convidem membros do Governo e da sociedade em geral para explicar melhor esse projeto. Que sejam chamados técnicos e especialistas sobre questões importantes como essa. O cidadão brasileiro tem o direito de saber o que acontece em seu País.

É tudo o que eu tinha para dizer no momento, Sr. Presidente.

Solicito que este discurso seja veiculado em A Voz do Brasil e publicado nos órgãos de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.



Documento 18/91

026.2.53.O Sessão Extraordinária - CD 05/03/2008-14:52

Publ.: DCD - 06/03/2008 - 6829 ANTONIO BULHÕES-PMDB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. ANTONIO BULHÕES (Bloco/PMDB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, comemora-se no dia 8 de março, em todas as nações, o Dia Internacional da Mulher. Hoje, ocupo a tribuna para trazer algumas palavras a respeito dessa celebração, bem como com o objetivo de prestar, em especial, minha homenagem a todas as mulheres brasileiras.

Mundialmente vinculada às reivindicações femininas por melhores condições de trabalho, justiça e igualdade social, a passagem do Dia Internacional da Mulher, além de ser momento de reflexão sobre os abusos históricos contra as mulheres, é também ocasião para contabilizar o progresso e os desafios a serem enfrentados por todos em relação ao papel e à dignidade da mulher.

A origem dessa homenagem remonta ao dia 8 de março de 1857, quando operárias de uma fábrica de tecidos de Nova Iorque fizeram grande greve para reivindicar melhores condições de trabalho, tais como: redução na carga diária de trabalho de 16 para 10 horas, equiparação de salários com os homens e tratamento digno dentro do ambiente de trabalho.



A manifestação foi reprimida com total violência. As mulheres foram trancadas pelos patrões e pela polícia dentro da fábrica, que, logo em seguida, foi incendiada. Aproximadamente 130 tecelãs morreram carbonizadas, em ato totalmente desumano.

A partir daí, a sensibilização da sociedade ao episódio e às causas feministas foi aumentando, e, em 1910, surgiu a idéia de se criar uma data para marcar questões de gênero e lembrar a morte das operárias. Durante a 2ª Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, realizada na Dinamarca, ativistas propuseram que o 8 de março fosse declarado como Dia Internacional da Mulher. Em 1911, mais de 1 milhão de mulheres se manifestaram na Europa, e a data passou a ser comemorada no mundo inteiro. Mais de meio século depois, no ano de 1975, a data foi oficializada pela Organização das Nações Unidas.

Hoje, sem sombra de dúvida, a data é mais do que um simples dia de comemoração ou de lembranças. É, na verdade, uma inegável oportunidade para o mergulho consciente nas mais profundas reflexões sobre a situação da mulher: sobre seu presente concreto, seus sonhos, seu futuro real.

O esforço é para tentar diminuir e - quem sabe um dia - terminar com o preconceito e a desvalorização da mulher. Sabemos, nobres Deputados, que, mesmo com todos os avanços, elas ainda sofrem, em muitos locais, com salários baixos, violência masculina, jornada excessiva de trabalho e desvantagens na carreira profissional. Muito foi conquistado, mas muito ainda há para ser modificado nessa história.

Hoje, mais do que nunca, é fundamental que a sociedade em geral tome mais e mais consciência da incomparável missão da mulher na sociedade. É à mulher que compete, de modo especial, contribuir para a renovação e a humanização da sociedade. À mulher Deus quis dar os dons da intuição e da delicadeza de sentimentos de que carece o mundo de hoje, cada vez mais marcado pelos critérios da técnica e da produtividade. Esteja a mulher ao lado do homem - e não no lugar do homem -, e teremos uma sociedade mais feliz, mais rica de valores humanos.



Colegas, Deus tem um propósito para as mulheres! Acredito, verdadeiramente, que a mulher tenha papel muito desafiador no plano de Deus. Apesar dos esforços de algumas pessoas para desvalorizar o papel das mulheres nas sociedades, principalmente daquelas que são dedicadas a suas famílias, Deus tem em alta estima a mulher que exerce com honradez seu papel na sociedade, seja como trabalhadora, seja como dona de casa, seja como amorosa esposa ou mãe. Tais mulheres são dignas de respeito e apreciação de todos.

Portanto, Sr. Presidente, na passagem das comemorações de 2008 pelo Dia Internacional da Mulher, reafirmo o compromisso para os esforços no fortalecimento das questões de gênero e na assecuração de vida mais digna a todas as mulheres. Convido, para tanto, todos os Parlamentares para se unirem no atual desafio de construção das fundações sólidas sobre as quais a igualdade de gênero deverá apoiar-se.

Assim, ofereço, ainda, para todas as nossas colegas parlamentares e funcionárias da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional e para as outras parceiras nos trabalhos políticos em nossas bases, calorosos parabéns pelo Dia Internacional da Mulher, sinônimo de luta por uma sociedade mais justa!

Muito obrigado.



Documento 19/91

026.2.53.O Sessão Extraordinária - CD 05/03/2008-14:54

Publ.: DCD - 06/03/2008 - 6842 SARNEY FILHO-PV -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, de ação direta de inconstitucionalidade de dispositivos da Lei de Biossegurança. Posicionamento do Partido Verde favorável à utilização de células-tronco embrionárias para fins científicos. Nota da Comissão Executiva Nacional do Partido Verde a respeito do assunto. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Alerta sobre o seqüestro da ex-Senadora colombiana Ingrid Betancourt.

O SR. SARNEY FILHO (PV-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que me traz hoje à tribuna em nome da nossa bancada é o julgamento da possibilidade de pesquisa com células embrionárias pelo Supremo Tribunal Federal.

O Partido Verde, por meio de sua Executiva e de quase a totalidade de sua bancada - apenas um Deputado é contra -, sempre e historicamente foi a favor da ciência e da pesquisa.

Recordo-me de que, na discussão da CTNBio, fui um dos que levantaram a questão de que misturar na mesma lei transgênicos, CTNBio e pesquisa com células-tronco causaria problemas, como causou. Mas, naquela oportunidade, o



foco do Governo não era propriamente pesquisa. O foco de grande parte dos que defenderam aquela lei era seguramente facilitar a liberação dos transgênicos.

Vejam, amigas e amigos, como, às vezes, certas espertezas se transformam em malefícios, como os efeitos daquela lei misturada, criada para confundir. Naquela ocasião - eu representava o Partido Verde na Comissão -, várias vezes fui parado na rua por médicos e universitários para ser questionado sobre se éramos contra a pesquisa com células-tronco, contra os avanços da ciência. Eu lhes respondia que absolutamente não! Éramos contra a liberação do transgênico sem que fosse levado em conta o princípio da precaução. Essa era a nossa preocupação.

Sr. Presidente, este é o momento em que o Supremo Tribunal Federal julga a inconstitucionalidade dos artigos da Lei de Biossegurança que permitem a pesquisa de células-tronco embrionárias, de embriões que possivelmente terão como destino a lata de lixo. A maioria deles não tem destinação nenhuma, a não ser ficarem congelados e depois serem jogados no lixo.

Nesta ocasião, são importantes os posicionamentos do nosso partido e da sociedade a favor da ciência, do progresso, da modernidade, das potenciais curas que a pesquisa com células embrionárias nos trará. Nosso posicionamento, portanto, é a favor da pesquisa. Que o Supremo Tribunal Federal, com sua sapiência, consiga liberá-la, para que o Brasil não fique, mais uma vez, no atraso da vanguarda científica.

Sr. Presidente, peço à Mesa seja inserida em meu pronunciamento a Nota de Esclarecimento à Bancada encaminhada pela Comissão Executiva Nacional do Partido Verde.

Por último, na semana em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, em que se traz à baila a alta relevância da mulher na nossa sociedade, quero, também em nome do nosso partido, deixar o alerta para o fato de que continua seqüestrada e presa a ex-Senadora Ingrid Betancourt, do Partido do Oxigênio Verde, em mãos de terroristas insensíveis, que não merecem o respeito de nenhum de nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

NOTA A QUE SE REFERE O ORADOR



Documento 20/91

026.2.53.O Sessão Extraordinária - CD 05/03/2008-13:54

Publ.: DCD - 06/03/2008 - 6770 ARNALDO FARIA DE SÁ-PTB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES

COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Posse da nova Diretoria da Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas do Banco Nossa Caixa - AFACEESP

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Dia Internacional da Mulher é uma homenagem a trágico episódio que aconteceu nos Estados Unidos. No dia 8 de março de 1857, operárias de uma fábrica de tecidos situada na cidade norte-americana de Nova Iorque fizeram uma grande greve. Ocuparam a fábrica e começaram a reivindicar melhores condições de trabalho, tais como redução da carga diária de trabalho para 10 horas (as fábricas exigiam 16 horas de trabalho diário), equiparação dos salários aos dos homens (as mulheres chegavam a receber até um terço do salário de um homem para executar o mesmo tipo de trabalho) e tratamento digno dentro do ambiente de trabalho.

A fábrica foi incendiada. O fogo e a fumaça aumentaram; desesperadas, muitos trabalhadores pularam pelas janelas e muitas mulheres morreram trancadas na própria fábrica. Na tragédia, 146 pessoas morreram, sendo 125 mulheres e 21



homens. No local do incêndio foi construída uma parte da Universidade de Nova York, e ali há uma placa com inscrição em homenagem às vítimas do incêndio.

Por causa dessa tragédia foram criados novos conceitos de responsabilidade social e legislação do trabalho, tornando as condições de trabalho as melhores do mundo.

A data passou a ser comemorada com mais intensidade na década de 60 do século passado, com o fortalecimento do movimento feminista, quando passaram a ser discutidos problemas da sexualidade, da liberdade ao corpo, do casamento e dos jovens.

A verdade, porém, é que não se sabe com precisão por que o dia 8 de março foi escolhido, mas ele se consagrou ao longo do século XX. A consagração do direito de manifestação pública veio com apoio internacional, em 1975, quando a Assembléia-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU instituiu oficialmente a data como o Dia Internacional da Mulher.

No Brasil, podemos dizer que o dia 24 de fevereiro de 1932 foi um marco na história da mulher. Nessa data, foi instituído o voto feminino, reconhecido em seguida pela Constituição de 1934. As mulheres conquistavam, depois de muitos anos de discussões e reivindicações, o direito de votar e serem eleitas para cargos no Executivo e no Legislativo. A primeira Governadora de Estado foi eleita 60 anos depois.

Hoje, a parcela feminina representa 41% da população economicamente ativa, com 30 milhões de mulheres no mercado de trabalho. No setor educacional, a ascensão da mulher revela-se na presença de 57% de estudantes no 2º grau e no ensino superior.

Por outro lado - e infelizmente -, de acordo com a ONU, 25% das brasileiras são vítimas de violência no lar. Em apenas 2% dos casos o agressor é punido; em cerca de 70%, o agressor é o marido ou o companheiro.

Segundo o Ministério da Previdência Social, existem atualmente 9 milhões de donas de casa no Brasil. Até mesmo as cerca de 40 milhões de mulheres que ocupam postos no mercado de trabalho, formal ou informal, acabam



desempenhando atividades domésticas. Ou seja, no mundo contemporâneo, ainda cabe ao sexo feminino a tarefa de cuidar do lar e da família.

Consoante dados do DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, as mulheres correspondem a 41% da população economicamente ativa do Brasil e mais de um quarto das famílias são chefiadas por elas.

Mas nem tudo são flores. Pela pesquisa, as mulheres possuem maior nível de escolaridade que os homens, porém não ocupam funções compatíveis com sua formação, além de ter remuneração menor, se comparada à do sexo oposto.

De acordo com pesquisa realizada pela professora de pós-graduação em História Social Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula, a primeira mulher diplomada no Brasil foi a médica Rita Lobato Velho Lopes (1867-1960). Segundo pesquisa, com os impedimentos existentes na época, Rita Lobato só pôde iniciar seus estudos depois que o imperador D. Pedro II assinou um decreto-lei autorizativo.

A sanção presidencial à recém-batizada Lei Maria da Penha selou o destino de milhões de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no Brasil. A partir da tragédia pessoal de uma cidadã brasileira, vítima de agressões que deixaram marcas permanentes na alma e no corpo, o País, enfim, viu nascer no ordenamento jurídico nacional sua mais importante resposta à sociedade internacional em relação aos compromissos firmados em tratados e convenções há mais de 10 anos para o combate à violência doméstica contra a mulher.

E foram muitas as mudanças: inovações no processo judicial, no papel das autoridades policiais e do Ministério Público; alterações no Código Penal, no Código de Processo Penal e na Lei de Execuções Penais. Trata-se de um verdadeiro estatuto no combate à violência doméstica e familiar.

A Lei Maria da Penha modificou profundamente as relações entre mulheres vítimas de violência doméstica e seus agressores, o processamento desses crimes, o atendimento policial a partir do momento em que a autoridade tomar conhecimento do fato e a assistência do Ministério Público nas ações judiciais.



Muito embora a iniciativa legislativa tenha sido do próprio Poder Executivo, que a apresentou ao final de 2004, a proposta é fruto de anos de discussão entre o Governo brasileiro e a sociedade internacional e também do apelo de milhões de mulheres brasileiras vítimas de discriminação por gênero, de agressões físicas e psicológicas e de violência sexual, tanto dentro como fora do seio familiar.

Deus deu à mulher o dom da amamentação, com o manancial do alimento junto ao coração, o coração símbolo do amor, para aconchegar a cria junto à face e fazer com que aquele que dela colhe a vida sinta o seu respirar, seus murmúrios de carinho e de carícia, seu palpitar, o acalento dos braços macios e corajosos.

O mundo é seu, mulher! A política é sua, quando você sente que a sua família é o seu carisma e apenas pode bem sobreviver numa sociedade digna e equilibrada.

O maior dos oradores não pode convencer mais do que a sua oração aos pés de Maria ou as suas palavras no aconchego da cama ou nas horas de refeição.

Você é poesia, harmonia, sonho, fibra, luta e vitória.

Parabéns, mulher, pelo dia 8 de março!

Desejo ainda registrar, Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que na última segunda-feira, dia 3, tomou posse a nova Diretoria da AFACEESP - Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas do Banco Nossa Caixa.

Nossos cumprimentos aos Srs. Pedro Paulo Galdino, Diretor-Presidente; Antonio Alberto Giangiacomo, Diretor Vice-Presidente; à Sra. Cacilda Maria Ferreira, Diretora Vice-Presidente; e também à Sra. Maria José Pecoraro, Diretora Vice-Presidente.

Cumprimento também os membros dos Conselhos Fiscal e Deliberativo.

A AFACEESP objetiva congregar os aposentados e pensionistas do Banco Nossa Caixa, com a finalidade de mobilizá-los e fortalecer a defesa dos seus interesses. Os funcionários da Nossa Caixa, mesmo aposentados ou na condição de pensionistas, continuam mantendo vínculos com o Banco, que tem obrigações legais de pagar os benefícios de aposentadoria e custeio de plano de saúde.

A associação tem ainda como objetivo buscar o bem-estar dos seus associados e familiares, incentivando o convívio social por meio de atividades recreativas, culturais, esportivas, artísticas, de lazer e turismo.



Congrega cerca de 5.200 (famílias de aposentados e pensionistas, residentes na Capital e nas demais cidades do Estado de São Paulo. A faixa etária dos filiados é bastante ampla.

A experiência profissional pregressa dos sócios situa-se nos vários níveis da atividade bancária, com preponderância nas categorias de auxiliar administrativo, chefia e gerência.

A AFACEESP patrocina projeto de elevado alcance social: o Centro de Convivência que está sendo instalado na cidade de Caçapava, nas imediações da Rodovia Carvalho Pinto.

Era o que tinha a dizer.



Documento 21/91

026.2.53.O Sessão Extraordinária - CD 05/03/2008-14:04

Publ.: DCD - 06/03/2008 - 6786 ADÃO PRETTO-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Repúdio à violência praticada pela Brigada Militar do Rio Grande do Sul contra trabalhadoras da Via Campesina ocupantes da Fazenda Tarumã, no Município de Rosário do Sul. Encontro do orador com o Senador Paulo Paim, para debate da compra ilegal de terras por estrangeiros, e com o Senador Sérgio Zambiasi, para discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2006, sobre a redução de áreas fronteiriças.

O SR. ADÃO PRETTO (PT-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta semana, em que transcorre o 8 de março, é de luta e resistência das mulheres urbanas e rurais, lutadoras do povo que manifestam seu protesto contra todas as situações de violência, pobreza, discriminação, criminalização dos movimentos sociais e desigualdades sociais.

Mais de 900 mulheres da Via Campesina ocuparam na manhã de ontem a Fazenda Tarumã, no Município de Rosário do Sul, Rio Grande do Sul, para denunciar as ações ilegais e irregularidades cometidas pela multinacional proprietária dessa área e protestar contra elas. Essa fazenda possui 2.100



hectares e pertence à empresa sueco-finlandesa Stora Enso, que planta eucalipto para produção de celulose.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, denuncio a truculência do Governo Yeda, que, através da brigada militar, prendeu uma militante, sendo que 6 mulheres estão hospitalizadas e mais de 100 foram feridas. As militantes foram até a Fazenda em 30 ônibus e foram obrigadas a entrar em apenas 10 ônibus, junto com as crianças. Elas foram deixadas das 16h da tarde de ontem até a 1h dessa manhã, com fome, frio e sede. De madrugada, foram levadas até um ginásio de esportes, onde ficaram em pedra fria, sem agasalhos, sem comida e sem água até hoje, pela manhã. Em protesto contra a truculência do Governo do Estado, o MST trancou várias rodovias no Rio Grande do Sul.

A denúncia está fundamentada com base na defesa da soberania e da segurança nacional, pois, segundo informações, essa transnacional adquiriu terras em processo ilegal, em área de fronteira que está protegida por leis as quais não permitem que pessoas jurídicas estrangeiras adquiram terras sem que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA dê seu aval, bem como o Conselho Nacional de Segurança, e, em alguns casos, são necessários a discussão e o voto nesta Casa.

Sobre este tema tivemos hoje audiência com o Senador Paulo Paim, para levar nossa preocupação com o crescimento da compra ilegal de terras brasileiras por estrangeiros, e outra com o Senador Sérgio Zambiasi, o qual é autor da Proposta de Emenda a Constituição nº 29, de 2006, que reduz as áreas de fronteira de 150 quilômetros para 50 quilômetros.

Nossa preocupação é que se essa PEC for aprovada, beneficiará diretamente as empresas transnacionais como a Stora Enso, que já compraram - e inclusive já pagaram - terras em área de fronteira no Rio Grande do Sul. No entanto, essa compra é ilegal, a empresa não tem documentação de propriedade dessas terras e aguarda apenas a mudança de legislação que tramita na Câmara e no Senado.

Muitos defendem que a diminuição da área de fronteira trará desenvolvimento para a metade norte do Rio Grande do Sul. Entretanto, a metade norte do Estado tem o mesmo tamanho da faixa de fronteira e é desenvolvida. A diferença é que lá



predomina a agricultura familiar, com produção de alimentos, e a metade sul é dominada por área de latifúndio improdutivo e atrasado.

A pergunta que fazemos é: que tipo de desenvolvimento as plantações de eucalipto produzirão? Sabemos que se trata de destruição ambiental, desemprego, perda de soberania nacional e, ainda, que os lucros gerados são enviados para fora do País.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a luta das mulheres é justa, é soberana, é na defesa de nossa Pátria, da soberania nacional e da produção de alimentos saudáveis para saciar a fome e alimentar a população.

Sr. Presidente, solicito que divulgue este pronunciamento em A Voz do Brasil e nos demais meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.



Documento 22/91

026.2.53.O Sessão Extraordinária - CD 05/03/2008-14:52

Publ.: DCD - 06/03/2008 - 6816 LEONARDO MONTEIRO-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Desempenho da bancada feminina na Casa. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Violência praticada contra adolescente durante cumprimento de medidas socioeducativas em cárcere da cidade de Pedra Azul, no Vale do Jequitinhonha, Estado de Minas Gerais. Anúncio de lançamento, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do 2º Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, funcionários desta Casa, profissionais da imprensa, ouvintes da Rádio Câmara, telespectadores da TV Câmara, meus cumprimentos ao Presidente desta Casa, Deputado Arlindo Chinaglia, e demais componentes da Mesa Diretora, aos nobres companheiros da bancada do Partido dos Trabalhadores e dos demais partidos, saudações especiais à companheira Deputada Maria do Carmo Lara, do PT, em nome de quem cumprimento as demais companheiras Parlamentares pelo brilhante trabalho da bancada feminina na defesa dos direitos efetivos das mulheres e pela passagem do Dia Internacional da Mulher.



Faço aqui uma referência às conquistas das mulheres brasileiras como forma de homenagem pelo 8 de março. Até podemos comemorar, mas devo ressaltar que muito ainda precisa ser feito.

Não podemos permitir que a situação de violência, abandono e negligência que marcou a vida de uma adolescente de 16 anos que engravidou enquanto estava detida na delegacia de Pedra Azul, no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, continue acontecendo com adolescentes e mulheres brasileiras.

Pedra Azul fica a 720 quilômetros de Belo Horizonte, e a adolescente cumpria medida socioeducativa dentro de uma cela. Relatos do processo mostram diversos episódios de violação dos direitos básicos da jovem.

Aos 6 anos, ela foi estuprada por uma pessoa ligada à família. Poucos anos depois, fugiu de casa e passou a viver nas ruas do município, onde iniciou uma trajetória de pequenos furtos, principalmente contra idosos. Resultado: foi apreendida pela primeira vez em maio de 2006 e, menos de um ano depois, voltou para as mãos da polícia.

Em 15 de março do ano passado, a garota foi detida em flagrante por furto qualificado, e a Justiça determinou o cumprimento de medida socioeducativa num prazo de 6 meses a 3 anos, em regime fechado.

Por falta de um centro de internação em Pedra Azul, a juíza da comarca definiu que ela ficasse acautelada numa cela separada da cadeia, até que surgisse vaga numa instituição adequada.

Em 5 de dezembro, a jovem foi transferida para o Centro de Reeducação Social São Jerônimo, no Bairro Horto, na região leste de Belo Horizonte. Mas já estava grávida de 4 meses.

A defesa dos direitos da mulher precisa ser parte permanente da agenda de prioridades no Congresso, inclusive com a denúncia de violência e agressões contra mulheres.

Vale salientar que a simples elaboração das leis não garante sua efetiva aplicação. Um exemplo é a Lei Maria da Penha, que facilitou o acesso das mulheres à Justiça, mas ainda não estimulou as denúncias, pois muitas mulheres ainda têm receio de se expor "por vergonha, por medo, por incompreensão".



Existem muitas versões sobre a origem do Dia Internacional da Mulher. Alguns países, por exemplo, comemoram em meses diferentes. No entanto, acredito que essa e outras datas importantes para a classe trabalhadora devem ser sempre lembradas e por nós celebradas para impedir que elas caiam no esquecimento ou virem mercadoria.

Recordar as origens do Dia Internacional da Mulher é impedir que, qualquer dia desses, as mulheres comecem a ganhar flores e presentes no 8 de março, como ganham no Dia das Mães.

Independente de qual seja sua origem, o 8 de março é um dia de luta pela revolução cultural, sexual e social.

Aproveito para destacar o 2º Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2º PNPM), que será lançado na próxima quarta-feira (5 de março) pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto, às 15h, com a participação da Ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, e de Ministros de Estado e Secretários Especiais envolvidos na implementação do PNPM.

O lançamento do 2º PNPM faz parte das comemorações do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

Com 6 novos eixos, o plano traz importantes objetivos para o período 2008/2011, entre eles aumentar a participação política das mulheres nos espaços de poder e de decisão e promover uma cultura, comunicação e mídias não discriminatórias.

Além disso, novos Ministérios e órgãos do Governo Federal passam a integrar o Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM.

Esse plano dá continuidade ao processo de construção de políticas públicas de igualdade de gênero, iniciado em 2004, com o 1º PNPM.

Nesse contexto, quero, senhoras e senhores, destacar a importância da sessão solene que será realizada pelo Congresso Nacional, no próximo dia 11, a partir das 10h, com o duplo objetivo de comemorar o Dia Internacional da Mulher e agraciar as 5 vencedoras do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.



Elas foram selecionadas entre 75 mulheres indicadas por associações e conselhos que tratam dos direitos humanos, assuntos sociais e da defesa da mulher, da criança e do adolescente.

As vencedoras para 2008 foram a patrona do feminismo brasileiro, a escritora Rose Maria Muraro; a médica e ex-Deputada Federal Jandira Feghali; a aeromoça e especialista em Antártica Alice Editha Klausz; a Presidente da Associação das Parteiras de Jaboatão dos Guararapes (PE), Maria dos Prazeres de Souza, e a médica geneticista Mayana Zatz.

A todas as mulheres, em especial à minha mãe, Maria Monteiro, minha mulher, Mira, e minha filha, Érika, meu profundo respeito e admiração.

Obrigado a todas e a todos.



Documento 23/91

026.2.53.O Sessão Extraordinária - CD 05/03/2008-14:52

Publ.: DCD - 06/03/2008 - 6831 NATAN DONADON-PMDB -RO

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Homenagem às mulheres brasileiras, especialmente às do Estado de Rondônia. Avanço da Lei Maria da Penha, destinada ao combate à violência contra a mulher.

O SR. NATAN DONADON (Bloco/PMDB-RO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero saudar todas as companheiras, Deputadas, assessoras, funcionárias efetivas e terceirizadas, de todos os segmentos desta Casa, e todas as mulheres do Brasil, em especial as mulheres do meu Estado, Rondônia, pelo Dia Internacional da Mulher. Esse dia tem sua importância, porque as mulheres, por mais que tenham obtido avanços, por mais que ocupem um espaço maior, ainda vivem uma realidade muito distante da igualdade de gênero no País e no mundo. Nossa solidariedade, carinho, dedicação e companheirismo a todas as mulheres, principalmente às que têm estado à frente na luta pelos direitos das mulheres, pela igualdade de gênero.

Foi um grande avanço a sanção, pelo Presidente Lula, da Lei Maria da Penha. O Governo Federal enviou projeto ao Congresso Nacional no dia 25 de novembro de 2004. Lá, ele se transformou no Projeto de Lei de Conversão nº 37, de 2006,



aprovado e sancionado no dia 7 de agosto de 2006. É bom lembrar o porquê desse nome. Maria da Penha, cidadã nordestina, no início da década de 80, foi vítima da violência por parte de seu companheiro, que tentou assassiná-la a tiros, e, não conseguindo seu intento, tentou tirar sua vida com as próprias mãos. Essa mulher, que por conta da violência ficou tetraplégica, dá um exemplo a todas as mulheres e homens do Brasil. Transformou as seqüelas da violência praticada pelo ex-companheiro em instrumento de indignação e luta. Por isso, a Lei nº 11.134, de 2006, tem o nome de Maria da Penha, porque é uma lei que busca coibir a violência doméstica contra as mulheres.

Há pouco tempo, o homem que cometesse violência física contra sua companheira poderia ser condenado a pagar cestas básicas, cumprindo uma obrigação social. Hoje, pela Lei Maria da Penha, o homem que cometer violência contra sua parceira vai para a cadeia, que é o destino de todos aqueles que, gratuitamente, cometem violência contra outra pessoa. Assim, quero aqui registrar o avanço que é a Lei Maria da Penha.

Dirijo-me às mulheres do meu Estado, Rondônia, que é um lugar de mulheres valentes, que ajudaram a construir aquela sociedade. Quero cumprimentá-las lembrando de Tereza de Benguela, uma escrava que viveu no século XVIII, no Quilombo do Piolho, hoje Município de Cabixi, em Rondônia.

Teresa de Benguela era mulher de José Piolho, que chefiava o quilombo. Quando seu marido morreu, Teresa de Benguela assumiu o comando, tornando-se uma líder ainda mais implacável e obstinada. Valente e guerreira, ela comandou uma comunidade de 3 mil pessoas. O quilombo cresceu tanto ao seu comando que agregou índios bolivianos e brasileiros. Depois de enfrentar tropas fortemente armadas do Império, Teresa foi capturada e, para não submeter-se mais à escravidão, suicidou-se.

É na pessoa da guerreira Teresa de Benguela que rendo minhas homenagens a todas as mulheres de Rondônia, guerreiras, obstinadas e valentes.

Sr. Presidente desta Casa de Leis, neste Dia Internacional da Mulher, minha homenagem especialmente às mães, irmãs, esposas e companheiras que, ombro a ombro, tem ajudado a construir esta grande Nação.



Meu muito obrigado e parabéns às mulheres.



Documento 24/91

026.2.53.O Sessão Extraordinária - CD 05/03/2008-14:52

Publ.: DCD - 06/03/2008 - 6832 DJALMA BERGER-PSB -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Realização pelo Diretório Municipal do PSB de São José, Estado de Santa Catarina, de evento ao ensejo do Dia Internacional da Mulher, com a posse da Comissão Diretora do PSB Mulher de São José. Não envolvimento do orador no processo de afastamento do Prefeito Municipal Fernando Elias.

O SR. DJALMA BERGER (Bloco/PSB-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta semana em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher, mais especificamente no próximo dia 8, desejo manifestar minha homenagem às mulheres brasileiras pelo transcurso da data.

O dia 8 de março foi instituído como Dia Internacional da Mulher em homenagem às 129 tecelãs da fábrica de tecidos Cotton, de Nova Iorque, que decidiram paralisar seus trabalhos, reivindicando o direito à jornada de 10 horas. Era 8 de março de 1857, data da primeira greve norte-americana conduzida somente por mulheres. A polícia reprimiu violentamente a manifestação fazendo com que as operárias refugassem-se dentro da fábrica. Os donos da empresa, junto com os



policiais, trancaram todas as tecelãs no local e atearam fogo, matando-as carbonizadas.

Em 1910, durante a 2ª Conferência Internacional de Mulheres, realizada na Dinamarca, foi proposto que o dia 8 de março fosse declarado o dia internacional da mulher, em homenagem às operárias de Nova Iorque. A partir de então, essa data começou a ser comemorada no mundo inteiro, em homenagem às mulheres.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ciente da posição de vanguarda de V.Exa. na defesa dos direitos das mulheres, o Diretório Municipal do Partido Socialista Brasileiro de São José realizou, no último sábado, no Clube 1º de Junho, um evento em homenagem à mulher pelo transcurso de seu dia, o que culminou com a posse da Comissão Diretora do PSB Mulher de São José.

O evento contou com a presença de mais de 500 mulheres e foi coordenado pela Secretária-Geral do PSB Mulher, Rosa Schmidt, pela minha esposa, Adriana Berger, e foi um sucesso de público e militância socialista. Apresentado pela colunista Luiza Gutierrez, teve palestra da professora de yoga Syrlene Barbieri, desfile de moda das Lojas Lazer, sorteio de brindes, café colonial e show do grupo Bom Partido.

Aproveito o ensejo, Sr. Presidente, para falar de uma decisão da Câmara de Vereadores de São José que culminou no afastamento do Prefeito Municipal, Fernando Elias, por 180 dias, acusado de supostas irregularidades na cobrança da taxa de lixo.

O afastamento foi suspenso na tarde ontem, graças a uma liminar concedida pelo juiz Márcio Schiefler Fontes, da Vara da Fazenda Pública de São José, que suspendeu os efeitos do Decreto Legislativo nº 890, mantendo o Prefeito no cargo até o julgamento final do mérito.

Parcela da imprensa catarinense me atribuiu responsabilidade pela decisão da edilidade josefense. A este respeito divulguei nota oficial, cujo inteiro teor transcrevo neste pronunciamento, deixando claro que respeito a decisão soberana das urnas e desejo que a classe política de São José resolva a crise institucional e a que Administração Municipal volte à normalidade.

"Esclarecimento



Em função de notícias veiculadas na imprensa no último final de semana, que de forma unilateral procuram vincular meu nome ao processo de afastamento realizado pela Câmara Municipal de São José, esclareço o seguinte:

- 1) Todas as eleições que participei, venci no voto, manifestação mais soberana de um povo;
- 2) Nunca recorri a Tribunais, Câmaras, etc., para questionar o resultado das urnas, prática esta muito comum à outra pessoa e a outro partido que não o meu;
- 3) Não sinto absolutamente nenhum prazer, nunca comemorei e nunca vou comemorar a dificuldade ou a derrota de quem quer que seja;
- 4) Faço o meu trabalho para a população, e é ela, no momento certo, que decide qual é a melhor proposta para representá-lo em futuras eleições;
- 5) Imputar a mim todos os fatos relacionados à vida de São José, é no mínimo exagerar minha importância na vida desta cidade maravilhosa;
- 6) Rechaço categoricamente qualquer tentativa de me relacionar com a articulação que culminou com o afastamento do prefeito de São José;
- 7) Espero que a classe política de São José resolva este momento de crise que estamos passando rapidamente, para que a administração da cidade possa voltar à normalidade".

Era o que tinha a dizer.



Documento 25/91

029.2.53.O Sessão Extraordinária - CD 06/03/2008-11:12

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7499 CLEBER VERDE-PRB -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Realização do 1º Encontro Estadual do Partido Republicano Brasileiro, em São Luís, Estado do Maranhão. Homenagem à Ministra Kátia Arruda, do Tribunal Superior do Trabalho, e às mulheres brasileiras ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. CLEBER VERDE (Bloco/PRB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Sras. Deputados, registro a realização do I Encontro Estadual do Partido Republicano Brasileiro, amanhã, em São Luís, a partir das 14h, no Rio Poty Hotel, no qual estarão reunidos 10 Prefeitos e 168 diretores, cada um com a sua executiva, debatendo o tema Os Republicanos e o Municipalismo.

Na oportunidade, vamos apresentar a proposta do Partido Republicano para o desenvolvimento dos municípios maranhenses de forma muito especial. Entendemos que esse encontro partidário terá um significado importante para o Maranhão, tendo em vista que vai tratar de um assunto de suma importância para os municípios daquele Estado. Vale mencionar que contaremos com a presença de autoridades do nosso partido, em âmbito nacional, como o Presidente Nacional



do partido, Vítor Paulo, que certamente vai honrar o encontro, os Deputados Federais, a bancada de Senadores, enfim, toda a cúpula do partido.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro que, no dia 8 de março, comemora-se o Dia Internacional das Mulheres. Parabenizo todas as mulheres, em nome da Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, Kátia Arruda, a primeira nordestina a tomar posse, no dia 27, no cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho. Portanto, em nome da Ministra Kátia Arruda, cumprimento todas as mulheres que têm trabalhado em favor do crescimento do País, colocando a mulher no patamar que realmente merece, com dignidade e respeito.

Muito obrigado.



Documento 26/91

029.2.53.O Sessão Extraordinária - CD 06/03/2008-11:52

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7521 VALADARES FILHO-PSB -SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. VALADARES FILHO (Bloco/PSB-SE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trago um cumprimento de respeito e de admiração às mulheres do Brasil, na reverência anual que destaca a trajetória histórica, sempre de lutas, pela afirmação de direitos solapados ao longo do tempo. E começo por abraçar as bravas representantes das mulheres neste Parlamento, onde questões relevantes têm aflorado na discussão democrática, que é própria desta Casa de mandatários do povo.

No curso da história das sociedades modernas, a luta das mulheres valoriza cada conquista, cada avanço, cada posição que restaura a dignidade feminina. Sabe-se, por isso mesmo, que nada em defesa do reconhecimento das mulheres resultou de favores ou benemerências, mas de lutas, verdadeiras batalhas que se arrastaram até que fossem acolhidas nos textos legais.

Na França e em outras partes do mundo as mulheres exibiram as suas consciências, contribuindo para a internacionalização das reivindicações, a partir da identidade das demandas. O feminismo, na melhor acepção, tornou-se uma



bandeira, tomou as ruas, afirmou compromissos, cobrou respeito e conquistou avanços marcantes.

Foram muitas as conquistas, diversos foram os avanços, mas ainda há necessidade de lutar, para que temas tabus, muitos deles de origem doutrinária religiosa, sejam vencidos pela clareza que supera as dúvidas, como a luz que vence as trevas. Isto não quer significar interferência nos destinos dos povos, que competem, soberanamente, a cada sociedade, mas, de outro lado, não deve enfraquecer a luta libertária por direitos, na construção permanente da cidadania. Cidadania não tem prazo de validade, mas, ao contrário, é um esforço de superação, que atualiza, aprimora e consolida os ganhos políticos que marcam a marcha afirmativa das mulheres.

O Brasil tem na sua história capítulos singulares, em defesa de direitos para a mulher, quebrando a rigidez dos preconceitos, alicerçados na formação patriarcal da nossa sociedade. Foram décadas de rebeldia, questionamentos, enfrentamentos, para que o arcabouço legal do País trocasse o seu anacronismo pela modernização das práticas democráticas. Democracia, vale repetir, não é um rótulo, um decalque, alguma coisa postíça na vida das sociedades, mas uma prática diária, modelar, a dar proteção exemplar aos mais legítimos anseios sociais, que a nutrem.

É preciso, portanto, manter a vigilância, refletir, criticamente, sobre temas ligados às lutas femininas, trabalhando para prestar todos os esclarecimentos ao conjunto da sociedade brasileira, formando uma opinião pública associada aos mesmos interesses de valorização e de dignidade da vida, vista em todos os seus aspectos.

A melhor homenagem que a mulher deve receber, em todo o mundo, é ter compreendida a sua luta, o seu esforço, nos diversos papéis que cumpre. Não há por que departamentalizar a vida das mulheres, seccionando partes de um conjunto que, sendo harmonioso, funciona por inteiro, íntegro e indivisível, como expressão de vida, ao lado do homem, vencendo os desafios recorrentes da sobrevivência.



O Brasil tem muito, ainda, por fazer, em termos de reparação histórica das injustiças que o tempo acumulou, como um legado do atraso nas relações sociais. Há, inegavelmente, uma disposição franca, que ganha visibilidade na mídia, em defesa de conquistas e avanços em prol da mulher. Da mesma forma como há, indisfarçadamente, reações de intolerância, que se põem como obstáculos, alguns intransponíveis, que retardam o aprimoramento do sistema jurídico nacional.

A hora presente, que se vale do repertório de lutas do passado, e de uma agenda atualizada de interesses femininos, é de soma, realimentando a coragem, que sempre foi o melhor dos atributos das lutas das mulheres brasileiras. Que este dia sirva, além das homenagens, de reflexão, de discussão temática, de diálogo, para seguir adiante com o ideário que, mais do que glorificar, faz justiça às mulheres de todo o Brasil.

Cumprimento, mais uma vez, as excelentíssimas colegas desta Casa, mulheres brasileiras que pela inteligência e trabalho engrandecem o País. Saúdo as mulheres sergipanas, igualmente merecedoras de todos os aplausos, pelos exemplos que dão às novas gerações e pelo que constroem para o futuro.

Era o que tinha a dizer. Meu muito obrigado e minhas felicitações a todas as mulheres brasileiras.



Documento 27/91

030.2.53.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2008-14:48

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7551 WELLINGTON FAGUNDES-PR -MT

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Atuação do orador no exercício da Presidência da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. Defesa da aprovação dos projetos de lei sobre a definição de novo marco regulatório das telecomunicações no Brasil e sobre a regulamentação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Acerto dos votos dos Ministros Carlos Ayres Britto e Ellen Gracie, do Supremo Tribunal Federal, favoráveis à realização de pesquisas com células-tronco embrionárias. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Homenagem às mulheres brasileiras. Menção especial à Deputada Thelma de Oliveira e à Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR-MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, durante 1 ano, tive a honra de presidir nesta Casa a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, por onde passam projetos da mais alta relevância para a vida deste País.

O Vice-Presidente desse órgão foi o nosso companheiro Deputado Albano Franco, pessoa extremamente competente. Para mim, foi uma honra presidir aquela Comissão ao lado do Deputado Albano Franco. Agora, S.Exa vai presidir a Comissão de Turismo e Desporto desta Casa.



Gostaria de lembrar alguns desses projetos que, certamente, ficarão na memória de todos. É o caso, Sr. Presidente, de 4 projetos de lei que trataram sobre a chamada convergência tecnológica, que definiu um novo marco regulatório das telecomunicações no País.

O assunto foi discutido em várias audiências que contaram com a participação dos setores envolvidos. Estiveram presentes, inclusive, o Ministro das Comunicações, Hélio Costa, e o Presidente da ANATEL, Ronaldo Sardenberg.

Ao definir um novo marco regulatório, o substitutivo permite às empresas de telefonia fixa e móvel ofertar serviços de TV a cabo ou por assinatura, além do de Internet, e regulamenta a oferta, pelas empresas de TV a cabo, dos serviços de Internet e telefonia. Em outras palavras, ambas as empresas poderão oferecer ao consumidor um pacote de tecnologia de telecomunicação e entretenimento, o que pode resultar em maior acesso e redução no custo desses serviços. É o que se chama de convergência tecnológica, que já vem sendo adotada no mercado.

Esse projeto, que está hoje tramitando na Comissão de Ciência e Tecnologia, representa um novo marco. Hoje, apenas 200 cidades no Brasil possuem o sistema de TV a cabo, enquanto na Argentina mais de 50% da população é atendida com esse sistema. Agora, com o avanço da tecnologia, a convergência de todos os sistemas, precisamos regulamentar essa matéria o mais rápido possível. Com a convergência, já temos no Brasil o telefone celular em que nos é possível conversar e, ao mesmo tempo, ver a pessoa que fala na outra ponta. Espero que a Comissão de Ciência e Tecnologia aprove esse projeto de forma terminativa. Fizemos um acordo com o Presidente desta Casa para que possamos, ainda neste ano, aprovar o projeto e dar oportunidade para a universalização do sistema. Claro, o mais importante é baratear o custo para o consumidor no Brasil.

Na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, foi aprovada também a matéria sobre a lei de fracionamento de remédios, que obriga os laboratórios a fabricar medicamentos em embalagens para venda fracionada.

Outro projeto de importância, especialmente para a região central do País, é o que cria o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, antiga aspiração de Mato



Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio aprovou o projeto, e o banco, que já estava previsto na Constituição Federal de 1988, pode agora virar realidade. Trata-se de uma instituição federal semelhante aos bancos dedicados ao fomento em outras regiões do País, como o BASA, no Norte. O novo banco nascerá com o objetivo de financiar a atividade econômica da Região Centro-Oeste, especialmente no caso da agroindústria e da infra-estrutura no campo, com a vantagem de valorizar muito mais a criatividade do que a capacidade de oferecer garantias ao financiamento.

A Região Centro-Oeste, mesmo não tendo um banco até hoje, tem sido uma das regiões que mais se desenvolve no País, alavancada principalmente pelo agronegócio.

Foi também a Região Centro-Oeste tema de importantes audiências públicas que contaram inclusive com a presença da Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. Entre os projetos que despertaram interesse da Comissão está o da Ferrovia Vicente Vuolo, sonho acalentado pelo ex-Senador Vicente Vuolo durante décadas. Ela está em pleno funcionamento no trecho entre Alto Araguaia, em Mato Grosso, e o Porto de Santos, em São Paulo. Hoje, o grande sonho dos mato-grossenses é ver os trilhos avançarem em direção a Rondonópolis e Cuiabá, Capital do Estado. Diante das insistentes reivindicações encaminhadas pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e pela Comissão Pró-Ferrovia, criada em Mato Grosso, a Casa Civil e o Ministério dos Transportes resolveram pedir um prazo para que a América Latina Logística retome a construção da ferrovia, senão corre o risco de perder a concessão. A própria Ministra foi bem clara ao ameaçar a ALL com a perda da concessão, caso as obras não sejam retomadas. O prazo dado é de 6 meses para a apresentação de um cronograma de obras, prazo esse que vence no próximo mês.

São, sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, projetos de importância para o desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro, uma região que muito tem contribuído para o progresso da Nação, ao ofertar no mercado interno e externo milhões de toneladas de soja, de algodão, de arroz e de carne. Os



trabalhos da CDEIC contribuem para melhorar a vida de todos os brasileiros. Nesse sentido, espero ter dado a minha pequena contribuição nesses 12 meses em que estive na presidência de tão importante Comissão. Agradeço a todos os companheiros que confiaram a mim essa honrosa missão. Agradeço a Deus as oportunidades que tenho tido na vida. Agradeço ao povo de Mato Grosso, que me colocou nesta Casa para representá-lo.

Aproveito a oportunidade para desejar ao novo Presidente, Deputado Jilmar Tatto, um ano de conquistas e de sucesso à frente dessa Comissão.

Agradeço, por intermédio do Secretário Lin, a todos aqueles que me secretariaram, ajudaram-me na Comissão, sejam funcionários da Casa, sejam aqueles que ocuparam cargos de confiança.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero agora abordar um tema que suscita interesse da sociedade no Brasil e no mundo. Refiro-me à matéria cuja votação foi iniciada ontem no Supremo Tribunal Federal. Nossa Corte Suprema é a primeira no mundo a apreciar esta questão, a possibilidade da comunidade científica de realizar pesquisas com células-tronco.

Houve o voto do Ministro Carlos Ayres Britto, que, sem dúvida nenhuma, demonstrou sua competência. S.Exa., com sua serenidade, pôde mostrar a importância dessas pesquisas principalmente para as pessoas que estão em cadeira de rodas ou têm algum tipo de doença. As pesquisas podem oferecer-lhes mais esperança de cura.

Sr. Presidente, nobre Deputado Inocêncio Oliveira, V.Exa., que é médico, deve compartilhar dessa idéia, tenho certeza. Não podemos, em um mundo tão avançado, dizer que estamos dificultando o estudo com células-tronco e, principalmente, a questão dos embriões. Sabe-se que jamais haverá vida naquilo que foi fecundado in vitro, se não for para o útero.

Portanto, temos que dar oportunidade às pessoas, sobretudo as que têm esperança de vida, que querem ter qualidade de vida. Sem dúvida nenhuma, só por meio da pesquisa poderemos fazer isso.



Quero parabenizar a Ministra Ellen Gracie, por ter, de forma bastante inovadora e corajosa, adiantado o seu voto. S.Exa. disse que não tem como opinar diretamente porque aquela Corte é jurídica e não científica.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproveitando a menção à Ministra Ellen Gracie, homenageio todas as mulheres, especialmente as brasileiras, pelo Dia Internacional da Mulher. S.Exa. deu um exemplo para o Brasil e para todos nós de que realmente deve haver pioneirismo.

Homenageio particularmente 2 mulheres do meu Estado, a Deputada Thelma de Oliveira e a Senadora Serys Slhessarenko, que representam muito bem o nosso Estado no Parlamento nacional.



Documento 28/91

030.2.53.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2008-14:09

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7531 JANETE ROCHA PIETÁ-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Outorga do prêmio Carlota Pereira de Queiroz à filósofa Marilena Chauí. Pronunciamento da filósofa por ocasião do recebimento do prêmio. Participação na 8ª Corrida e Caminhada do Batom, em Guarulhos, Estado de São Paulo. Realização de evento em comemoração ao primeiro ano de mandato da oradora. Distribuição de exemplares da Lei Maria da Penha. Defesa de criação do Juizado das Mulheres, constante no art. 14 do Diploma Legal.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT-SP.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero dizer que o lugar da mulher é na política. Oito de março é o Dia Internacional da Mulher. Estou vestida de lilás, a cor que foi utilizada na época da luta das mulheres pelo direito de voto, e ficou marcada na história.

Aproveito também para registrar a entrega do Diploma Mulher Cidadã Carlota Pereira de Queiroz a mulheres de destaque nacional em várias áreas.

A filósofa Marilena Chauí, por nossa indicação, foi uma das agraciadas em 2008. Infelizmente, ela não pôde comparecer ao evento porque nesse dia ministrou aula



magna na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo - USP, e recebeu o Prêmio de Professora Emérita. Mesmo assim, fica esse registro, ressaltando que procuraremos agendar com o Presidente desta Casa, Deputado Arlindo Chinaglia, uma data para que possamos entregar esse diploma à Profa. Marilena Chauí.

Passo a ler, na íntegra, a carta da filósofa Marilena Chauí:

"Excelentíssimas Senhoras Deputadas

Excelentíssimos Senhores Deputados

Prezadas funcionárias desta Casa

Prezados funcionários desta Casa

É com grande emoção que recebo a honraria a mim conferida por esta Câmara Federal ao me atribuir o prêmio Carlota Pereira de Queiroz e o título de Mulher Cidadã. Espero fazer jus a ambos e estar à altura das mulheres brasileiras, a quem dedico este prêmio.

Na semana dedicada às mulheres, não é demais lembrarmos que este prêmio e a composição desta Casa indicam um extraordinário percurso histórico feito pelas mulheres brasileiras pelo direito à palavra e ao espaço público. Em suma, pelo direito à cidadania.

De fato, se alguém saísse à procura de escritos nos quais as mulheres da antiga Roma tivessem deixado seus pensamentos e afetos, teria uma triste surpresa, pois delas não encontraria senão as lápides de seus túmulos. Ali, inscrições podem ser lidas: "Cláudia foi mãe dedicada e terna esposa"; "Lívia sabia tecer e caminhar com graça". Pais, maridos e filhos fizeram gravar na pedra o que sentiam por elas, como as viam e julgavam. Dessas mortas, cujos pensamentos, desejos, amores e ódios, esperanças e temores jamais conheceremos, sabemos também que não possuíam nomes próprios: seus nomes eram o do pai, com a terminação em "a". Todavia, além das lápides mortuárias, o que sabemos de algumas das antigas romanas nos chegou por meio dos textos de filósofos e historiadores latinos, que as mencionam como prostitutas, cortesãs, adúlteras e incentivadoras de regicídios. A comparação entre tais escritos e as inscrições mortuárias produz um resultado estranho: as mulheres cuja memória é cultuada nestas últimas são graciosas, laboriosas, respeitáveis em seu recato e



domesticidade; aquelas mencionadas pelos filósofos e historiadores romanos são dotadas de força extrema, lascivas, ambiciosas, ardilosas, propensas a toda sorte de perversidades. Numa palavra, as mulheres enclausuradas no espaço privado são honradas; as mulheres que agiram no espaço público são vilipendiadas. Quem eram e como eram, afinal, as mulheres romanas? Nunca saberemos, pois delas restou apenas o silêncio.

Todavia, as mulheres decidiram tomar a palavra. Mas isso não foi fácil.

Num comovente ensaio, "Um cômodo para si", Virgínia Woolf nos propõe imaginarmos que Shakespeare tivesse tido uma irmã e que, como ele, ela fosse extremamente inteligente, bem dotada para as humanidades, talentosa para a poesia e para a dramaturgia. Enquanto ele recebia uma educação propícia a desenvolver seu talento, ela era treinada nos afazeres domésticos e na preparação para o casamento. Quando ele partiu para Londres, ela deveria partir com um marido. Inconformada, fugiu também para Londres. Ali, porém, não conseguiu publicar seus poemas nem encenar suas peças, não tinha abrigo, comida nem agasalho para os dias de frio. Numa noite de inverno, faminta, enregelada e na mais profunda solidão, ainda jovem, morreu na neve, ignorada por todos e de todos desconhecida. Mas, conclui Virgínia Woolf:

"A irmã de Shakespeare, da qual ninguém fala, vive ainda. Ela vive em você e em mim e em inúmeras outras mulheres que não estão presentes aqui neste dia. Ela vive, pois os grandes poetas não morrem jamais, são presenças eternas; apenas esperam a ocasião para aparecer entre nós em carne e osso.

Hoje, creio, está em vocês o poder de dar essa ocasião à irmã de Shakespeare. Eis minha convicção: se tivermos um cômodo só para nós, se adquirirmos o hábito, a liberdade e a coragem de escrever exatamente o que pensamos, se conseguirmos sair da cozinha e da sala de visitas para ver os humanos em suas relações uns com os outros e também com a realidade, então se apresentará a ocasião para que a irmã morta de Shakespeare tome a forma humana a que teve tantas vezes de renunciar."

Passar do silêncio à palavra, passar da cozinha e da sala de visitas ao mundo, conquistar o direito ao espaço público e contribuir para um futuro melhor, mais



justo e mais feliz para todos os humanos, eis o longo, difícil e atormentado caminho que a mulheres conseguiram trilhar para afirmar-se como sujeitos livres, como portadoras de direitos e como cidadãs.

O prêmio Carlota Pereira de Queiroz exprime não só a ação dessa mulher intrépida, mas também as milhares de ações anônimas das mulheres brasileiras que, no cotidiano doméstico, nos movimentos sociais, no trabalho, nas artes e na política instituíram e instituem o espaço da igualdade, da justiça e da liberdade.

Muito obrigada.

Marilena Chauí."

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero também registrar que participei da 8ª edição da Corrida e Caminhada do Batom, realizada em Guarulhos, no domingo, 02 de março. Mil e quinhentas pessoas, a maioria mulheres, prestigiaram o evento, que faz parte da agenda do Mês das Mulheres. A corrida foi dividida por categorias, conforme a faixa etária das participantes. Parabens as vencedoras: Aparecida Oliveira de Moura e Luziane Bernudes Morato, na categoria Sub-23; Maria Sylvania da Silva, Kely Priscila Souza Honório e Renata Teixeira Lenate, na categoria adulto; Luzia Iraci da Silva, Antonia Pereira Galvão e Maria de Fátima e Silva, na categoria veterana; e Maria Valmira Almeida Sales e Mercedes de Godoy Meleiro, na categoria veteraníssima.

O evento contou com a participação de cerca de 1,5 mil pessoas, repito, a maioria mulheres.

Por fim, convido todos para a atividade programada pelo coletivo de nosso mandato, em comemoração a 1 ano do nosso mandato parlamentar e ao Dia Internacional da Mulher. O encontro acontece em Guarulhos, amanhã, 07 de março, na Casa do Mandato, na Rua José Maurício, nº 266, Centro. Preparamos uma exposição de fotografias, vídeos, material sobre as emendas ao Orçamento, que encaminhamos para Guarulhos e região. Aproveitarei ainda para lembrar a importância de votarmos emendas de bancada, uma delas por mim defendida, relativa ao Complexo Viário Jacu-Pêssego, fundamental para o Estado de São Paulo e para o Brasil.



Convidamos várias mulheres, entre elas, Vereadoras, aposentadas, motoristas de ônibus e caminhão, para relatar suas experiências pessoais e conversar sobre nossos sonhos.

Meu abraço a todas as mulheres, com a certeza de que nascemos todos iguais, e que a luta pela igualdade entre homens e mulheres acontece todos os dias, em nossos lares, no trabalho, nas comunidades, no campo e na cidade.

Sr. Presidente, já distribuí mais de 60 mil exemplares da Lei Maria da Penha. Essa lei é fantástica, mas precisamos criar o Juizado das Mulheres, conforme prevê o seu art. 14. Todos aqui devem saber que a violência doméstica não começa pelo aspecto físico, mas pelos aspectos psicológico, patrimonial, sexual e moral.

Portanto, conclamo todos a criar um mundo igual nas diferenças, com respeito à mulher. E que esta Casa se torne mais terna.

Obrigada, Sr. Presidente.



Documento 29/91

030.2.53.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2008-14:12

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7533 PAULO TEIXEIRA-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa., um Deputado sempre operoso e respeitado nesta Casa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna para render minha sincera homenagem às bravas e combativas mulheres, que não se abatem diante das discriminações cotidianas que ainda sofrem.

São inúmeros os avanços, entretanto persistem as desigualdades de gênero. A diferença salarial ainda é grande. A participação política também é incipiente, basta ver o número de mulheres nesta Casa. Mulheres continuam morrendo vitimadas pela violência doméstica. A aprovação da Lei Maria da Penha por esta Casa foi uma conquista importante e constitui um marco na defesa dos direitos das mulheres, mas tem que ser implementada, como foi dito aqui.

Muitos dados poderíamos trazer, no entanto o mais relevante deles é o investimento que o Governo Lula tem feito desde 2003. Iniciou-se com a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que sinalizou a importância com que a temática é tratada neste Governo.



Quero ainda parabenizar o Governo, que, ao lançar o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, dá continuidade ao processo de construção de políticas públicas de igualdade de gênero, abrangendo áreas estratégicas, como a participação política das mulheres nos espaços de poder, e uma cultura de comunicação não discriminatória traz mais cidadania para as mulheres brasileiras. O sucesso do I Plano é demonstrado pela implementação da Política Nacional de Combate à Violência contra as Mulheres, que permitiu a ampliação, em todo o País, do número de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher em Situação de Violência - DEAM, Casas Abrigo, Centros de Referência, Defensorias Públicas da Mulher e, mais recentemente, a criação do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Tudo isso demonstra que a articulação permanente entre os Poderes Executivo e Legislativo, devidamente ouvidos os anseios da sociedade, pode conduzir a uma vida sem discriminação para as mulheres.

É fundamental que façamos uma reforma política e nela incluamos mecanismos de incentivo e de garantia de maior representatividade das mulheres no Congresso Nacional, nas empresas e em todos os organismos de poder da sociedade brasileira.

Viva o Dia Internacional da Mulher! Viva o dia 8 de março!

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 30/91

029.2.53.O Sessão Extraordinária - CD 06/03/2008-11:40

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7512 CELSO MALDANER-PMDB -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Homenagem às mulheres brasileiras, na pessoa da esposa do orador, Rosimar Maldaner, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Apoio à proposta de expansão da Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A — FERROESTE.

O SR. CELSO MALDANER (Bloco/PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que abra uma exceção e me conceda um tempo um pouco maior. Afinal de contas hoje é um dia especial para mim: estou comemorando 26 anos de matrimônio.

Ao homenagear minha esposa, Rosimar Maldaner, de Maravilha, Santa Catarina, homenageio todas as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher.

Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna manifestar meu apoio à proposta de expansão da FERROESTE, que vai ligar o oeste de Santa Catarina ao sudoeste do Paraná.

No dia 8 de fevereiro, sexta-feira, estivemos reunidos na sede da ACIC — Associação Comercial e Industrial de Chapecó para conhecer o projeto de expansão da ferrovia. Ele defende a inclusão no Plano de Aceleração do Crescimento — PAC da ligação ferroviária entre os Portos de São Francisco e



Itajaí, em Santa Catarina, e de um ramal que atenda ao oeste catarinense, fortalecendo a posição da FERROESTE como projeto de integração dos Estados do Sul.

Segundo dados preliminares apresentados pelo Diretor-Presidente da FERROESTE, Samuel Gomes dos Santos, e pela Secretaria de Infra-Estrutura de Santa Catarina, aproximadamente 5 toneladas de produtos são transportadas por caminhões, o que aumenta os custos de produção, tendo em vista que a indústria de carne de frango e de suínos do oeste catarinense é alimentada pelo milho e pela soja produzidos em Mato Grosso do Sul e no oeste e sudoeste do Paraná. Sessenta e cinco por cento do transporte das cargas nacionais são feitos por caminhões. Com a construção do ramal ferroviário, esses números poderão baixar. Isso vai possibilitar melhorias no transporte e na qualidade de vida dos caminhoneiros, que poderão, mais freqüentemente, estar com suas famílias.

A extensão da FERROESTE para o sudoeste do Paraná e o oeste de Santa Catarina é determinante para a integração e o desenvolvimento econômico e social de nossas regiões e Estados. A ligação do oeste de Santa Catarina com os Estados do Paraná e de Mato Grosso do Sul representa o progresso e o desenvolvimento, ou melhor, a antecipação de dias melhores para todos os catarinenses. Seremos mais competitivos na logística da produção, principalmente na exportação de nossos produtos industrializados.

A FERROESTE foi criada em 15 de março de 1986, por iniciativa de agricultores e empresários de Cascavel, para escoar a produção da região oeste. A ferrovia foi construída de 1991 a 1994, em parceria com 2 batalhões do Exército Brasileiro, ao custo de 363 milhões de dólares — recursos exclusivos do Estado do Paraná. A linha férrea possui 248 quilômetros, que ligam Guarapuava a Cascavel — o centro-oeste ao oeste do Paraná.

Com o início das obras, a FERROESTE foi transformada em empresa de economia mista vinculada à Secretaria dos Transportes, por ser o Estado do Paraná o seu maior acionista.

O traçado da ferrovia abrange regiões que apresentam condições de preço e desempenho de produção competitivos. Sua área de influência atinge o oeste e o



sudoeste do Paraná, o Estado de Mato Grosso do Sul e as regiões produtoras de grãos e cereais da Argentina e do Paraguai. A FERROESTE representa também importante caminho para a integração do sudoeste do Paraná e o oeste de Santa Catarina à América do Sul, contribuindo para conectar as nossas regiões ao subcontinente, por meio de projetados corredores ferroviários entre o Atlântico e o Pacífico, via Paraguai, Bolívia, e da Província de Misiones.

Muito obrigado.



Documento 31/91

029.2.53.O Sessão Extraordinária - CD 06/03/2008-11:48

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7514 SILVIO TORRES-PSDB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Homenagem póstuma ao Governador do Estado de São Paulo, Mário Covas, ao ensejo do transcurso dos 7 anos do seu falecimento. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Conveniência de redução da taxa básica de juros, a Taxa SELIC, pelo Comitê de Política Monetária — COPOM do Banco Central.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, presto homenagem ao Governador Mário Covas. Hoje completam 7 anos de sua morte. Está sendo realizada missa em São Paulo, no Mosteiro São Bento, como já foi lembrado anteriormente.

Trata-se de momento de grande reflexão para todos nós, não apenas por tudo aquilo que fez Mário Covas pelo nosso Estado e pelo nosso País, pela diferença que fez na política brasileira, mas também pela falta que fazem homens da mesma têmpera, da mesma integridade, da mesma coragem e da mesma determinação.

Deixo registrada essa homenagem com a convicção de que a sua história, marcada na trajetória política do Brasil, é também a história do nosso partido, o PSDB. E é nele que devemos mirar-nos para tomar as nossas atitudes e decisões.



Registro também, Sr. Presidente, a passagem do Dia Internacional da Mulher. Presto homenagem a todas aquelas que, na sociedade, nos mais diversos segmentos e setores, ajudam a fazer do Brasil uma nação mais solidária, mais humana e mais competente.

Finalmente, registro nova decepção com a decisão do COPOM, tomada ontem, de manter a taxa básica de juros, a Taxa SELIC, no mesmo patamar: 11,25%. Esse percentual mantém-se inalterado desde setembro do ano passado. Foi sinalizada sua manutenção para o mês de abril.

A queixa e a crítica das diversas entidades, dos vários setores da sociedade brasileira, manifestadas por meio do Presidente da FIESP, do Presidente da CNI e das centrais sindicais, concentram-se no fato legítimo e correto de que não há razão para continuarmos sendo o país que paga a maior taxa de juros do mundo. Acabamos de ultrapassar a Turquia, recentemente.

Isso tem reflexos de diversas naturezas. Entre eles, ressalto o fato de que, com a taxa de juros nesse patamar, passamos a atrair especuladores estrangeiros, no momento em que os Estados Unidos baixaram a sua taxa de juros. Essa entrada de dinheiro especulativo, por sua vez, valoriza ainda mais a nossa moeda e faz com que o dólar baixo tire a competitividade da nossa indústria, que já enfrenta grande concorrência no comércio mundial.

Além disso, Sr. Presidente, a elevação das taxas de juros para o consumidor, ocorrida em janeiro, considerada a grande demanda por eletrodomésticos, automóveis etc., faz com que as pessoas, na realidade, comprometam o seu orçamento, transferindo renda para o setor financeiro, para a especulação financeira.

Registro, portanto, nossa grande preocupação com a política conservadora que vem sendo adotada. Ela não mais se justifica como cautela e chega a ser uma política covarde. O Brasil tem tudo para começar a crescer, a partir do momento em que conseguir conter os gastos públicos, investir em infra-estrutura e diminuir impostos. Mas isso terá de ser feito de comum acordo com uma política monetária consciente e sensível aos problemas brasileiros.



Documento 32/91

030.2.53.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2008-14:27

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7544 VALTENIR PEREIRA-PSB -MT

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. VALTENIR PEREIRA (Bloco/PSB-MT. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar minhas felicitações a todas as mulheres, sobretudo as mulheres mato-grossenses, pelas comemorações do Dia Internacional da Mulher, no próximo dia 8 de março.

As mulheres já representam a maior parte da população brasileira há pelo menos 2 décadas. Ano a ano, constatamos a ocupação de espaços importantes na sociedade brasileira pelas mulheres.

A bancada feminina na Câmara tem aumentado a cada Legislatura, e isso é um sintoma da significativa mudança de mentalidade e cultura que as mulheres têm introduzido na sociedade brasileira.

Quero registrar especial felicitação à nossa companheira do PSB, coordenadora da bancada feminina na Câmara, Deputada Sandra Rosado, e à Senadora Serys Shessarenko, nossa companheira na bancada mato-grossense e coordenadora da bancada feminina no Senado.



Documento 33/91

030.2.53.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2008-15:39

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7636 PROFESSOR RUY PAULETTI-PSDB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Elogio à Governadora do Estado do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius, e às Secretárias da Educação, Marisa Abreu, e da Cultura, Mônica Leal, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Acerto das declarações do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral sobre o lançamento do Programa Territórios da Cidadania.

O SR. PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nesta data, quero homenagear a mulher. E faço especial referência à corajosa Governadora Yeda Crusius, que está recuperando o Rio Grande do Sul, à Secretária de Educação, Marisa Abreu, que promove verdadeira revolução na educação gaúcha, e à Secretária de Cultura, Mônica Leal, que realiza eficiente trabalho no Estado.

Sr. Presidente, outro assunto.

Tenho seguidamente me pronunciado contra a falta de cumprimento do que estabelecem as leis aprovadas pelo Congresso Nacional, leis que nós mesmos desrespeitamos. Aliás, o Poder Executivo não respeita nem a própria Constituição.



Hoje, desta tribuna, manifesto-me contra o mais novo programa eleitoreiro da bela e aquecida oficina de marketing do Sr. Presidente da República, o Programa Territórios da Cidadania. Concordo plenamente com a posição do Judiciário de fazer valer a legislação eleitoral. Afinal, a lei é para todos os brasileiros, principalmente para as autoridades, a começar pelo Presidente da República, que deve dar o exemplo.

Todo o Brasil deve ser território da cidadania. E é bom realmente que se dê atenção aos cidadãos deste País, mas não que esse programa sirva para eleger Prefeitos e Vereadores.

Vejamos o que diz a Lei nº 11.300, de 10 de maio de 2006, no seu art. 73, § 1º:

"Art. 73

§ 1º No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública ou de estado de emergência"..

Cabe aqui perguntar: estamos em estado de calamidade pública? Não. Nem tampouco em estado de emergência. O Brasil enfrenta dificuldades, mas não é o caso de se desrespeitar o que diz a lei para, com isso, criar verdadeiros currais eleitorais.

O que estamos vendo e revendo, Sras. e Srs. Deputados, é o indevido uso da máquina pública para promover aliados às custas do Erário. Segundo o Presidente Lula, como País tem bastante dinheiro nos cofres, o Governo vai gastá-lo neste ano de eleições municipais para eleger muitos Prefeitos e Vereadores, pois deles pode precisar em 2014.

Cumprimento o Presidente do Tribunal Eleitoral por não ter feito vista grossa diante desse projeto e cumprido seu dever ao denunciar que o programa poderia ter sua execução decidida pela Justiça.

Obrigado, Sr. Presidente.



Documento 34/91

030.2.53.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2008-15:42

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7637 CARLOS BEZERRA-PMDB -MT

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. CARLOS BEZERRA (Bloco/PMDB-MT. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pelas comemorações do Dia Internacional da Mulher, no próximo sábado, 8 de março, gostaria de antecipar minha homenagem às mulheres brasileiras, particularmente às mato-grossenses.

E em homenagem às mulheres mato-grossenses, relembro inicialmente as mulheres representantes do Estado de Mato Grosso que fizeram e fazem a história do seu tempo no Congresso Nacional e em outras esferas de Poder.

No Senado da República, temos a Senadora Serys Marli, que também já representou o povo de Mato Grosso na Assembléia Legislativa — a senadora Serys há 20 anos assumiu a Pasta da Educação na minha gestão à frente do Governo do Estado.

Nesta Casa, ocupam a galeria das mulheres Parlamentares Thelma de Oliveira, Thaís Barbosa, a ex-Deputada Celcita Pinheiro e a ex-Deputada Teté Bezerra, minha esposa, a primeira mulher eleita em Mato Grosso para o Legislativo federal após a divisão do Estado em 1979 e que aqui exerceu 3 mandatos.



Lembro também a Deputada Estadual Chica Nunes, as ex-Deputadas Estaduais Vera Araújo e Ana Carla Muniz, as Prefeitas, as Vice-Prefeitas e as Vereadoras dos municípios mato-grossenses, além das autoridades femininas que compõem os demais Poderes constituídos.

Enalteço ainda outras mulheres expoentes da história política contemporânea de Mato Grosso, a exemplo de May do Couto, a primeira mulher Presidenta da Câmara Municipal de Cuiabá e, posteriormente, promotora do Estado; de Sarita Baracat, a primeira mulher Deputada Estadual e Prefeita de Várzea Grande pela bandeira do nosso glorioso PMDB; Maria Helena Póvoas, a primeira Presidenta da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Mato Grosso; e a Desembargadora Shelma Lombardi de Kato, a primeira mulher Presidenta do Tribunal de Justiça do Estado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a sociedade brasileira evoluiu consideravelmente com a participação da mulher no processo político. Com muita garra, a mulher conquistou o direito de votar e de ser votada. Essa luta se estendeu por 40 anos, até que por fim, em 1932, esse direito foi reconhecido com a sanção, pelo Presidente Getúlio Vargas, do Código Eleitoral.

A presença da mulher na política partidária em muito fortaleceu as instituições. E não há como negar as vitórias alcançadas na luta por educação e saúde de qualidade, por moradia, por mais e melhores creches, por mais empregos, pelos direitos da criança e do adolescente, pela assistência às mulheres indígenas, pelo fim da violência física e moral e pelo reconhecimento de um trabalho nem sempre devidamente valorizado, a atividade doméstica, meritório trabalho realizado pela mulher na organização do lar e no zelo da família.

E o Congresso Nacional, Sr. Presidente, embora ainda com poucas Parlamentares femininas, vai fazendo sua parte. A Lei Maria da Penha, acredito, representa um marco da presença da mulher no Legislativo brasileiro. No tocante à igualdade de direitos, aprovamos na Lei Eleitoral artigo que estabelece a cota mínima de 30% de candidaturas femininas em pleitos eleitorais. Isso sem falar em outros direitos, como o da licença maternidade e da licença paternidade.



Com a mulher, os movimentos sociais se fortaleceram, e cada vez mais foram deflagradas campanhas em defesa de ações que propiciam o desenvolvimento econômico do País, com justiça social.

A participação feminina na política ainda é pequena, repito, mas de relevância, de qualidade — e precisamos evoluir muito mais. O PMDB-Mulher de Mato Grosso, sob a liderança da ex-Deputada Teté Bezerra, sempre valorizou o direito de a mulher ser protagonista das transformações sociais, a partir da estrutura que implementa no seio da família, o alicerce da sociedade.

Para finalizar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desejo estender esta homenagem à figura da mulher brasileira anônima, aquela que, por séculos, resistiu às discriminações, às injustiças, às violências, e o fez sempre lutando por tempos melhores para seus pósteros e por uma sociedade com igualdade de direitos e justiça social.

Parabéns às mulheres!

Era o que tinha a dizer.



Documento 35/91

030.2.53.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2008-18:36

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7681 NELSON PELLEGRINO-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES PELA
ORDEM

DISCURSO

Sumário

Homenagem às mulheres brasileiras ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Defesa de ampliação do período da licença-maternidade para 180 dias. Avanço da Lei Maria da Penha no combate à violência contra as mulheres. Saudações à mãe, à esposa e à filha do orador. Concessão, pelo SEBRAE, do prêmio Prefeito Empreendedor do Ano ao Prefeito Municipal de Camaçari, Luiz Carlos Caetano.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na véspera do Dia Internacional da Mulher, eu também não poderia deixar de vir a esta tribuna para homenagear as mulheres brasileiras. Muitos Deputados que me antecederam já tiveram a oportunidade de fazer isso.

Quero focar especificamente 3 questões que considero fundamentais para homenagear as mulheres brasileiras.

Primeiro, como já foi dito aqui pelo Deputado Flávio Dino, a ampliação para 180 dias da licença-maternidade. Estou absolutamente convencido de que o desmame não pode ocorrer antes de 6 meses. Só a partir do sexto mês a criança tem uma



independência maior. E sso convívio da mãe com o filho é fundamental. Espero que o Congresso Nacional aprove o mais rápido possível essa medida.

Segundo, quero condenar a violência que ainda se abate contra as mulheres. A violência ainda é um flagelo contra as mulheres brasileiras. A Lei Maria da Penha é um avanço, mas infelizmente não tem contido na dimensão e na escala necessárias esse tipo de agressão às nossas mulheres.

Terceiro, quero homenagear a mulher trabalhadora, a mulher batalhadora.

E não poderia, neste dia em que homenageio as mulheres brasileiras, deixar de homenagear mulheres que são muito especiais na minha vida, como minha mãe, Helena; minha esposa, Fabiana; e minha filha, Bianca, que estão ao meu lado sempre. Nelas homenageio as mulheres brasileiras.

Esperamos que a cada 8 de março ocorram maiores avanços em prol da igualdade entre homens e mulheres, assim como a diminuição ou, quem sabe, a erradicação da violência. E que efetivamente possamos fazer com que as mulheres brasileiras possam ter não só os mesmos direitos dos homens, mas também direitos muito especiais, pela natureza de mulher.

Por último, Sr. Presidente, quero registrar desta tribuna que na semana passada o Prefeito de Camaçari, Luiz Carlos Caetano, recebeu do SEBRAE o Prêmio Prefeito Empreendedor da Bahia.

O Prefeito foi também selecionado entre os 5 Prefeitos do Brasil que estarão concorrendo ao prêmio nacional.

Município industrial detentor do maior PIB do Nordeste brasileiro, Camaçari tem hoje na administração do Prefeito Luiz Caetano um dinamismo muito grande. Considero Caetano o melhor Prefeito que Camaçari já teve. Esse prêmio é o reconhecimento de um esforço que Luiz Caetano vem desenvolvendo desde o primeiro dia do seu Governo. E sou seu parceiro nesse esforço, na condição de Deputado mais votado de Camaçari e de cidadão camaçariense, por deferência da Câmara Municipal, para fazer com que esse rico município possa distribuir socialmente a sua riqueza e o seu desenvolvimento econômico seja acompanhado da distribuição do bem-estar social.



O Prefeito Luiz Caetano tem fomentado a atividade industrial no município, apenas exigindo dos empresários 2 coisas: que empreguem os filhos e filhas de Camaçari e sejam parceiros do município nos projetos sociais. Temos visto diversas empresas do pólo petroquímico, a Ford e outras empresas instaladas no município fazerem parcerias importantes na área educacional, de saúde, de segurança pública, na área do bem-estar social.

O Prefeito Luiz Caetano tem lutado por isso. Todos nós sabemos que município bom para investir é bom para morar, como também município bom para fazer turismo é bom para morar. E Camaçari tem uma orla extensa e belíssima, que serve ao lazer, à indústria cultural e à turística.

A Prefeitura de Camaçari tem procurado fomentar todas as atividades do município, seja a industrial, que é o seu forte, seja a turística, seja a da agricultura. Por incrível que pareça, Camaçari ainda tem zona agrícola. Acima de tudo, o Prefeito Luiz Caetano tem procurado qualificar os filhos e filhas de Camaçari, fazer com que tenham condições de disputar o mercado de trabalho no município.

Essa é a parceria que o Prefeito tem estabelecido com a iniciativa privada, com os agentes econômicos, associada a uma visão profundamente social, o que fez com que o SEBRAE o escolhesse — esse é um reconhecimento extensivo à sua equipe — o Prefeito Empreendedor do ano.

Portanto, deixo aqui esse elogio ao Prefeito Luiz Caetano, extensivo à sua equipe de trabalho, ressaltando que fico muito feliz porque me considero parte dessa equipe também.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 36/91

030.2.53.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2008-18:48

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7684 EDUARDO VALVERDE-PT -RO

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES PELA
ORDEM

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Artigo da colunista Eliane Cardoso sobre a feminização da pobreza veiculado pelo jornal Valor Econômico.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de iniciar minha fala, quero mandar um abraço e os meus votos de rápido restabelecimento à D. Cecília, que neste momento eventualmente assiste à TV Câmara. Espero que se recupere e volte ao seu lar para cuidar dos seus filhos. Um abraço também à D. Tereza Cristina e a Elizabeth Valverde.

Sr. Presidente, daqui a 2 dias, 8 de março, comemoraremos no Brasil o Dia Internacional da Mulher. É importante que, ao longo dessa comemoração, façamos também uma reflexão sobre a condição da mulher na nossa sociedade.

Um interessante artigo da colunista Eliane Cardoso no jornal Valor Econômico de hoje tratou da feminização da pobreza. Diz ela que a relação de gêneros é uma relação de poder, mas de poder desigual, diferenciado, em que o poder masculino superou o feminino, em face de um processo cultural de subalternização do papel da mulher, que passou a assumir papéis inferiores na nossa sociedade patriarcal.



Nessa condição se construíram papéis que a mulher foi assumindo e que fortaleceram essa inferioridade.

Na divisão de trabalho, a mulher passou a ter um papel doméstico na família. Isso a fez ficar longe do acesso à educação — boa parte das mulheres sofre com o analfabetismo —, dificultou o acesso ao mercado de trabalho, com a não profissionalização, e, quando houve acesso, apenas lhe restaram papéis subalternos. No próprio espaço político, na tomada de decisão, ela se absteve ou lhe foi dificultado o acesso, tanto que o voto feminino completa em 2008 tão-somente 76 anos e na verdade é exercitado plenamente a partir de 1988, em face de bom contingente de mulheres estarem analfabetas e o voto apenas ter sido garantido aos analfabetos a partir de 1988.

Os dados apontam que, apesar de o mercado de trabalho estar crescendo, não cresce na mesma velocidade para as mulheres. O desemprego feminino ainda é maior do que o desemprego masculino. Nas 5 regiões metropolitanas do Brasil, o número de mulheres desempregadas ainda é maior do que o de homens.

Outro aspecto que denota essa correlação de força diferenciada é no tocante ao papel da mulher como chefe de famílias empobrecidas, na indigência social. Trinta e dois por cento das famílias que hoje possuem a mulher como o cabeça do casal estão na indigência. Portanto, a mulher tem um papel relevante como chefe, mas numa relação de desigualdade, porque chefia famílias de indigentes, enquanto o homem, em sua posição majoritária, chefia famílias em elevação social.

São cenários que não se combate tão-somente com leis abstratas. Mas a Lei Maria da Penha é importante, pois combate a violência a que mulher é submetida nessa relação desigual.

Faço um parêntese para falar da mulher no tocante ao seu papel na política. Apenas 13% das mulheres têm vida política ativa, são Vereadoras, Deputadas, Senadoras, Prefeitas ou Governadoras. Ou seja, em vez de 50%, apenas 13% exercem na plenitude o seu papel político.

Voltando à questão da ocupação no mercado de trabalho e das razões que levam a mulher a ter um papel inferior com um salário desigual, podemos apostar não somente na cultura que manteve intacta essa correlação de força desigual, mas



principalmente na falta de política pública, que se busca preencher com leis. Cito a Lei Maria da Penha, mas também o complemento adicional, que é a política pública positiva. Temos de estimular o acesso da mulher ao mercado de trabalho. Tem de haver estímulo para que a mulher exercite, nessa correlação de força, um papel muito mais proeminente. Constrói-se igualdade não com espontaneidade. Constrói-se igualdade material nessa questão de gênero com políticas positivas. Espero que o dia 8 de março seja também um dia de reflexão para que a sociedade possa reconstruir pilares secularmente estabelecidos que fortificaram essa relação de gênero com desigualdade.

Por último, Sr. Presidente, quero ressaltar a satisfação pelo papel que teve o Itamaraty na intermediação para que a paz da América Latina seja duradoura, para que os arroubos belicistas patrocinados pelos Estados Unidos não sejam regra, e sim exceção. O Brasil precisa assumir esse papel. Não podemos permitir que países de fora, com tradição belicista, influenciem a política externa e diplomática de países da América Latina, que são irmãos, têm o mesmo viés histórico, a mesma situação conjuntural, política e social e lutam há décadas para superar o subdesenvolvimento, o caudilhismo, a miséria. Para tanto, precisamos ter harmonia e a compreensão de que a América Latina junta, unida, superará as dificuldades históricas e materiais.



Documento 37/91

030.2.53.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2008-15:00

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7553 GILMAR MACHADO-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Elogio à Senadora Roseana Sarney, Líder do Governo no Congresso Nacional, pela firmeza nas negociações para aprovação da proposta orçamentária de 2008. Ampliação dos recursos orçamentários destinados à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Elogio à Presidência da Casa pela publicação da cartilha Criança Segura.

O SR. GILMAR MACHADO (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta tarde, cumprimento as mulheres pelo seu dia.

Saúdo também a Líder do Governo no Congresso Nacional, Senadora Roseana Sarney, que teve postura muito firme, como era de se esperar, e abriu todas as portas para as negociações a fim de que pudéssemos votar rapidamente o Orçamento.

Fizemos todos os entendimentos, aceitamos retirar o Anexo de Metas e realocar recursos para o Rodoanel de São Paulo e para a área de agricultura. Tudo o que foi possível nós fizemos. Mas, infelizmente, não aceitaram nossa disposição.

A Líder do Governo foi muito firme e disse que, na próxima quarta-feira, estaremos aqui para votar o Orçamento. Se não houver entendimento, votaremos o que for



aprovado na Comissão Mista de Orçamento, sem Anexo de Metas, Rodoanel, sem nada. Mas tenho certeza de que a Oposição repensará sua posição.

A Senadora Roseana Sarney se mantém aberta ao diálogo. Acredito que, na próxima terça-feira, a Oposição se sentará à mesa novamente, e, na quarta-feira, poderemos votar o Orçamento, fundamental para a administração do País.

Quero também ressaltar o papel das mulheres líderes. Que possamos construir uma sociedade nem só de homens nem só de mulheres, mas de homens e mulheres com uma nova mentalidade, uma nova visão, com o entendimento de que precisamos uns dos outros e não de que um tenha de se sobrepôr ao outro. Todos teremos a ganhar, e o Brasil terá muito a crescer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, voltando ao Orçamento, houve acréscimo de mais de 40% nos recursos destinados à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, resultado da luta das companheiras. No momento em que o Presidente Lula anuncia 91 metas de políticas específicas para as mulheres, o Orçamento assegura recursos para que possam ser realizadas. O aumento desse aporte se deu exatamente pelo resultado que essas políticas têm apresentado.

Sr. Presidente, cumprimento a Mesa e também V.Exa. - seu nome consta desta cartilha - pela publicação Criança Segura. Não sei quantos de V.Exas. a conhecem. Ela foi elaborada para as crianças e fala sobre os pequenos cuidados que podem evitar os grandes acidentes domésticos: queimaduras, afogamentos, quedas.

Agradeço à Mesa Diretora esta publicação, em especial ao Sr. Humberto, um dos coordenadores da elaboração desta cartilha.

Temos desenvolvido um trabalho com as crianças nas escolas em Uberlândia. Estávamos procurando material que as orientasse com relação a acidentes. A cartilha Criança Segura nos tem sido muito proveitosa.

O material está à disposição de todos. As escolas, os pais e as creches têm agora um instrumento importante e poderoso ao seu alcance. Parece simples, mas há muitas sugestões interessantes: aplicação dos primeiros socorros, atendimento à criança em caso de acidente etc.



Sr. Presidente, quero cumprimentar novamente a Mesa Diretora pela publicação deste excelente trabalho. Espero que a Câmara dos Deputados continue produzindo este tipo de material, que é tão importante.

Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez quero conclamar a Oposição a que voltemos à discussão do Orçamento. Nossos municípios precisam de recursos. Se continuarmos sem apreciá-lo, o Governo, de novo, terá de editar medidas provisórias, e ficaremos neste dilema: o Governo edita medida provisória, nós reclamamos da quantidade de medidas provisórias editadas, mas não votamos o Orçamento, e o Governo não terá como governar se não for por meio desse instituto.

Espero que, na próxima semana, encerremos esse assunto para que fique garantido ao País seu crescimento com distribuição de renda e inclusão social.

Muito obrigado.



Documento 38/91

030.2.53.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2008-16:48

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7659 EDUARDO DA FONTE-PP -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Congratulações à Presidenta da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Coelho, e à Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff.

O SR. EDUARDO DA FONTE (PP-PE. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, um profundo sentimento de respeito e gratidão a todas as mulheres me traz hoje a esta tribuna, para registrar minha homenagem por ocasião do Dia Internacional da Mulher, comemorado no dia 8 de março, que este ano se passará em um sábado. Ainda assim, não quero deixar de celebrar, na Câmara, as conquistas alcançadas por meio da determinação e coragem de mulheres em todo o mundo.

Neste Parlamento, muito me orgulha ver 46 cadeiras ocupadas por mulheres, um orgulho acompanhado do sonho de ver crescente a participação feminina em cargos no Legislativo. Quero estender esta homenagem às 9 Deputadas que integram a Assembléia Legislativa de meu Estado, Pernambuco, Vereadoras de Câmaras Municipais e, igualmente, ressaltar que espero ver ainda mais mulheres assumindo cargos de importância nas esferas decisórias deste País.



Eu acredito, Sr. Presidente, que a política deve ser um sacerdócio que se inicia com a descoberta pela vocação, aliada ao amor. Minhas primeiras lembranças se dirigem para as pessoas que me iniciaram nas lições do amor e respeito pelos direitos humanos: minha mãe, D. Celina, e minhas avós Maria de Lourdes e Maria José — carinhosamente chamada de vó Lourdinha. São essas mulheres, fantásticas, corajosas e amorosas as primeiras a me ensinarem a importância de amar, que sobressaem aos demais sentimentos que movem as escolhas de um homem. A essas mulheres, quero registrar minha eterna gratidão.

O Dia Internacional da Mulher deve, sim, ser uma data a ser comemorada, pelas vitórias obtidas nessa incansável luta pela igualdade de direitos econômicos, sociais, políticos e culturais entre homens e mulheres. Entretanto, é sobretudo um dia para se refletir sobre o que ainda necessita ser feito para assegurar às mulheres a garantia plena de seus direitos.

Estou certo de que muitos lembrarão os alarmantes números da violência doméstica, do tráfico de mulheres e de muitas outras estatísticas lamentáveis relativas à mulher. Também haverá quem se lembre das duplas e até triplas jornadas de trabalho e baixa remuneração de muitas mulheres que se dividem entre as tarefas domésticas e a vida profissional.

Porém, quero me ater àquelas que lutam para mudar esse quadro e não se calam diante das injustiças; àquelas que estão em posições de liderança e se dedicam a ajudar homens e mulheres por meio de seu trabalho, como é o caso da Presidente da Caixa Econômica Federal, a pernambucana Maria Fernanda Ramos Coelho (minha conterrânea), e da Ministra-Chefe da Casa Civil Dilma Rousseff, entre muitas outras — Prefeitas, Delegadas, Vereadoras, enfim, as quais agora homenageio por meio dessas referências que acabo de mencionar.

Encerro este pronunciamento, nobres colegas, com votos de que este 8 de março, um dia, não sirva mais para provocar reflexões acerca da necessidade de se promover a igualdade de gêneros, mas sim para que rendamos homenagens e mais homenagens às mães, irmãs, professoras e demais mulheres que, com delicadeza e coragem, deixam este mundo mais humano e melhor para se viver.

Obrigado, Sr. Presidente.



Documento 39/91

030.2.53.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2008-16:54

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7660 WALDIR MARANHÃO-PP -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Realização de seminário internacional sobre a revitalização do Rio Itapecuru, em São Luís, Estado do Maranhão. Congratulação às mulheres brasileiras, em especial às trabalhadoras e empreendedoras, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Dados sobre a participação da mulher no mercado de trabalho e no segmento empresarial.

O SR. WALDIR MARANHÃO (PP-MA. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a revitalização e recuperação do Itapecuru, rio que nasce e deságua no Estado do Maranhão e responsável pelo abastecimento de mais de 50 municípios, deve ser encarada como uma obra emergencial.

Problemas provocados por diferentes causas ameaçam o principal rio do Maranhão. A poluição urbana, o assoreamento e a ausência de cobertura da mata ciliar colocam em perigo não apenas o rio, mas a sobrevivência de milhares de pessoas que dependem do Itapecuru que já foi navegável em quase toda sua extensão. Um colapso no fornecimento de água para todas as cidades que margeiam o rio, inclusive São Luís, é iminente nos próximos 10 anos.



É a maior bacia em extensão, com 1.090 quilômetros, onde o rio principal abastece aproximadamente 60% da população maranhense

Creio que estamos acordando ainda a tempo de corrigir essa grave situação.

É por isso que registro a realização do seminário internacional que acontece hoje e amanhã na capital de São Luís, que tem a parceria do Governo Estadual e da Agência Brasileira de Cooperação — ABC, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores.

Durante o evento, será apresentada uma proposta para o programa de revitalização da bacia do Itapecuru. O programa foi elaborado em parceria com a contribuição de dirigentes e técnicos das secretarias de Estado e instituições públicas, Universidade Federal do Maranhão e Universidade Estadual do Maranhão, organizações não governamentais e agentes de movimentos sociais

O programa estadual de revitalização da bacia do Rio Itapecuru não prioriza individualmente as ações a serem realizadas, mas as vertentes prioritárias como meio ambiente, saúde, social, educação, entre outros.

A bacia do Rio Itapecuru se estende a leste do Maranhão, ocupando considerável área de sul a norte, em terrenos relativamente baixos e de suaves ondulações. Constitui-se num divisor entre as bacias do Parnaíba, a leste, e a do Mearim, a oeste. Seus principais afluentes são os Rios Alpercatas, Corrente, Pucumã, Santo Amaro, Itapecuruzinho, Peritoró, Tapuia, Pirapemas, Gameleira, Codó, Timbiras e Coroatá.

O Rio Itapecuru tem sido bastante assoreado. Suas coberturas vegetais ciliares têm sido danificadas em quase todo o seu percurso. A forma como vem sendo praticada a agricultura naquele e nos demais municípios maranhenses, sem qualquer preocupação com a degradação dos recursos naturais, onde as margens dos córregos de água são desmatadas e cultivadas com lavouras ou mesmo em pastagens, têm contribuído para esse processo de devastação.

A problemática em torno do Rio Itapecuru e a sua bacia certamente será discutida em toda a sua amplitude durante o seminário, assim como idéias e projetos que podem e devem ser implementados. Portanto, torcemos para que o nosso Itapecuru volte a ser o velho rio do Maranhão.



Passo a abordar outro assunto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Presidente, 8 de março! Uma data muito especial em que se comemora o Dia Internacional da Mulher. Mais do que homenagens merecidas, devemos refletir sobre sua condição na sociedade, ainda marcada por traços de exploração e dominação.

Assumindo diferentes papéis e desempenhando as mais variadas funções, as mulheres têm conquistado importantes espaços na sociedade, embora ainda não suficientes para superar a discriminação a que são submetidas. Um desses espaços tem sido sua inserção no mundo do trabalho. E ainda que decorra, em muitos casos, de necessidades pessoais, tal iniciativa tem se constituído num passo importante para o enfrentamento desses obstáculos.

Parabenizo todas as mulheres, portanto, e especialmente as trabalhadoras e empreendedoras de nosso País, por este dia.

Ressalto a mão-de-obra da mulher negra que séculos atrás já contribuía com a produção, mas que não era remunerada, e que, ao sair da escravidão, infelizmente migrou para o subemprego. Registro também as mulheres operárias do início do século passado, que trabalhavam em condições subumanas, sem direito a férias ou descanso semanal remunerado.

Sabemos que com o desenvolvimento da indústria, especialmente a partir da década de 1950, veio o acirramento das contradições sociais e a necessidade das mulheres ingressarem no mercado de trabalho, na maioria dos casos, como forma de contribuir para a composição da renda familiar.

Houve, assim, um aumento significativo da presença da mulher a compor a população economicamente ativa. Segundo o IBGE, em termos absolutos, a presença feminina no mercado de trabalho passou de 6 milhões, em 1970, para 18,5 milhões em 1985, chegando a 22,8 milhões em 1990. Este é um dado importante a ser considerado, tendo em vista os obstáculos ao ingresso da mulher no mercado de trabalho, entre eles, por exemplo, a competição masculina, as diferenças salariais, a dupla jornada de trabalho, a baixa remuneração etc.

Com tudo isso, é significativa a contribuição da mulher para o grande aumento da população economicamente ativa. No Brasil, estudos apontam que, de 2004 a



2006, a média do crescimento da população economicamente ativa foi de 2,5%. Evolução que contou com a expressiva participação das mulheres, cujo crescimento no período médio anual foi de 3,2%, enquanto a variação masculina se situou em torno de 1,9%.

Com as constantes crises econômicas e a reestruturação das atividades produtivas, há uma tendência voltada para o empreendedorismo, em que a mulher vem se inserindo de forma cada vez mais destacada. Não deixa de ser surpreendente que, numa recente pesquisa que contou com a participação do SEBRAE, o percentual de mulheres empreendedoras tenha passado de 29% em 2000 para 46% em 2003. É um dado importante, pois reflete a inserção cada vez maior da mulher no sistema produtivo.

Acontece, porém, que, apesar de toda essa disposição, e mesmo com uma média de tempo de estudo superior à dos homens, as mulheres não têm conseguido transformar esse preparo em melhores salários, vez que ainda ganham 30% menos que os homens.

A superação desses obstáculos só será possível com o esforço conjunto de toda a sociedade, e, nesse direcionamento, o Partido Progressista no Maranhão tem buscado contribuir através de discussões no movimento da Mulher Progressista, espaço em que se discute a sua participação na vida social, política e econômica do País.

É um movimento que tem atraído crescente participação da mulher maranhense, motivo de grande satisfação da direção do partido naquele Estado.

Dessa forma, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com enorme satisfação que aqui dou conta da ação do nosso partido por essa tão importante causa.

Muito obrigado.



Documento 40/91

029.2.53.O Sessão Extraordinária - CD 06/03/2008-11:44

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7513 VINICIUS CARVALHO-PTDOB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES REPRESENTANTE
DO PARTIDO

DISCURSO

Sumário

Transcurso do bicentenário do Corpo de Fuzileiros Navais. Realização da IV Jornada da Cidadania, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Inclusão do curso de Citotecnologia no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia do Ministério da Educação. Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. VINICIUS CARVALHO (PTdoB-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há algumas questões pontuais e, posso dizer, até cronológicas.

O Corpo de Fuzileiro Navais completará 200 anos amanhã, dia 7 de março. Rendo homenagem a todos os fuzileiros navais, especialmente aos que integram a Força de Paz da ONU, no Haiti. Eles contribuem muito para a permanência da soberania em nosso País.

Aproveito a oportunidade para registrar que, no próximo dia 9, participarei da IV Jornada da Cidadania, que será realizada no Rio de Janeiro.

A Jornada da Cidadania é um evento social realizado em parceria com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, órgãos da Secretaria de Ação Social e profissionais



liberais, que disponibilizam parte do seu dia e do seu conhecimento para levar à população carente o resgate da dignidade da pessoa humana.

Neste domingo, a partir de 10h da manhã, estaremos no Conjunto Quitungo, em Brás de Pina, no Rio de Janeiro. Contaremos com o apoio da Secretaria Estadual do Trabalho, da Fundação Leão XIII, do DETRAN, de orientadores jurídicos da Universidade do Rio de Janeiro, supervisionados pelo Prof. Edvaldo Araújo, e também de profissionais técnicos em citologia, que farão exames de prevenção de câncer do colo de útero, sob a supervisão da Profa. Kátia Padilha.

Juntamente com a Profa. Kátia Padilha e com o Prof. Lucas, estive, na última terça-feira, com o Ministro José Gomes Temporão, a fim de apresentar projeto para implantação de curso superior tecnológico de Citotecnologia. Foi sugerida a sua inserção no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

Sabemos da importância da prevenção do câncer do colo de útero. Por isso, engajamo-nos nessa luta, juntamente com a Profa. Kátia Padilha, para levar adiante essa solicitação, pois o câncer do colo de útero é o segundo responsável pela morte de mulheres em nosso País — o primeiro é o câncer de mama.

Rendo, nesta oportunidade, homenagem a todas as mulheres, às nossas Deputadas, às nossas assessoras, especialmente à minha mãe e à minha esposa, pela passagem do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março.

Muito obrigado. Fiquem com Deus.



Documento 41/91

029.2.53.O Sessão Extraordinária - CD 06/03/2008-10:56

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7496 ZONTA-PP -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Homenagem às mulheres brasileiras, especialmente à esposa do orador.

O SR. ZONTA (PP-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero cumprir uma missão que me cabe, que é a de homenagear as mulheres pelo seu dia, por intermédio de todas as nossas colegas Deputadas e também de minha esposa, Elvita, que tolera minha ausência.

Temos de comemorar o avanço, o desprendimento e a presença indispensável das mulheres em nossas vidas.

Parabéns a todas as mulheres, em especial à minha esposa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 42/91

029.2.53.O Sessão Extraordinária - CD 06/03/2008-11:20

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7504 SANDRA ROSADO-PSB -RN

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

A SRA. SANDRA ROSADO (Bloco/PSB-RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, depois de amanhã, dia 8, vamos comemorar o Dia Internacional da Mulher. Como hoje é a nossa última sessão da semana, vamos assim dizer, quero aproveitar para parabenizar a bancada feminina da Casa e, por intermédio dessas valorosas Deputadas, abraçar todas as mulheres do Brasil.

As mulheres brasileiras vêm lutando com sacrifício para vencer obstáculos. São mulheres negras, índias, brancas, trabalhadoras, desempregadas, que vivem na área rural ou na área urbana. Elas precisam de maior respeito e dedicação por parte desta Casa, para que realmente sejam atendidas as nossas reivindicações.

A Lei Maria da Penha foi um avanço, mas precisamos ainda de muito mais. Precisamos que esta Casa tenha maior número de mulheres. Precisamos que as mulheres ocupem espaço junto à Mesa desta Casa. Precisamos que as mulheres realmente ocupem espaço de poder conquistado nas urnas, democraticamente, para que possamos fazer valer nosso direito não somente de reivindicação, como de conquista.

Muito obrigada, e um abraço a todas as mulheres do Brasil.



Documento 43/91

029.2.53.O Sessão Extraordinária - CD 06/03/2008-11:26

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7504 SILAS CÂMARA-PSC -AM

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Homenagem às mulheres brasileiras, especialmente à genitora do orador, Sra. Terezinha Duarte Câmara.

O SR. SILAS CÂMARA (Bloco/PSC-AM. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, já que se aproxima o Dia Internacional da Mulher, quero registrar meu reconhecimento e minhas congratulações. Quero deixar meu abraço a todas as mulheres guerreiras do Estado do Amazonas, particularmente a todas as manauaras, aquelas que nasceram na cidade de Manaus.

Ao fazer isso, registro minha homenagem à minha mãe, D. Terezinha Duarte Câmara, que tem 75 anos de idade. Embora com pouca cultura, minha mãe tem sido um esteio para a nossa família, um exemplo de vida, que ensina como viver com dignidade, honra e trabalho não apenas aos seus filhos, mas a todos que em torno de si vivem.

Quero deixar meus cumprimentos também às Deputadas Federais presentes nesta Casa e às demais Deputadas do Brasil.



Uma nação só é justa quando todos são reconhecidos de forma igual, principalmente as mulheres brasileiras, que têm muito a colaborar com a nossa Nação.

Muito obrigado.



Documento 44/91

029.2.53.O Sessão Extraordinária - CD 06/03/2008-11:52

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7523 CIRO NOGUEIRA-PP -PI

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP-PI. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, embora o Dia Internacional da Mulher caia, neste ano, em um sábado, eu não poderia deixar de vir a esta tribuna para registrar minha homenagem às mulheres e, como costumo fazer, render uma especial homenagem às de minha família: irmã, filhas, minha sogra, ex-Deputada Federal Miriam Portela, minha esposa, Iracema, e minha mãe, D. Eliane.

Aliás, minha mãe, Eliane, simboliza o perfil da mulher brasileira, que não se deixa abater pelas circunstâncias, ao contrário, tira lições das adversidades para seguir em frente, com coragem e determinação.

D. Eliane, sempre tendo que viver com políticos, ao lado de meu pai, Ciro Nogueira (que já ocupou uma cadeira neste Parlamento), de alguma maneira, parece ter um mecanismo que lhe permite ver adiante dos fatos. É símbolo da admirável intuição feminina... Aquele que subestima os poderes femininos, aliás, desconhece a força que as mulheres têm.



Lamentavelmente, muitos as subestimam em variados aspectos, e há aqueles que realmente as discriminam. Apesar de constituírem mais da metade da população brasileira, não têm plenamente respeitados os seus direitos.

Por isso, ainda temos que nos referir ao dia 8 de Março principalmente como um momento para se refletir sobre as desigualdades entre homens e mulheres, aproveitando para pensar no que podemos fazer para ajudar a reverter esse quadro.

A Síntese dos Indicadores Sociais 2007, do IBGE, apontou que o número de mulheres chefes de família cresceu 79% entre 1996 e 2006, passando de 10,3 milhões para 18,5 milhões nesse período. Apesar dessa inserção da mulher no mercado de trabalho, elas ganham, na maior parte (37,2%), menos da metade do salário dos homens.

Entretanto, esses números confirmam que elas estão em ascensão, e é o que nos permite acreditar que a justiça ainda há de prevalecer em se tratando da garantia dos direitos femininos. Nossa luta deve ser pelo fim da violência doméstica, pelo fim do tráfico de mulheres e dos salários mais baixos apenas em razão do gênero. O respeito às mulheres, no dia-a-dia, é a melhor homenagem que podemos fazer. Obrigado.



Documento 45/91

030.2.53.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2008-15:42

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7642 LEANDRO VILELA-PMDB -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. LEANDRO VILELA (Bloco/PMDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde 1857 se comemora o Dia Internacional da Mulher no dia 8 março. É uma data simbólica, em homenagem a um grupo de mulheres que morreram defendendo os seus mais legítimos direitos e interesses, nos Estados Unidos da América. Desde então se convencionou que essa data deve servir para lembrar e resgatar a importância da mulher em qualquer sociedade, em qualquer tempo e em qualquer situação.

Ontem, hoje e sempre o Dia Internacional da Mulher simboliza justamente a luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. E não se pode dizer que se trate de uma luta do passado. Está completamente presente e ativa nos dias de hoje. Talvez mais, em face de muitos preconceitos e de situações de discriminação pelas quais as mulheres são submetidas no dia-a-dia.

Quero destacar, Sr. Presidente, todo meu apoio e carinho que tenho pela causa da mulher. As agressões físicas, a dupla jornada de trabalho, a falta de condições



adequadas de saúde infelizmente ainda fazem parte da rotina da maioria das brasileiras.

Ainda temos muito que aprender com as mulheres. Sua sensibilidade, capacidade de amar os seus familiares, seu senso de estabilidade emocional são elementos que muitas vezes não percebemos no dia-a-dia, mas estão presentes, e, sem eles, a principal instituição nacional, a família, seria apenas uma figura de retórica. Lamentavelmente, não podemos fazer abordagem desse dia tão importante sem focar as situações de violências às quais as mulheres são submetidas todos os dias. Hoje, no Brasil, a cada segundo 1 mulher é vítima de covarde violência doméstica, geralmente praticada por seu companheiro. Estou falando de agressão física. Os dados se transformam em estatísticas nas delegacias do Brasil. Mas, certamente e infelizmente, esse contingente é muito maior, já que a maioria das mulheres agredidas tem medo da reação do companheiro e vergonha de ver a sua vida exposta publicamente e não denunciam a violência. E o que é pior, essa realidade atinge todos os níveis sociais. Mulheres pobres e madames ricas são vítimas da mesma intolerância masculina.

A legislação que trata dessa pauta avançou. Está em pleno vigor a Lei Maria da Penha, que pune rigorosamente os agressores, que merecem todo o castigo possível que a lei alcançar para reduzir os assustadores índices de violência. Acredito que podemos avançar mais, com legislações complementares que, além de punirem o agressor, dêem algum sentido de vida para a agredida e os seus filhos.

De nada adianta colocar na cadeia o homem que agride e deixar a mãe e os filhos abandonados. O Estado pode e deve dar guarida às famílias que se vêem diante de situações dessa natureza. É o que defendo. E é o mínimo que o Congresso Nacional pode fazer.

Sr. Presidente, mais do que um dia para as mulheres, temos que trabalhar no que diz respeito à consciência da sociedade para dar um basta à agressão contra a mulher.



Documento 46/91

030.2.53.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2008-17:57

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7674 FERNANDO FERRO-PT -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR

DISCURSO

Sumário

Transcurso do 191º aniversário da Revolução Republicana de Pernambuco. Homenagem às mulheres do movimento Via Campesina, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Pedido ao Governo do Estado de Pernambuco de apuração de atos da Polícia Militar na repressão contra integrantes do movimento no Município de Água Preta.

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, no dia 6 de março, comemora-se o aniversário de 191 anos da Revolução Republicana de Pernambuco, que também se estendeu para os Estados do Rio Grande do Norte, da Paraíba e do Ceará. As ruas e as pontes da cidade do Recife homenageiam os heróis revolucionários de 17, a primeira concreta manifestação da república no Brasil. Por pouco mais de 4 meses, ali instalou-se um Estado que aboliu a escravidão, instituiu o estado laico e trouxe uma série de inovações políticas inspirados nos ideais da Revolução Francesa e da Independência dos Estados Unidos e que marcavam sonho republicano de combate ao corrupto império português que comandava o País.



Portanto, nossa homenagem e o registro da importância de o Governador Eduardo Campos ter transformado o dia 6 de março em data oficial do Estado de Pernambuco.

No dia 2 de abril foi criada a bandeira de Pernambuco, de inspiração republicana e que faz parte da história gloriosa das revoluções da nossa terra.

Aproveito a oportunidade para homenagear as lutadoras da Via Campesina, do movimento sindical rural, comemorando a semana de homenagens à mulher em luta pela terra e que em Pernambuco, nos engenhos da Zona da Mata Sul, para produzir, ocuparam áreas improdutivas que fazem parte do remanescente latifúndio improdutivo daquele Estado, que precisa ser transformado em área de produção de vida e dignidade de trabalho.

As mulheres da Via Campesina ocuparam engenhos dos Municípios de Água Preta, os trabalhadores rurais do Submédio São Francisco ocuparam a sede do INCRA em Petrolina, o MST ocupou a sede da CODEVASF também em Petrolina, para exigir o avanço da luta pela reforma agrária, apressar o processo de legalização de terras e dar apoio à luta dos trabalhadores camponeses da região.

Apelamos ao Governador do Estado de Pernambuco para que observe o papel da Polícia Militar do Estado, que reprimiu com violência as mulheres da Via Campesina no Município de Água Preta, inclusive atirando, sem postura. Que se executasse uma ação judicial, mas com civilidade, com observância da ordem, e não com truculência, violência e agressão, como foi verificada na ação contra as mulheres da Via Campesina.

Aqui fica a nossa manifestação e o nosso apelo para que o Governador, que sei que não é conivente com esse tipo de ação, tome providências e forme uma polícia mais preparada para lidar com os movimentos sociais e não criminalizar esses movimentos, compreender a dimensão da luta social e a importância dessas pessoas, que não fazem ocupação porque gostam ou porque é bonito, mas porque querem trabalhar, ter dignidade e uma vida respeitada.

Daí nossa manifestação de apoio e solidariedade à Semana Internacional dos Direitos da Mulher em todo o mundo, nossa homenagem às mulheres camponesas pernambucanas, que lutam para reafirmar seus direitos e ações



políticas de cidadãos comprometidas com transformações, mudanças e, acima de tudo, respeito à dignidade humana.

Esta é a nossa mensagem de apoio à luta das camponesas e dos camponeses do Submédio São Francisco, que também reivindicam seus direitos, como a legalização da posse de seus terrenos, ocupados e invadidos pelas hidroelétricas. Até hoje há pendências a serem resolvidas.

Vamos procurar o INCRA e o Governo para fazer justiça e reparar o direito dos trabalhadores, concretizando o sonho daqueles que nada mais querem do que terra para trabalhar e se transformarem em pessoas plenamente dignas.

Muito obrigado.



Documento 47/91

030.2.53.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2008-14:54

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7553 JÔ MORAES-PCDOB -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Homenagem à trabalhadora Valdete Cordeiro, à militante política Gilce Cosenza e à Presidenta do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie.

A SRA. JÔ MORAES (Bloco/PCdoB-MG. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, caros Deputados, queridas Deputadas, é muito satisfatório para nós, integrantes da bancada feminina, ouvir neste plenário os inumeráveis registros, cumprimentos e homenagens às mulheres brasileiras, que fazem este País melhor.

Muitas vezes, quando chega o dia 8 de março, assalta-nos uma dúvida: há apenas o que denunciar ou há algo a comemorar? Eu diria que temos, sobretudo, muito o que comemorar. Temos a comemorar a incorporação de inúmeros homens a essa causa. Tendo consciência da necessidade da energia transformadora que a mulher representa neste País, somam-se a nós para combater a discriminação em todas as dimensões. Temos a comemorar as conquistas arrancadas nos espaços domésticos, nos da rua, nos de poder. Temos a comemorar a capacidade de



algumas mulheres que enfrentam, na adversidade, os maiores obstáculos, mas se afirmam no seu protagonismo.

Refiro-me aqui a uma trabalhadora da minha cidade de Belo Horizonte, Valdete Cordeiro, moradora da área de periferia do Alto Vera Cruz. Aos 68 anos, negra, com 4 filhos, com enorme dificuldade de sobrevivência, foi agraciada pelo Ministério da Cultura com o prêmio Viva a Cultura.

Quero homenagear também uma mulher que lutou no período da ditadura e que hoje se encontra num hospital enfrentando as dificuldades de um câncer. Mas está resistindo e demonstrando sua força do período inicial. Refiro-me a Gilce Cosenza.

Desejo também me somar aos que homenageiam a Ministra Ellen Gracie. Os homens e as mulheres se revelam nos momentos de polêmica, de conflito e de dificuldades. A Ministra Ellen Gracie, ao fazer um apelo pela vida, ao registrar sua opinião, demonstrou não só sua serenidade num momento em que é analisado um tema de confronto e de polêmica, como também sua coragem de ousar e indicar um mundo em que, por meio da ciência, possamos realizar a afirmação da vida em todas as dimensões.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a sociedade precisa compreender a energia especial transformadora das mulheres. Sabemos que nossas conquistas não existiriam se a luta contra a discriminação e pela emancipação da mulher fosse uma luta só das mulheres. Esta Casa registra o que houve de importante com a aprovação da Lei Maria da Penha, que contou com a maioria ou a quase totalidade dos Deputados homens, que compreenderam seu significado de avanço e de libertação.

Sabemos que não é possível haver uma transformação, uma conquista de espaços, sem a presença e a incorporação dos homens na defesa das nossas bandeiras. Sabemos que, se não ampliarmos os espaços para a mulher, principalmente os espaços de poder, teremos uma democracia manca, deformada, em que metade da sociedade não pode contribuir para a mudança e para os avanços que precisamos.



Sr. Presidente, registro que V.Exa. tem tratado a bancada feminina com toda a compreensão de que nossas vozes têm que sair do silêncio das nossas cadeiras e alcançar as ruas.

Tenho a dizer também que, na invisibilidade das funcionárias desta Casa, realiza-se a eficiência e a competência do nosso Poder.

Nós mulheres ainda encontramos inumeráveis obstáculos, mas temos a capacidade de ousar e de enfrentar as dificuldades que o mundo nos traz, para construir no País uma sociedade de iguais, na qual não tenhamos, nesse e nos outros 364 dias do ano, que nos deparar com inúmeras dificuldades para velar um filho, parir, ir ao trabalho e ainda sem saber com quem deixar as crianças. Queremos, sobretudo, viver num mundo em que o Estado assuma nossa reprodução como responsabilidade social e nossa afirmação como dimensão individual.

Agradeço aos Deputados desta Casa a compreensão de que precisamos de mais espaços, sem os quais não haverá transformação.



Documento 48/91

030.2.53.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2008-15:06

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7554 JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Anúncio da criação da Frente Parlamentar pela Redução da Jornada de Trabalho sem Redução de Salários. Defesa da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 393, de 2001, sobre redução da jornada de trabalho e aumento do valor mínimo da hora extraordinária.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero aqui homenagear as mulheres brasileiras, a exemplo do que fez há pouco a Deputada Jô Moraes, líder do PCdoB, de Minas Gerais, que neste momento se encontra no plenário. Também estamos integrados nessa luta, que não é só das mulheres, é de todo o País. Portanto, associo-me às várias homenagens prestadas às mulheres brasileiras.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna esta tarde tratar de questão que julgo da maior importância para a Casa. Nos próximos dias, a Câmara dos Deputados criará a Frente Parlamentar pela Redução da Jornada de Trabalho sem Redução de Salários. Esta Casa, provavelmente na segunda quinzena de março, incluirá na sua pauta, entre as matérias prioritárias a serem



votadas, a PEC nº 393, de 2001, de autoria do ex-Deputado Federal e hoje Senador Inácio Arruda.

É uma ocasião muito importante nesta Casa para ampliarmos o debate não só com a sociedade civil organizada, mas principalmente com as centrais sindicais, que incluem nas suas lutas históricas no Brasil a redução da jornada de trabalho, particularmente a Central Única dos Trabalhadores - CUT, que a tem definido como uma de suas bandeiras históricas.

As entidades representativas das trabalhadoras e dos trabalhadores vêm desenvolvendo campanhas visando, principalmente, ao fortalecimento dessa luta que se inicia no Congresso Nacional e à aprovação dessa matéria. A Frente Parlamentar que será criada nos próximos dias pretende dar grande contribuição ao movimento sindical brasileiro, especialmente às nossas centrais.

É importante ressaltar que a PEC nº 393, de 2001, que, entre outras medidas, prevê a redução da jornada de trabalho semanal de 44 para 40 horas no primeiro ano e para 35 horas 2 anos depois, já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Não é à toa que podemos afirmar, sem sombra de dúvida, que essa luta dos trabalhadores tem um caráter histórico. Em meados do século XVIII, início da Revolução Industrial, a jornada de trabalho durava até 18 horas diárias. Expostos à exaustão e com remuneração diminuta, as trabalhadoras e os trabalhadores eram mantidos em estado de pobreza extrema e sob controle fácil dos patrões. Essa situação provocou o início da organização dos trabalhadores e trabalhadoras por melhores condições e, principalmente, pela redução da jornada.

Essa luta vem ganhando espaço no mundo inteiro, inclusive no Brasil, porque, como disse, se tornou bandeira histórica das nossas centrais sindicais.

A luta ganhou espaço de forma lenta e à custa do sacrifício dos que ousaram enfrentar a resistência patronal.

Os dispositivos legais para a redução da jornada de trabalho surgiram primeiro nos Estados Unidos, em 1890; depois, com a Convenção 1 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, em 1919, foi ratificada por 52 países.



No Brasil, as discussões sobre o assunto se intensificaram entre 1900 e 1930, decorrentes da pressão feita pelos trabalhadores sobre os Deputados. A Bahia foi o primeiro Estado a aprovar a redução da jornada de trabalho para 8 horas, em 1917.

A regulamentação do horário diurno das fábricas chegou em 1932, mas ainda mantendo a possibilidade de flexibilização da jornada. Em 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT estabeleceu limites e remuneração adicional para a hora extra.

A Segunda Guerra Mundial trouxe um retrocesso: todas as legislações que limitavam a jornada de trabalho foram suspensas. As manifestações, no mundo inteiro, de mulheres e homens, trabalhadoras e trabalhadores, continuaram e se intensificaram, inclusive, na década de 70, no Brasil, sob a égide do regime militar. Finalmente, a Constituinte de 1988 põe termo a uma luta de meio século para a redução de 48 para 40 horas semanais de trabalho.

Hoje, após a aprovação de alterações na legislação trabalhista no sentido de flexibilizar as conquistas dos trabalhadores, a abordagem da campanha pela redução da jornada de trabalho ganha 2 poderosos argumentos: o combate ao desemprego e a redução de danos à saúde do trabalhador.

Entre inúmeras pesquisas realizadas em vários países, destaca-se a do Governo de Barcelona, denominada Perspectiva de gênero na análise da relação entre longas jornadas de trabalho, saúde e percepção do próprio estado de saúde, que acompanhou quase 3 mil pessoas de diversas profissões e classes sociais durante 1 ano, concluindo que uma jornada de trabalho de mais de 40 horas semanais causa danos físicos e emocionais à saúde, principalmente em mulheres, que acumulam as funções profissionais e as tarefas de casa.

De maneira geral, as conseqüências para homens e mulheres são, entre outras, ansiedade, depressão e problemas cardíacos, transtornos hormonais e distúrbios no sono. São problemas que precisam ser considerados e avaliados não apenas sob o ponto de vista dos prejuízos à saúde dos trabalhadores, mas também sob o impacto que esses danos podem trazer à saúde pública.

Menciono dados da referida pesquisa:



Discriminação Homens Mulheres

Carga superior a 40 horas 30,4% 17,1%

Trabalho fora + doméstico 9,2% 34,4%

Universo pesquisado: 2.792 pessoas observadas por 1 ano.

Estamos fazendo alusão à pesquisa do Governo de Barcelona devido à sua atualidade, pois ela foi sistematizada há poucos dias.

No Brasil, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE dispõe de farto volume de informações sobre as condições do emprego e renda dos trabalhadores. Os estudos voltados especificamente para a questão da redução da jornada de trabalho, publicados na forma de notas técnicas, fundamentam as reivindicações dos trabalhadores brasileiros na luta pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários.

Dessa forma, considerando a importância do tema para a classe trabalhadora brasileira e para o desenvolvimento do País e tendo em vista nosso compromisso com cada cidadão brasileiro, convido os colegas Deputados a participar de forma ativa e permanente das atividades da frente parlamentar que estamos anunciando. Agradeço aos Deputados signatários do nosso requerimento para criação da Frente Parlamentar pela Redução da Jornada de Trabalho sem Redução de Salários e convido as entidades representativas da classe trabalhadora a atuar em parceria, para que possamos dar mais um passo histórico na luta dos trabalhadores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mesmo a Constituição brasileira tendo garantido aquele grande avanço em 1988, a luta continua. É por isso que tenho acompanhado sempre as manifestações do Presidente Arlindo Chinaglia de disposição de tratar a Proposta de Emenda à Constituição nº 393 como matéria prioritária, que deverá ser votada até o mês de junho, considerando-se que este é um ano eleitoral. A PEC nº 393 pode contribuir enormemente para o fim do desemprego e para a redução das profundas desigualdades e discriminações ainda existentes em nosso País. É por isso que anunciamos a criação da Frente Parlamentar pela Redução da Jornada de Trabalho sem Redução de Salários. Queremos, juntamente com as centrais sindicais, discutir a matéria e lutar pela



sua aprovação. Devo ressaltar, Sr. Presidente, que a Frente Parlamentar já conta com mais de 250 assinaturas e deverá ser lançada nos próximos dias.

Era o que eu tinha a dizer.



Documento 49/91

030.2.53.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2008-15:18

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7556 CIDA DIOGO-PT -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Discriminação praticada contra presidiárias. Elogio à Presidenta do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie, pelo voto favorável à realização de pesquisas com células-tronco embrionárias.

A SRA. CIDA DIOGO (PT-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vários dos colegas que me antecederam lembraram as comemorações do 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, que, aliás, já não se resumem a 1 dia apenas, porque o mês de março acabou se transformando num mês de debates, de passeatas, de eventos que levantam a bandeira da defesa dos direitos da mulher.

Sempre tenho dito que, no 8 de Março, mais do que comemorar as vitórias obtidas ao longo dos anos, temos de pensar na organização dessa luta, para que continuemos no caminho das conquistas. Ainda falta muito para chegarmos a um patamar de plena igualdade de direitos entre homens e mulheres. Até hoje vivemos numa sociedade extremamente machista e discriminatória, onde os



direitos das mulheres são muitas vezes vilipendiados. Neste País, nem mesmo o direito a salário igual para trabalho igual foi implementado.

Outro exemplo. Sou Sub-Relatora da CPI do Sistema Carcerário. Verifica-se no nosso sistema carcerário que até na prisão os homens são tratados de forma diferenciada. O homem preso tem direito a visita íntima; a mulher, não. A mulher encarcerada não tem direito à sexualidade. O homem tem. O homem tem de extravasar, senão acontecem rebeliões. Já a mulher tem de conter a sua sexualidade. As mulheres que engravidam e têm filhos dentro da prisão não têm nem o direito de amamentar a criança. Em vários Estados, essa mãe ganha o bebê e já é separada do filho na maternidade.

Ainda temos muito caminho a percorrer, muita luta a organizar até que de fato acabe a discriminação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, está em debate no Supremo Tribunal Federal uma questão fundamental para a humanidade: a possibilidade de utilização das células-tronco embrionárias em pesquisas. Felizmente, nossa Ministra Presidenta da Corte antecipou o voto, mostrando o quanto é guerreira e comprometida com o avanço da ciência. Isso sim é mostrar preocupação com quem é portador de diabetes, ou de alguma doença neuromuscular grave, ou do mal de Parkinson, por exemplo.

De acordo com a Lei de Biossegurança, aprovada nesta Casa há 3 anos, os embriões, depois de 3 anos congelados, têm de ir, obrigatoriamente, para o lixo. E o que seria melhor, mandá-los para o lixo ou permitir que sejam usados em pesquisas que podem vir a apontar uma possibilidade de melhora na vida das pessoas? A Ministra Ellen Gracie, mulher que nos representa no Supremo, já mostrou que as mulheres brasileiras estão do lado do avanço da ciência. Queremos que o Supremo Tribunal Federal diga "sim" a essa lei, já aprovada nesta Casa.

Sr. Presidente, o Dia Internacional da Mulher é sim dia de luta e de comemorações, mas ainda temos muito caminho pela frente.



Documento 50/91

030.2.53.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2008-18:00

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7675 PAULO RUBEM SANTIAGO-PDT -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Empenho do orador na divulgação da Lei Maria da Penha. Expectativa de criação de estruturas administrativas e judiciárias necessárias à aplicação da norma. Solidariedade às entidades representativas das mulheres e, em especial, às trabalhadoras rurais participantes da ocupação de terras da Usina Estreliana, no Município de Ribeirão, Estado de Pernambuco. Poema do orador em homenagem às participantes no Fórum de Mulheres de Pernambuco.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (Bloco/PDT-PE. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, com muito prazer, vimos acompanhando a sua condução dos trabalhos.

Sras. e Srs. Deputados, no próximo sábado, dia 8 de março, continuarão sendo realizadas no Brasil e em todo o mundo manifestações alusivas à passagem do Dia Internacional das Mulheres.

Nós que, durante o primeiro mandato, trabalhamos intensamente aqui pela aprovação da Lei Maria da Penha, conseguimos com apoio desta Casa a edição de 10 mil cartilhas didáticas e comentadas. Dessa maneira, mulheres de todo o



Estado de Pernambuco e também do Brasil poderão tomar conhecimento e ponderar sobre a aplicação prática da Lei Maria da Penha.

Queremos expressar nossa mais absoluta solidariedade às mulheres trabalhadoras urbanas, às mulheres trabalhadoras domésticas, às servidoras públicas, às taquígrafas desta Casa, às servidoras do Poder Legislativo, às mulheres trabalhadoras rurais, às trabalhadoras familiares, que durante anos trabalham pela sustentação da família e não são reconhecidas do ponto de vista do trabalho assalariado e do ponto de vista dos direitos previdenciários.

Temos discutido que a aplicação da Lei Maria da Penha não é apenas da responsabilidade do Poder Executivo. É evidente que o Poder Executivo precisa adaptar-se, construindo novas estruturas e orçamentos compatíveis com os objetivos definidos na Lei Maria da Penha, mas também temos de cobrar do Poder Judiciário. Em 1 ano de vigência da Lei Maria da Penha, só foram criados 42 novos Juizados para a Lei Maria da Penha em todo o Brasil. Dos 42, 1 em todo o Nordeste, no Estado de Pernambuco.

Queremos, então, expressar a necessidade de a luta pela aplicação da Lei Maria da Penha ser também a luta pela criação de novas estruturas administrativas nos municípios, como as Coordenadorias da Mulher, as Secretarias de Políticas Especiais para as Mulheres, as Casas de Abrigo, os Centros de Atendimento e de Referência. Isso tudo só poderá acontecer quando houver orçamento específico para o desenvolvimento de políticas para as mulheres. Da mesma forma, no Ministério Público, nas Promotorias de Direitos Humanos, no Poder Judiciário. Precisamos discutir com o Poder Judiciário de que modo é elaborado o seu orçamento. A que demandas, a que necessidades atende junto ao cidadão, em cada Comarca, o orçamento do Poder Judiciário.

Não haverá a aplicação efetiva nem a consolidação dos direitos estabelecidos na Lei Maria da Penha se também o Poder Judiciário não vier participar desse debate, não aceitar compor a Mesa com o Poder Executivo, com o Ministério Público e com aqueles e aquelas que, em cada instância da nossa República, lutam pela consolidação desses direitos.



Queremos dirigir-nos especialmente às mulheres trabalhadoras rurais, que hoje, em Pernambuco, participam de movimentos pela reforma agrária e reocupam as terras da Usina Estreliana, no Município de Ribeirão, próximo à cidade de Gameleira. Já havíamos denunciado aqui o imenso passivo previdenciário daquela empresa, que também acumulou enormes passivos de crédito bancário quando da existência do antigo Banco do Estado de Pernambuco — BANDEP.

Queremos aqui prestar solidariedade a essas mulheres, ao MST, à Comissão Pastoral da Terra, ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, à Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, que luta pelo respeito e pela consolidação dos direitos previdenciários, à Articulação de Mulheres Brasileiras, às entidades nacionais e locais, como o CFEMEA, com sede no Distrito Federal, ao Fórum de Mulheres de Pernambuco, ao SOS Corpo, ao Centro de Mulheres do Cabo de Santo Agostinho, de Vitória de Santo Antão, de Jaboatão dos Guararapes, às suas entidades e familiares, enfim, aos partícipes dessa luta.

A elas o nosso empenho para que o dia 8 de março não seja apenas mais uma data no calendário, mas sim uma ferramenta que nos anime e empurre mais adiante para construir dignidade e cidadania. Os direitos reprodutivos das mulheres, os direitos da saúde e da educação materno-infantis, enfim, os direitos previstos na nossa Carta Magna, na Constituição da República Federativa do Brasil, são essenciais.

Concluo, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, compartilhando com V.Exas. breves versos que escrevi ao me apresentar às mulheres participantes dos fóruns de Pernambuco.

Poder sonhar, poder viver e ser feliz, sem marcas, sem mágoas, sem medos
Ser mãe, cidadã, ser companheira, desvelar o mundo lendo a palavra contida em
suas entranhas

E da lida do mundo, desenhos e encantos

Novos sonhos e desejos pela vida, que devia ser bem melhor e será

Fazer da lei ferramenta que inspira, que anima, que encoraja, que embala, que altera, que enfrenta e transforma



Pelas Marias, Joanas, Antônias, Franciscas, Rosas, Claras, Luíças, Robertas,
Lauras

Por cada um de nós, por todos nós, em comunhão pela vida plena, digna e feliz.



Documento 51/91

030.2.53.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2008-18:18

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7678 ÍRIS DE ARAÚJO-PMDB -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Persistência das desigualdades de gênero no País. Possível repercussão das eleições presidenciais no Paraguai em eventual renegociação do Tratado de Itaipu, em prejuízo para o Brasil.

A SRA. ÍRIS DE ARAÚJO (Bloco/PMDB-GO. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não poderia, em uma sessão como esta, em que significativamente pude assumir a Presidência desta Casa, deixar de fazer algumas reflexões sobre as mulheres.

Temos observado que na semana que antecede o Dia Internacional da Mulher as homenagens se fazem muito presentes, Deputado Nelson Pellegrino, Deputado Nilson Mourão e todos os outros Deputados presentes a esta sessão. Mas, de alguma forma, me sinto angustiada por perceber que muitas vezes não há seqüência a essas homenagens se considerarmos os serviços públicos de que a mulher precisa e os espaços que ela tem conquistado por meio do seu trabalho, que não é pouco, é muito sofrido. Temos não só uma dupla, mas uma tripla jornada de trabalho.



Discuto aqui o empoderamento da mulher. Será que está realmente acontecendo ou está ocorrendo às avessas? As pesquisas mostram que há um número cada vez mais crescente de mulheres chefes de família. Será que esse empoderamento não está passando muito mais encargos para a mulher, na medida em que conquistamos espaços cada vez maiores e privilégios cada vez menores?

Vejam a participação da mulher na política. Hoje, ao assumir a Presidência dos trabalhos, constatei, de certa forma, uma exclamação, de admiração, é claro, em relação a uma exceção que se faz. Não é comum vermos mesas de decisões comandadas por mulheres. É uma contradição, Sras. e Srs. Deputados! As mulheres têm de estar atentas para isso, senão vamos significar muito em termos de eleitoras, de eleitorado e, talvez, até como massa de manobra e cada vez menos nas mesas de decisões ou nos partidos políticos.

Chamo atenção de todos, de uma maneira geral, e especialmente do meu partido, o PMDB, do qual sou, como exceção, a 1ª Vice-Presidente Nacional.

Faço este alerta neste momento de homenagens, que considero da maior importância.

Também tenho de dar meu testemunho nesta Casa, que frequento pela primeira vez, do respeito com que nossos pares nos tratam. Procuram dialogar conosco na mesma condição e, de certa forma, com grande admiração.

Aproveito a oportunidade para agradecer todas as homenagens e fazer um alerta às mulheres. Ainda temos de caminhar muito para alcançarmos aquela condição ideal pregada pela democracia: igualdade de direitos e de espaços.

Temos visto um número cada vez maior de mulheres alcançando invejáveis patamares pela sua competência em áreas como a jurídica, a social e de comunicação. Mas, infelizmente, na mesa de decisão política, no momento de se assinar projetos que digam respeito à mulher, à criança e ao adolescente, o número de mulheres é cada vez mais restrito.

Outro assunto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Não é apenas a tensão provocada pelo grave conflito que envolve Colômbia, Equador e Venezuela o que deve preocupar o Governo brasileiro hoje. As eleições presidenciais marcadas



para 20 de abril no Paraguai desde já sinalizam uma nova fonte de obstáculos quando o tema é o fortalecimento do intercâmbio comercial e dos laços que deveriam unir todos os países da América do Sul.

Em recente artigo, o economista Roberto Teixeira da Costa, ex-presidente do Conselho de Empresários da América Latina, alerta: os candidatos favoritos ao pleito no Paraguai colocam como ponto central em suas plataformas eleitorais justamente a renegociação do Tratado de Itaipu.

Nem é preciso dizer que a questão energética é um dos gargalos no País, ainda mais agora, com a retomada do crescimento.

A hidrelétrica de Itaipu, que pertence em partes iguais ao Brasil e ao Paraguai, destina 90% de sua geração para nosso País. Isso significa expressivos 20% do total da energia que consumimos.

Porém, os futuros dirigentes do Paraguai pretendem, de fato, empreender uma ampla renegociação sobre o Tratado de Itaipu. A avaliação é de que as bases atuais não atendem às necessidades deles, em especial no que diz respeito aos valores financeiros firmados.

Estamos diante de focos de instabilidade que modificam o perfil de harmonia econômica e política que existia entre os países irmãos do continente.

A Bolívia já deu demonstrações cabais desse novo ambiente ao nacionalizar a exploração dos negócios de petróleo e gás no país, o que representou um duro golpe na PETROBRAS.

Além disso, cerca de 15 mil brasileiros sofrem perseguições e humilhações na região da fronteira com a Bolívia e, no ano passado, sofreram sérias ameaças de serem expulsos pelo Presidente Evo Morales.

O próximo capítulo agora será no Paraguai.

O ex-bispo Fernando Lugo, favorito no pleito de abril, já avisou que vai revisar o contrato de Itaipu, que entende como fundamental para a soberania do Paraguai. Há ainda a grande preocupação com os 300 mil brasileiros que vivem no Paraguai, com os 10 mil jovens da região de Foz do Iguaçu que atravessam diariamente a Ponte da Amizade para trabalhar em Ciudad del Este e com aqueles que detêm propriedades de soja e de gado no país vizinho.



Sob qualquer ângulo, como muito bem acentua o economista Roberto Teixeira da Costa, nossa política, voltada para fortalecer os laços com países da América do Sul, certamente sofrerá mais um rude golpe com a eleição de um presidente no Paraguai que antagonize nossas relações, crie problemas para nossa diplomacia e hostilize nossos empresários que lá investiram.

É preciso que o Governo brasileiro e o Parlamento estejam atentos a mais esse fato desagregador.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.



Documento 52/91

030.2.53.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2008-14:21

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7541 EDUARDO VALVERDE-PT -RO

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Persistência das desigualdades de gênero na sociedade brasileira.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT-RO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, depois de amanhã, estaremos comemorando o Dia Internacional da Mulher. No entanto, preocupações têm que ser anotadas e denotadas. Uma delas é a marginalização feminina. Hoje 37% dos lares brasileiros, principalmente os lares indigentes, são chefiados por mulheres. Essa é uma consequência da desigualdade na relação de gênero na nossa sociedade, fruto de uma construção cultural. Isso resulta no próprio processo de acesso ao mercado de trabalho.

Nas 5 regiões mais importantes do Brasil, o número de desemprego formal de mulheres é muito maior do que o dos homens. É esse quadro que temos que enfrentar no dia 8 de março, para que, nos anos que se seguirão, tenhamos verdadeira igualdade na relação de trabalho, de classe e de gênero no Brasil, que tem que ser democrática.

Muito obrigado.



Documento 53/91

030.2.53.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2008-14:27

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7543 ULDURICO PINTO-PMN -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Persistência das desigualdades de gênero no País. Quadro de violência doméstica contra a mulher no Brasil. Avanço da Lei Maria da Penha destinada ao combate à violência contra a mulher. Saudação à bancada feminina na Casa.

O SR. ULDURICO PINTO (Bloco/PMN-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com grande satisfação que venho a esta tribuna associar-me às merecidas homenagens realizadas no mundo inteiro em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, 8 de março.

"Nada mais contraditório do que ser mulher... Mulher que pensa com o coração, age pela emoção e vence pelo amor. Que vive milhões de emoções num só dia e transmite cada uma delas num único olhar. Que cobra de si a perfeição e vive arrumando desculpas para os erros daqueles a quem ama. Que hospeda no ventre outras almas, dá a luz e depois fica cega, diante da beleza dos filhos que gerou. Que dá asas, ensina a voar, mas não quer ver partir os pássaros, mesmo sabendo que eles não lhe pertencem. Que se enfeita toda e perfuma o leito, ainda que seu amor nem perceba mais tais detalhes. Que como uma fada transforma



em luz e sorriso as dores que sente na alma só para ninguém notar. E ainda tem que ser forte para dar os ombros a quem neles precise chorar. Feliz do homem que por um dia souber entender a Alma da Mulher!"

Sr. Presidente, desde que esta data foi criada, há quase 1 século, no ano de 1910, e depois oficializada pela Organização das Nações Unidas, em 1975, houve inegáveis avanços em relação à situação da mulher no mundo inteiro. A necessidade de concessão de direitos específicos para as mulheres em razão da maternidade, por exemplo, é hoje plenamente reconhecida, não só entre nós como na absoluta maioria das nações do mundo.

Há ainda, no entanto, um longo caminho a ser percorrido para a promoção de uma efetiva igualdade de direitos entre homens e mulheres no mundo inteiro. Este projeto é do interesse não apenas das mulheres, mas de toda a sociedade, pois, sem dúvida, resultará no fortalecimento da democracia.

As estatísticas estão aí para provar que o preconceito contra as mulheres é real e tem graves repercussões na qualidade de vida de nossas mães, filhas, esposas e companheiras em geral.

Segundo recente pesquisa do Instituto Nacional de Geografia e Estatística, os melhores cargos e salários no Brasil ainda são destinados aos homens. A evidência disso é que 5,5% dos homens trabalhadores chegam a um cargo de direção, contra apenas 3,9% das mulheres.

O fosso que impede as mulheres de ocuparem o topo das carreiras no nosso País, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fica muito explícito quando analisamos, por exemplo, o histórico do Prêmio Anual Executivo de Valor. Este certame elege os melhores profissionais em 20 setores da economia, através de um júri composto por um grupo de empresas do mercado de caçadores de executivos nacional e internacional. No Brasil, jamais uma única mulher foi premiada, certamente não por discriminação do júri, mas porque elas são personagens raras no mercado de executivos em nosso País.

Esta distorção torna-se melhor compreensível, no entanto, quando sabemos que a dupla jornada ainda é a realidade da mulher brasileira, mesmo com a melhora da escolaridade feminina e sua maior inserção no mercado. Pesquisa revela que as



mulheres presentes no mercado de trabalho ainda dedicam 22,1 horas semanais às tarefas da casa, enquanto os homens gastam apenas 9,9 horas com essas atividades.

Mas a discriminação ocorrida na vida profissional não é a única modalidade de desrespeito à mulher, nem tampouco a mais cruel. A violência de gênero ainda é um problema gravíssimo no mundo inteiro e, segundo a Sociedade Mundial de Vitimologia, sediada na Holanda, que pesquisou a violência doméstica em 138 mil mulheres de 54 países, o Brasil é o país que mais sofre com a violência doméstica, perdendo, com isso, cerca de 10,5% do seu Produto Interno Bruto.

É muito alvissareiro constatar, portanto, que nós, legisladores, estamos cumprindo a nossa missão de coibir este drama, produzindo textos legais como a lei que ficou conhecida como Lei Maria da Penha, sancionada no dia 7 de agosto de 2006 pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A lei entrou em vigor no dia 22 de setembro daquele mesmo ano e já no dia seguinte o primeiro agressor foi preso no Rio de Janeiro, após tentar estrangular a ex-esposa. A lei altera o Código Penal, permitindo que agressores de mulheres no âmbito doméstico ou familiar sejam presos em flagrante ou tenham sua prisão preventiva decretada, além de privá-los do privilégio de obter penas alternativas.

A nova lei também aumenta o tempo máximo de detenção previsto de 1 para 3 anos, e ainda prevê outras medidas que vão desde a saída do agressor do domicílio até a proibição de sua aproximação da mulher agredida e dos filhos.

É este tipo de iniciativa, que realmente contribui para proteger e dar dignidade às mulheres brasileiras, que nós, Parlamentares, temos o dever de tomar. É óbvio que esta não é uma preocupação exclusiva das mulheres Parlamentares, mas, sem dúvida, a ampliação das bancadas femininas na Câmara e no Senado contribuirá para que as questões relativas às mulheres brasileiras sejam debatidas com maior ênfase e prioridade nas 2 Casas.

Aproveito a oportunidade para saudar as 46 colegas Deputadas que compõem a bancada feminina nesta Legislatura pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher. Não posso deixar de observar, no entanto, que o contingente de mulheres da população brasileira está sub-representado nesta Casa, uma vez que, embora



elas constituam mais de 50% da sociedade e dos eleitores brasileiros, não chegam a ocupar nem 10% do total de cadeiras da Câmara dos Deputados.

Quero, pois, parabenizar as mulheres pelo transcurso do seu dia, lembrando também das mulheres que tanto fizeram pela Bahia e pelo Brasil, como a heroína Maria Quitéria, a Irmã Dulce, e tantas e tantas outras. Declaro-me um intransigente defensor das causas femininas. Aprendi, desde muito cedo, a admirar a garra com que as mulheres conseguem superar os obstáculos que nossa cultura e tradições lhes impõem, e asseguro-lhes que podem contar com meu apoio solidário e dedicado trabalho para que um dia alcancemos a igualdade entre os gêneros que tanto bem fará às sociedades do mundo inteiro.

Muito obrigado.



Documento 54/91

030.2.53.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2008-15:30

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7558 ALBANO FRANCO-PSDB -SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Enaltecimento da atuação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA. Apoio da EMBRAPA Tabuleiros Costeiros e da Universidade Federal de Sergipe à agricultura sergipana. Homenagem às mulheres brasileiras, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. ALBANO FRANCO (PSDB-SE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, creio que faço justiça quando, daqui da Câmara, tenho relatado alguns programas exitosos desenvolvidos no meu Estado com o apoio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA.

Criada há 35 anos, a EMBRAPA é uma empresa que tem prestado, ao longo do tempo, relevantes serviços ao País, não somente na agricultura, mas na agroindústria, na tecnologia de alimentos e nas áreas de meio ambiente, recursos genéticos e naturais, produção animal e, principalmente, nos aspectos de desenvolvimento social.

Sergipe, por exemplo, tem recebido inúmeros benefícios decorrentes de parcerias bem-sucedidas realizadas com essa instituição.



Vários setores da agricultura familiar sergipana têm recebido apoio da EMBRAPA, melhorado a forma de atuação no campo e aumentado, com a adoção de técnicas de plantio, cultivo e comercialização, seus pequenos negócios.

No final do ano passado, mais precisamente entre os dias 5 e 13 de dezembro, no Município de Simão Dias, no sertão do meu Estado, plantadores de hortaliças puderam participar de curso de formação continuada destinado a agricultores familiares.

A EMBRAPA Tabuleiros Costeiros e a Universidade Federal de Sergipe estão passando para os que se dedicam a essa atividade informações técnicas sobre combate às pragas que atingem as hortaliças e a respeito de identificação de outras doenças.

Inúmeras são as ações que visam ensinar a esses agricultores métodos eficientes de adubação, produção de húmus e relação solo/água e planta/atmosfera. É um trabalho que me entusiasma, pois vejo no estímulo à agricultura familiar um caminho certo que deve ser trilhado com firmeza pelos Governos Federal, Estaduais e Municipais para melhorar as condições de vida do homem do campo brasileiro.

Por tudo isto é que enalteço as ações da EMBRAPA, da UFS e dos técnicos que, de forma silenciosa, disseminam conhecimentos e contribuem para o desenvolvimento do meu Estado e do Brasil. Daqui da Câmara vou sempre registrar e aplaudir trabalhos desenvolvidos nesse sentido e esperar que essa empresa, no ano de 2008, desenvolva mais ainda suas atividades e tenha o apoio do Governo Federal para realizar, como vem fazendo, um trabalho voltado para o homem do campo, o trabalhador rural nordestino que ainda vive desassistido e desamparado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, abordo agora outro tema. Quando se comemora o dia das mulheres, não poderia deixar de fazer a minha saudação à mulher sergipana, nordestina e brasileira.

A mulher que neste instante gostaria de destacar é a mulher pobre, aquela que enfrenta as dificuldades para cuidar dos filhos e da sua família. Muitas delas, semeando a terra, fazendo serviços de diaristas, ajudando seu companheiro e



partilhando com ele as dificuldades, sofrem as amarguras das necessidades diárias.

A mulher dependente da bolsa-família, sem proteção à saúde e sem emprego, resiste com bravura e dignidade.

Essa mulher sem idade, sem maquiagem, com olhos tristes, com semblante sofrido, precisa ser amparada com políticas públicas mais eficientes.

Essa mulher precisa disso, mas também outras, que se dedicam a atividades sociais, que ajudam, que trabalham em favor das crianças, dos idosos, que desenvolvem ações voltadas para programas de proteção aos excluídos de nossa Pátria.

Aplaudo aqui todas as mulheres que, engajadas nos movimentos de luta em defesa da mulher, realizam atividades silenciosas, muitas vezes sem visibilidade, mas com resultados para o nosso País.

Que todas as mulheres, indistintamente, recebam a minha admiração e que a mulher do meu Estado aceite esta minha homenagem e a minha gratidão, permanente e sincera!

Era o que eu tinha a dizer.



Documento 55/91

029.2.53.O Sessão Extraordinária - CD 06/03/2008-11:26

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7505 PINTO ITAMARATY-PSDB -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Aprovação, pelo Senado Federal, do nome da Juíza Kátia Magalhães Arruda para o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho. Realização do Seminário Internacional para Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Itapecuru, em São Luís, Estado do Maranhão.

O SR. PINTO ITAMARATY (PSDB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, quero fazer uma homenagem antecipada e merecida à Exma. Sra. Kátia Magalhães Arruda, ex-Presidenta do Tribunal Regional do Trabalho no Maranhão. O Senado Federal aprovou a indicação dessa magistrada para compor o Tribunal Superior do Trabalho (TST), no cargo de Ministra togada, na vaga decorrente de aposentadoria do Ministro Gelson de Azevedo. Aproveito para homenagear todas as mulheres brasileiras pelo seu dia.

A indicação recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), que aprovou por unanimidade o voto do Relator, Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE). A Juíza Kátia Magalhães Arruda será a primeira mulher nordestina a ocupar o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho.



Um excelente trabalho foi desenvolvido pela Sra. Kátia Magalhães Arruda à época em que presidiu o Tribunal Regional do Trabalho (TRT/MA). A magistrada é defensora da celeridade no acesso à Justiça, da melhoria na qualidade dos serviços prestados ao cidadão e da responsabilidade social. Desejo-lhe sucesso e acredito na sua nomeação pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Que outras mulheres a tenham como exemplo de vitória.

Aproveito também a oportunidade para destacar a realização, em São Luís, do Seminário Internacional para Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Itapecuru. O objetivo dos trabalhos é debater e analisar propostas de revitalização da Bacia do Itapecuru. O rio tem aproximadamente 1.500 quilômetros de extensão, corta mais de 52 cidades maranhenses e é responsável por 75% do abastecimento de água na Capital maranhense.

O Rio Itapecuru encontra-se bastante assoreado e com as coberturas vegetais ciliares degradadas em quase todo o seu percurso. A forma como vem sendo praticada a agricultura naquele e nos demais municípios maranhenses, sem qualquer preocupação com a destruição dos recursos naturais, tem contribuído para esse processo de devastação.

A iniciativa de discutir a situação desse importante rio maranhense partiu do Governo do Estado, em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, e também com a participação das Universidades Federal e Estadual do Maranhão e de organizações não-governamentais e agentes de movimentos sociais. A atividade reunirá representantes de organizações nacional e internacional.

A ação é fundamental para reverter a crítica situação em que se encontra o Rio Itapecuru. De acordo com os estudos, caso não haja imediata interferência para recuperação da Bacia do Itapecuru, dentro de 5 anos São Luís sofrerá um colapso no abastecimento de água.

As medidas de preservação do Itapecuru apresentadas pelo Governo do Estado não priorizam individualmente vertentes ligadas ao meio ambiente, à saúde, à área social, à educação, mas estão concebidas de forma a se completarem.



O Seminário Internacional para Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Itapecuru é um importante projeto para beneficiar as comunidades.

Para se ter uma idéia, a bacia é formada por 36 municípios, todos posicionados abaixo das 20 cidades de maior Índice de Desenvolvimento Humano. A população estimada é de 944.716 habitantes (IBGE 2005). Ocupa a segunda maior área territorial, com 54.300 quilômetros, com predomínio do Bioma Cerrado, que possui apenas 29% da vegetação nativa remanescente, 500 mil hectares de áreas sem vegetação, 900 quilômetros de cursos d'água desprotegidos e 40% do território suscetíveis à erosão.



Documento 56/91

029.2.53.O Sessão Extraordinária - CD 06/03/2008-11:18

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7501 ROBERTO BRITTO-PP -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Avanço da Lei Maria da Penha, destinada ao combate à violência doméstica contra a mulher. Importância da criação pela Ministra Nilcéa Freire da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em conjunto com Ministérios e Secretárias, da Política Nacional de Combate à Violência contra as Mulheres. Lançamento do 2º Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

O SR. ROBERTO BRITTO (PP-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero ocupar esta tribuna para prestar minha homenagem às mulheres pelo dia 8 de março, o Dia Internacional da Mulher. Um dia marcado por conquistas e lutas, travadas por guerreiras do mundo inteiro, pela igualdade, pela dignidade e o respeito.

Já podemos constatar, hoje, os avanços no sentido de garantir cada vez mais direitos às mulheres no mundo. Porém, as desigualdades entre os sexos continuam e ainda estão longe de acabar.



Por tudo isso, destaco a atuação da bancada feminina desta Casa, que com muita garra trabalhou pela aprovação da Lei Maria da Penha, um verdadeiro marco na defesa dos direitos das mulheres.

Coloco-me, aqui, à disposição dessa bancada, como aliado nessa luta por melhorias para a vida das mulheres brasileiras e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, o que pressupõe enfrentar um problema grave que, infelizmente, há muito permeia a sociedade brasileira: a violência contra a mulher.

Parabenizo a ação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, na figura da Ministra Nilcéia Freire, que numa ação conjunta com 17 Ministérios e Secretarias Especiais, no período de 2005 a 2007, implantou a Política Nacional de Combate à Violência contra as Mulheres. Tal ação permitiu a ampliação, em todo o País, do número de Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher em Situação de Violência, Casas Abrigos, Centros de Referência, Defensorias Públicas da Mulher, além da criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Ressalto ainda o lançamento do Segundo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, ontem, no Palácio do Planalto, que tem como um dos principais objetivos a participação política das mulheres nos espaços de poder e de decisão e a promoção da cultura, comunicação e mídias não discriminatórias.

Essas ações só mostram que a busca por dias melhores não tem sido em vão. Mulheres de luta, guerreiras, como as do meu Município, Jequié, no Estado da Bahia, estão de parabéns por todos os dias em que estão presentes em nossas vidas.

A todas, desejo feliz Dia Internacional da Mulher.

Muito obrigado.



Documento 57/91

029.2.53.O Sessão Extraordinária - CD 06/03/2008-11:52

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7523 LUCENIRA PIMENTEL-PR -AP

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Homenagem às mulheres do Estado do Amapá.

A SRA. LUCENIRA PIMENTEL (PR-AP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não poderia deixar de prestar esta singela homenagem pelo Dia Internacional da Mulher a todas as mulheres de nosso Brasil e também a todas as funcionárias desta Casa.

Outrossim, permita-me, Sr. Presidente e nobres pares, dirigir-me especialmente às mulheres amapaenses por um momento aqui desta tribuna.

Homenageio as mulheres de todas as classes de atividades e sociais amapaenses: mães, donas de casa, militares, garis, ruralistas, motoristas de táxis e ônibus, médicas, odontólogas, parteiras, gestoras e servidoras públicas, domésticas, lavadeiras, artesãs, juízas, advogadas, promotoras, educadoras, ribeirinhas, extrativistas, enfermeiras, pastoras, prisioneiras, jovens, idosas e mulheres dos Parlamentos.

Tu és forte, incansável, sábia, criadora, guerreira, estrutural, sensível, serena, equilibrada, semeadora e procriadora de seres...



Tu és admirável em tuas ações e busca sempre por dias melhores...

A ti, mulher, a todas as mulheres, não só pelo dia 8 de março, mas por ontem e pelo amanhã, o meu reconhecimento e meu carinhoso abraço.

Era o que tinha a dizer.



Documento 58/91

030.2.53.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2008-14:21

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7538 IRAN BARBOSA-PT -SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Voto proferido pelo Ministro Carlos Ayres de Britto, do Supremo Tribunal Federal, no processo sobre a realização de pesquisas com células-tronco embrionárias. Carta de Sobradinho, resultante da Conferência dos Povos do São Francisco e do Semi-Árido, realizada no Município de Sobradinho, Estado da Bahia.

O SR. IRAN BARBOSA (PT-SE. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como os demais colegas, eu gostaria de registrar a importância do dia 8 de março como afirmação da luta das mulheres pelo direito à igualdade. E aproveito a oportunidade para deixar registrada na Casa a importância simbólica do voto do Relator Ministro Carlos Ayres Britto, sergipano que ontem, no Supremo Tribunal Federal, utilizando não só o conteúdo constitucional da boa técnica do Direito, mas também a linguagem poética, expressou o sentimento de uma parcela significativa da sociedade brasileira em relação à pesquisa com células-tronco. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna também para registrar a Carta de Sobradinho, assinada por 93 movimentos populares e organizações sociais e 213 pessoas participantes da Conferência dos Povos do São Francisco e



do Semi-árido, realizada em Sobradinho, no Estado da Bahia, entre 25 e 27 de fevereiro de 2008. A carta é o resultado das discussões e decisões pela continuidade das lutas, à qual o meu mandato se soma integralmente, pela vida do Rio São Francisco e do Semi-árido brasileiro, contra o Projeto de Transposição do Velho Chico. Conclamo toda sociedade a que se junte a esta luta e faço minhas as palavras contidas na Carta de Sobradinho, que passo a ler e faço questão de que seja dada ampla divulgação.

Diz a Carta:

"Povos do São Francisco e do semi-árido se unem pela vida.

Nós, os 93 movimentos populares e organizações sociais e 213 pessoas participantes da Conferência dos Povos do São Francisco e do Semi-árido, realizada em Sobradinho (BA), entre 25 e 27 de fevereiro de 2008, tornamos públicas as discussões e as decisões de continuidade de nossas lutas pela vida do Rio São Francisco e do semi-árido brasileiro contra o Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco, ao mesmo tempo em que solicitamos a adesão e a solidariedade de todos.

Escolhemos Sobradinho como sede da Conferência pelo seu valor simbólico de resistência nestes 30 anos da barragem, revividos nos 24 dias de jejum de Dom Luiz Cappio, ao final de 2007. A experiência vivida por nós, próximos ou distantes, em torno dele naquela ocasião, sintetizou mística e política, solidariedade e fé, economia e ecologia; reinventou nossas formas de ação e nos colocou em mais alto patamar de luta pela vida.

Na capela do jejum fizemos a abertura, ao redor de potes e plantas do semi-árido, juntando terras e águas trazidas pelas delegações, entre as quais água turva do Rio Tietê e terra do Cemitério de Perus, onde eram enterrados ativistas desaparecidos durante a ditadura militar e indigentes do povo de rua de São Paulo.

A Conferência foi organizada e realizada pelos movimentos e organizações sociais, representando os mais diversos segmentos das regiões implicadas e de outras do País e do exterior, com os objetivos de fazer um balanço dessas lutas e



suas implicações, consolidar a unidade entre entidades e pessoas nelas envolvidas e definir próximos passos.

Ao analisar a situação atual, mais uma vez rejeitamos este modelo de desenvolvimento predatório e excludente, que cada vez mais ameaça o planeta. No Brasil, é parte essencial das políticas do Governo Federal que mantém o País na condição de exportador de produtos primários como minérios e produtos agropecuários, entre os quais os agrocombustíveis - uma grande fazenda mundial, tal como ocorre desde o período colonial.

Este modelo combina subserviência aos grandes interesses econômicos internacionais com ausência de reais políticas públicas para o Nordeste, em especial o semi-árido, impondo-lhe megaobras equivocadas e desnecessárias, tal como a transposição do Rio São Francisco. O sociodesenvolvimentismo do Governo Lula não disfarça seu caráter retrógrado, evidente, nas obras do PAC - Plano de Aceleração do Crescimento, flexibilização de restrições ao capital, assistencialismo social e cooptação de organizações e movimentos sociais.

Diante deste quadro, definimos os seguintes princípios gerais e as ações que faremos:

1. Acesso à água.

Os movimentos sociais e populares do São Francisco e do semi-árido reafirmam que a água é, em si mesma, um bem e um valor universais e que o acesso a água é direito humano fundamental secularmente negado à população pobre do semi-árido, 4 a do São Francisco inclusive. O modelo concentrador de água fez construir muitos e suficientes reservatórios e poucas adutoras, e ainda mantém quase metade da população do semi-árido sem acesso a água.

A democratização do acesso à água deve ser uma política pública prioritária em todo o semi-árido, baseada no princípio de que o respeito aos direitos humanos deve ser central em qualquer sociedade e rigorosamente respeitado por qualquer governo. Com ela deve ser fomentada uma nova cultura de água, que evite o desperdício, garanta a reprodução de todas as formas de vida e promova a atitude hidroecológica.

2. Revitalização do Rio São Francisco.



Os povos do São Francisco e do semi-árido reafirmam a posição de que a revitalização verdadeira do São Francisco é urgente e prioritária, visando recuperar as condições hidro e socioambientais do rio e a sobrevivência de milhões de pessoas e demais espécies que habitam a sua bacia. Para isso é condição essencial cessar o avanço e o descontrole da exploração dos cerrados e caatingas.

Reafirmamos que a revitalização não pode ser tratada como um mero projeto fragmentado e paliativo, muito menos propagandístico, mas sim como um amplo e coordenado programa exaustivamente discutido com a sociedade e a ciência e submetido a rigoroso controle social. É disso que o São Francisco precisa, não de mais um uso abusivo.

3. Transposição do Rio São Francisco.

Os povos do São Francisco e do semi-árido rejeitam incondicionalmente a transposição de águas do rio. Esta obra apenas reproduz o modelo centenário de concentração de água, que manterá milhões de pessoas excluídas do acesso democrático à água e a um padrão de vida minimamente digno.

Ao levar mais água para onde já existe é uma obra inútil; ao excluir milhões de pessoas é mais uma obra hídrica injusta desde a sua concepção; e ao destinar as suas águas para fins essencialmente econômicos é uma obra desumana, que viola o princípio de que a água é um direito humano fundamental. Esta é a mesma razão pela qual rejeitamos os grandes projetos de irrigação, que apenas favorecem o agronegócio exportador.

4. Convivência sustentável com o semi-árido

Os povos do São Francisco e do semi-árido reafirmam que compreendem a convivência com o semi-árido como fundamento de desenvolvimento nos termos contemporâneos mais avançados - um novo paradigma civilizatório. Como tal é dos mais relevantes temas nacionais da atualidade, que interessam e deve ser compreendidos por toda a sociedade brasileira.

Rejeitamos o atual modelo de desenvolvimento que há séculos perpetua a concentração de terra, água e renda, excluindo quase metade da população da região. Propomos um modelo de desenvolvimento que seja essencialmente justo,



garantindo acesso a terra e a água, baseado na lógica da convivência com o semi-árido, com inúmeros programas já testados e comprovadamente eficazes.

Nossas ações.

Trabalho de base: intensificar em todas as regiões, em especial no semi-árido setentrional, mas também em todo o País, mutirões que congreguem militantes dos vários movimentos e organizações; utilizem novos subsídios acessíveis ao povo; esclareçam a verdade sobre a transposição e as questões mais amplas da água, do hidronegócio, da revitalização do São Francisco e da questão energética; divulguem as alternativas e fortaleçam a consciência militante e a organização popular.

Organização e articulação: realizar conferências regionais/estaduais; criar novos Comitês contra a transposição; ampliar as articulações regionais e da bacia; manter a articulação e a luta conjunta entre o São Francisco e o semi-árido, tendo como instrumento a Coordenação desta Conferência; trabalhar a partir das demandas e alternativas (Atlas Nordeste da Agência Nacional de Águas e iniciativas da Articulação do Semi-Árido - ASA), também no São Francisco (programa de revitalização).

Comunicação: massificar a discussão sobre os temas São Francisco, semi-árido e transposição, considerando os 3 públicos diferentes (urbano, rural e base dos movimentos); empreender uma contra-ofensiva à nova campanha de propaganda do Governo Federal; envolver as assessorias de comunicação das diversas entidades envolvidas (comissão e rede de assessoria de imprensa e de comunicadores populares); trabalhar mais as rádios e a Internet, monitorando e divulgando o que sai na mídia.

Enfrentamento: realizar marchas e outros atos criativos, em Brasília e em outros locais, aproveitando as datas do Calendário Nacional de Lutas, nas quais inserir os temas: São Francisco; Semi-árido e transposição; 8 de março - Dia Internacional da Mulher; Abril Vermelho, 17 de abril; Dia Internacional da Luta Camponesa; 1º de maio, Dia do Trabalho; 10 a 13 de junho, Jornada das Organizações do Campo e da Cidade; 4 de outubro, Dia do Rio São Francisco.



Igrejas: introduzir os temas nas preocupações e atividades pastorais das Igrejas, em especial na Assembléia da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (2 a 11 de abril), divulgando os subsídios.

O próximo 1º de abril nós o transformamos em Dia da Mentira do Governo e da Verdade do Povo, marco central em nossa agenda de lutas, com atividades de protesto e de proposição em todos os cantos do País.

Na beira do São Francisco, contemplando suas belezas e mazelas, ao fundo a barragem de Sobradinho, demos um gole d'água ao rio e nos despedimos selando o compromisso de defender a vida. Mística, Estudo e Ação, propostos por Dom Luiz Cappio, foram as expressões práticas deste compromisso. Cabaças enfeitadas de fitas coloridas, prenes de sementes, foram os símbolos que cada delegação levou.

Sobradinho, 27 de fevereiro de 2008.

Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Movimento das Mulheres Camponesas (MMC); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento Saúde Pirituba - SP (Perupi); Marcha Mundial das Mulheres; Apoinme; Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Cáritas; Conselho Indigenista Missionário (CIMI); Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP); PJR; Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB); CEBs; SEFRAS - Serviço Franciscano de Solidariedade; Serviço Justiça, Paz e Ecologia da Província Franciscana de São Paulo; Serviço Justiça, Paz e Ecologia da Província Franciscana de Imaculada Conceição; Igreja do Carmo (MG); Congregação Filhas de Jesus (Sobradinho/BA); 1ª Igreja Batista (Santa Maria da Vitória/BA); Romaria do Grito dos Excluídos; Misereor; Instituto Regional da Pequena Agricultura Apropriada (IRPAA); Centro Nordestino de Medicina Popular; CONSEA - PE; Diaconia; PACS; Articulação do Semi-Árido (ASA); ASPTA; CAIS - Centro de Assessoria e Apoio a Iniciativa Social; Rede Ambiental do Piauí; ABAI - Serviço Paz e Justiça; Instituto Palmas; Museu Ambiental Casa do Velho Chico; Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Aracaju; Associação Pequenos Agricultores Cidadania (APAC); AAPMS; CAA - Centro de Assessoria do Assuruá;



SASOP; Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais; EFAs; Centro Terra Mar; Comitê da Bacia do Rio Salitre; Ecodebate; Sindicatos de Trabalhadores Rurais; Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto no Estado da Bahia (SINDAE); Pólo Sindical Submédio São Francisco; SINTECT-PE (Sindicato dos Trabalhadores da Empresa de Correios e Telégrafos); SINTAGRO/BA; SINDPREV/RJ; APLB - Sindicato de Santa Maria da Vitória; Fórum Permanente da Bahia em Defesa do São Francisco; Frente Cearense por uma Nova Cultura de Água Contra a Transposição; Frente Paraibana em Defesa da Terra, das Águas e dos Povos do Nordeste; Comitê Paulistano Contra a Transposição; CESE; KOINONIA; ABCMAC - P1+2; ACIDES; AMIDES; Água Viva; Paróquias: Campo Alegre de Lurdes/BA, Sobradinho/BA, São Francisco de Assis/BA, Paulo Afonso/BA, Nossa Senhora das Dores; SECON; Rede Social; Jornal: Brasil de Fato; Conlutas; Diretório Central dos Estudantes de Minas Gerais; Consulta Popular; PSOL; PSTU; PUC Minas; DCE UFMG; Universidade de Innsbruck - Instituto de Geografia; UNB; Federação Argentina de Estudantes de Agronomia; Executiva Nacional dos Estudantes de Veterinária; Grupo Nascer (UFMG); Lições da Terra (PUC Minas); FEAB; Geografar - UFBA; UFS - Campus Itabaiana (SE); UNEB; Povos indígenas - Pipipã, Truká e Tupã; Comunidades: Quilombolas, Vazanteiros, Geraiseiras, Catingueiras e pescadores; Colônia de Pescadores: Z-20 (Ibiaí/MG); Juazeiro, Z-07 (Neópolis/SE); Federação dos pescadores de Alagoas; Reserva Extrativista São Francisco - Serra do Ramalho." Era o que tinha a dizer.



Documento 59/91

030.2.53.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2008-14:39

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7549 CARLITO MERSS-PT -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Empenho do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e do representante brasileiro na Organização dos Estados Americanos - OEA, Embaixador Osmar Chofhi, na superação da crise diplomática entre a Colômbia e o Equador. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Comemoração do 157º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Joinville, Estado de Santa Catarina.

O SR. CARLITO MERSS (PT-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproveito esta oportunidade, na tribuna da Câmara dos Deputados, para fazer 3 registros rápidos que reconheço da maior importância.

Primeiro, quero parabenizar o Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores, e o Embaixador Osmar Chofhi, representante brasileiro na Organização dos Estados Americanos, principais responsáveis por uma resolução pacífica sobre o conflito de fronteira entre Colômbia e Equador. A representação diplomática brasileira orgulha o País quando condena com veemência a invasão do território equatoriano e propõe uma alternativa que preserve a unidade latino-americana e não a opção da guerra, solução notadamente sem vencedores. O



Brasil cumpre seu papel na América Latina quando propõe soluções negociadas e evita o uso da força.

Em segundo lugar, quero aproveitar este momento para homenagear o Dia Internacional da Mulher e reiterar o meu compromisso pessoal de trabalhar, por meio deste mandato parlamentar, para a eliminação da violência contra a mulher e todas as formas de discriminação contra o gênero. Uma sociedade saudável e uma vida mais feliz se fazem com o banimento de toda forma de intolerância e violência. Parabéns pelo Dia da Mulher. Vamos fazer desta ocasião um momento a mais para avançarmos em relação à nossa cidadania e à igualdade de gênero.

Por último, registro que no próximo domingo, dia 9 de março, minha cidade, Joinville, em Santa Catarina, completa 157 anos de emancipação política. O aniversário de Joinville é para nós motivo de alegria. Joinville é uma cidade atravessada por várias rotas migratórias, recebe pessoas de todo o País, e faz disso uma virtude, desenvolvendo uma cultura de inclusão, gerando oportunidades profissionais e de participação e promoção social.

Joinville é hoje a maior cidade de Santa Catarina, e não pára de crescer. Passa por intensas transformações, em virtude de investimento do PAC. Menciono contorno ferroviário, saneamento básico, moradias populares, ampliação do aeroporto, novas obras viárias, inauguração de uma nova agência do INSS, do Restaurante Popular, do Pólo e de um novo campus da UFSC. Isso decorre também de um forte aquecimento econômico e das exportações, em virtude da acertada política de crescimento econômico do País. É um momento bom, de retomada dos investimentos públicos e de geração de empregos, e também é um momento de festa.

Esse aniversário reforça em nós o carinho e a satisfação por vivermos numa cidade que nos deu muitas oportunidades. Feliz aniversário e parabéns a Joinville. Sou considerado filho dessa grande cidade, mesmo lá não tendo nascido. Joinville me permitiu conquistar tudo o que tenho hoje na vida.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. seja transcrito nos Anais da Casa artigo que encaminhei para a imprensa local em homenagem ao aniversário dessa cidade.

Muito obrigado.



ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR

Confesso minha gratidão

Quando há 33 anos peguei minha pequena mala em Porto União e embarquei no ônibus da Reunidas, não sabia exatamente o que me esperava.

Como tantos jovens da minha idade, deixei minha família, meus amigos na barranca do rio Iguaçu e parti para Joinville. Buscava um diploma, um emprego, uma vida melhor na cidade grande.

Assim que pisei na rodoviária, sozinho, eu e minha mala, uma cidade imensa surgiu, com grandes indústrias, muita gente nas ruas, um comércio forte, com certeza inúmeras oportunidades e grandes desafios.

Como jovem recém chegado do interior, ainda prisioneiro do susto, encontrei na pensão da dona Delci, na avenida Santos Dumont, um acolhimento que me acompanhou pelo resto da minha vida nessa cidade. Desde que cheguei fui bem recebido, com hospitalidade, com atenção, com o carinho de uma cidade que vive da migração, que se faz humana e solidária por receber a todos.

Foi aqui que, aos poucos, me tornei joinvilense de coração. Conheci a realidade da sua gente, o trabalho árduo nas grandes empresas, o entusiasmo dos estudantes, as potencialidades e as necessidades de uma terra de fortes trabalhadores que constróem essa cidade dia após dia.

Tenho forte emoção de lembrar destes momentos e de perceber como Joinville hoje, 157 de fundação, carrega ainda uma juventude amorosa, com uma imensa capacidade de fazer de cada migrante um filho seu.

A cidade mudou, cresceu, se expandiu, novos problemas apareceram, soluções foram construídas, os filhos dos migrantes já alimentam várias gerações de joinvilenses. E sua marca continua firme: Cidade acolhedora, empreendedora e de oportunidades.

Só tenho a agradecer por tudo que Joinville me proporcionou. Foi um namoro rápido e um casamento para a vida toda. Meu coração, como os de tantos outros filhos teus, bate sempre forte por essa cidade que nos acolheu com tanto amor.



Parabéns, Joinville, pelo seu aniversário. Que sejamos, todos nós, generosos com seu futuro, amantes do seu passado e participantes de um presente de muitas comemorações.



Documento 60/91

030.2.53.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2008-14:42

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7550 PEDRO EUGÊNIO-PT -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Homenagem especial a mulheres brasileiras.

O SR. PEDRO EUGÊNIO (PT-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Inocêncio Oliveira, Sras. e Srs. Deputados, quero inicialmente parabenizar as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher.

Vários oradores ocuparam e ocupam a tribuna para fazer referências à importância do papel da mulher em nossa sociedade. Realizamos aqui uma Comissão Geral para debater o papel da mulher nos diversos setores da sociedade.

Quero hoje homenagear algumas mulheres que conheço e que militam na causa pública, mulheres com quem convivo e que participam da luta política.

Poderíamos citar muitas e muitas, mas, por uma questão de tempo, procuramos ressaltar algumas mulheres que têm tido importante papel em diversos setores de nossa sociedade, que V.Exa. tão bem conhece, pernambucano que é, Sr. Presidente.



Lembro da nossa companheira Tânia Bacelar, companheira nos movimentos dos economistas na luta pela redemocratização, professora da Universidade Federal de Pernambuco, batalhadora da causa da SUDENE. Ela que se formou naquela Casa e até hoje contribui fortemente para o debate político sobre a questão econômica e do desenvolvimento de nossa região e de nosso País. Tânia Bacelar formulou o plano de reestruturação da SUDENE que inspirou o Presidente Lula a aprová-lo e enviá-lo a esta Casa para aqui ser aprovado.

Lembro-me da nossa companheira Deputada Estadual Teresa Leitão, do Partido dos Trabalhadores, grande batalhadora da causa da educação, presidenta de sindicato, militante da causa dos trabalhadores e trabalhadoras da área educacional. Levada, pelo apoio de sua base, à condição de Deputada Estadual, Teresa exerce o seu segundo mandato como representante também de diversos segmentos sociais de nosso Estado e não apenas daquele em que se formou.

Lembro-me da nossa companheira Eunice Dumont, Presidenta do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Recife. Desde o início, nas Comunidades Eclesiais de Base, Eunice sempre lutou pela formalização das relações do trabalho doméstico e esteve diversas vezes nesta Casa como representante das empregadas domésticas. Eunice obteve muitas vitórias, entre elas a regulamentação do trabalho doméstico.

Lembro a nossa companheira Joana, Presidenta da Colônia de Pescadores Z-10, em Itapissuma. Primeira mulher presidente de colônia de pescadores em Pernambuco, Joana encarna a luta das pescadoras e marisqueiras que sustentam milhares de famílias em todo o litoral nordestino.

Trago à lembrança a companheira Lia de Itamaracá, ícone de nossa cultura que resiste a todas as adversidades do litoral pernambucano. Lia, que esteve presente em tantas reportagens internacionais, continua vivendo com dificuldade, mas não abre mão de seus princípios de mulher representante da cultura popular. Diz ela: "Este espaço é o espaço do meu povo da praia, é um espaço que tem de continuar aberto, é um espaço que não pode ser transformado num mero negócio comercial".



Também não posso esquecer-me da companheira Maria Aparecida de Melo. Diretora de Política para as Mulheres da FETAPE, Mulica, como é conhecida, representa milhares de trabalhadoras.

Quando eu era diretor do Banco do Nordeste, vencemos, sob os auspícios do Governo Lula, a exigência que havia de que mulheres só poderiam adquirir financiamentos do PRONAF com autorização dos maridos. Pois, a partir de então, das 500 mil operações anuais efetuadas pelo PRONAF em todo o Nordeste, mais de 250 mil são hoje feitas diretamente com mulheres. A companheira Mulica representa esse contingente, que se organiza, que trabalha, que luta e que sustenta suas famílias.

Sr. Presidente, ao citar todas essas companheiras, símbolos da luta das mulheres, presto a minha homenagem à mulher brasileira.

Obrigado.



Documento 61/91

030.2.53.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2008-15:42

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7641 VANDERLEI MACRIS-PSDB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aproveitar este espaço para falar de um assunto que ainda é um desafio para todos nós, homens e mulheres. No próximo sábado, vamos comemorar o Dia Internacional da Mulher, e esta Casa preparou para esta semana uma agenda propositiva com o objetivo de discutir, refletir e cobrar, do Governo e da sociedade, questões sobre as diferenças que ainda existem entre homens e mulheres.

Falamos muito da Lei Maria da Penha, um avanço significativo, sem dúvida, na conquista de mecanismos de proteção à mulher, mas devemos nos atentar também para a cultura de discriminação que envolve as mulheres no mercado de trabalho.

Ainda ontem me atentei para uma notícia que diz que as mulheres ainda ganham menos que os homens. O rendimento médio por hora do trabalho feminino permaneceu praticamente estável no último ano e passou a valer R\$5,42. Para os



homens, também ficou estabilizado, o equivalente a R\$6,96. Ou seja, as mulheres ganham 77,9% do que é recebido pelos homens.

Ora, esse é apenas um detalhe das diferenças culturais brutais entre homens e mulheres. Não é possível que, no século XXI, ainda tenhamos esse tipo de situação. Para a mulher que lutou e conseguiu o seu direito de votar, que é maioria em boa parte das universidades, que faz 2, 3, 4 jornadas diárias, não faz nenhum sentido que não existam direitos iguais.

Infelizmente, temos uma cultura atrasada e enraizada de desvalorização da mulher. E nós homens, principalmente os homens públicos, temos de nos unir às mulheres deste Congresso e às milhares de donas de casa, operárias, empresárias, profissionais liberais para que, num futuro, oxalá, muito próximo, possamos dizer e provar que somos todos iguais.

Parabéns a todas as mulheres!



Documento 62/91

030.2.53.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2008-15:42

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7643 VANDER LOUBET-PT -MS

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Lançamento do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

O SR. VANDER LOUBET (PT-MS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as celebrações pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher ganham maior e mais intensa repercussão a cada ano. Mais importante ainda é constatar que, apesar da especificidade da data, o 8 de Março focaliza a amplitude e diversidade das questões de gênero que desafiam o mundo a encontrar soluções para a convivência respeitosa e fraterna entre todas as pessoas, sem nenhum tipo de preconceito, discriminação ou privilégio.

Nada mais adequado, portanto, que, pelo seu simbolismo universal como fonte da vida humana e pelas indiscutíveis características de sua alma inteligente, generosa, visionária e transformadora, seja a mulher o ponto de referência e de convergência dos sentimentos mais fraternos que conhecemos. E também para que, neste abençoado dia de março, todos os seres humanos do planeta voltem sua atenção e seus propósitos para lutar por uma sociedade justa, de paz e de



concordia, sem discriminações de ordem alguma, consagrando o respeito às diferenças como condição basilar da igualdade.

A propósito, é importante ressaltar que a mobilização pelos direitos humanos e pela afirmação da cidadania tem produzido resultados importantes no Brasil. De um lado, a força determinante da própria população, expandindo e fortalecendo os movimentos sociais; de outro, e também por consequência do próprio clamor popular, as políticas públicas de promoção humana e inclusão adotadas pelos Governos Municipais, Estaduais e Federal.

Nesta planície de avanços, é justo e oportuno reconhecer o conjunto de medidas que vêm sendo tomadas no Governo do Presidente Lula em favor da afirmação das políticas com o recorte de gênero. Na agenda do direito feminista, os avanços se multiplicam, como o lançamento, agora no início deste mês, do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, com 91 metas e 394 ações distribuídas em 11 eixos de atuação.

O Plano tem uma das mais variadas e abrangentes previsões de intervenção governamental em favor da cidadania que, começando pelos direitos das mulheres, propiciará, conseqüentemente, conquistas gerais de toda a sociedade, em seus diversos níveis de aspiração por justiça social, econômica, cultural e nas demais quadras de respeito, dignidade e bem-estar nas relações humanas.

Muito obrigado.



Documento 63/91

030.2.53.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2008-15:51

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7649 RIBAMAR ALVES-PSB -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Relevância da criação da empresa binacional Alcântara Cyclone Space para o desenvolvimento do Estado do Maranhão e para a autonomia do País na obtenção de informações estratégicas. Possibilidade de conciliação entre o desenvolvimento científico e o respeito aos direitos de comunidades quilombolas estabelecidas na região do Município de Alcântara. Razões da escolha da Ucrânia como parceira no projeto da empresa binacional. Enaltecimento da atuação do Ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, em especial de sua resistência a pressões de grupos internacionais. Pedido aos Deputados de participação da Frente Parlamentar em Defesa da Base de Alcântara. Congratulação às mulheres brasileiras pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. RIBAMAR ALVES (Bloco/PSB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores da TV Câmara, galerias, funcionários, jornalistas, cidadãos brasileiros e meus queridos maranhenses, vivemos um momento decisivo para a história do Brasil e, particularmente, para a história do Maranhão. Após muitos anos de maturação, o País se prepara para entrar definitivamente no exclusivo grupo das nações que disputam o mercado aeroespacial. E é do Maranhão, mais precisamente de nossa bela Alcântara, que



serão lançados os foguetes que representarão não apenas um grande avanço tecnológico, como também um marco histórico e um ganho de qualidade de vida para as populações locais.

A criação da empresa binacional Alcântara Cyclone Space, empreitada ambiciosa acordada entre os Governos do Brasil e da Ucrânia, é uma importante aliada do esforço de todos nós representantes dos cidadãos maranhenses pela melhoria da qualidade de vida em nosso sofrido Estado, além de gerar emprego e renda. O aporte de investimentos diretos e a possibilidade de termos revertidos para os cofres públicos royalties oriundos da comercialização dos serviços de lançamento não podem ser ignorados por ninguém.

O mercado mundial está estimado pela Agência Espacial Brasileira em 13 bilhões de dólares em 3 anos. O Brasil espera conquistar 30% desse total, ou seja, 4 bilhões de dólares em 10 anos. As obras de infra-estrutura necessárias para a implantação da base de lançamento do foguete Cyclone 4, a partir de 2010, beneficiarão não apenas a empresa e seu projeto, mas todos os moradores da área.

Da mesma forma, a atração de empresas de tecnologia de ponta para a região de Alcântara permitirá criar uma substancial fonte de renda para o município, cuja economia, hoje, depende quase que totalmente de aportes dos fundos da União. Nós, que convivemos de perto com essa realidade, sabemos que não é esse o futuro com que sonham os cidadãos de Alcântara. Eles sonham, sim, com a cidadania e a autonomia que só o avanço econômico sustentado e sustentável permite a uma sociedade.

Além de representar a possibilidade de gerar recursos dos quais tanto nosso Estado carece, o projeto Alcântara Cyclone Space só nos orgulha. Os satélites de comunicações são vitais para o controle do espaço aéreo, o monitoramento ambiental e a economia de qualquer país. Mas nossos satélites de sensoriamento são enviados ao espaço por foguetes chineses. As informações de que precisamos e o nosso contato com o resto do mundo podem ser interrompidos a qualquer momento, por dependerem de satélites de outras nações, que partilhamos, mas cujo controle não está em nossas mãos.



Não podemos esquecer da difícil situação que vivemos quando, durante a guerra do Iraque, os Estados Unidos impediram a divulgação de dados meteorológicos em nome de estratégias adotadas para uma batalha que estava sendo travada do outro lado do mundo. Pagaram os nossos agricultores bem como os planejadores das grandes obras em andamento por não dispormos de soberania sequer sobre o nosso clima.

Não queremos mais que a situação se repita. Queremos lançar nossos satélites e sermos os únicos proprietários das informações estratégicas que nos interessam. Desejamos ter toda a disponibilidade necessária para implementar projetos de qualificação social como a teleeducação e a telemedicina, que multiplicam os esforços e otimizam os recursos para essas 2 áreas importantes e vitais. Queremos, em suma, deter a tecnologia que viabilize nossa independência e autonomia no mundo moderno.

O Sr. Mauro Benevides - V.Exa. me permite, nobre Deputado Ribamar? Quero dizer a V.Exa. que pelo que sei há uma Frente Parlamentar em Defesa da Base de Alcântara. V.Exa. não é o autor?

O SR. RIBAMAR ALVES - Propomos defender Alcântara a partir deste pronunciamento e criar uma Frente Parlamentar em Defesa da Base de Alcântara.

O Sr. Mauro Benevides - Quero dizer que, instado a subscrever a composição dessa Frente, emprestei a minha decidida e espontânea adesão a esse movimento por entender todo esse alcance que V.Exa. agora delinea com absoluta precisão. Era a adesão à tese que V.Exa. defende neste momento na tribuna e que na constituição da Frente contou com a minha modesta solidariedade, o que significa uma identificação com a tese que V.Exa. defende neste momento.

O SR. RIBAMAR ALVES - Modesta, mas importante, Deputado Mauro Benevides. Sua experiência, capacidade e competência muito nos orgulham não só no aparte como também ao apor sua assinatura no requerimento que cria essa Frente que será motivo de orgulho de todos nós maranhenses e brasileiros.

Concedo um aparte ao nobre ex-Reitor da Universidade do Estado do Maranhão, que realizou um trabalho maravilhoso sobre o Centro de Lançamento de Foguetes



de Alcântara, na Reitoria da Universidade Estadual do Maranhão, Deputado Waldir Maranhão.

O Sr. Waldir Maranhão - Obrigado, Deputado Ribamar Alves. Não poderia ocorrer em melhor momento o seu pronunciamento e a sua iniciativa ao propor a criação de uma frente parlamentar em defesa do centro de lançamento de foguetes de Alcântara. Entendo que Alcântara, cidade centenária, pela sua posição estratégica, serve ao Brasil e servirá ao mundo. O avanço científico e tecnológico será o aporte maior para contribuir com o engrandecimento da nossa população em termos de conhecimento. Dessa forma, o empresariado brasileiro haverá de concordar que os nossos satélites deverão ser vias de comunicação e desenvolvimento sustentável. Assim, a Universidade Estadual do Maranhão, a Universidade Federal do Maranhão e o CEFET haverão de estar irmanados na construção de uma plataforma e na absorção de tecnologias e de conhecimento. Portanto, V.Exa., que honra o nosso Estado, certamente o fará, de forma brava, defendendo os reais interesses da nossa Nação. Muito obrigado pelo aparte, nobre Deputado Ribamar Alves.

O SR. RIBAMAR ALVES - Muito obrigado, nobre Deputado Waldir Maranhão. Incorporo seu aparte ao nosso pronunciamento.

Mas que ninguém pense que defendemos o desenvolvimento atabalhado, aquele que atropela o que de bom os cidadãos construíram em séculos de história e ocupação. Muito ao contrário. Estamos plenamente conscientes dos valores culturais que permeiam a vida dos moradores de Alcântara e particularmente das comunidades quilombolas, que hoje assistem apreensivas ao início dos trabalhos que permitirão construir, em breve, o sítio de lançamento do Cyclone 4.

Queremos deixar muito claro, desta tribuna, que somos os maiores interessados em preservar os valores dessas comunidades. Estamos atentos à necessidade de se defender os direitos daqueles que ao longo dos séculos foram excluídos da participação cidadã. Mas acreditamos, também, que essa mesma cidadania passa pelo acesso ao que de bom e proveitoso o desenvolvimento sustentável pode propiciar. A isso chamamos de inclusão. E a inclusão de todos os brasileiros é



bandeira fundamental e compromisso de primeira hora do Governo e de todos os seus aliados.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Chico Lopes, do PCdoB do Ceará que, ainda há pouco, fez uma grande defesa do Nordeste em relação à segunda refinaria de petróleo a ser implantada no Brasil.

O Sr. Chico Lopes - Obrigado, nobre Deputado Ribamar Alves. A nossa preocupação em relação às regiões Norte e Nordeste é a de suscitar grandes e importantes investimentos para o desenvolvimento da região. É com muita tristeza que temos constatado, e V.Exa. estava presente, que, em 55 anos de BNDES, o Nordeste recebeu apenas 9% de investimento. Quando aparece, por exemplo, a SUDENE — com o seu fecha e abre — sabemos que há outros órgãos de desenvolvimento em dificuldades. Digo isso para poder entrar no debate sobre a Base de Alcântara. Quero saber se a Oposição, que tanto prega nesta Casa que o Governo Lula é irresponsável, que é isso e aquilo, se esqueceu que há pouco tempo a Base de Alcântara era considerada pela mídia nacional. Dizia que os brasileiros não podiam entrar na Base de Alcântara. Por quê? Porque ela tinha sido alugada para americanos por 30 moedas. Hoje V.Exa. vem à tribuna para mostrar o investimento e o papel de Alcântara no desenvolvimento da área científica. Creio que discursos dessa natureza é que colocam nosso Governo num patamar diferente, porque a Oposição quer pautar as miudezas do Governo e deixa as grandes questões importantes do País em segundo plano. Parabéns a V.Exa.

O SR. RIBAMAR ALVES - Muito obrigado, Deputado Chico Lopes.

A preocupação com a inclusão sem o comprometimento dos valores mais caros às comunidades, bem como a preservação do meio ambiente e do sítio histórico de Alcântara têm sido alvo de debates profundos nas diversas instâncias do Governo. Pela primeira vez, o projeto está sendo conduzido de forma democrática, na qual se busca atender a todos os interesses envolvidos; os interesses, claro está, daqueles que querem o melhor para Alcântara, o Maranhão e o Brasil.

Atenta a sua responsabilidade social e ambiental, a binacional vem investindo em prospecção e estudos do local ideal para implantação da plataforma de



lançamento. Nada menos que 15 Ministérios do Governo Federal estão participando de uma comissão interministerial que avalia à luz de todos os interesses da sociedade cada passo dado rumo à implantação definitiva do projeto. É um trabalho delicado e atencioso, que acompanhamos de perto e do qual podemos dar nosso testemunho.

Desde o primeiro momento da escolha do parceiro para o projeto, buscou-se contemplar o melhor. A Ucrânia entra com a tecnologia que detém e que já viabilizou 125 lançamentos, só de foguetes da família Cyclone, sem registro de falhas ou acidentes. Se fôssemos esperar para disputar o mercado aeroespacial pelos resultados do Programa Espacial Brasileiro, e considerando que o País precisa fazer frente a investimentos muito mais prementes para melhorar áreas essenciais, como educação, saúde e infra-estrutura, acabaríamos por perder a oportunidade de usufruir das vantagens que Alcântara põe a nosso serviço. O tempo não age a favor daqueles que o desprezam e o relógio da nossa inserção no século XXI está correndo inexoravelmente.

Situada a 2 graus do Equador, Alcântara viabiliza o lançamento de foguetes ao espaço com um custo 30% menor que os principais concorrentes hoje em atuação. Isso representa 30% menos combustível, ou 30% mais de carga. Isso representa atrair clientes entre os países que também querem lançar seus próprios satélites, mas que sofrem com os preços cobrados pela concorrência. A procura por foguetes que permitam renovar os satélites das hoje imprescindíveis telecomunicações, que estão chegando ao fim de sua vida útil, vai se acentuar nos próximos anos.

Nós esperamos a nossa parte, porque sabemos que temos condições de disputá-la em pé de igualdade com os países que mais avançaram nesse meio. Hoje, apenas Estados Unidos, Rússia, França, China e Índia, além da própria Ucrânia, partilham esse bolo do qual nós também queremos nos servir. Temos o direito e a oportunidade. Não podemos desperdiçá-la.

Antes de se optar pela Ucrânia como parceira, outros potenciais aliados foram consultados. Ouvimos propostas que chegavam a ser indecorosas, como as dos que queriam explorar a vantajosa localização geográfica sem qualquer ingerência



brasileira no processo — algo que não poderíamos jamais aceitar, pois nada acrescentaria ao nosso desenvolvimento tecnológico. Não queremos simplesmente alugar nossas terras para o lucro alheio. Pretendemos, sim, ser parceiros. E foi essa a proposta da Ucrânia, detentora da tecnologia de lançamento, sim, mas disposta a trabalhar em um ambiente de paridade, lado a lado com os técnicos brasileiros, num verdadeiro espírito de colaboração.

O acordo firmado entre Brasil e Ucrânia, como se pode imaginar, não agradou a todos os possíveis parceiros preteridos. Deles e de seus interesses podemos esperar pressões as mais diversas, que saberemos enfrentar com a segurança de termos feito a melhor opção.

À medida que alcançar seus objetivos, dentro de um minucioso cronograma de trabalho, a parceria Brasil-Ucrânia abrirá novas e ainda mais atraentes oportunidades de trabalho e de pesquisa para nossos cientistas e para todo o País. A incorporação de tecnologias sensíveis às quais hoje ainda não temos acesso é uma perspectiva que deve estar presente em todas as discussões referentes ao projeto Alcântara Cyclone Space. Somos, antes de nada, um projeto de Estado, uma ação de inclusão tecnológica de um Governo que busca levar o País a um novo patamar de modernidade e desenvolvimento.

Tudo o que está sendo feito, podemos ter certeza de que é pelo bem comum, e não para benefício de uns poucos.

O Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, senhoras e senhores, foi o primeiro a reconhecer e amparar as reivindicações dos quilombolas de direito a suas terras e cultura. É a primeira vez na história do Brasil que essas comunidades são ouvidas e consideradas em suas demandas. Podemos assegurar às comunidades quilombolas de Alcântara que não terão tratamento diferente, nem serão prejudicadas de forma alguma, pois todo um trabalho vem sendo preparado e será apresentado em breve a todos os interessados, no sentido de assegurar que as promessas de apoio e melhoria da qualidade de vida local sejam verdadeiras e viáveis. Somos guardiões desse compromisso, assumido não apenas por nós, mas por todo o Governo Federal.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Alcântara é uma beleza de cidade colonial com um acervo cultural muito importante. O Maranhão, berço de cultura, intelectuais, poetas, homens e mulheres notáveis, teve essa dádiva divina de ter Alcântara a 2 graus do Equador, o que facilita o lançamento de foguetes, favorece a economia de até 30% de combustível e está emprestando ao Brasil a oportunidade única, e talvez a última, de participar da disputa do espaço e não continuar sendo refém.

Não posso dizer que isso se dá unicamente por causa do Partido Socialista Brasileiro, mas um dos grandes baluartes que enfrentou a ganância capitalista foi o então Ministro Roberto Amaral, que bloqueou, breçou e impossibilitou que o Brasil se tornasse refém do capital estrangeiro e fosse proibido de adentrar na cidade de Alcântara e de transpor os portões da base de lançamento. Seria uma ingerência sobre a nossa soberania nacional.

Faço um agradecimento especial ao Dr. Roberto Amaral, não ao Ministro nem ao Vice-Presidente do Partido Socialista Brasileiro, mas ao atual Presidente da empresa binacional Alcântara Cyclone Space pela abnegação, pela dedicação, pelo carinho e pelo entusiasmo desse socialista praticante, que tem feito a sua vida de luta e de vanguarda na defesa do nosso País.

Esse grande brasileiro, que hoje preside essa empresa importante para todos nós, está dando tudo de si para levar o País ao patamar que todos nós queremos. Afinal de contas, os 513 Deputados que aqui estão e os 81 Senadores buscam justamente dar cidadania a esse povo e tirar o Brasil do colonialismo que não acaba nunca. Desde a sua descoberta, o Brasil é colônia, e até hoje somos reféns do grande capital estrangeiro.

Só poderemos sair dessa se o nosso povo tiver cidadania, direito à saúde, à educação, à moradia, ao salário e à renda e acesso à tecnologia.

Sr. Presidente, agradeço ao Deputado Márcio França, Líder do nosso partido, que nos cedeu o espaço neste momento para podermos defender Alcântara.

Peço o apoio dos nobres colegas para que participem da Frente Parlamentar em Defesa da Base de Alcântara, que não é do partido, mas do nosso País, e objetiva defender a soberania nacional.



Aproveito a oportunidade para parabenizar as mulheres de todo o Brasil pelo seu dia, a ser comemorado em 8 de março. Guerreiras aguerridas, essas mulheres vibrantes fazem desta Nação um País belo e educado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 64/91

030.2.53.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2008-17:45

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7671 RODOVALHO-DEM -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Posse do coronel Sérgio Fernando Pedroso Aboud no cargo de Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Apresentação de projeto de lei sobre a supressão de espaços reservados para fumantes. Custo do tabagismo para a saúde pública. Congratulação à Deputada Íris de Araújo pela assunção da Presidência dos trabalhos.

O SR. RODOVALHO (DEM-DF. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, assessores que nos auxiliam nesta tarde, ouvintes da Rádio Câmara, telespectadores da TV Câmara, que nos acompanham neste momento, primeiramente ocupo esta tribuna para homenagear a mulher pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher, que se dará daqui a 2 dias, em 08 de março.

Lembramos que a mulher é sempre valente e batalhadora, adoça a vida, perfuma a existência, fazendo com que a vida se torne uma luta em favor de uma bênção. Com o homem formam uma família e, juntos, tentam construir uma sociedade melhor, mais justa e mais digna.



Estive há pouco na Fercal, onde participei de uma grande reunião com as mulheres, mulheres sofridas, muitas vezes abandonadas pelos esposos, pelo Estado, abandonadas praticamente por toda a sociedade, mas lutando com fé, com dignidade, em prol da sua família e da sua casa.

Fica então registrada a nossa homenagem a todas as mulheres do Brasil.

Sra. Presidenta, quero comunicar também que o Governador José Roberto Arruda fez a transmissão do cargo de Comandante do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal para o Coronel Sérgio Fernando Pedroso Aboud, pessoa muito digna e honrada. Tenho certeza de que S.Exa. cumprirá com dignidade a missão que o Governo do Distrito Federal lhe impõe.

Finalmente, quero falar sobre um dos grandes problemas deste País: o tabagismo. Sra. Presidenta, protocolei um projeto de lei para alteração do art. 2º da Lei nº 9.294, de 1996, que cria o espaço reservado aos fumantes. Em minha justificativa lembro que os fumantes produzem os fumantes passivos. E todo o Brasil precisa estar a par de alguns dados. Por exemplo: os fumantes passivos têm 23% a mais de probabilidade de contrair doenças cardiovasculares; 30% a mais de chance de ter câncer de pulmão; e 24% a mais de probabilidade de ter um enfarto.

Portanto, sugiro a supressão desses chamados espaços reservados. As pessoas que queiram fumar, que fumem ao ar livre, o que já será um dano à natureza, mas, pelo menos, não atingirá diretamente uma pessoa que trabalha no mesmo ambiente e está exposta ao fumo de forma indireta.

Quero citar aqui as palavras do Dr. Luiz Antonio Santini, Diretor-Geral do Instituto Nacional do Câncer — INCA: o custo da saúde pública com as doenças derivadas do fumo é 2 vezes maior do que todos os impostos arrecadados com esse produto. Não é justo uma grande indústria lucrar e toda a sociedade pagar a conta. Creio que todos os fumantes gostariam de se ver livres desse vício.

Sra. Presidenta, no Brasil, de 200 a 250 mil pessoas ao ano são vítimas fatais de doenças em conseqüência do fumo. No mundo, o número chega a 4,9 milhões de pessoas, quase 10 mil pessoas ao dia. Realmente, é quase uma epidemia.

No Brasil, nos últimos 15 anos, houve um crescimento de 12,9% para 25,2% de pessoas que se tornaram dependentes do cigarro. Entre os homens fumantes



houve um aumento de 23.4% e, entre as mulheres, de 20%. Em todo o mundo, também nos últimos 15 anos, 47% das pessoas aprenderam a fumar. Trata-se mesmo de uma epidemia.

As políticas públicas e as iniciativas do Ministério da Saúde e dos demais órgãos governamentais têm de estar voltadas para a conscientização da população. É preciso proibir as propagandas de cigarro em horário nobre e o patrocínio de indústrias de cigarro nos grandes eventos, como Copas do Mundo, e assim por diante.

Deputada Íris de Araújo, mais uma vez parabênizo V.Exa. por presidir a sessão, especialmente nesta semana tão nobre, quando celebramos a vitória da mulher, companheira de luta de todas as horas e de quem todos nós dependemos. Sra. Presidenta, peço que o meu pronunciamento seja divulgado nos diversos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Íris de Araújo) - Deputado Rodovalho, agradeço a V.Exa. as palavras elogiosas. Recebo a homenagem por presidir esta sessão em nome de todas as mulheres, almejando que, num futuro bem próximo, uma mulher presida esta Casa, eleita pelo voto dos seus pares.



Documento 65/91

030.2.53.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2008-14:15

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7534 CHICO ALENCAR-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Associação aos pronunciamentos em homenagem às mulheres por ocasião do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Comemoração do bicentenário da chegada da Corte Portuguesa ao Brasil.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, somo-me a todas as homenagens à mulher do Brasil e do mundo, à mulher forte, da Bíblia, da luta da humanidade, que precisa ter o seu lugar e o seu direito respeitado, e não o é em tantas áreas, mesmo na representação política: mais da metade da população brasileira é feminina, e apenas 9% dos Parlamentares aqui na Câmara são Deputadas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos os que assistem a esta sessão ou nela trabalham.

Em meio às pomposas celebrações oficiais pelo bicentenário da chegada da Família Real no Brasil - algo carnavalesco, reconheça-se - uma indagação republicana merece ser feita: o que a plebe, isto é, o João, a Maria, a Carlota, o José, a Joaquina, o Francisco, a Teresa, o Luís, a Caetana e o Antonio pensaram daquelas novidades? O que, para o povo de escravos e pobres de São Salvador



da Bahia de Todos os Santos e de São Sebastião do Rio de Janeiro, significou receber o príncipe D. João Maria José Francisco Xavier de Paula Luís Antonio Domingos Rafael de Bragança e sua desgarrada esposa, D. Carlota Joaquina Teresa Caetana de Bourbon e Bourbon?

Seguramente poucos dos menos de 3 milhões de habitantes do Brasil - sem contar os nativos, inclusive de muitas tribos desconhecidas dos brancos - sabiam que a Europa daquele início do século XIX vivia uma guerra por mercados, uma acirrada disputa de burguesias em ascensão. A Inglaterra da Revolução Industrial, da máquina a vapor, era a senhora dos mares, com sua poderosíssima esquadra tentando fazer o bloqueio marítimo do Velho Mundo. No outro pólo, a França napoleônica, com seus temidos exércitos garantindo o Bloqueio Continental. E, como uma ostra na luta do rochedo contra o mar, o decadente Reino de Portugal, mais do que nunca dependente do ouro, dos diamantes, do açúcar, do tabaco e do tráfico de escravos do Brasil, sua vaca leiteira. A resposta ao Tratado de Fontainebleau, entre França e Espanha, foi a Convenção Secreta de Londres, pela qual o Governo de Portugal se comprometia a deixar seu espaço nacional na Península e se estabelecer num território 90 vezes maior, a colônia do Brasil.

Embora já cogitada outras vezes, até pelo Padre Antonio Vieira, no século XVII, essa transferência agora parecia inevitável. Para gáudio de industriais e comerciantes ingleses, que já não aceitavam o papel de mero intermediário de produtos brasileiros que Portugal representava. Mas mesmo algo pensado muitas vezes pode ser realizado de forma atabalhoada. Foi o que aconteceu. O que aprendemos doce e docentemente como Transmigração da Família Real para o Brasil consistiu uma fuga nervosa, com a população de Lisboa, de 200 mil almas, sem entender direito o que se passava. E, quando informada, repudiava a atitude dos seus governantes com apupos, pranto e até pedradas.

Naquele 29 de novembro de 1807, quando as combalidas tropas de Junot, general de Napoleão, já entravam no Norte de Portugal, a Corte partiu, com 44 naus, muitas avariadas. Conta-se que, em meio ao tumulto, a voz da serenidade coube à rainha-mãe, afastada do trono e há 16 anos sem ver a luz do dia. Carregada



numa cadeira, D. Maria I, demente, rogava: "Não corram tanto assim: vão pensar que estamos a fugir!".

Longa e sofrida viagem; 55 dias entre o céu e o mar, nos 6.400 quilômetros que separam Lisboa de Salvador. Sol escaldante ou tempestades temerárias, água salobra, biscoitos, repolho, lentilha e carnes salgadas disputados com os ratos, doenças as mais variadas, que causavam problemas de pele e perda de dentes. Naquelas embarcações de uma frota superada, que atraía naufrágios, a marujada, tarimbada, suportava, mas qualquer rei perdia a majestade. Menos mal que 16 navios de guerra britânicos faziam a escolta, e garantiram que corsários e piratas que infestavam os mares do Sul não aumentassem as agruras lusitanas.

O descanso de 5 semanas em Salvador foi providencial. Reparos nos cascos e nos "cascudos", nos "marinheiros" e "caídos", aqui caídos... O inevitável, com a Metrópole ocupada por Napoleão: abertura dos portos às nações amigas. Leia-se, à Inglaterra. Comércio sem intermediários. Tropical pompa e circunstância. Primeira missa; primeiro índio abatido também?

Pois que ali na Bahia também ficasse a sede da primeira Monarquia da América do Sul. Apelos vãos. Até por que parte da esquadra, desgarrada, com irmãos de D. Maria e filhas de D. João e D. Carlota, já rumara para a capital da colônia, o Rio de Janeiro, porto mais próximo do eldorado mineiro e diamantino. De 26 de fevereiro a 7 de março, mais 10 dias, costeando o litoral tupiniquim, singrando águas por onde Cabral e seus 1.200 homens, 3 séculos antes, tinham passado.

Que alma cantou ao ver o Rio de Janeiro? Quantos estavam morrendo de saudade de uma terra firme e de uma cama que não balançasse? Para os 60 mil moradores do Rio - metade crianças, 12 mil escravos, e outro tanto de mulatos livres e pobres -, já avisados desde janeiro da vinda da Corte d'além mar, a curiosidade deu lugar a uma certa decepção. Desembarcou uma ruma alquebrada de fidalgos com roupas sujas e surradas, mulheres com cabeças raspadas para evitar reinfestação de piolhos (virou moda à época!), sem o luxo exuberante do Absolutismo que dizia serem eles a representação de Deus na terra. O cônego Luis Gonçalves, o padre Perereca, cronista áulico, uma espécie de "Caminha" de 1808, ao contrário, considerou tudo uma maravilha.



Os escravos que, fôlegos vivos, labutavam pelas 46 ruas do burgo, não ficaram comovidos com a novidade. Continuavam mais preocupados em sair daquela vida de "pão, pano e pau", buscando refúgio nos quilombos de Santa Teresa ou no entorno da Lagoa Sacopenapã, depois chamada Rodrigo de Freitas. Mas muitas outras pessoas, livres da senzala, foram expropriadas de suas próprias casas para dar lugar aos chegantes. Ao receberem o selo P.R. (de Príncipe Regente, que o humor carioca logo interpretou como Ponha-se na Rua), estas moradias tinham que ser disponibilizadas em 24 horas.

A vida no Rio engalanado - ou novamente enganado? - pela Corte era rude. Casas toscas, pois a Metrópole cujos dirigentes agora chegavam não autorizava construções mais cuidadas e dispendiosas - contingenciamento é coisa antiga, como se vê. Limpeza urbana só aquela providenciada pelos urubus, pela água da chuva e pelo melhor desinfetante: a luz solar, que abundava. Costumes que hoje chocariam, como o de despejar dejetos pelas janelas dos sobrados - nem tudo era lançado pelos escravos tigras em córregos ou na baía - e comer com as mãos. Os capoeiras, que davam ao Rio aspecto de povoado africano, rejeitado pelos racistas que aportavam, passaram a ser perseguidos. Bem como todas as manifestações culturais afro-brasileiras, como batuques, entrudos, folgedos e algazarras, válvula de escape a um cotidiano de exploração e opressão, que os olhos cortesãos e o poder direto de coerção do Estado que aqui se instalava só iriam aprofundar.

Mas o essencial, historicamente, foi a mudança que aconteceu. Tornando-se sede do Estado absolutista português, no Rio fincou-se o marco urbano do Brasil independente de Portugal, agora diretamente subordinado aos ditames da Inglaterra. Houve, de fato, nos 13 anos de D. João aqui, a montagem de uma estrutura administrativa até então inexistente. Surgiram, sempre pelas mãos dos trabalhadores escravos, muitas Academias: a Militar; as de Marinha; de Belas Artes; de Medicina; a Real Fábrica de Pólvora (afinal, o Reino Unido a Portugal e Algarves também estava em guerra contra a França); a Biblioteca Real; o Horto Real; a Real Casa de Obras; a Imprensa Régia, rigorosamente censurada (de Londres, Hipólito José da Costa denunciava, em seu Correio Brasiliense, a Corte



"infame, corrupta e depravada"); a Casa da Moeda; o Banco do Brasil; a Guarda Real, do temível major Vidigal; a Intendência Geral da Polícia.

Em 1821, ao partir, choroso D. João, exultante D. Carlota, sempre incompatíveis entre si, a capital do Brasil estava diferente: sua população quase dobrara, com 112.695 habitantes.

Mas a parcela sob os ferros da escravidão crescera 5 vezes: 55 mil. Afinal, a Corte fez a alegria dos traficantes de escravos, e os cafezais começavam a subir as serras do Vale do Paraíba. O ritmo das construções era frenético. Empolgava padre Perereca:

"Continuamente estão se edificando, sobre as ruínas das antigas, novas casas de um, dois e três sobrados, de sorte que não há rua alguma em que não se vejam obras novas, o que promete que esta cidade, em período não remoto, virá a ser uma das mais belas e populosas do Novo Mundo, e Corte digna de um grande soberano".

Pelas mãos dos trabalhadores escravos, caro prelado, e movida pela dinâmica da dependência externa, do latifúndio e da montagem de uma máquina burocrata parasitária, sugadora das riquezas da sociedade.

Mal distribuídas, elas consolidavam a desigualdade nos primórdios da futura Nação. E uma administração inchada, ineficiente e corrompida, talvez por isso era enorme a fila do beija-mão.

Agradeço a atenção.



Documento 66/91

029.2.53.O Sessão Extraordinária - CD 06/03/2008-11:06

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7498 DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Greve dos trabalhadores da construção civil no Estado da Bahia.

O SR. DANIEL ALMEIDA (Bloco/PCdoB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Dia Internacional da Mulher tem como referência e origem a luta das mulheres da indústria têxtil. Como todos sabemos, no século XIX, mulheres foram perseguidas, agredidas e violentadas quando lutavam por seus direitos. Tratava-se de operárias do setor têxtil, minha categoria de origem. Sou trabalhador desse setor e, por isso, meu orgulho é maior ao falar da luta das operárias do setor têxtil, que, na sua trajetória de resistência contra a discriminação e a exploração, têm esse marco constituindo a referência do dia 08 de março.

Sr. Presidente, gostaria de lembrar de lutadoras históricas como Olga Benário, que lutou pela liberdade e pela democracia na esperança de um Brasil livre e democrático; Carlota Pereira de Queiroz, primeira mulher a ocupar espaço neste Parlamento — só em 1932 foi possível termos a presença da mulher no



Parlamento brasileiro; Joana Angélica e Maria Quitéria, que na Bahia lutaram em defesa da liberdade, em defesa da independência do Brasil e da Bahia.

Sr. Presidente, as mulheres ocupam grandes espaços na política pelo mundo afora. No Chile e na Argentina a mulher está presente no posto central daquelas nações, mas no Brasil temos que caminhar muito. Neste Parlamento, a presença das mulheres ainda é muito pequena, elas representam apenas 8,9% do total de Parlamentares. Mas na minha bancada, há algum tempo, a sua presença é expressiva. Na legislatura passada, éramos 12 Deputados, 5 dos quais eram mulheres. Nessa atual, somos 13 Parlamentares, sendo temos 5 mulheres, na nossa bancada. Liderada agora pela Deputada Jô Moraes, torna-se prestigiada pelo S.Exa. papel político que desempenha no exercício de suas atividades.

Quero lembrar também que o espaço das mulheres ainda é conquistado com muita luta, muita briga, muito sacrifício. A discriminação está presente em todos os setores: o salário é diminuto, a tripla jornada das mulheres existe, há muito preconceito, exploração da mídia, exploração sexual. As nossas jovens vivem em situação de abandono.

O sistema carcerário ainda não as trata com o devido respeito, como mostram os casos recentemente denunciados Brasil afora.

Neste dia, mais do que nunca é necessário afirmarmos a luta das mulheres e da sociedade brasileira para superar as discriminações e as desigualdades. Homenageio todas as mulheres que continuam batalhando para ter um espaço justo, legítimo, adequado e um tratamento igualitário na sociedade brasileira.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero homenagear os trabalhadores da construção civil da Bahia, que estão em greve há 15 dias. Faço um apelo aos patrões no sentido de que, na sessão do Tribunal Regional do Trabalho que será realizada logo mais, ao meio dia, busquem o entendimento, reconheçam e valorizem o trabalho dos operários da construção civil de Salvador e da nossa querida região metropolitana.



Documento 67/91

029.2.53.O Sessão Extraordinária - CD 06/03/2008-11:52

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7514 FRANK AGUIAR-PTB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Compromisso do orador com a área de cultura. Resgate do prestígio do Poder Legislativo junto à opinião pública. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Participação feminina na política.

O SR. FRANK AGUIAR (PTB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos no alvorecer de um novo ano legislativo, que nos aponta o caminho de contínuo progresso na busca de um trabalho legislativo de excelência.

Nós, que somos os representantes do povo, temos imensa responsabilidade. Por meio do mandato que nos foi dado, retratamos nesta Casa os anseios populares daqueles que nos elegeram. Não somos donos dos nossos atos. Somos, em verdade, intermediários entre o povo e as prerrogativas que nos são atribuídas. Somos um instrumento e não um fim em si mesmo.

O ano de 2007 se foi e levou consigo o registro do nosso trabalho voltado para relevantes temas nacionais. Faço questão de mencionar um deles: a cultura.

Na condição de Relator do Plano Nacional de Cultura e integrante da Comissão de Educação e Cultura, pudemos sentir a relevância que essa temática tem para a



consolidação dos valores nacionais. As gerações futuras necessitam dessa preservação.

Alguns projetos de lei de nossa autoria direcionaram-se nesse sentido, em especial o que trata da proteção aos direitos autorais no Brasil.

A escolha de temas relacionados à cultura não foi feita à toa. Nós, artistas, percebemos o quão importante é a valorização das nossas manifestações culturais. Tivemos a alegria de percorrer todo este País continental, tendo contato com o público e sentindo a diversidade que existe em nosso solo multicultural.

Se eu tivesse de resumir o ano de 2007 numa palavra, diria, sem medo de errar: "aprendizado".

Durante o ano passado tivemos a exata dimensão do compromisso de assumir o cargo de Deputado Federal. Muito mais do que isso, tivemos a certeza de que nesta Casa existem Congressistas imbuídos de um fantástico espírito público, estadistas em gestos e palavras, que muito fazem pelo País.

Nesse ambiente, vi brotar um entusiasmado desejo de percorrer a trilha da política partidária com P maiúsculo. E é essa a nossa proposta maior para o ano de 2008.

Vemos, com tristeza, boa parte da comunidade brasileira afastar-se das decisões políticas por acreditar que elas não são tomadas levando-se em consideração suas vontades. Esse é um rumo muito perigoso!

A população não pode dar as costas para a atividade política. Ela está na essência de cada um de nós e foi o mais fantástico instrumento de estruturação da vida em sociedade.

Em tempos não tão remotos, várias pessoas perderam a vida por lutarem pela abertura que temos hoje. Muito sangue foi derramado para que a democracia brasileira fosse alcançada. Muitas lágrimas rolaram com a finalidade de implementar neste País uma casa que representasse legitimamente o interesse popular.

Não é justo que depois disso as pessoas simplesmente se afastem do processo de tomada de decisões e, principalmente, de formulação de leis e fiscalização das ações emanadas dos demais Poderes. "Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido", diz a nossa Constituição Federal. Nesse cenário, preferimos



acreditar que as promessas da democracia lançadas nesta Casa pelo Deputado Ulysses Guimarães não foram atiradas ao vento.

Em 2008, precisamos resgatar, por meio de nossas ações, a esperança popular.

Os brasileiros devem ter em mente a grandeza deste País e a importância de suas posições para o funcionamento da engrenagem democrática.

Estou falando do resgate da vontade do brasileiro de se mobilizar para acompanhar a votação de um projeto de lei relevante. Temos de adotar uma postura que cause orgulho ao nosso eleitorado, a ponto de este se sentir verdadeiramente motivado a participar do processo de fiscalização que tanto exercemos nesta Casa, em relação aos demais Poderes da República.

O povo precisa enxergar a política partidária como um palco em que ele é o ator principal.

Não podemos esmorecer. A juventude não pode pensar que a arena política é suja, escorregadia ou insegura. O futuro deste País depende necessariamente do ingresso de bons quadros no cenário político. Nesse ponto, o divisor de águas é um só: honestidade e vontade. Essas são 2 formidáveis ferramentas para mudar o rótulo enraizado na mente de muitos em relação a nós, Deputados.

Não podemos recuar quanto às nossas esperanças. Os sonhos que carregamos na mente são a força mais poderosa que pode existir, capaz de mudar os rumos de nossas vidas e até mesmo o mundo.

Exatamente por pensar dessa forma é que sinto orgulho de estar nesta Casa, pois sei que pelo tapete verde da Câmara dos Deputados passaram, passam e passarão muitas almas iluminadas, dispostas a fazer mais e mais pelo Brasil.

É preciso que a sociedade se sinta verdadeiramente representada aqui. Como já disse, esta é a Casa do povo. Isso só será possível quando respeitarmos a vontade dos nossos eleitores, afastando-nos de interesses particulares. Estou certo de que o resgate do espírito público é uma medida plenamente alcançável.

Os debates acalorados são fundamentais, mas não podem ensejar discórdias. A visão de coletividade deve sempre ser alçada a um patamar maior, em vez de prevalecer o individualismo. Aqui é uma arena legislativa. Daqui nascem as leis, e nós somos o seu destinatário. Elas não podem ser feitas sob encomenda. Temos



de dar a elas um cunho de legitimidade. Daí a razão de sempre estar solicitando audiências públicas sobre temas relevantes para o debate popular.

Por meio da adoção de uma postura ativa em relação à política partidária e ao desempenho do mandato parlamentar, poderemos ver novamente nossas crianças fazendo planos para ingressarem na política, sem que os críticos olhos de quem as ouve recrimine tal decisão.

Andando pelo caminho da honestidade e da vontade, poderemos construir biografias das quais nos orgulharemos e que certamente serão imortalizadas pela justiça que a história sempre faz.

Por isso, no início do ano legislativo, estamos dispostos a percorrer a trilha do trabalho, sempre carregando no peito a pretensão de não fazer nada que nos envergonhe no futuro. Com essa postura, munidos dessa mentalidade, veremos, muito em breve, o povo reagir orgulhoso diante do nosso chamamento.

Passo a abordar outro assunto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em 8 de março o mundo comemora o Dia Internacional da Mulher. E não o faz por um gesto de caridade ou gratidão, mas como sincera e merecida homenagem a todas as mulheres que, longo dos tempos, souberam caminhar unidas na direção de um alvorecer de grandes conquistas e também, naturalmente, de responsabilidades.

A data foi escolhida para lembrar um trágico evento ocorrido no ano de 1857, nos Estados Unidos. Na ocasião, operárias de uma fábrica de tecidos, na cidade de Nova Iorque, fizeram uma grande greve. Elas ocuparam a fábrica, reivindicando melhores condições de trabalho. Naquele período, as mulheres trabalhavam 16 horas diárias nas fábricas, chegavam a ganhar até um terço do salário de um homem para executar o mesmo tipo de trabalho, e a elas era imposto tratamento indigno dentro do ambiente de trabalho.

Essa manifestação foi reprimida de forma covarde e por meio de extrema violência. As mulheres foram trancadas dentro da fábrica, que foi incendiada. Morreram carbonizadas aproximadamente 130 tecelãs, num ato repugnante que impõe a todos nós o maior repúdio possível. O ato praticado pelas mãos de



homens contra as mulheres nada mais é do que um coletivo atentado à vida de inocentes.

Muitos anos depois, em 1910, durante uma conferência na Dinamarca, ficou decidido que o 8 de março passaria a ser o Dia Internacional da Mulher. Em 1975, por meio de decreto, a data foi oficializada pela ONU.

Hoje, desta tribuna, procuro tocar os corações de cada um dos senhores, na tentativa de retratar que essa data, além do marco histórico já narrado, consagra uma bandeira fincada por Getúlio Vargas no seio do Brasil: a valorização da mulher como peça fundamental na luta pelas conquistas políticas.

O mundo da política, árido por sua própria essência, seco, até mesmo rude, necessita da presença feminina. Precisamos dessa feminilidade para trazer mais sutileza aos debates partidários. Necessitamos da sua intuição na hora de tomar a decisão mais acertada. A sensibilidade é muito importante na estrutura política, como pedra de toque das relações humanas durante os embates políticos.

Precisamos do bom senso que só as mulheres sabem ter, da serenidade no momento do conflito, da forma tão sincera de aconselhar. Mas, além dessas naturais características que tornam o sexo feminino tão especial, também devemos dar espaço ao outro lado da moeda. Refiro-me à bravura da mulher que fala alto, que luta por aquilo em que acredita e que se dispõe a partir para o confronto de idéias. Refiro-me à mulher guerreira, consciente da importância do seu papel no centro do poder.

Nos dias de hoje não há mais que se falar da mulher como sendo um sexo frágil ou fraco. Pelo contrário, o que temos são mulheres fortes, lutadoras, vencedoras e dignas do nosso respeito e admiração.

A participação política da mulher não ocorreu por meio de boas ações de homens caridosos. Ela se deve, no Brasil e no mundo, a incansáveis batalhas ideológicas, que enfrentaram as armas do preconceito, do machismo arcaico e coronelesco e, principalmente, da ignorância.

Durante muitos anos as mulheres ficaram encarceradas ideologicamente, presas por algemas maldosas de quem acreditava que o lugar delas não era no poder.



A Nova Zelândia foi o primeiro país a conceder às mulheres o direito ao voto, no ano de 1893. Na Austrália, isso ocorreu em 1902. Na Europa, o primeiro país em que as mulheres obtiveram o direito ao voto foi a Finlândia, em 1906. Na Inglaterra, em 1866, John Stuart Mill, famoso jurista, economista e filósofo, eleito no ano anterior para o Parlamento inglês, apresentou emenda que dava o direito à mulher inglesa, mas foi derrotado. Apesar da derrota, poucos anos depois as eleições municipais tiveram a participação das mulheres.

Em 1916, nos Estados Unidos, pelo Estado de Montana, foi eleita a primeira mulher para o Congresso: a Deputada Jeannette Rankin. A ela coube levar avante a proposta do voto a todas as americanas, aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos em 1919 e ratificada em 1920. Foi a 19ª emenda à Constituição que proibiu a discriminação política com base no sexo.

Na América Latina, o primeiro país que concedeu o voto às mulheres foi o Equador, em 1929. Na Argentina, só após a posse de Juan Domingo Perón, em 1946, começou a campanha pelo voto feminino, por meio de sua esposa Evita, que se empenhou por essa conquista, aprovada pelo Congresso em 23 de setembro de 1947.

No Brasil, com o advento da Revolução de 30, o Presidente Getúlio Vargas, liderança maior do nosso partido, instituiu o Código Eleitoral, disciplinando que era eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo.

Em 3 de maio de 1933, na eleição para a Assembléia Nacional Constituinte, a mulher brasileira, pela primeira vez, em âmbito nacional, poderia votar e ser votada. E coube à médica paulista Carlota Pereira de Queiroz a primazia de ser eleita a primeira deputada brasileira. Ela havia se notabilizado como voluntária na assistência aos feridos durante a Revolução Constitucionalista.

Nas eleições de 3 de outubro de 1950, elegeu-se Deputada Federal Ivete Vargas, do PTB de São Paulo. Era a única mulher na Câmara Federal. Contava apenas com 23 anos de idade. Foi reeleita mais 4 vezes, mas cassada pelo Regime Militar, em 1969. Voltou à Câmara Federal em 1983.



Nas eleições de 3 de outubro de 1990, por voto direto, as mulheres conquistariam seu lugar no Senado Federal. Foram eleitas Senadoras: Júnia Marise, do PRN de Minas Gerais, e Marluce Pinto, do querido PTB de Roraima.

Diante desse histórico, perguntamos: o que nos reserva o futuro? O horizonte aponta para um alvorecer cativante.

A Argentina é comandada por uma mulher: Cristina Kirchner. Ao lado, nossos irmãos chilenos têm Michelle Bachelet, a primeira mulher presidenta daquele país. Nos Estados Unidos, Hillary Clinton compete pela indicação à presidência da maior potência do planeta, pelo Partido Democrata.

Contudo, senhoras e senhores, não nos podemos dar por satisfeitos. Tomemos como termômetro as eleições de 2006.

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, nesse ano houve somente 2 candidatas à Presidência da República, em um total de 7 candidaturas: Ana Maria Teixeira Rangel e Heloísa Helena. Aos Governos Estaduais candidataram-se somente 26, o que representa 12,68% do total de candidaturas. Em 9 Unidades da Federação não houve nenhuma candidatura feminina ao Governo: Acre, Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins. Houve 35 candidatas ao Senado Federal, o que representa 15,91% do total de candidaturas. É pouco! Tivemos 652 candidaturas de mulheres à Câmara dos Deputados, o que representa 12,66% do total. Precisamos de mulheres do PTB Mulher na Casa. Já as candidaturas de mulheres às Assembléias e Câmara Legislativas somaram 1.784, o que representa 14,22%.

Portanto, senhores e senhoras, é preciso incentivar cada vez mais a participação política das mulheres, de modo que elas assumam a posição de serem peça chave nas tomadas de decisões dentro do centro de poder político do País.

Deixo aqui o meu abraço, o meu aplauso, as minhas homenagens às mulheres presentes, tanto às loiras quanto às morenas, tanto às altas quanto às baixas, tanto às bravas quanto às mais serenas. Parabéns, simplesmente, por serem assim: mulher!

Era o que tinha a dizer.



Documento 68/91

029.2.53.O Sessão Extraordinária - CD 06/03/2008-10:56

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7496 EUGÊNIO RABELO-PP -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Importância do Programa Territórios da Cidadania. Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. EUGÊNIO RABELO (PP-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, considero o grande acontecimento administrativo da semana que passou o lançamento nacional, pelo Presidente Lula, do Programa Territórios da Cidadania.

Destaco o auspicioso fato de ter esse programa destinado ao Estado do Ceará recursos da ordem de R\$632,1 milhões para investimentos, este ano, nos 3 territórios da cidadania que ali serão beneficiados: Itapipoca, Inhamuns Crateús e Sertão Central.

Os recursos já estão definidos e orçados pelo Governo Federal e serão aplicados em ações de apoio a atividades produtivas, de cidadania e desenvolvimento social e em infra-estrutura, dando cobertura a regiões que mais precisam e integrando ações dos Governos Federal, Estaduais e Municipais. Defensor convicto de



políticas de desenvolvimento local, só me resta aplaudir a iniciativa, que atingirá 60 territórios em todo o Brasil nesta etapa do programa.

Feito o registro, passo a abordar outro assunto, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, na passagem do Dia Internacional da Mulher, são referências obrigatórias em todas as manifestações de homenagem que se fazem no País inteiro a firmeza e a tenacidade com que elas estão conquistando cada vez maior espaço na sociedade e no mercado de trabalho.

No entanto, apesar de todos os avanços, as mulheres ainda sofrem, aqui e ali, diversos tipos de discriminação, como salários mais baixos que os pagos aos homens, violência doméstica, jornada excessiva de trabalho e discriminação no desenvolvimento da carreira profissional.

No Brasil, o marco histórico dos avanços femininos foi a conquista, em 1932, do direito de votar e ser votada. A partir daí, foram muitos os progressos conquistados pelas mulheres.

E, hoje, quando homenageamos a mulher mãe, a mulher esposa, a mulher trabalhadora, não podemos esquecer aquela que, pela primeira vez na história do Brasil, ocupa a Presidência do Supremo Tribunal Federal, bem como as mulheres que estão à frente de tribunais regionais e estaduais, as magistradas da primeira instância, as Governadoras, as Prefeitas, as Secretárias Municipais e Estaduais, as Ministras de Estado e as dirigentes de importantes órgãos federais, estaduais e municipais. Isso apenas para falar no setor público, pois, no mundo dos negócios, surgem e se projetam executivas, consultoras e até dirigentes de grandes corporações.

A todas elas e, muito especialmente, às Vereadoras, às Deputadas Estaduais e Distritais e às eminentes Deputadas e Senadoras com as quais convivemos no Congresso Nacional, às mulheres operárias, às que exercem toda e qualquer função na cidade e no campo, às que cumprem tarefas técnicas e administrativas no setor público, rendo minha homenagem pelo muito que estão fazendo para termos um Brasil melhor e uma sociedade mais humana e feliz.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 69/91

029.2.53.O Sessão Extraordinária - CD 06/03/2008-10:58

Publ.: DCD - 07/03/2008 - 7497 LÍDICE DA MATA-PSB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Maior participação das mulheres nas eleições de 2008.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB-BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna para saudar o 8 de março, Dia Internacional da Mulher, data que simboliza os anos de luta das mulheres no sentido de afirmar sua igualdade de gênero.

E, neste ano de 2008, a Câmara pode fazer muito, ao aprovar projetos que integram a agenda de luta das mulheres por oportunidades iguais.

A principal pauta feminina para o ano de 2008, um ano eleitoral, é eleger um maior número de Vereadoras e Prefeitas. Para tanto, a participação dos partidos, dos dirigentes políticos, dos Deputados Federais e dos Prefeitos é fundamental na construção de uma chapa em cada município brasileiro que incorpore os 30% de mulheres, integrando esse nosso desejo de sairmos da sub-representação em que estamos situadas no Brasil.

Com menos de 10% de representação na Câmara dos Deputados, clamamos por maior participação na política. E, para alcançar esse objetivo, contamos com a



colaboração dos Srs. Parlamentares, mas, acima de tudo, convocamos as mulheres brasileiras a se integrarem a essa batalha política para que a nossa representação seja modificada, transformada pela base, e elegermos, em 2008, um grande número de Prefeitas e de Vereadoras.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



Documento 70/91

031.2.53.O Sessão Ordinária - CD 07/03/2008-09:45

Publ.: DCD - 08/03/2008 - 7798 IRAN BARBOSA-PT -SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Ampliação do debate sobre a proposta de reforma tributária encaminhada ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo. Nota da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação sobre a proposta de extinção do benefício de salário-educação constante no bojo da reforma tributária. Ampliação dos recursos orçamentários destinados ao setor educacional. Necessidade de aprovação do Orçamento Geral da União de 2008. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Homenagem às mulheres brasileiras. Saudações às mulheres sergipanas, na pessoa da Profa. Maria Jivanilde, do Município de Divina Pastora.

O SR. IRAN BARBOSA (PT-SE. Sem revisão do orador.) - Bom-dia, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, funcionários desta Casa, que fazem com que ela siga se movimentando, ajudando em todo o suporte para o andamento dos trabalhos. Cumprimento também o Exmo. Sr. Deputado Maurício Rands, Líder da bancada do PT, pernambucano e nordestino de cepa, que aqui também se encontra. Enfim, cumprimento aqueles que acompanham nossos trabalhos neste momento por meio da TV Câmara.



Aproveito a oportunidade para tratar de 3 temas que estão na ordem do dia e necessitam ser discutidos e aprofundados entre nós que fazemos o Parlamento brasileiro.

O primeiro deles versa sobre a reforma tributária, tema que está há algum tempo em pauta e, com a chegada do projeto do Executivo à Casa, toma mais fôlego. Por isso, precisamos debatê-lo com mais profundidade.

O segundo tema diz respeito à necessidade de fazermos uma reflexão sobre a oportunidade de aprovação do Orçamento.

Como não poderia deixar de ser, o terceiro ponto que irei tratar na manhã de hoje versa sobre a homenagem que as mulheres merecem receber não apenas no Dia Internacional da Mulher, que será comemorado amanhã, mas sempre.

Sr. Presidente, vou abordar, inicialmente, algumas questões referentes à reforma tributária. Entendo, mesmo antes de ocupar qualquer cargo eletivo, que há uma discussão antiga em nossa sociedade relativamente à questão da reforma tributária. Há praticamente um consenso nacional sobre a necessidade de erguermos outros patamares sobre os quais se assentem o pacto em torno do financiamento do Estado.

A humanidade chegou ao entendimento, na tentativa de organizar a vida em sociedade, de que é fundamental garantir ao Estado a obtenção de recursos para implementar políticas destinadas ao atendimento das necessidades da população. Assim, avançamos para um conceito de Estado que assuma o papel relevante de socializar os recursos arrecadados na perspectiva de diminuir as desigualdades, de interferir nas parcelas da população que sofrem com o processo de desigualdade que nos permeia. Portanto, há um consenso em torno da necessidade de repensarmos e repactuarmos as regras que garantem o financiamento do Estado, para que ele possa desempenhar seu fundamental papel.

Chega à Casa, neste momento, e já estamos acompanhando o assunto com cuidado, a proposta de reforma tributária encaminhada pelo Poder Executivo Federal, pelo Governo do Presidente Lula. Trata-se de uma iniciativa exigida pela sociedade.



Ouçõ com prazer o nobre Deputado Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides - V.Exa., nobre Deputado Iran Barbosa, faz muito bem quando adverte à Casa a atenção que deve ter em relação à reforma tributária. Realmente não podemos protelar a apreciação dessa matéria, vital tanto para o próprio Governo quanto para aquelas concepções que entendemos V.Exa. representa Sergipe e eu o Ceará, e queremos que a reforma traga o fim da guerra fiscal entre nossas unidades federadas. Acredito que essa alteração na reforma tributária será fundamental para permitir aos Estados brasileiros uma convivência fraterna, sem mais este digladiar de forças que observamos. Cumprimento V.Exa. pela abordagem dessa temática e pelo apelo que implicitamente dirige à Casa, para que cumpramos nosso dever no menor espaço de tempo possível.

O SR. IRAN BARBOSA - Obrigado, Deputado.

Ouçõ com prazer o nobre Deputado Edinho Bez.

O Sr. Edinho Bez - Primeiramente, gostaria de cumprimentar V.Exa. por trazer este moderníssimo assunto. O Governo Federal, por meio dos Ministros da Fazenda, do Planejamento e da Articulação Política, encaminhou uma proposta viável, interessante, corajosa e importante. Essa reforma tributária tem como filosofia diminuir a carga tributária para todos os contribuintes. Todos vão pagar menos, mas vão pagar. Assim, Deputado Iran Barbosa, vamos encontrar mecanismos de diminuir a sonegação. Esse é o mote, é o princípio da reforma tributária. Obviamente que existem ene pensamentos, propostas e iniciativas como, por exemplo, a unificação do ICMS, que eliminaria um pouco a guerra fiscal. Portanto, eu defendo essa reforma. Eu que estudei esse assunto há pouco tempo, e vi que na União Européia existe um fundo criado na Itália. Se uma empresa quiser se instalar no País, terá que apresentar um projeto à área governamental. Se o projeto for aprovado, existe um fundo específico, a fundo perdido, que ajudará a empresa nesse início, em 50%, por exemplo. No momento em que a empresa se instala, ela passa a contribuir normalmente, como qualquer outra que tenha recebido incentivo ou não. Essas observações são apenas para abrir o debate. Obviamente, vamos discutir com as federações industriais, a classe trabalhadora, as 3 forças sindicais e outros segmentos. É necessário agilizarmos



esse debate, porque o Brasil precisa dessas mudanças urgentemente. Outro ponto importante da reforma do Governo, Deputado Iran Barbosa, são algumas mudanças. Por exemplo, o princípio da proposta é acabar com os impostos federais - PIS, COFINS, CIDE e outros -, e criar o Imposto de Valor Agregado - IVA. Se vamos considerar na origem ou no destino, a tendência é no destino, mas vamos abrir essa discussão. Achei muito importante o que foi apresentado pelo Ministro da Fazenda, Guido Mantega: se porventura, no decorrer da aprovação dos debates ou mesmo da implantação da reforma, determinado Estado vier a ter prejuízo, momentaneamente, até que seja estabelecida, aceita, vai ser feita gradativamente até 31 de dezembro. Obviamente, estou fazendo um resumo, porque não tenho o direito de usar o tempo de V.Exa., mas parabenizo-o pela iniciativa. Este é um tema que, dentro de alguns dias, voltará também a ter prioridade na Casa. Coloco-me à disposição da Casa.

O SR. IRAN BARBOSA - Agradeço a V.Exa. o aparte, que ilustra o tema que estamos debatendo.

A iniciativa do Governo Federal cumpre algumas tarefas importantes. Temos que enfatizá-la. Além de contribuir para minimizar os efeitos da chamada guerra fiscal, ela tem a preocupação de simplificar o sistema, uma reclamação permanente. Tínhamos um sistema contributivo muito complexo, o que dificulta muitas vezes até o acompanhamento e a fiscalização das contribuições. A iniciativa governamental busca a simplificação do sistema.

Outro aspecto importante, e é necessário destacá-lo, é a busca de, além de acabar com a guerra fiscal e simplificar o sistema, garantir a adoção de mecanismos que estimulem o desenvolvimento regional. A política fiscal brasileira não é justa em relação à arrecadação e o retorno dos benefícios para os Estados. Na iniciativa do Governo Federal há uma preocupação também com o equilíbrio do desenvolvimento regional.

Por ser do Nordeste, entendo que essa é uma medida importante. Desde o processo de industrialização no Brasil, nos habituamos com o fato de colocarmos o Nordeste num papel secundário. Mas o Nordeste tem potencial, ele foi o responsável pelos primeiros grandes passos em direção à formação de nossa



Nação. Portanto, temos um dever histórico com essa região, e precisamos entender que o desenvolvimento integral do Brasil depende, efetivamente, de uma política que trate de forma eqüitativa, justa e igualitária todas as regiões.

Esse projeto tem iniciativas importantes. Há, porém, aspectos nessas iniciativas que precisam ser aprofundados. Aliás, é para isso que o Governo as encaminha para esta Casa, a fim de que nos debrucemos, estudemos, façamos interlocução com a sociedade, e apresentemos a contribuição do Parlamento.

O Sr. Edinho Bez - Deputado Iran Barbosa, V.Exa. me permite completar meu aparte?

O SR. IRAN BARBOSA - Pois não, Deputado.

O Sr. Edinho Bez - Só para tranqüilizar a população, os empresários, o setor produtivo, se no decorrer da reforma tributária, até a sua aprovação, algum Estado se sentir prejudicado, haverá compensação. É essencial dizermos isso, porque queremos uma ampla reforma para o País.

O SR. IRAN BARBOSA - Esse é um aspecto importante.

Os estudos realizados apontam que não haverá prejuízos, que a sua implantação será feita de forma a não prejudicar nenhum ente federativo e que garantiremos o equilíbrio do sistema. As análises apresentadas pelo próprio Ministério já apontam tranqüilidade nesse sentido. Por isso precisamos conhecê-la melhor, aprofundar mais o debate.

Nesta semana, trouxe à Casa uma nota da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, a qual chama a atenção para a necessidade de discutirmos um pouco melhor a extinção do salário-educação no bojo da reforma tributária. A educação no Brasil padece de um mal gigantesco, que é a falta de recursos. Temos de reconhecer, pela própria pressão social, que o Estado tem obrigação de destinar recursos do seu Orçamento para o financiamento da educação pública, a fim de garantir avanços concretos na sociedade. Mas esses recursos ainda não são suficientes. É necessário ampliarmos a base de financiamento da educação pública.

Realizamos um amplo debate com a sociedade. Sugeriu-se que no Plano Nacional de Educação ficasse estabelecido que em torno de 10% do PIB seriam destinados



à educação. Nesse Plano, o setor foi contemplado com apenas 7% do PIB, mas o Presidente Fernando Henrique Cardoso vetou esse dispositivo e hoje a educação recebe um percentual irrisório, de 3,5% a 4% do PIB. Efetivamente, não é o suficiente para o Brasil superar os desafios nessa área. Os países que conseguiram avançar investem em torno de 10%.

Ora, na discussão sobre a reforma tributária propõe-se a retirada de recursos. O Governo apresenta dados que apontam que a retirada do salário-educação não vai causar prejuízos, porque ela será compensada. Precisamos aprofundar esse debate.

Membro que sou da Comissão de Educação e Cultura, já estou propondo a realização de uma audiência pública para que possamos aprofundar a análise desse dispositivo, dialogando com o Executivo e os movimentos de trabalhadores em educação, a fim de definir que procedimentos esta Casa tomará.

Ainda quanto à reforma tributária, endosso completamente o que vem sendo discutido no âmbito do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, no que se refere à taxa sobre grandes fortunas. Na sociedade brasileira, os setores mais pobres, principalmente a classe trabalhadora, têm contribuído para o financiamento do Estado. Sabemos que a nossa política tributária taxa essencialmente aqueles que ganham menos e dispõe de mecanismos que facilitam a vida daqueles que acumulam riqueza.

Nesse sentido, a taxa sobre grandes fortunas, prevista na Constituição, precisa efetivamente ser regulamentada. Esse debate é fruto da iniciativa louvável da minha bancada, do Partido dos Trabalhadores. Eu também estou promovendo estudos - a minha proposta está em fase de elaboração - a fim de contribuir para a regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas.

Há setores na nossa sociedade que acumulam lucros fabulosos e que não contribuem na mesma medida para o financiamento do Estado. O setor bancário, por exemplo, um setor estratégico para a sociedade moderna, tem acumulado lucro fabuloso. Dentro das regras de financiamento do Estado, possui mecanismos que lhes facilitam escapar das taxas tributárias.



Portanto, esses setores que têm acumulado grandes lucros precisam contribuir de forma mais contundente para o financiamento do Estado nacional.

Sr. Presidente, temos de aprofundar nesta Casa o debate sobre a reforma tributária. É papel do Parlamento. E devemos, evidentemente, estender o máximo possível esse debate aos Estados. É fundamental que a população participe dessa discussão e dê sua contribuição. Temos de ser ágeis nessa tarefa, para encontrar respostas para a necessidade de financiamento do Estado.

Outro ponto que pretendo destacar refere-se à imperativa necessidade de darmos andamento à aprovação da peça orçamentária nesta Casa. Historicamente, os Parlamentos têm a tarefa precípua de definir como devem ser conduzidos os recursos que o Estado gerencia, para evitar que o Poder Executivo detenha o condão de definir onde aplicá-los. É da essência do funcionamento dos Parlamentos no mundo tratar do orçamento. Discutir o orçamento dos países talvez seja a tarefa mais específica das Casas parlamentares.

Diante disso, Sr. Presidente, precisamos levar a termo essa discussão, através de um processo de negociação, até a próxima quarta-feira, no limite do bom senso do andamento das políticas do nosso País. Tenho a nítida visão de que, além do debate em torno do conteúdo da peça orçamentária, uma outra questão está em jogo. E precisamos expor isso muito objetivamente à população.

Refiro-me ao fato de o Governo do Presidente Lula ter promovido, ao longo desses 5 anos de mandato, mudanças significativas na aplicação dos recursos públicos, o que, como sabemos, tem causado incômodo em setores da política nacional, em setores da oposição. Recursos foram destinados aos setores sociais mais carentes, foi estabelecida uma política voltada para o desenvolvimento da Nação, para a área social e foram criadas políticas estruturantes do funcionamento do Estado. Isso tem incomodado a oposição e outros setores da política nacional, que sabem que quanto mais atrapalham a aprovação do Orçamento, mais dificultam o prosseguimento, neste ano de 2008, da bem-sucedida política de investimento no setor social do nosso Presidente, que faz investimentos em construções e outras obras necessárias ao desenvolvimento do País.



Vejo, portanto, que por detrás de todo esse debate a respeito do Orçamento está a tentativa de boicotar a continuidade e o sucesso das políticas estabelecidas pelo Governo Federal. Ora, isso tem que ter um fim. Não podemos ficar reféns de um processo de negociação que não chega a termo, porque tem por detrás esse componente político muito forte. Precisamos, na qualidade de Parlamentares, tomar uma decisão a respeito, porque o povo reclama.

O Deputado Mauro Benevides, em seu pronunciamento, fez menção a essa necessidade. É preciso estabelecer um limite para essa discussão. Ela é sempre muito bem-vinda, sabemos que é tarefa da Oposição criar esses mecanismos, porém precisamos definir essa questão orçamentária. Afinal, nosso partido tem discutido com a sociedade a respeito das políticas que estão em andamento e da necessidade de o Estado direcionar recursos para essas políticas.

Sr. Presidente, aproveitando o tempo que me resta, quero me somar aos inúmeros colegas que durante toda esta semana vieram à tribuna para parabenizar as mulheres brasileiras.

Sou daqueles que entendem que o 8 de março é uma data de grande importância no calendário internacional, porque não nos permite esquecer que o tempo inteiro são praticadas injustiças contra as mulheres. Sou daqueles que acreditam que o 8 de março simboliza a luta em defesa da igualdade e que essas injustiças têm de ser lembradas a todo momento.

Quero aqui parabenizar e homenagear as mulheres deste País, especialmente as sergipanas. Várias sergipanas representam, com dignidade, a luta pelos direitos das mulheres e por uma sociedade justa, igualitária e fraterna. Felizmente, inúmeras delas poderiam ser aqui citadas. Entretanto, para não cometer nenhuma injustiça, vou citar apenas uma que, talvez, entre tantas mulheres, tenha representado, em 2007, a busca pelo respeito à dignidade da mulher e pelo reconhecimento da cidadania. Trata-se de Maria Jivanilde, uma professora do interior do Estado de Sergipe, companheira militante do movimento sindical, que busca organizar a luta dos professores no Município de Divina Pastora -- com certeza, poucos de V.Exas. devem ter ouvido falar.



Ao término de uma manifestação de professores - tive oportunidade de comentar isso no ano passado -, que se organizaram para exigir respeito, direitos e o pagamento dos seus salários, que estavam atrasados há algum tempo, essa professora, que é liderança local, deslocou-se para uma audiência, onde seria testemunha, salvo engano. Lá chegando, foi abordada por uma juíza - portanto, outra mulher -, de forma desrespeitosa e autoritária, chegando a ser agredida fisicamente, segundo dados da perícia médica. Protocolei representação contra a juíza no Conselho Nacional de Justiça.

Portanto, no dia de hoje, quero homenagear todas as mulheres sergipanas que lutam na pessoa da Profa. Maria Jivanilde, pelo que ela enfrentou e continua enfrentando, pela sua resistência, pela sua disposição em lutar e enfrentar o poder.

Mais um detalhe: não basta ser mulher para lutar contra a injustiça e a opressão. O que aconteceu com a Profa. Maria Jivanilde é um caso concreto de uma mulher que tenta desrespeitar o direito de outra mulher.

Portanto, enfatizamos o Dia Internacional da Mulher como de grande importância para aquelas que lutam para conquistar a igualdade entre homens e mulheres. Sem uma sociedade de iguais não poderemos ser felizes.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



Documento 71/91

031.2.53.O Sessão Ordinária - CD 07/03/2008-09:30

Publ.: DCD - 08/03/2008 - 7795 EDINHO BEZ-PMDB -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Agradecimento ao PMDB pela indicação do orador para a presidência da Comissão Especial destinada ao exame da proposta de emenda à Constituição sobre a reforma do Sistema Tributário Nacional. Transcurso dos 200 anos da abertura dos portos brasileiros. Anúncio da realização de seminário sobre o tema.

O SR. EDINHO BEZ (Bloco/PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cumprimento nosso colega, sempre Presidente desta Casa, Deputado Inocêncio Oliveira, por ter feito importante registro enaltecendo o papel da mulher e a comemoração do Dia Internacional da Mulher. Estendo os cumprimentos a todos aqueles Parlamentares que direcionaram suas palavras para o reconhecimento do importante papel da mulher.

Sr. Presidente, neste momento, agradeço ao meu partido, o PMDB, a indicação para a Presidência da Comissão que avaliará a proposta de reforma tributária encaminhada pelo Governo na última semana.



Obviamente, cabe ao maior partido a escolha. E o PMDB escolheu a Presidência. Espero que haja essa compreensão por parte dos demais partidos para que não se conturbe, não se desarranje o bom entendimento existente nesta Casa.

Quero lembrá-los de que sou bacharel em Ciências Contábeis, exerci a função de contador por 6 anos, depois ingressei na Caixa Econômica Federal, onde exerci a função de gerente por 14 anos. Nesta Casa, participei da Comissão de Finanças e Tributação por 8 anos. Também participei da Comissão que tratou da reforma tributária no período do Presidente Fernando Henrique Cardoso, então presidida pelo amigo, companheiro e ex-Governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, que, juntamente com este Parlamentar, com os Deputados Antonio Palocci, Mussa Demes e tantos outros, visitou vários Estados pelo Brasil afora, a fim de discutir com diversos segmentos da sociedade.

Quero dizer a todos que sinto-me à vontade, preparado e com intimidade para falar sobre o sistema tributário brasileiro e mundial.

Em nome do Presidente do meu partido, Michel Temer, do Líder Henrique Alves e dos meus colegas, companheiros do PMDB, mais uma vez, agradeço a aprovação, sem nenhuma rejeição, do meu nome para presidir a Comissão que tratará da reforma tributária. Aguardaremos os próximos desfechos. Agradeço a manifestação de vários Parlamentares desta Casa, não só do PMDB, que demonstraram apoio a este Parlamentar.

Agradeço ao Deputado Mussa Demes as generosas palavras a meu respeito e estendo meus agradecimentos a todos os companheiros que, ontem, durante o dia, manifestaram apoio para que eu venha presidir a Comissão que tratará da reforma tributária, matéria tão importante para o Brasil.

Quero também tratar de outro assunto. Fui escolhido pelos meus colegas nesta Casa para ser Vice-Presidente de importante Comissão que tratará da infraestrutura brasileira. Fiquei incumbido de presidir, ainda, a Comissão que tratará de portos e vias navegáveis.

Obviamente, a Comissão que tratará da infra-estrutura abrangerá diversos assuntos: telecomunicações, área portuária, vias navegáveis, rodovias, aerovias, ferrovias e energia.



Agradeço novamente o apoio que recebi dos colegas e lembro a todos que exerci a função de Secretário de Estado de Infra-estrutura de Santa Catarina, a convite do amigo e companheiro Governador Luiz Henrique da Silveira, quando fiquei licenciado desta Casa por 2 anos e 4 meses.

Por fim, comunico a todos que neste ano comemoraremos os 200 anos da abertura dos portos brasileiros às nações amigas. Estamos organizando, no Congresso Nacional, um importante seminário para tratar do tema, o qual será realizado no próximo dia 25. Ainda estamos definindo os detalhes, mas, antecipando-me, convido os caros colegas.

Todo o trabalho voltado para a infra-estrutura ajudará a modernizar as leis e a alavancar o desenvolvimento deste País.

Muito obrigado.



Documento 72/91

031.2.53.O Sessão Ordinária - CD 07/03/2008-09:18

Publ.: DCD - 08/03/2008 - 7793 INOCÊNCIO OLIVEIRA-PR -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Homenagem a mulheres brasileiras, especialmente à Presidenta do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie. Efeitos do aquecimento global. Avanço da desertificação do semi-árido nordestino. Elogio à Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, pela criação da Secretaria de Mudanças do Clima e Qualidade Ambiental.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PR-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, transcorre amanhã, 8 de março, o Dia Internacional da Mulher, que relembra um fato dos mais trágicos, mas que simboliza a luta das mulheres pela igualdade dos gêneros e por maior participação delas na vida política, social e econômica.

No dia 8 de março de 1857, tecelãs que não se conformavam com uma jornada de trabalho de 16 horas e com a falta de direitos de toda natureza fizeram uma greve. Acabaram mortas. O proprietário da fábrica incendiou o galpão onde elas se encontravam, provocando a morte de 130 mulheres, num dos mais bárbaros crimes da história da humanidade. Morreram carbonizadas. Esse episódio deve ter contribuído para a melhoria das condições de vida da mulher em todos os países.



Depois de muitos anos, a ONU estabeleceu o dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher.

Sr. Presidente, tantos colegas Deputados já usaram a tribuna esta semana para homenagear as mulheres e narrar histórias de bravas guerreiras que, em diferentes categorias, lutaram pela igualdade de direitos com os homens.

A participação da mulher tem episódios marcantes na história. Lembro as mulheres de Tejucupapo, em Pernambuco, que, na época da invasão holandesa, jogaram água quente nos invasores, e a Princesa Isabel, que, no dia 13 de maio de 1888, aboliu a escravatura no Brasil.

Mais atual é o exemplo de Carlota Pereira, a primeira mulher eleita Deputada Federal. Ela participou da Constituinte de 1932.

E homenageio também algumas personalidades vivas. Em primeiro lugar, a Chefe do Poder Judiciário em nosso País, Ministra Ellen Gracie, pelo seu trabalho, pela grandeza como se conduz à frente do Poder Judiciário brasileiro. Ela tem feito um trabalho tão meritório, tão bonito, tão importante para a harmonia dos Poderes! Ninguém vê a Ministra Ellen Gracie dar opinião sobre nada. Ela só se manifesta nos autos, e bem, como agora, quando o Brasil reivindica o direito de continuar as pesquisas com células-tronco embrionárias fertilizadas in vitro e congeladas, embriões de no máximo 5 dias. Sabe-se que só partir do 14º dia é que o embrião começa a desenvolver células nervosas. Ora, se a vida se extingue quando o cérebro pára, então a vida só começa com o surgimento das células nervosas.

Sr. Presidente Iran Barbosa, se esses embriões congelados não forem utilizados, depois de 3 anos eles serão jogados fora. Será que vamos ter de importar tecnologia para continuar nossas pesquisas? Depois da aprovação da Lei de Biossegurança, muitos pesquisadores brasileiros voltaram ao País para continuar seus estudos. Temos pesquisas marcantes nesse campo.

Tenho um amigo, Julio Cesar Voltarelli, casado com uma sobrinha minha, radicado em Ribeirão Preto, que participou de matéria apresentada em 4 blocos no programa Globo Repórter. Ele é pesquisador de células-tronco para tratamento de diabete.



Já existem vários casos de cura da diabetes por meio de células-tronco, e são pesquisadas doenças que hoje não têm cura, como distrofia muscular e alzheimer, doença incapacitante, triste.

O número de transplantes de coração diminuirá enormemente. Uma célula-tronco colocada no coração pode desenvolver um novo músculo, um novo sistema vascular, que permitirá ao cidadão voltar à atividade normal sem precisar de transplante.

Acredito ser esse um avanço enorme. O País não pode deixar de ter pesquisadores capazes, que hoje se igualam aos melhores do mundo, para continuar as pesquisas.

A Ministra Ellen Gracie foi fundamental ao antecipar seu voto. Vi em entrevistas outros Ministros dizendo que a tendência do Supremo Tribunal Federal é negar a ação direta de inconstitucionalidade, de modo que o Brasil possa continuar fazendo as pesquisas.

Saúdo todas as Vereadoras, Deputadas Estaduais, Prefeitas, Governadoras, Deputadas Federais, Senadoras e tantas outras que procuram, por meio de uma atividade bonita, fértil, marcante e produtiva, defender os direitos das mulheres perante a sociedade.

Portanto, Sr. Presidente, faço minhas as palavras de todos os colegas que homenagearam as mulheres dos diferentes Estados. Está aqui o Deputado Chico Lopes, que homenageia as pessoas mais simples. Ontem, um colega se levantou para defender uma mulher que mudou profundamente a vida de um sindicato depois que assumiu sua presidência, uma pescadora que uniu uma colônia de pescadores para defender os interesses da sua comunidade. Está aqui o Deputado Flávio Bezerra, que tanto defende os pescadores. Está aqui o Deputado Mauro Benevides, que tem em seu querido Ceará tantas mulheres que gostaria de homenagear. Está aqui o Deputado Edinho Bez, de Santa Catarina, Estado com tantas mulheres heroínas, a exemplo de Anita Garibaldi. Cito o nosso querido Deputado Iran Barbosa, Presidente da sessão neste instante. No seu querido Estado, Sergipe, com certeza há muitas mulheres que S.Exa. gostaria de homenagear.



Assim, saúdo todas as mulheres brasileiras nesse dia assinalado por um episódio trágico, mas que representa o início de uma luta marcante e profunda para a igualdade dos direitos de todas as mulheres perante a sociedade e os segmentos políticos, sociais e econômicos deste País.

Meu abraço fraterno a todas elas. Que Deus as inspire e as ajude a perseguir o caminho para uma sociedade mais justa, mais correta, mais humana, mais igualitária e mais distributiva!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, passo a abordar outro assunto. A recente determinação do Presidente da República, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, de enviar seus Ministros à Amazônia para verificarem in loco a extensão dos recentes desmatamentos mostra que o Governo Federal está preocupado em coibir essa prática criminosa, com a punição dos culpados, seja nos planos financeiro (corte de créditos) e fiscal, seja na área policial-criminal, instaurando inquéritos, que se transformarão em processos nos tribunais. O desmatamento da Amazônia feito indiscriminadamente, sem um planejamento econômico estratégico, que atenda às atividades básicas da pecuária e da agricultura - incluindo, naturalmente, o cultivo de soja e cana-de-açúcar onde couber -, contribui para a desertificação na região e o aquecimento global do planeta.

O semi-árido do Nordeste é a região que mais sofrerá com os efeitos do aquecimento global. Calcula-se que 1,9 milhão de pessoas serão vítimas, conforme demonstrou recente ensaio investigativo de Silvia Bessa e Teresa Maia publicado no Diário de Pernambuco de 19 de agosto de 2007.

Mas, a desertificação não vem acontecendo apenas na Amazônia e no Nordeste, mas em todo o mundo; e as denúncias se multiplicam desde a conferência sobre meio ambiente Rio-92 e as cúpulas mundiais sobre desertificação patrocinadas pela ONU. O registro é de que "a desertificação é uma ameaça à biodiversidade e está associada à mudança climática". A causa do fenômeno, que se caracteriza pela perda de produtividade do solo em regiões áridas, semi-áridas e subúmidas secas, está associada ao mau uso do solo pela ocupação das populações.

A ONU calcula que serão necessários entre 10 e 22,4 bilhões de dólares por ano para conter a desertificação.



Dados divulgados durante o 5º Encontro Nacional da Articulação no Semi-árido Brasileiro, realizado no Piauí em novembro de 2004, já revelam que a desertificação avançava ao nível de 3% ao ano na Região Nordeste.

Pessimistas acham que a desertificação pode atingir 33% das terras do planeta. E na América Latina o índice pode chegar a 75% das terras áridas e semi-áridas. Daí a necessidade de implementar-se o reflorestamento dessas áreas e o uso da energia solar eólica. Lembremos que, por essa razão, o ano de 2006 foi declarado pela ONU como o Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação.

Esse fenômeno terá impacto direto nas migrações humanas. Calcula-se que 50 milhões de pessoas terão de deixar seus lugares de origem em busca de outras regiões, nos próximos anos.

É de louvar-se a iniciativa da Ministra Marina Silva ao criar, no Ministério do Meio Ambiente, a Secretaria de Mudanças do Clima e Qualidade Ambiental, que tem como uma das suas atribuições principais identificar as vulnerabilidades das regiões e determinar como cada região do País poderá adaptar-se às mudanças.

A própria Ministra reconhece que a produção de etanol não deve ser interrompida. Diz ela que "o País tem a responsabilidade de manter essa posição; e os biocombustíveis apresentam enormes vantagens do ponto de vista ambiental: evitam a queima de combustíveis fósseis e o aquecimento global".

Muito obrigado.



Documento 73/91

034.2.53.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2008-14:03

Publ.: DCD - 11/03/2008 - 8103 FLÁVIO BEZERRA-PMDB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Saudações às mulheres cearenses.

O SR. FLÁVIO BEZERRA (PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, marisqueiras, tapioqueiras, rendeiras e todas as artesãs do meu Ceará, venho hoje a esta tribuna parabenizar todas as mulheres do Brasil pela passagem, em 8 de março, do Dia Internacional da Mulher. Em especial, a mulher cearense, que em meio a lutas e desafios não se deixa abater, mas de cabeça erguida segue em frente trabalhando com vigor e coragem.

Quero saudar as mulheres que são Presidentes de Colônias de Pescadores, as quais, com muita competência, vêm desenvolvendo um excelente trabalho à frente dessas colônias. Posso citar como exemplo a Sra. Rivânia Maria, Presidente da Colônia de Pescadores Z-17, de Icapuí; a Sra. Glais Alves, Presidente da Colônia de Pescadores Z-19, em Itarema; a Sra. Maria Helena, Presidente da Colônia de Pescadores Z-20, em Barra Nova, Cascavel; a Sra. Maria Nunes de Aquino, Presidente da Colônia de Pescadores Z-21, em Fortim; a Sra. Neide Batista, Presidente da Colônia de Pescadores Z-41, em Iguatu; a Sra. Lucineide Mendes,



Presidente da Colônia de Pescadores Z-06, em São Gonçalo do Amarante; e a Sra. Maria Luziara, Presidente da Colônia de Pescadores Z-02, em Acaraú.

Quero saudar também as mulheres do Centro das Tapioqueiras de Fortaleza, criado pelo Sr. João Inácio (in memoriam), tapioqueiro, há mais de 50 anos, na gestão do Governador José Parsifal Barroso e do Prefeito Acrísio Moreira da Rocha. Destaque para a Sra. Maria Núbia Ferreira, tapiqueira há mais de 40 anos.

Cumprimento ainda as mulheres alencarinas que trabalham do Mercado Central de Fortaleza, vendem seus artesanatos para o Brasil e o mundo, auxiliadas pelas nossas rendeiras, que em casa, ou até mesmo nos pontos turísticos de venda desses artesanatos, com almofada e bilros, tecem suas criações de renascença, encantando os turistas que visitam o nosso Estado.

Parabenizo as mulheres feirantes que diariamente estão vendendo suas mercadorias na Praça da Sé, bem como as comerciantes do "Beco da Poeira", que todos os dias trabalham para ajudar no sustento da família.

As feirantes da Beira-Mar que vendem seus artesanatos no período da noite, no local conhecido como Feirinha da Beira-Mar, um dos pontos mais visitados de Fortaleza.

Não podemos deixar de mencionar as marisqueiras e pescadoras do Estado do Ceará, destacando as cidades de Chaval, Camocim, Fortim e Aracati. Elas trabalham nos rios e manguezais, retirando dali o sustento da família, muitas vezes sendo a única fonte econômica de manutenção da família.

Destaco o trabalho e a competência da Prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins, que vem construindo paulatinamente uma Fortaleza melhor e investindo no turismo, que, sem dúvida, é um gerador de renda para o Estado do Ceará, que, diga-se de passagem, é o maior pólo turístico do Nordeste, com as mais belas praias, de verdes mares.

Não esquecendo de parabenizar também todas as Deputadas Estaduais e Vereadoras, que exercem um papel de grande relevância para o Estado, eleitas pelo povo através do voto para elaborar leis mais justas, que contribuirão para o desenvolvimento do Ceará.



Enfim, parabênizo todas as mulheres cearenses, trabalhadoras, donas de casa e professoras, independentemente da área de atuação, profissão e religião.

Parabéns pelo Dia Internacional da Mulher.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 74/91

034.2.53.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2008-14:51

Publ.: DCD - 11/03/2008 - 8110 DR. TALMIR-PV -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Realização pela Casa de sessão solene ao ensejo do lançamento da Campanha da Fraternidade de 2008, com o tema Fraternidade e Defesa da Vida. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Realização da Marcha das Mulheres no Município de São Miguel Paulista, Estado de São Paulo. Realização na municipalidade de ato em solidariedade ao Bispo José Maria Libório. Produção de biocombustível na região de Presidente Prudente.

O SR. DR. TALMIR (PV-SP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Deputada Maria Helena, com enorme satisfação faço este pronunciamento sob sua presidência.

Hoje pela manhã, foi realizada na Casa uma solenidade em homenagem à Campanha da Fraternidade da CNBB, este ano com o tema Fraternidade e Defesa da Vida. Amanhã, em outra solenidade, serão homenageadas as mulheres, pelo Dia Internacional da Mulher.

É muito importante falarmos cada vez mais a respeito da importância da mulher. Além de cumprir o papel de mãe e esposa, a mulher assume um espaço na sociedade como profissional capacitada. Ao assumir esse espaço, porém, é como



se o fizesse pela metade, porque muitas vezes, mesmo sendo merecedora de um salário condigno, recebe apenas a metade do que o homem receberia para realizar a mesma tarefa.

A mulher se vê em dificuldades porque, embora seja profissional capacitada, preparada para o cargo que ocupa, tem que cuidar do filho, amamentá-lo, e em muitos casos fica com medo de perder o cargo.

Sou pediatra e sei que a Sociedade Brasileira de Pediatria orienta que a criança seja amamentada não somente por 6 meses, mas por pelo menos 2 anos, pois muitas crianças contraem doenças como meningite, pneumonia ou outras causadas por rotavírus por volta de 1 ano de idade. Assim, é importante que as mulheres amamentem e que os empresários as apoiem com iniciativas no sentido de poderem amamentar.

Sr. Presidente, há casos muito tristes contra as mulheres. Sou membro da CPI Carcerária e acompanho a luta do Deputado Neucimar Fraga no sentido de que os presídios tenham um lugar onde as crianças possam ficar. Refiro-me às crianças que nasceram de mães presas. Já vimos situações em que as mães nem sequer podem abraçar os filhos. Depois que são separadas das mães, as crianças são trazidas para visitas e as mães têm que abraçá-las através das grades. Isso é pior do que nos campos de concentração de Auschwitz, na Polônia.

É necessário que o Brasil avance nesse sentido.

Também quero registrar que foi realizada em nossa cidade a Marcha das Mulheres, que contou com a presença de mulheres do campo de diversos movimentos, principalmente do MST. De Diolinda, esposa de José Rainha, que já foi presa muitas vezes e separada de sua família; da ex-Senadora Heloísa Helena; e de minha esposa, Adriana. Nós, do Partido Verde, acompanhamos tudo.

Também foi realizado um ato em favor do Bispo José Maria Libório, que está sendo perseguido pela mídia e pelas elites. É um missionário espanhol, mais precisamente da região basca. Já trabalhou nos arredores de São Miguel Paulista e agora faz um trabalho maravilhoso em Presidente Prudente, junto com o Padre Jurandir e o Monsenhor Mauro. Eles receberam a titularização de terras e foram terrivelmente ameaçados pela mídia. Mesmo assim, abraçam essa causa, levando



comida às famílias acampadas, muitas vezes por 8 anos embaixo de uma lona de plástico, sob temperatura de mais de 40 graus, enfrentando dificuldades com a falta de água e de alimento.

Já sabemos que existe a possibilidade de o Presidente Lula ir à nossa região, a convite de José Rainha. S.Exa. sabe que não é apenas a exportação do etanol que é importante para o País, mas também a produção do biocombustível. Está inclusive cobrando de José Rainha a plantação de mamona em seu terreno. Temos de dispor de mais uma alternativa de produção.

A EMBRAPA foi a Presidente Prudente, a convite do querido amigo Lobbe Neto, que, juntamente com a nossa assessoria, intermediou esse processo.

Em Presidente Prudente, tivemos um momento muito importante com a UNESP e diversos parceiros. A região, anteriormente de florestas, tornou-se uma região de pasto e agora quer tornar-se uma região de produção da cana-de-açúcar, com 16 usinas, e também de laranja e outros produtos.

Obrigado, Sra. Presidenta. Que V.Exa. continue nessa função. Que outras mulheres consigam como V.Exa. chegar a esta Casa de poder. E que V.Exa. continue agindo com idoneidade, honestidade e compromisso.

Parabéns, Sra. Presidenta!

A SRA. PRESIDENTA (Maria Helena) - Muito obrigada, Deputado Dr. Talmir.



Documento 75/91

034.2.53.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2008-18:54

Publ.: DCD - 11/03/2008 - 8163 EDUARDO VALVERDE-PT -RO

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES PELA
ORDEM

DISCURSO

Sumário

Efeitos do reajuste do salário mínimo, da implementação do Programa Bolsa-Família e do aumento do número de empregos formais sobre a economia nacional. Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Osmar Serraglio, cumprimento a população que nos acompanha pela TV Câmara.

Sr. Presidente, trago à tribuna a notícia alvissareira de que o aumento do salário mínimo, o Bolsa-Família e o aumento do emprego com carteira assinada elevaram em mais de 30 bilhões de reais a renda das classes mais pobres da população brasileira, o que representa, em 2008, algo em torno de 13% de renda adicional.

O acréscimo de 30 bilhões de reais na renda das classes C e D resultará em 232 bilhões de reais destinados ao consumo de famílias que, com a renda adicional, vão potencializar o mercado consumidor interno.

É bom lembrar que a população mais empobrecida das Regiões Norte e Nordeste, em especial, depende 2 vezes mais do Bolsa-Família e do salário mínimo do que a população das Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do País.



E o que essa renda destinada ao consumo vai provocar na nossa economia? Aumento da produção e das vendas. É um círculo exitoso, além de ser um círculo vicioso, porque o aumento da renda aumenta o consumo; o aumento do consumo aumenta a produção; o aumento da produção aumenta as vendas; o aumento das vendas gera mais emprego; o aumento do número de empregos gera mais renda, e tudo isso segue continuamente. Em consequência, centenas de milhares de cidadãos brasileiros passam a ter poder de compra, passam a ter renda.

Os 9,2% de aumento real do salário mínimo, acima dos 4,1% da inflação do ano de 2007, representam renda adicional que, somada à renda do Bolsa-Família e ao aumento do número de empregos, aporta na nossa economia, para essa população, 232 bilhões de reais. É esse o setor que tem puxado a economia global do País; não é a mais o setor externo, o setor exportador, é o consumo.

Isso sempre foi debate dos economistas. O grande economista Celso Furtado sempre apontava para a necessidade de o Brasil inserir, no mercado consumidor de massa, as populações que não tinham poder de compra.

Quero, portanto, dar essa informação alvissareira ao público que nos ouve neste momento, mostrando que o País está vivendo um exitoso ciclo de crescimento econômico, com distribuição de renda.

Concluo meu pronunciamento cumprimentando as mulheres, sobretudo as de Porto Velho, pelas grandes festas que promoveram no dia 8 de março.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 76/91

035.2.53.0 Sessão Ordinária - CD 11/03/2008-15:12

Publ.: DCD - 12/03/2008 - 8307 ALINE CORRÊA-PP -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Sugestões para combate ao déficit habitacional brasileiro. Liberação, pelo Ministério das Cidades, de recursos para a construção de casas populares. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Importância do papel desempenhado pela mulher na sociedade;

A SRA. ALINE CORRÊA (PP-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o primeiro assunto que me traz hoje à tribuna é o déficit habitacional em nosso País, tema bastante complexo, que interfere diariamente na vida de milhões de brasileiros.

Já perdemos a conta dos programas governamentais de construção de habitações populares anunciados. Apesar de tantos projetos, o que se vê, na prática, é déficit crescer cada vez mas. Segundo dados do Sindicato da Indústria da Construção - SINDUSCON de São Paulo, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, o Brasil precisará construir, até 2020, quase 2 milhões de moradias por ano para zerar o déficit habitacional. Tais moradias seriam necessárias para atender ao crescimento da população brasileira, reduzir o número de família de baixa renda



que habita a mesma casa e ainda eliminar habitações consideradas inadequadas, como favelas e cortiços.

Atualmente, de acordo com dados de censo do IBGE, o déficit é de aproximadamente 8 milhões de moradias, concentrando-se nas famílias de menor renda.

Mas o Ministério das Cidades, por intermédio da Secretaria Nacional de Habitação, vem dando celeridade a medidas com vistas a fazer com que o pesadelo do déficit habitacional desapareça. Paralelamente a isso e na tentativa de minimizar o problema, deflagrei uma série de visitas ao Ministro Márcio Fortes, visando à liberação de recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS para a construção de casas populares. Após várias reuniões, o Ministro Márcio Fortes liberou mais de 35 milhões de reais, o que possibilitou o resgate da dignidade de milhares de famílias do Estado de São Paulo.

Além disso, há outras maneiras de se implementar uma política mais ágil para o setor habitacional. Primeiramente, é preciso oferecer créditos em quantidade suficiente e níveis de juros compatíveis com a renda das camadas menos favorecidas. Para tanto, há que se estruturar um mecanismo de poupança e financiamento de longo prazo que não concorra com as aplicações financeiras tradicionais. O Estado deve, indiscutivelmente, garantir a oferta de crédito às famílias de baixa renda.

Sr. Presidente, também é indispensável, na minha ótica, eliminar outros entraves que impedem a atuação do setor privado na produção de habitações de interesse social. Se analisarmos o custo dos imóveis, várias aberrações são encontradas. Estudo elaborado pela Universidade SECOVI, do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Comerciais e Residências do Estado de São Paulo, identificou que nada menos que 50% do preço final do imóvel é tributo municipal, estadual e federal.

Concomitantemente, Sras. e Srs. Deputados, as legislações urbanísticas, tanto as atuais quanto as que continuam sendo produzidas, impõem exigências impraticáveis para quem pretende produzir moradias populares. Os altos preços dos terrenos e dos materiais de construção, por exemplo, provocam o



encarecimento da habitação. Esse fato afasta a população das regiões mais centrais das metrópoles, que dispõem de infra-estrutura básica e meios de transportes, e promove o inchaço das regiões periféricas, onde os terrenos são mais baratos e desprovidos de infra-estrutura. E aí está formado o problema.

Continuarei tratando da questão da habitação popular como uma das prioridades do meu mandato, Sr. Presidente.

Passo agora, Sr. Presidente, a abordar o segundo assunto que me trouxe à tribuna na tarde de hoje.

No último dia 8, comemoramos o Dia Internacional da Mulher.

E a mulher há muito deixou de ser apenas sinônimo de beleza, elegância, carinho, afeto ou fragilidade. É, sobretudo, exemplo de competência profissional, dinamismo e empreendedorismo e luta.

Tudo começou no ano de 1857, quando operárias têxteis de Nova York entraram em greve e ocuparam a fábrica em que trabalhavam para reivindicar melhoria salarial - elas recebiam menos de um terço do salário pago aos trabalhadores homens - e redução da jornada diária de trabalho de mais de 16 horas para 10 horas. Trancadas na fábrica, onde, em seguida, se propagou um incêndio, cerca de 130 dessas operárias morreram queimadas.

Em 1910, numa conferência internacional de mulheres realizada na Dinamarca, foi decidido, em homenagem àquelas mulheres, comemorar o 8 de março como Dia Internacional da Mulher. De então para cá, o movimento a favor da emancipação da mulher tem tomado forma em todo o mundo.

Na verdade, somente com a nossa força, união e perseverança poderemos conquistar caminhos mais igualitários e justos para todas nós, transformando a sociedade em que vivemos, para o bem das futuras gerações.

Ao longo das últimas décadas, Sr. Presidente, a mulher passou a ter papel decisivo nas finanças doméstica e, mais do que isso, a ocupar de maneira definitiva o mercado de trabalho, competindo em todas as áreas e atividades. Com isso, seu papel na sociedade se multiplicou. Ela não perdeu sua função central no núcleo familiar e conquistou novas tarefas na sociedade. É preciso mais, porém!



É bem verdade que tivemos alguns avanços. Exemplo claro dessas conquistas foi a instituição do Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher. Mas, entre o sonho e a realidade, há um abismo intransponível. Na prática, ainda estamos longe do modelo ideal, mesmo sabendo que atualmente as mulheres estão desempenhando papel mais relevante do que os homens no crescimento da população economicamente ativa, setor em que a mulher ganha espaço a cada dia. E atualmente nós representamos 52% da população brasileira.

No Estado de São Paulo, por exemplo, as mulheres são destaque em muitos segmentos da sociedade. Em grandes empresas, já ocupam cargos de direção; na política, buscam cada vez mais espaço, mas a participação ainda é pequena. Além disso, muitíssimas outras são profissionais liberais, educadoras e empresárias, fazendo o Brasil crescer.

A igualdade salarial ainda é uma conquista a ser alcançada.

Mas é interessante observar, Sras e Srs. Deputados, que a atuação da mulher não se restringe à área profissional. Além dos novos encargos que tem assumido, a mulher não deixa de ser mãe e esposa. Essa, sim, é a parte mais complexa. É preciso cuidar da casa, dos filhos e do marido.

Na realidade, Sr. Presidente, a mulher sempre foi prejudicada ao longo da história, seja no tocante ao tratamento desumano que recebe nos serviços de saúde, seja no tocante ao assédio sexual de que é vítima nos locais de trabalho. Essas discriminações e sua invisibilidade agravam os efeitos da violência física, sexual e psicológica contra a mulher, pois somos mais fracas e frágeis em muitos aspectos. Aí está exemplo recentemente ocorrido no Estado do Pará, onde uma menina de apenas 15 anos de idade foi presa e colocada numa cela com 20 homens. Triste realidade, Sras. e Srs. Deputados, que ainda acontece com as mulheres!

No final de 2006, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres lançou o Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, tendo em vista a necessidade de se implementar políticas públicas mais eficazes. Esse é o nosso grande desafio. Nós, mulheres, continuamos com a dura tarefa de superar a posição desvantajosa das mulheres no seio da sociedade.



Existem ações simples que os Governos Estaduais e Municipais podem adotar para amenizar os problemas enfrentados pelas mulheres, sobretudo nas grandes cidades. Por exemplo, proporcionar segurança, educação e saúde públicas, além de saneamento e moradia digna. É preciso apoio do Poder Público para que a mulher encontre no Estado uma espécie de suporte de força para seus problemas e anseios.

Aliás, Sr. Presidente, tema segurança vai muito além de Polícias e de suas logísticas. A simples deficiência na iluminação pública pode gerar problemas para mulheres que chegam em casa à noite, depois de um dia inteiro de trabalho. Tenho conhecimento de relatos os mais variados possíveis, e alguns são aterrorizantes.

Tenho pautado o meu mandato em defesa das mulheres, principalmente daquelas vítimas de discriminação, de preconceito e de violência de toda e qualquer natureza. Como exemplo, gostaria de dizer que resolvi imprimir e distribuir a Lei nº 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, fruto de longos e profundos debates no Congresso Nacional, para esclarecer às mulheres os direitos que temos.

A violência contra a mulher, Sr. Presidente, extrapola todas as barreiras possíveis e imaginárias, inclusive culturais. Há séculos, o pesadelo da circuncisão feminina vitima milhões de mulheres na Ásia e na África. A cada dia 6 mil mulheres são mutiladas em todo o mundo, segundo estatísticas da Organização Anistia Internacional. No Quênia, por exemplo, algumas mulheres crêem que só terão filhos homens se forem mutiladas. A mutilação genital, feita com gilete, em meninas de 7 e 13 anos é praticada sob a justificativa de que ficarão mais fortes.

Outra triste ilustração que serve de exemplo de coragem para milhares de mulheres vítimas de preconceito, de discriminação e de qualquer tipo de violência vem da Somália, na África. Seu nome é Ayaan Hirsi Ali. Ela foi humilhada, espancada e menosprezada, mas a educação mudou sua vida. Ayaan é uma mulher que venceu o medo com muita perseverança e coragem.

Em outros países há mulheres enfrentando humilhação e violências para transpor a tradição cultural existente dentro de casa.



Comemorar o Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher é muito importante para todas nós, mulheres que desejam uma sociedade menos violenta. E isso só será possível se houver, de fato, a redução das desigualdades entre homens e mulheres na nossa sociedade.

Antes de mais nada, sou mãe, esposa e mulher. Vou sempre defender a importância do papel da mulher na nossa sociedade - infelizmente, ainda machista, desumana e cruel para com as mulheres -, em que interesses individuais se sobrepõem aos da coletividade.

Aprendi desde cedo que os ideais humanitários e que práticas de confiança mútua e amor ao próximo devem prevalecer em qualquer relação interpessoal. Esses foram os princípios que sempre nortearam minha vida.

Portanto, Sr. Presidente, é preciso reconhecer o papel e a dignidade da mulher e levar todos a uma tomada de consciência sobre seu valor, a perceber a sua importância na sociedade, a contestar e a rever preconceitos e limitações que vêm sendo impostos a ela. mulher.

A mulher merece todo nosso respeito e valorização.

Parabéns às mulheres brasileiras!

Muito obrigada, Sr. Presidente.



Documento 77/91

035.2.53.0 Sessão Ordinária - CD 11/03/2008-15:12

Publ.: DCD - 12/03/2008 - 8309 NELSON BORNIER-PMDB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. NELSON BORNIER (Bloco/PMDB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sábado passado foi o Dia Internacional da Mulher. Os dados do Brasil e do mundo mostram grandes progressos nos campos da educação, do trabalho e até da política.

Nos idos dos anos 50, no País, o marido e os filhos mais velhos comiam em primeiro lugar e recebiam a melhor parte; as mulheres, mães e filhas, aguardavam que eles terminassem para depois começar a comer; em público, esperava-se que as mulheres ficassem quietas e em segundo plano.

Essas são constatações simplesmente escandalosas para os dias atuais. Mas foi a realidade por muito tempo. Hoje, em várias áreas, as mulheres brilham mais do que os homens. O desempenho das meninas na escola é superior ao dos meninos. Em várias profissões, o ser do sexo feminino domina, como é o caso dos médicos, dentistas, advogados, arquitetos, juízes do trabalho.

Ao contrário dos países da Europa e do Japão, onde as moças não querem ter filhos, as mulheres brasileiras continuam ativas nesse campo. O Brasil tem 46



milhões de mães. A média de filhos por mulher caiu bastante nas últimas décadas. Mas, ainda assim, elas estão repondo as gerações que se vão.

Em certas faixas etárias, a taxa de fecundidade é tão alta que constitui um problema social. Para cada 100 adolescentes, em 1980, havia 8 filhos. Hoje, esse número saltou para mais de 9. Entre as meninas pobres, a média é ainda mais alta. Nas favelas do Rio chega a ser de 26 filhos.

O número de mães solteiras aumentou de 2,7% para 16,4% no período considerado. Isso tem grandes repercussões, mas há que se reconhecer que muitas mulheres vêm optando deliberadamente pela "produção independente". Nesse campo houve verdadeira revolução de valores. Até o final dos anos 50, o relacionamento sexual entre homens e mulheres se baseava no engajamento amoroso de longa duração.

Na década de 60, o mundo assistiu atônito à separação entre sexo e casamento. O sexo foi atrelado à sinceridade dos parceiros e não necessariamente ao matrimônio. Hoje em dia, o casamento vem se separando da família. Muitas crianças são criadas por parceiros não casados e que não pretendem casar-se. No período de 1970-1975, a proporção de mães isoladas saltou de 7,5% para 17,5%.

Resta saber qual será o impacto dessa revolução nos produtos dos novos relacionamentos: os filhos. Para a mulher, já se sabe: sobrecarga de trabalho. Cerca de 30% das mulheres que trabalham são chefes de domicílios e vivem sós com os filhos, sem cônjuge. Muitas são aposentadas e continuam trabalhando para sustentar a família.

A mulher vive mais do que o homem. Para cada 100 mulheres idosas (60 anos e mais), há apenas 82 homens. Em 1991, as idosas representavam 7,8% da população. Hoje representam mais de 10%.

O que elas fazem com mais anos de vida? Muitas desfrutam do amor em família. Outras amargam a solidão. Isso porque a mulher, quando fica viúva, raramente casa novamente. O homem sistematicamente volta a se casar.

As viúvas que moram com filhos e noras (ou genros) têm uma vida apertada. Na ausência das filhas e noras que trabalham fora, muitas delas assumem a



administração da casa e os cuidados das crianças. Em inúmeros casos, elas contribuem financeiramente com suas aposentadorias e pensões. Ou seja, os anos extras das mulheres não são fáceis.

Então, o que comemorar no Dia Internacional da Mulher? Não se pode ignorar o avanço que as mulheres alcançaram em matéria de educação e profissão, assim como no campo dos direitos individuais. Mas mesmo nessas áreas a caminhada é longa para se chegar a uma situação de maior igualdade.

As mulheres têm demonstrado garra e competência. Para mudar a atual situação, maridos e companheiros precisam aceitar nova divisão do trabalho. Os homens devem dividir com as mulheres, de maneira mais equânime, as tarefas do lar e os cuidados com as crianças. Os que prometeram isso deram belo presente a suas mulheres nesse dia festivo.

O Dia Internacional da Mulher, em 8 de março, está intimamente ligado aos movimentos feministas que buscavam mais dignidade para as mulheres e sociedades mais justas e igualitárias. É a partir da Revolução Industrial, em 1789, que essas reivindicações tomam maior vulto, com a exigência de melhores condições de trabalho, acesso à cultura e igualdade entre os sexos. As operárias dessa época eram submetidas a um sistema desumano de trabalho, com jornadas de 12 horas diárias, espancamentos e ameaças sexuais.

Dentro desse contexto, em 8 de março de 1857, 129 tecelãs da Fábrica de Tecidos Cotton, em Nova Iorque, decidiram paralisar seus trabalhos, reivindicando o direito à jornada de 10 horas. Foi a primeira greve norte-americana conduzida somente por mulheres. A polícia reprimiu violentamente a manifestação, fazendo com que as operárias se refugiassem dentro da fábrica. Os donos da empresa, junto com os policiais, trancaram-nas no local e atearam fogo, matando carbonizadas todas as tecelãs.

Em 1910, durante a II Conferência Internacional de Mulheres, realizada na Dinamarca, propôs-se que o 8 de março fosse declarado Dia Internacional da Mulher, em homenagem às operárias de Nova Iorque.

Registro minha homenagem àquela que busca, no dia-a-dia, sua independência, sua liberdade, sua identidade própria; que luta profissional e emocionalmente para



ser valorizada e compreendida; que a cada momento tenta ser a companheira, a amiga, a "rainha do lar"; que batalha incansavelmente por seus próprios direitos e também por um mundo mais justo e por uma sociedade sem violências; que resiste aos sarcasmos daqueles que a chamam, pejorativamente, de feminista liberal e que já ocupa um espaço na fábrica, na escola, na empresa e na política.

As mulheres têm a capacidade de gerar outro ser. E nós temos o dever de gerar alternativas para que a ação criadora realmente ajude outras mulheres a conquistarem a liberdade de ser.

Era o que tinha a dizer.



Documento 78/91

035.2.53.0 Sessão Ordinária - CD 11/03/2008-16:00

Publ.: DCD - 12/03/2008 - 8323 VANESSA GRAZZIOTIN-PCDOB -AM
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Expectativa de votação, pela Casa, do Projeto de Lei nº 1.990, de 2007, sobre o reconhecimento formal de centrais sindicais. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Participação nas comemorações do primeiro ano de instalação da Vara Maria da Penha, em Manaus, Estado do Amazonas.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB-AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, companheiros e companheiras, antes de mais nada, saúdo os trabalhadores das centrais sindicais brasileiras que aqui estão para acompanhar, quiçá ainda hoje, a votação do Projeto de Lei nº 1.990, de 2007 (palmas), que dá reconhecimento legal às centrais sindicais. Elas já existem há muito tempo, mas só na prática, infelizmente.

Espero que todos os partidos façam um esforço para que hoje possamos votar essa matéria tão importante não só para os sindicalistas, mas para o conjunto dos trabalhadores brasileiros.

Sras. e Srs. Deputados, no último sábado comemoramos, no Brasil e no mundo inteiro, o Dia Internacional da Mulher. Essa data foi marcada não só por profunda reflexão, mas por debates acerca da situação da mulher no mercado de trabalho, nos espaços de poder, na sua casa. Participei de várias atividades na cidade de



Manaus. No dia 6, quinta-feira, houve atos comemorativos de 1 ano de funcionamento da Vara Maria da Penha, especializada em violência contra a mulher.

Infelizmente, de 1 ano para cá, período em que foi aprovada a Lei Maria da Penha pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, só 17 Unidades da Federação contam com essa Vara Especializada. Uma delas é o meu Estado do Amazonas. Comemoramos, na última quinta-feira, 1 ano de sua existência.

Sr. Presidente, chamou-me a atenção, e a de todos os presentes, o logotipo da instituição escolhido pela titular da Vara, Juíza Carla Reis, e por toda sua equipe. Trata-se de um desenho feito por uma criança que ainda não tem 7 anos de idade. Ele foi encontrado por Oficiais de Justiça na casa dessa criança. (Mostra gravura estampada em uma camiseta.)

O menor, para retratar a realidade da sua família, desenhou sua irmã, que se chama Aninha; desenhou sua mãe com um bebê no colo; desenhou ele próprio chorando; e desenhou o pai. Só que a figura do pai é a de um monstro.

Até perguntei se a gravura era real. A juíza respondeu-me que sim e mostrou-me o original do desenho.

É por isso que dizemos que quem bate em mulher não machuca apenas ela, mas a família inteira e a sociedade.

Todos nós precisamos atuar de forma firme no combate à violência, que, infelizmente, grande parte das mulheres sofrem naquele que deveria ser o seu lugar de maior segurança: o próprio lar.

Muito obrigada. (Palmas nas galerias.)



Documento 79/91

036.2.53.O Sessão Extraordinária - CD 11/03/2008-20:18

Publ.: DCD - 12/03/2008 - 8404 POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Expectativa de apresentação, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de proposta de repactuação de dívidas do setor agrícola. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Relevância do papel desenvolvido por mulheres na história do Estado do Rio Grande do Sul, notadamente a Marquesa de Alegrete e Ana Maria de Jesus, a Anita Garibaldi. Declamação do poema "Anita Garibaldi", de autoria do orador.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Ministério da Agricultura espera ter, até final de março, a definição sobre a repactuação da dívida do setor rural, após vários meses de discussões que envolveram representantes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do setor privado, com os Ministérios da Fazenda e da Agricultura. O grupo analisou os diferentes tipos de dívidas contraídas desde a década de 1990. Tudo indica que o Ministério da Agricultura fará contraproposta ao projeto de renegociação das dívidas agrícolas protocolado em setembro do ano passado pela Comissão de Agricultura, da Câmara dos Deputados.



Como representante do PDT na Comissão de Agricultura, integrei a Subcomissão de Política Agrícola, Endividamento e Renda, que foi o Grupo de Trabalho, que elaborou anteprojeto que prevê a repactuação e o alongamento de dívidas originárias de crédito rural. O objetivo da proposta é beneficiar principalmente pequenos e médios produtores que tiveram drástica redução da renda em decorrência de fatores como clima, falta de infra-estrutura e altos custos de produção. O volume da dívida do setor rural brasileiro soma R\$141 bilhões. O estoque envolve débitos de custeios, investimentos, securitização, Pesa, Fundos Constitucionais, Dívida Ativa da União, entre outros.

Participou do grupo de trabalho criado em maio do ano passado, além de integrantes da Comissão de Agricultura, representantes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e dos Ministérios da Agricultura e da Fazenda. O texto foi elaborado a partir de estudo das condições socioeconômicas dos produtores rurais em diversos Estados.

De acordo com o Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, já existe um esboço da proposta. O montante da dívida alcança R\$ 130 bilhões, o que equivale ao valor de uma safra total. Vale destacar que parte dessa dívida foi causada pelos planos econômicos e frustrações de safra.

O setor produtivo do País, portanto, aguarda com ansiedade o anúncio das medidas.

Passo a abordar outro assunto, Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, o último sábado foi o Dia Internacional da Mulher, e, portanto, ocupo esta tribuna hoje também para prestar minhas homenagens ao papel importante da Mulher na história, na cultura e no cotidiano da sociedade brasileira e mundial.

Como gaúcho, peço licença para destacar e homenagear uma destacada mulher na história do Rio Grande do Sul, Estado tido por muitos como machista. O paradoxo deste estigma injusto é que o Rio Grande do Sul é um dos poucos Estados do país que é governado por uma mulher, nossa ex-colega Deputada, Yeda Crusius.



Na história do Rio Grande do Sul a figura feminina é um elemento singularíssimo, independentemente da etnia ou classe social que representa. Manifesta-se com uma presença forte e batalhadora, e não costuma baixar a cabeça nem submeter-se a situações em que fique rebaixada ou inferiorizada.

A gaúcha acostumou-se com o sofrimento, mas sem jamais se dar por vencida. Muito pelo contrário, encontra nas dificuldades motivo de força e resistência. Considerada prescindível nos períodos de revolta, a mulher participa ativamente dos episódios históricos do Rio Grande do Sul.

Obrigada a sofrer calada durante mais de 200 anos de combates e revoltas, as mulheres gaúchas viram partir para guerras pais, irmãos, maridos e filhos, ficando com a obrigação de cuidar da casa, dos filhos pequenos e filhas moças, da criação e plantação.

E não precisamos procurar muito para chegarmos a esta conclusão: se os homens válidos estavam envolvidos diretamente nos entreveros, a quem ficaria delegada a missão de manter de pé as estruturas familiares e, inclusive, econômicas do Estado? A mulher gaúcha levou sobre as costas, por uma infinidade de vezes, toda a responsabilidade de manter o Rio Grande ativo enquanto seus homens emprestavam suas forças a causas políticas. Muitas vezes, elas assumiam também o papel de soldado, pois, ficando desprotegida a casa, a elas caberia a responsabilidade de proteger os bens e a integridade da família.

Não podemos esquecer que a mulher sempre trabalhou nas estâncias, assegurando a economia do Rio Grande do Sul, enquanto o pai, o esposo e o filho saíam para defender as fronteiras e os ideais rio-grandenses.

Dentre tantas grandes mulheres que se destacaram no cenário rio-grandense, em defesa das nossas fronteiras, destacamos a Marquesa de Alegrete: heroína anônima, nobre pampeana, que em 14 de janeiro de 1717, na Batalha de Catalan, ao lado do esposo Marques de Alegrete, Luiz Telles de Caminha e Menezes, e do filho, ajudou a escrever, com sangue suor e lágrimas, a história das batalhas entre Portugal e Espanha, servindo como enfermeira, mãe e até soldado, na demarcação de fronteiras do nosso pago gaúcho. A história também registra a



mulher farroupilha do decênio heróico, que foi a mulher que, de uma forma ou de outra, figurou na história oficial do decênio heróico. Dentre elas, citamos Anita Garibaldi (Ana Maria de Jesus). Mulher intensamente feminina, ativa, forte de ânimo, de decisões rápidas, uma exímia cavaleira, que despertou em Giuseppe Garibaldi um fortíssimo sentimento, mesmo nos poucos contatos que tiveram em Santa Catarina, quando da invasão de Laguna pelas tropas farroupilhas, além de Maria Josefa da Fontoura Palmiro, que promovia reuniões políticas em sua casa, em Porto Alegre, em apoio a Bento Gonçalves e aos Farrapos, também defendia a libertação dos escravos e tantas outras causas.

A participação da mulher, portanto, foi de fundamental importância no contexto da formação histórica, social e cultural do Rio Grande.

A Revolução Farroupilha colocou a mulher num encontro ingrato e arriscado com a vida; porém, por mais ameaçadoras, que se tenham apresentadas as circunstâncias, ela sempre soube manter-se firme: quanto mais a situação era adversa, mais a mulher sabia se transformar na forja sagrada das convicções do herói farroupilha.

A mulher guerreira ficou conhecida por "vivandeira", a "china de soldado". Foi a mulher que acompanhou as tropas em seus deslocamentos e permaneceu nos campos de combate cuidando do soldado.

A mulher estancieira foi a mulher que permaneceu na estância, administrando as lides campeiras e domésticas, tomando conta do lar, dos filhos, da estância e cuidando dos negócios do homem ausente. Era a que rezava pelos vivos e chorava pelos mortos. Era, aos olhos de Deus e da sociedade patriarcal, a mãe, a esposa, a filha, permanecendo em casa, aguardando ansiosa o desfecho da guerra e o retorno do guerreiro.

Muitas foram as heroínas desconhecidas que lograram entrar na história e que só agora recebem reconhecimento, como Caetana, esposa de Bento Gonçalves da Silva, e Elautéria, mulher de Manuel Antunes da Porciúncula.

Foi nesse difícil momento histórico que o valor da mulher farroupilha foi testado, fazendo com que seu coração vivenciasse as inúmeras novas circunstâncias, levando-a a sujeitar-se às necessidades, aos infortúnios. Mas ela



foi competente em sua função e incansável no desempenho do seu papel. Encantadora e generosa, companheira, não se deixou arrastar por convicções derrotistas, deixando para a história o exemplo de admirável perfil, abrindo perspectivas esplêndidas de esperança para seu companheiro, com admiráveis e imprescindíveis fatores decisivos e determinantes da inacreditável persistência dos farrapos.

A mulher farroupilha, com seu sentimento de compreensão e solidariedade, muito auxiliou o desenvolvimento da semente da República Rio-Grandense, fazendo frutificar, em heroísmo, a alma da gente farroupilha. Ela soube avaliar e enfrentar o perigo, não para receá-lo, e, sim, para combatê-lo. Esta foi a mais sublime e valorosa lição feminina, raramente descrita com a merecida justiça e homenagem dos pósteros.

A mulher sempre promoveu a mais iluminada unidade de fé, auxiliou a compor as mais importantes páginas da história gaúcha, em meio a grande destruição; acreditou, e fez acreditar, que sempre se salva algo dignificante da vida.

Inúmeras foram as heroínas anônimas, que, cuidando dos filhos, dos interesses familiares e da economia do Rio Grande, deram ânimo, apoio e acreditaram nos anseios farroupilhas.

Voltando o olhar sobre nosso heróico passado, constatamos que, mesmo durante o dramático e sangrento decênio farroupilha, o homem nunca esteve só: a providência divina colocou ao seu lado uma grande parceira de lutas e fiel companheira.

A transformação política, social, econômica e tecnológica chegou ao Rio Grande do Sul, levando a mulher gaúcha, prenda tradicionalista, a sair às ruas, buscar seu espaço, independência e melhores condições de sobrevivência, porém conservando intacto o seu sentimento pela tradição gaúcha de apego à família e amor ao semelhante.

A despeito de todos os problemas que cercam essas belas criaturas, elas constroem histórias e conquistam o mundo. Fazem de suas vidas um aprendizado; com graça, força e sensibilidade transformam tudo a sua volta!



Não é à toa que esses seres de luz conquistam seu espaço no mundo de negócios, da arte, da política, pois, como diz o escritor Luiz Fernando Veríssimo, elas não são humanas; são espiãs. Espiãs de Deus, disfarçadas entre nós. São a comunicação direta com Deus!

O que cabe a nós, simples homens, é abrir espaço e deixar que elas busquem seus ideais, conquistem os mais elevados cargos. Que governem, que eduquem, que estejam sempre em níveis de destaque. Porque sabemos que sua força, unida com seu equilíbrio e delicadeza, é capaz de remover montanhas e tornar o mundo melhor.

Deixo aqui minha humilde homenagem a todas as mulheres, que a cada dia dão demonstração de garra e atitude, e que fazem ao nosso lado a história deste País. Encerro este pronunciamento, declamando um poema de minha autoria, em homenagem à heroína Anita Garibaldi.

Anita Garibaldi

I

Anita mulher guerreira
Que simboliza uma Saga
Escrita a ponta de Adaga
Como quem cumpre uma Sina
Que mostrou desde menina
Ser forte e determinada
Ser alguém predestinada
A escrever a própria história
Com mil façanhas e glórias
Que hoje são lembradas

II

Foi assim que aprendi
Relendo a história Farrapa



Que redesenhou o mapa
Demarcando a trajetória
De um povo cuja memória
Hoje te reverencia
Dizendo "Ana Maria"
Ou simplesmente "Anita"
És tu a guerreira bendita
Que foi gaúcha um dia

III

O Rio Grande farroupilha
De guerreiros abarbarados
Se sentindo encurralados
Pela força Imperial
Fez de um corsário, oficial
Na batalha de laguna
Que trocou a vida reiúna
Pelos encantos do amor,
E "Anita" tu foste a flor
Que encantou o guerreiro
Transformando o aventureiro
Num fidalgo "Gran Senhor"

IV

Anita de Garibaldi
Ou Garibaldi de Anita
Valente mulher bonita
Timoneira do "Seival"
Como tu não tem igual



E nem há comparação
És tu a própria razão
Do legado farroupilha
Que seguindo tua trilha
Forjou o ideal da raça
Que hoje retrato com graça
No meu álbum de família

V

Anita mãe e amante
Guerreira e admirada
Que amou e foi amada
E deu exemplo de vida
Tu jamais será esquecida
Pelos teus gestos de amor
Pelos teus dons, teu valor
E teu ideal libertário
E os teus feitos legendários
Tem as mãos do criador

VI

Alguns dizem que tu és Santa
Que és Beata milagreira
Que és uma Santa guerreira
De Laguna ou Lageana
Mista de virgem e profana
O que importa a identidade
Se hoje toda a humanidade
Para ti faz reverência



Só porque já tem consciência
Que és gaúcha na verdade

VII

Anita mulher gaúcha
Da Província Cisplatina
Da Pampa continentina
E mãe de dois continentes
Tu lançaste a semente
De um povo bravo e altaneiro
Do gaúcho brasileiro
Com a mescla de italiano
E quanto mais passam os anos
Mais me sinto teu herdeiro

VIII

Tuas façanhas são lendas
Contadas em noites campeiras
Quando ao pé da figueira
Pariu um filho solita
Anita, mulher bonita
Santa e bela Catarina
Brasileira Uruguai, campesina
Que atravessou oceano
Para em solo Italiano
Ser mãe, mulher e heroína

IX



Tu és a história viva
Do nosso antepassado
Do Rio Grande retovado
Do gaúcho insubmisso
E talvez seja por isso
Que te faço reverência
É que na minha consciência
De Pampa continentina
Tu foste a Santa Catarina
Que defendeu a Querência.



Documento 80/91

035.2.53.0 Sessão Ordinária - CD 11/03/2008-14:26

Publ.: DCD - 12/03/2008 - 8281 IVAN VALENTE-PSOL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Participação em manifesto ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher, em São Paulo, Estado de São Paulo. Documento da Secretaria de Mulheres do PSOL de São Paulo. Editorial O veto de Bush à lei antitortura, publicado pelo jornal O Estado de S. Paulo.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último dia 08 de março, milhares de mulheres se reuniram no centro de São Paulo para denunciar o machismo e os impactos da exploração capitalista sobre a vida de mulheres e do povo.

Tive oportunidade de participar dessa manifestação e gostaria de registrar um importante documento da Secretaria de Mulheres do PSOL/SP - Partido Socialismo e Liberdade - que foi distribuído durante o ato.

Diz o documento:

"Tirem as mãos dos direitos das mulheres!

Apesar dos inúmeros avanços que nós, mulheres, conquistamos nas últimas décadas, as desigualdades continuam presentes em todas as esferas de nossas vidas e mostram que ainda temos muito por que lutar. O machismo e o racismo



facilmente foram integrados à lógica de exploração do sistema capitalista. A incorporação em massa das mulheres no mercado de trabalho não foi acompanhada da divisão das tarefas domésticas e dos cuidados com crianças, idosos e enfermos, que continuam sob responsabilidade exclusiva das mulheres. Raramente temos um companheiro com quem podemos contar, e o Estado também fica ausente, já que não há creches suficientes, não existem lavanderias públicas, nem outros serviços para socializar este trabalho historicamente realizados pelas mulheres sem remuneração e sem reconhecimento.

Nós, mulheres do P-SOL, acreditamos que é possível construir uma outra sociedade, que não se paute pela exploração do trabalho e pela opressão da mulher. É por isso que todos os anos protestamos no 8 de março, como fizeram as operárias que há quase 100 anos saíram às ruas nessa mesma data para protestar contra a exploração e reivindicar o mundo livre de desigualdades pelo qual lutamos até hoje. É a chama dessas lutadoras, em sua maioria tornadas invisíveis pela História, que mantemos viva e sempre presente.

A Superexploração das Mulheres Trabalhadoras.

As mulheres recebem em média 31% menos que os homens para exercer a mesma função. O salário médio das mulheres negras é de R\$533,58 contra R\$827,89 recebidos pelas brancas.

Em 2005, 33% da força de trabalho feminina concentravam-se em setores precários do mercado, sendo que mais da metade delas atuavam como empregadas domésticas.

No setor de serviços, 54% das mulheres que trabalham não têm carteira assinada, ou seja, não têm acesso a direitos sociais básicos.

As reformas neoliberais iniciadas na década de 90 aprofundaram os ataques aos direitos e também a superexploração das mulheres, através da flexibilização das leis trabalhistas e da precarização do trabalho. Nas reformas sindical e trabalhista em debate no Governo Lula novamente seremos as maiores vítimas. Entre outras propostas, o Governo e a burguesia brasileira pretendem:

- acabar com as aposentadorias rurais e com a aposentadoria especial após 25 anos de contribuição para professores;



- elevar a idade mínima para 65 anos e equiparar homens e mulheres, desconsiderado a dupla jornada de trabalho das mulheres;
- passar parte da responsabilidade sobre a licença-maternidade para as empresas, tirando do Estado a obrigação de garantir um direito que foi duramente conquistado por nós.

A brutal retirada de direitos da classe trabalhadora vem acompanhada da política de privatização dos serviços públicos implementada pelos Governos Lula e Serra. José Serra está liquidando São Paulo ao preparar a venda de 18 empresas estatais. Em detrimento da ampliação das políticas sociais, estes Governos priorizam o mercado financeiro e o pagamento religioso da dívida.

Violência contra a mulher - Tolerância Nenhuma!

A cada 15 segundos uma mulher é espancada no Brasil, segundo pesquisas. Somos violentadas diariamente, seja através de agressões físicas, verbais ou psicológicas. Somos vítimas de estupro, abuso sexual, intolerância, humilhação e morte. São manifestações comuns que acontecem principalmente dentro de nossas casas, sejamos pobres ou ricas. Em 70% dos casos, são atos cometidos por pessoas muito próximas - companheiros, pais, filhos e irmãos.

Apesar da conquista da Lei Maria da Penha como instrumento de combate à violência e proteção às vítimas, o corte de verbas feito por Lula e a recusa de Serra em assinar o pacto nacional de combate à violência representam uma violação aos direitos conquistados por nós mulheres. Sem recursos financeiros, esta lei de nada servirá. A situação real é que na maior parte do País as mulheres vítimas de violência encontram-se completamente desamparadas e sem assistência do Estado. Muitos lugares sequer possuem Delegacias da Mulher e, quando possuem, não contam com profissionais preparadas/os.

Às vezes não percebemos, mas também somos violentadas cotidianamente pela mídia. A violência simbólica, que age nos imaginários, impõe padrões estéticos e sexuais aos nossos corpos e nos priva de liberdade e autonomia. A sociedade exige que tenhamos o mesmo corpo das modelos e atrizes que aparecem nas propagandas e novelas. Somos transformadas em mercadorias e rapidamente consumidas nos comerciais publicitários, como um objeto qualquer. É por isso que



lutamos por autonomia. Queremos vivenciar nossa sexualidade de forma plena, em toda sua diversidade, livre de constrangimentos, violência e opressão!

Chega de hipocrisia! Legalizar o aborto já!

É justamente por defendermos a autonomia sobre nossos corpos que exigimos a legalização imediata do aborto. Cabe à mulher decidir pela maternidade, sem imposições religiosas, da sociedade e do Estado. No Brasil, a realidade da questão do aborto expressa também um grave problema de saúde pública: estima-se que 1,2 milhão de interrupções voluntárias da gravidez seja provocada por ano. O aborto inseguro gera danos graves à saúde da mulher e já representa a 3ª causa de morte materna. Enquanto as mulheres ricas realizam abortos em clínicas particulares, pagando caro para ter todo conforto e segurança, a realidade das mulheres pobres é bem diferente. São elas a maior parte das vítimas das complicações do aborto, já que o realizam sem condições de higiene, sem assistência e orientação.

Diferentemente do que defende a Campanha da Fraternidade de 2008, que traz como tema "Fraternidade e Defesa da Vida" (uma campanha massiva contra a legalização do aborto), para nós, defender a vida significa defender o direito à saúde, à educação, à moradia, ao emprego e à justa distribuição da renda. Significa defender o amplo acesso das mulheres à informação e aos métodos contraceptivos e o uso de preservativos que evitam milhares de doenças em todo o mundo. Defender a vida significa também defender o direito à maternidade: assistência ao pré-natal, parto e pós-parto pública e de qualidade e garantia de todos os direitos sociais que nos são negados! Queremos vida digna para todas e todos e é por isso que lutamos."

Sr. Presidente, gostaria ainda de solicitar a transcrição nos Anais da Casa de editorial do jornal O Estado do S. Paulo intitulado "O veto de Bush à lei antitortura", em que, por ironia, o próprio periódico, um dos mais conservadores do Brasil, diz que ninguém mais vai limpar os Estados Unidos de Bush, porque ele vetou uma lei que proíbe 21 tipos de tortura praticadas pela CIA nos Estados Unidos, depois de ter passado pelo Congresso a lei que proibia a tortura. Bush



quer terminar o mandato censurando todos os e-mails, cartas e telefones nos Estados Unidos.

EDITORIAL A QUE SE REFERE O ORADOR



Documento 81/91

035.2.53.0 Sessão Ordinária - CD 11/03/2008-15:12

Publ.: DCD - 12/03/2008 - 8300 RATINHO JUNIOR-PSC -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Homenagem póstuma ao humorista Pedro de Lara.

O SR. RATINHO JUNIOR (Bloco/PSC-PR. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, é uma grande oportunidade de homenagear e exaltar as conquistas femininas, mas também de reconhecer que ainda há muito a se resolver até que as diferenças entre gêneros sejam apenas poeira cinzenta de um passado digno de esquecimento.

Os dias atuais nos fazem acreditar que a igualdade é possível, mas é indispensável rememorar o processo histórico para entender quão árduas serão as batalhas até a vitória definitiva.

Ao longo da história, a mulher tem superado barreiras a expensas de muitas lágrimas, sangue, sacrifícios e, inclusive, da própria vida. O sentimento de superioridade masculina, arraigado e nocivo, tem influenciado até mesmo os maiores pensadores da humanidade. Este pensamento atribuído ao filósofo grego Sócrates - "deve-se temer mais o amor de uma mulher do que o ódio de um



homem" - é apenas uma pequena amostra do que imperou por muitos séculos e que persiste em muitos segmentos e sociedades de todo o mundo.

Então, com esse padrão de comportamento, relega-se a mulher a um plano inferior, em que até o amor é questionado e considerado perigoso. A ela não cabe sequer aspirar às realizações profissionais, aos sonhos, a algo mais que cuidar da família. Por isso ainda existem adolescentes sofrendo os mais terríveis abusos em prisões, violência doméstica, discriminação e desigualdade.

O poder feminino, entretanto, tem, aos poucos, assentado lugar e ampliado espaços. A intensidade dos embates e a desigualdade de forças não esmorecem o espírito guerreiro e a fé inabalável da mulher. Isso, talvez, possa explicar alguns acontecimentos extraordinários que se transformaram em marcos históricos das conquistas femininas: em 1788, o político e filósofo francês Condorcet reivindica direitos de participação política, emprego e educação para as mulheres; Lucrecia Mott, em 1840, luta pela igualdade de direitos para mulheres e negros dos Estados Unidos; no século XIX, eclodem os primeiros movimentos de participação feminina em eleições e universidades na Europa, Estados Unidos e Japão.

O Brasil também teve suas heroínas, entre elas Anita Garibaldi, uma mulher à frente de seu tempo, destemida comandante durante a Revolução Farroupilha, na primeira metade do século XIX.

Outra personagem maiúscula do Império foi princesa Isabel, conhecida como a Redentora. A regente do Império mudou o curso de nossa história ao sancionar a Lei Áurea, documento que colocou um fim à escravidão no Brasil.

Apenas em 1932, foi assegurado o direito ao voto feminino em nosso País, porém, antes mesmo dessa conquista, uma brasileira alcançou um feito espetacular: em 1928, Alzira Soriano, aos 32 anos, foi eleita Prefeita do Município de Lajes, no Rio Grande do Norte, com 60% dos votos. Foi a primeira mulher eleita no Brasil e a primeira Prefeita eleita da América do Sul.

A seguir, Carlota Pereira Queiroz tornou-se, em 1933, a primeira brasileira a ser eleita para o Parlamento, como Deputada Federal de São Paulo.

Esses fatos figuram entre os mais relevantes na mudança de consciência coletiva, na quebra de paradigmas, com alto impacto na estrutura de um único gênero



dominante. Ainda considerando os aspectos históricos, não posso deixar de mencionar os prováveis acontecimentos que deram origem do Dia Internacional da Mulher. O mais conhecido episódio, e mais controverso, teria ocorrido em 8 de março de 1857. Conta-se que cerca de 130 operárias de uma fábrica de tecidos situada na cidade de Nova Iorque foram trancadas dentro da fábrica e incendiadas, covardemente, sem qualquer chance de defesa.

Outra mobilização associada à data foi a greve das operárias de 1911, também em Nova Iorque, quando cerca de 15 mil mulheres saíram às ruas por melhores condições de trabalho e direito ao voto, com o lema pão e rosas. Nessa manifestação, mais de 140 pessoas morreram.

Também ligada ao Dia Internacional da Mulher está a greve das tecelãs e costureiras russas por pão e paz, ocorrida em 1917.

Se não há unanimidade entre pesquisadores e historiadores para relacionar a data à sua origem, a verdade é que, desde 1975, o dia 8 de março foi oficializado pela Organização das Nações Unidas como Dia Internacional da Mulher. Não resta dúvida de que um gigantesco impulso foi acrescentado a partir daí às questões femininas.

Sras. Deputadas e demais colegas, um caminho longo e sofrido ainda nos espera, e temos o dever de lutar com o máximo vigor para implementar políticas públicas que ampliem a participação da mulher na vida brasileira e que as livre dos mais diversos tipos de grilhões, de preconceitos - políticos, de gênero -, de violências diversas, como a doméstica e até a de grupos de guerrilheiros, como o das FARC. A sociedade moderna não pode prescindir de relações igualitárias e da oferta de serviços públicos que dêem retaguarda às suas atividades, como creches, escolas e serviços médicos de qualidade, suportes fundamentais para a cidadania plena da mulher.

Falhas na sustentação social interferem na equidade, pois as oportunidades não são as mesmas quando fatores específicos são desconsiderados.

Vale lembrar que esta Casa, por exemplo, tem apenas 46 Deputadas, menos de 10% do total de Parlamentares, e nenhuma representante na Mesa Diretora, mesmo com uma proporção bem superior de candidatas e eleitoras.



Senhoras e senhores, já está na hora de quebrarmos esse paradigma! E podemos começar a dar o exemplo!

Não quero tratar apenas de adversidades, pois há também motivos para comemorar e homenagens a fazer. A Lei Maria da Penha, que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, tem mudado o perfil da realidade de lares brasileiros.

No mercado de trabalho e nas universidades, a presença feminina é cada vez maior. Em âmbito mundial, e no Brasil, mais e mais mulheres se sobressaem na política, nas ciências, nas artes e em todos os segmentos. A cada dia, a atuação da mulher é mais intensa, ousada e decisiva.

Lembro às senhoras e senhores que Peggy Whitson, a primeira mulher a chegar ao comando da Estação Espacial Internacional (ISS) deu, em 2007, as boas-vindas à comandante do ônibus espacial Discovery, Pamela Melroy, e aos 6 astronautas que a acompanhavam na nave.

Hoje, várias nações estão sob o comando de mulheres: no Chile, Michelle Bachelet; na Argentina, Cristina Kirchner; na Alemanha, Angela Merkel, entre outras. Na Ásia, já houve Primeiras-Ministras no Paquistão, na Índia e em Bangladesh. E há também Presidentas no Sri Lanka e nas Filipinas.

Aliás, reproduzo um diálogo ocorrido: "Mamãe, a senhora acredita que aqui, algum dia, um homem poderá ser presidente?", pergunta à mãe uma criança que, em toda a sua vida, somente viu mulheres como chefes de Estado em seu país. Sabem onde ocorreu esse diálogo? Na Irlanda.

Aqui, no Brasil, Dilma Rousseff, Marina Silva, por exemplo, são executivas do mais alto padrão. No Legislativo, tenho acompanhado com especial admiração os trabalhos de Alice Portugal, Ana Arraes, Angela Amin, Luiza Erundina, Ideli Salvatti, Manuela d'Ávila, Maria do Rosário, Patrícia Saboya, Rita Camata e Roseana Sarney. No Judiciário, as Ministras Ellen Gracie e Carmen Lúcia são símbolos de justiça e equilíbrio nas decisões mais importantes da República.

Peço desculpas a tantas outras mulheres de destaque que poderiam ser mencionadas neste momento, mas estendo as minhas congratulações a todas



elas, às heroínas famosas e às anônimas, às humildes, às trabalhadoras, às estudantes e às mães, em particular.

São mulheres guerreiras que conquistaram espaço, respeito, admiração e se destacaram em suas áreas e revelaram para todos nós a doçura e a dureza de ser mulher.

Peço licença para citar a minha própria mãe, a guerreira Solange, e a minha mulher, Luciana, que acaba de pôr no mundo mais uma guerreirinha, um anjo chamado Yasmim.

Senhoras e senhores, cito uma frase de Margaret Thatcher, grande estadista britânica, ao fazer a analogia da complexidade das atividades da mulher nos lares, de sua capacidade de educar, administrar e resolver problemas, com as dificuldades encontradas para dirigir um país: "Qualquer mulher que entenda os problemas de cuidar de uma casa está muito perto de entender os de cuidar de um país".

Eu acredito, ainda, no Brasil da igualdade de gêneros. Afinal, crer é fazer do impossível o possível. E, juntos, podemos transformar este País.

Sr. Presidente, passo agora a abordar outro assunto. Há 6 meses partiu Pedro de Lara, grande amigo pessoal e de minha família. A saudade continua intensa e viva, não só nos mais próximos, mas também em todos os que fizeram parte de sua convivência familiar e profissional. O passar do tempo não será capaz de apagar suas façanhas nem de empanar seu brilho. Sua presença continua marcante, ainda mais porque ninguém conseguiu cobrir o vazio que esse sagaz pernambucano de Bom Conselho deixou.

A ele presto, nesta tribuna, minhas homenagens, sem esconder a profunda admiração pelo seu trabalho inteligente e caracterizado por um humor singular e inigualável. São seus alguns pensamentos inesperados e espetaculares como este: "Tem gente que é tão pobre, mas tão pobre, que só tem dinheiro". Pedro de Lara será lembrado também por suas atuações no cinema e por seu múltiplos talentos como escritor, radialista, astrólogo e cantor. Quem não se lembra de seu personagem Salsi Fufu, do programa do Bozo, alegria de milhões de crianças do Brasil inteiro?



Na sua longa carreira, o impagável e rabugento ex-jurado do Programa Silvio Santos escreveu definitivamente seu nome na história da televisão brasileira, pela grandeza, pelo brilho e pela originalidade. É assim que haveremos de tê-lo no coração e na mente: um brasileiro repleto de qualidades e admirado por todos. Pedro de Lara é eterno: 6 meses, 1 ano ou 1 século nada representam diante de sua grandiosidade.

Obrigado.



Documento 82/91

037.2.53.O Sessão Extraordinária - CD 13/03/2008-10:46

Publ.: DCD - 14/03/2008 - 8792 CARLOS ABICALIL-PT -MT

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Apoio às manifestações em defesa da aprovação da proposta de estabelecimento do piso salarial dos trabalhadores em educação. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Congratulações à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE pela edição da revista Matria - A emancipação da mulher.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a minha presença na tribuna tem duplo objetivo. Primeiro, desejo me solidarizar com os trabalhadores em educação pela mobilização nacional de amanhã, dia 14, em favor do piso salarial nacional da categoria, comandada pela CNTE, e que tem, na pauta da Comissão de Finanças e Tributação da Casa, a resolução sobre o projeto de lei que trata do assunto.

Portanto, manifesto minha solidariedade aos trabalhadores em educação e anuncio que o Núcleo de Educação e Cultura da bancada do PT acaba de aprovar uma nota de apoio a essa mobilização.

Segundo, quero parabenizar as mulheres pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher, no último dia 08 de março, quando centenas de milhares de mulheres comemoraram um dia de conquistas, que se estende por 364 dias do ano. O



universo feminino desafia preconceitos e, na guerra, busca a benevolência de um mundo justo.

O Dia Internacional da Mulher perpassa os limites de uma data comemorativa. O 8 de março é um rastro indelével do tempo; é o revigorar-se do incansável labor; é dar sonoridade às vozes anônimas, revelar o intrínseco desejo de lutar, conquistar, ensinar, e revelar os preconceitos que pelos séculos a história testemunhou.

Neste dia especial a todas as mulheres a Confederação Nacional do Trabalhadores em Educação - CNTE elaborou uma edição especial da revista Matria - A emancipação da mulher. Quero parabenizar a CNTE pelo trabalho publicado nesta revista, que traz temas importantes para serem analisados, como a Lei Maria da Penha, por exemplo.

Com apenas 1 ano de sua promulgação, a Lei Maria da Penha já apresenta significativos resultados. Somente neste primeiro ano, mais de 10 mil processos foram instaurados. Em 50% deles, foram aplicadas medidas para impedir que o agressor chegue perto da vítima.

Um levantamento feito pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres junto aos Tribunais de Justiça de todo o País revelou os números de inquéritos e prisões em flagrante ocorridas na Região Centro-Oeste, por exemplo, que resultou em 3.501 processos criminais, enquanto no Sudeste foram 2.994. Quanto às medidas protetivas de urgência, no Centro-Oeste foram registradas 1.723; na Região Sul 1.632; e no Sudeste 1.207. Quanto às prisões em flagrante, foram 256 no Sul, contra 86 na Região Sudeste. Até agora, apenas 15 dos 17 Estados brasileiros criaram juzizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, que têm competência civil e criminal para processar, julgar e executar as causas decorrentes da prática de violência contra a mulher.

A Lei da Paternidade é outro tema abordado pela revista que questiona a efetividade da lei. De acordo com a matéria, a Lei da Paternidade, Lei nº 8.560 - regulamentada em 29 de dezembro de 1992 -, demonstra precariedade e revela uma triste realidade. No Brasil, entre 2000 e 2006, foram lavrados 25.120.252 registros civis de nascimento, conforme dados do IBGE. Desse número, cerca de



25% não tem o reconhecimento paterno, 885 mil crianças sem reconhecimento paterno, entre 6,2 milhões.

O universo das mulheres islâmicas também foi tratado pela edição publicada pela CNTE, que traz uma matéria muito interessante relatada pela jornalista Ana Paula Padrão. Segundo a jornalista, as mulheres islâmicas tiveram direito ao voto, ao divórcio e à herança muito antes do que as ocidentais, mas ainda vivem sob o rigor das leis islâmicas e o respeito à cultura local.

Além destes assuntos, a revista também trata de temas como: violência na escola; combate a homofobia; melhoria de qualidade de vida; situação das mulheres na América Latina; relação entre maternidade e maturidade; Marcha Mundial das Mulheres; a história sublime de vida de Ana Lins do Guimarães Peixoto Bretãs - conhecida como Cora Coralina; o retrato após a aposentadoria de professores; a polêmica discussão do aborto; o assustador crescimento de mulheres contaminadas pelo vírus HIV; a luta pelo Piso Salarial Profissional Nacional - em tramitação nesta Casa; o relato dos quilombolas; a experiência daqueles e daquelas que sobrevivem dos aterros; e, por fim, a luta pelo espaço justo na política.

Parabéns à CNTE e a todas as mulheres, de diferentes cores, origens, etnias, de fé inquebrantável, de amor e esperança, teimando em preparar a vida.

Era o que tinha a dizer.



Documento 83/91

037.2.53.O Sessão Extraordinária - CD 13/03/2008-10:20

Publ.: DCD - 14/03/2008 - 8789 TONHA MAGALHÃES-PR -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Defesa da participação de Deputada na Mesa Diretora da Casa.

A SRA. TONHA MAGALHÃES (PR-BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, quero me reportar ao transcurso do 8 de março, o Dia Internacional da Mulher.

Em nome das valorosas mulheres desta Casa e do Senado Federal, parabenizo todas as mulheres.

Infelizmente, em nosso País, ainda há grande discriminação contra a mulher, a começar pela Câmara dos Deputados, onde, até hoje, nunca houve a participação de uma mulher na composição da Mesa. Assim, apelo para os colegas no sentido de que, na próxima Mesa eleita, haja mulheres.

A mulher sempre age com eficiência e muita responsabilidade. Por este Brasil afora, várias mulheres têm assumido Prefeituras e, como V.Exas. podem ver, a grande maioria delas consegue a reeleição. Até hoje, poucas foram as mulheres afastadas de Prefeituras, o que demonstra que elas realmente trabalham com muita responsabilidade e eficiência.



Neste País, é um grande desafio para a mulher ocupar cargos, sejam eles quais forem, mas quando o faz, dá seu recado e diz a que chegou, numa prova viva desse trabalho e dedicação.

A dificuldade é ainda maior para as mulheres de origem humilde.

Mulheres, não se curvem diante dos obstáculos. Não temam nada nem ninguém.

Simplesmente, elevem seus pensamentos a Deus e enfrentem todos os obstáculos, porque, com certeza, a mulher faz - e faz bem-feito.

Parabéns, mulheres!

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 84/91

037.2.53.O Sessão Extraordinária - CD 13/03/2008-11:16

Publ.: DCD - 14/03/2008 - 8814 LÍDICE DA MATA-PSB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do 171º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Cachoeira, Estado da Bahia. Participação em sessão realizada pela Assembléia Legislativa do Estado por ocasião do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Luta pelo cumprimento da chamada Lei Maria da Penha e pelo aumento da representação política das mulheres brasileiras.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a exemplo de outras importantes cidades brasileiras surgidas nos primórdios do período colonial, Cachoeira, minha cidade natal, experimentou, ao longo da sua existência, períodos de opulência e de estagnação política e econômica. Situada no Recôncavo Baiano, abriga valioso patrimônio artístico-arquitetônico e histórico, razão pela qual, em 1971, foi considerada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN Cidade Monumento Nacional.

Por sua destacada atuação nas guerras da independência do Brasil na Bahia, foi agraciada pelo Imperador D. Pedro I com o título de Cidade Heróica. Convém ressaltar que em 25 de junho de 1822, quase 3 meses antes do 7 de Setembro, os



cachoeiranos enfrentaram e derrotaram uma canhoneira portuguesa que havia atacado a cidade. Sem dúvida, o 25 de Junho foi decisivo para a irreversibilidade do processo de emancipação política do Brasil. Aliás, este ano, pela primeira vez será transferida, simbolicamente, no dia 25 de junho, a Capital do Estado para a Cidade Heróica.

Portanto, Sr. Presidente, na condição de cachoeirana, felicito com enorme satisfação e não menor orgulho as minhas conterrâneas e os meus conterrâneos pelos 171 anos da elevação de Cachoeira à categoria de cidade, a serem comemorados neste dia 13 de março.

Realmente, há muito que se comemorar. Como foi dito acima, Cachoeira, após 2 séculos de opulência, experimentou um lento e doloroso processo de estagnação política e econômica que finalmente está sendo revertido.

Há alguns anos os cachoeiranos vêm acompanhando as importantes obras de restauração e recuperação do seu patrimônio edificado, por intermédio do Programa Monumenta, que já restaurou significativa quantidade de imóveis de relevante valor histórico-arquitetônico.

Outra expressiva conquista foi a instalação de um campus da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Atualmente, outras obras estão iniciadas, entre as quais o anel ferroviário que evitará a passagem de trens pelo centro histórico da cidade.

Todas essas conquistas ocorreram no primeiro e neste segundo Governo do Presidente Lula. Por tudo isso, pode-se afirmar que está em curso, na Cidade Monumento Nacional, um novo processo de revigoramento econômico, social e cultural que certamente resultará numa prosperidade futura à altura do fausto poder outrora por ela ostentado.

Passo a abordar outro assunto, Sr. Presidente.

No último fim de semana pude participar das comemorações do dia 8 de março no meu Estado da Bahia. Na quinta-feira, dia 6, participei, na Assembléia Legislativa, de sessão especial dedicada às mulheres. Gostaria de saudar e agradecer às companheiras Deputadas Virgínia Hagge, Neusa Cadore, Maria Luiza Barradas, Ângela Sousa, Antônia Pedrosa, Maria Luiza Laudano, a velha amiga Fátima



Nunes, e em especial a dedicada e firme Presidente da Comissão Permanente de Direitos da Mulher, Deputada Marizete Pereira, a bonita homenagem que nos prestaram, introduzindo as nossas fotos na galeria das ex-Deputadas Estaduais. Além da minha, foram colocadas as fotos da companheira Deputada Federal Jusmari Oliveira Jusmari e das amigas Sônia Fontes e Eliana Boaventura.

A forte presença das entidades feministas nos deu a garantia de que a luta de tantas companheiras que nos antecederam e nos deixaram saudades, a exemplo de D. Ana Montenegro e de Loreta Valadares, não foi em vão. Assim como a nossa própria luta, a minha e a das companheiras Deputadas Federais Alice Portugal e Jusmari Oliveira, a de Moema Gramacho, Prefeita de Lauro de Freitas e a da ex-Deputada Zelinda Novaes continuam absolutamente vivas naquele espaço legislativo e em nosso Estado.

Mulheres honrosamente nos trouxeram a esta Câmara dos Deputados para representá-las, dobrando de 2 para 4 o número de representantes femininas na bancada baiana, eleitas nas últimas eleições.

Dentre os inúmeros itens da nossa pauta de luta para 2008 destacamos aqui 3, que creio estarão no centro da nossa atuação.

O primeiro foi provocado por um fato que nos surpreendeu e também ao Brasil no final do ano passado. Refiro-me à denúncia de que uma jovem menor de 18 anos de idade ficou presa numa cela com mais de 20 homens por mais de 15 dias, tendo sofrido todos os tipos de agressões, violências e humilhações. Esse fato revelou para o País e para o mundo a situação degradante das encarceradas, das presidiárias brasileiras, e deu visibilidade a um segmento feminino que até então só era visto por restritas entidades de direitos humanos e feministas. A luta pela dignidade de vida para as mulheres presidiárias entra definitivamente na agenda dos grandes temas nacionais, e tenho o convencimento de que ganhará prioridade na implantação de políticas públicas, bem como a atenção do Congresso Nacional.

O segundo destaque da minha atuação, Sr. Presidente, caras companheiras, caros companheiros, será o de divulgar, explicar, fazer possível a implantação na prática da Lei Maria da Penha, vencendo a resistência, inclusive de parte



minoritária do Judiciário, que ainda parece acreditar que se pode fazer justiça tratando igualmente os desiguais.

É preciso reconhecer que a especificidade feminina também exige abordagem adequada, assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente visou adaptar a aplicação da lei às especificidades de nossas crianças e jovens.

A luta pela plena implantação da Lei Maria da Penha ainda engatinha no Brasil e sem dúvida será um dos nossos carros-chefes deste ano.

O terceiro eixo principal de atuação do movimento de mulheres terá de ser o esforço pelo crescimento do poder político, para as mulheres conquistarem representação maior de lideranças femininas, de mulheres brasileiras eleitas para as cadeiras das Câmaras de Vereadores e Prefeituras em todo o território nacional. Se vitoriosas nesse objetivo, poderemos sair finalmente do nível de sub-representantes políticas em que ainda nos encontramos.

Por fim, precisamos dar grande ênfase a uma agenda de denúncias da situação de discriminação racial que atinge fortemente as mulheres negras brasileiras. Esta Casa muito pode contribuir com a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, a PEC do Emprego Doméstico, entre outros temas.

Certamente nós Deputadas, mulheres brasileiras, teremos pela frente um ano de muita luta e de muita garra. Portanto, com a coragem tipicamente feminina, vamos à luta!



Documento 85/91

037.2.53.O Sessão Extraordinária - CD 13/03/2008-11:16

Publ.: DCD - 14/03/2008 - 8822 JOVAIR ARANTES-PTB -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do 28º aniversário de fundação do jornal Diário da Manhã, do Estado de Goiás. Avanço no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher com a sanção da Lei 11.340, de 2006, conhecida como a Lei Maria da Penha. Homenagem às mulheres brasileiras ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. JOVAIR ARANTES (PTB-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero consignar nos Anais desta Casa minhas felicitações ao jornal Diário da Manhã, de grande renome e tradição no Estado de Goiás, pelos seus 28 anos de fundação, comemorados hoje.

Fundado em 12 de março de 1980, pelo jornalista Batista Custódio, com a missão "de prestar um serviço de comunicação imparcial, independente, sem vinculação a grupos", hoje o jornal Diário da Manhã possui leitores fiéis em todo o País.

Esse sucesso que é o Diário da Manhã é fruto da soma do perfil empreendedor e arrojado de seu fundador, Batista Custódio, com os grandes investimentos em tecnologia. O jornal foi o primeiro, no Estado de Goiás, a sair totalmente colorido e o primeiro do Brasil que pode ser lido, gratuitamente, pela Internet.



É relevante destacar que sua origem vem desde o semanário Cinco de Março, criado em 1959, também pelo jornalista Batista Custódio, jornal que teve circulação por aproximadamente 21 anos, com a mesma missão que hoje abarca as entranhas do Diário da Manhã: verdade e imparcialidade - vertentes que contribuem para a formação de opinião sobre quaisquer dos temas em pauta no cenário político, econômico e social do Brasil.

Ocupar esta tribuna para homenagear o Diário da Manhã é para mim motivo de muito orgulho, pois, além de ser um exemplo de comunicação dinâmica, atualizada e inovadora, o jornal também é um veículo de defesa permanente das liberdades de expressão e pensamento.

Parabéns ao jornal Diário da Manhã pelos seus 28 anos de fundação, ao seu idealizador Batista Custódio e a toda sua equipe que tem dedicado esforços para continuar a prestar um jornalismo com credibilidade e isenção.

Passo a abordar outro assunto, Sr. Presidente. Neste mês de março, no qual é dedicado o dia 8 ao Dia Internacional da Mulher, quero referir-me ao significado desta data tão especial, em reconhecimento aos direitos das mulheres, que a cada dia empreendem uma luta para afirmação de sua voz e emancipação, em um mundo que foi, e muitas vezes ainda é, marcadamente masculino.

Temos de reconhecer que empreender um trabalho contra os preconceitos não é tarefa fácil. Portanto, o fato de a mulher estar conquistando seu espaço em áreas antes ocupadas apenas pelo sexo masculino, não é apenas a conquista de novo espaço, e sim o desvencilhamento da barreira do preconceito.

Outro ponto relevante a ser debatido neste mês do Dia Internacional da Mulher é a campanha contra a violência doméstica e familiar, que ganhou forças após a edição da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha. O texto dessa legislação contém dispositivos de grande relevância para coibir a violência e também proporciona oportunidades para a mulher afastar o agressor, dando-lhe segurança para denunciar as agressões que vão contra os princípios da vida, liberdade e dignidade humana.

É importante destacar que a violência contra a mulher não se restringe àquela sofrida pelas marcas físicas. Infelizmente, há as que deixam profundas marcas na



alma. Trata-se da violência psicológica entendida, nos termos da Lei Maria da Penha, "como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação".

Esse tipo de violência, silenciosa, também causa danos profundos e de difícil reparação, e por este motivo deve ser eliminada juntamente com outros tipos de violência como a patrimonial, compreendida "como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades".

Coibir a violência doméstica é papel de todos nós, em especial do Poder Público, que tem a competência de desenvolver políticas visando à manutenção dos direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas, para lhes assegurar um ambiente saudável e sem violência.

Nesse sentido, parablenizo todas as mulheres que, frente ao Poder Público, empreendem uma luta diária para a melhoria da qualidade de vida da mulher e para eliminar qualquer tipo de violência da vida familiar das mulheres do nosso País.

Felicito todas as Deputadas e Senadoras brasileiras que, no Congresso Nacional, trabalham na defesa dos interesses de seus Municípios e Estados.

Felicito ainda as nobres Prefeitas, Primeiras-Damas e Vereadoras de meu Estado de Goiás que, com o coração e a razão, desenvolvem um grande trabalho em seus municípios.

Em reconhecimento ao singular papel desempenhado pela mulher brasileira em nossa sociedade, venho prestar minha humilde homenagem a todas as mulheres de nosso País, fazendo votos pelo êxito pleno em todas as suas conquistas.

Muito obrigado.



Documento 86/91

038.2.53.O Sessão Ordinária - CD 13/03/2008-15:57

Publ.: DCD - 14/03/2008 - 8922 FERNANDO COELHO FILHO-PSB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Comemoração dos 471º e 473º aniversários de fundação, respectivamente, dos Municípios do Recife e de Olinda, Estado de Pernambuco.

O SR. FERNANDO COELHO FILHO (Bloco/PSB-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o meu pronunciamento de hoje objetiva prestar homenagens por 3 datas muito significativas: o Dia Internacional da Mulher, transcorrido no último sábado, 8 de março, e os aniversários das cidades do Recife e de Olinda, nesta quarta-feira, 12 de março. O Dia da Mulher continua a ser comemorado com muito entusiasmo e sentimento de plena justiça, em diferentes fóruns da cidadania em todo o País. São comemorações que saúdam os avanços legais no caminho do desejado tratamento igualitário a homens e mulheres, simbolizando conquistas efetivas de toda a sociedade brasileira, mas também como motivação a uma ampla reflexão sobre os desafios a serem ainda enfrentados para a completa conscientização de todos, em torno desse tema tão palpitante.



O Congresso Nacional, ao expressar, na sessão conjunta das 2 Casas realizada na tarde de ontem, as mais diversas facetas da importância da mulher na vida familiar, social, político-administrativa, empresarial, como fonte de equilíbrio, de sensibilidade, de determinação e força, sintetizou com absoluta clareza esse processo de contínuo crescimento da participação feminina nos mais variados setores da vida nacional. Mas também tivemos a unânime manifestação do Plenário de que é preciso fazer muito mais, conforme muito bem advertiram as representantes da aguerrida bancada feminina nesta Casa, sob a coordenação da ilustre Deputada Sandra Rosado, do PSB do Rio Grande do Norte.

De fato, há muito ainda a ser feito, Sr. Presidente; por exemplo, para que as mulheres passem a receber salários compatíveis com a remuneração paga aos homens, no desempenho de atividades idênticas em determinados setores do mercado de trabalho, nos quais ainda se verificam fortes injustiças. Indicadores comprovam que, na média, as mulheres apresentam grau de escolaridade e de capacitação profissional superior ao dos homens, mas acabam percebendo salários inferiores, caracterizando-se nítida, incompreensível e odiosa discriminação. E são ainda freqüentes os casos de violência contra a mulher, nas ruas e em seu próprio lar, praticada quase sempre por quem deveria ajudá-la a se sentir protegida e segura.

Não é por acaso, Sr. Presidente, que uma das principais reivindicações das mulheres, mas igualmente de todos os homens de bem deste País, refere-se à necessidade de se garantirem condições ao fiel cumprimento da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 2006), considerada de fundamental importância no combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres. Devemos ter, todos nós, a consciência de exigir a devida aplicação da Lei Maria da Penha, cujo nome remete à triste história de uma nordestina que se tornou símbolo da luta contra a violência e pelos direitos da mulher, ao sobreviver a agressões durante 6 anos e a 2 tentativas de homicídio praticadas por seu ex-marido, uma das quais de maneira mais violenta e brutal, a ponto de deixá-la paraplégica.

Embora a punição do marido de Maria da Penha só tenha ocorrido quase 20 anos após as graves agressões, a aplicação da Justiça diante daquela tragédia pessoal



tornou-se ponto de referência para que se inaugurasse um novo período a ser marcado pelo implacável combate legal à impunidade tão comum nesse tipo de violência em nosso País.

As minhas homenagens, portanto, às mulheres pernambucanas, em especial, e a todas brasileiras. Às mulheres que se desdobram na dupla jornada do trabalho profissional e das atividades da casa, no cuidado e na atenção aos filhos; às mulheres do campo e da lavoura, que trabalham de sol a sol e que, ainda assim, também não se descuidam do atendimento às lides domésticas. Às mulheres que lutam para ampliar a participação na vida política, institucional e empresarial; às mulheres que não medem esforços para defender os direitos de outras mulheres. Enfim, a todas as mulheres que, independentemente da atividade, do trabalho ou da profissão, sempre acrescentam à vida mais beleza, sentimento, bondade, amor, dedicação, fatores essenciais à felicidade e razão maior da existência da espécie humana.

Espero que o anúncio do segundo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, feito pelo Governo do Presidente Lula por ocasião do dia 8 de março, na pessoa da Ministra Nilcéia Freire, realmente produza ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida das mulheres, seja na consolidação da Lei Maria da Penha, seja na garantia de seus direitos, no combate à exploração sexual e ao tráfico de mulheres, bem como na promoção dos direitos humanos daquelas que se encontram encarceradas.

O outro propósito do meu pronunciamento nesta tarde, Sr. Presidente, é homenagear as encantadoras cidades irmãs do Recife e Olinda e todos os seus habitantes, por ocasião da data oficial desse duplo aniversário. Recife completa 471 anos, enquanto Olinda celebra 472 anos de existência, de acordo com o mais antigo documento histórico escrito por Duarte Coelho, donatário da Capitania de Pernambuco, em 1537, e enviado ao Rei de Portugal, Dom João III.

Não obstante o passar do tempo e os traços da modernização, Olinda e Recife conservam características arquitetônicas próximas e semelhantes, mantendo-se como patrimônio histórico e cultural, além de belezas naturais que a elas conferem posição de destaque entre as cidades brasileiras de maior atração turística. E,



acima de tudo, preservam um dos elementos de forte identificação para ambas, qual seja, o espírito alegre e hospitaleiro do seu povo, de otimismo e de convivência fraterna, mesmo enfrentando todas as dificuldades decorrentes do acelerado processo de urbanização e da situação de injustiça social predominante em todas as grandes cidades brasileiras.

Que o excelente momento da economia brasileira e a instituição de políticas públicas de cunho social produzam realmente mais resultados práticos e objetivos, em termos de melhoria na qualidade de vida das populações que vivem nas grandes áreas urbanas, hoje absolutamente carentes de infra-estrutura e de serviços essenciais adequados e eficientes.

É, sem dúvida, o melhor presente que podemos desejar para Recife e Olinda, as cidades em festa neste dia 12 de março.

Muito obrigado.



Documento 87/91

037.2.53.O Sessão Extraordinária - CD 13/03/2008-11:16

Publ.: DCD - 14/03/2008 - 8813 ROSE DE FREITAS-PMDB -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco/PMDB-ES. Pronuncia o seguinte discurso.) -
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sábado próximo passado foi comemorado
o Dia Internacional da Mulher e não podemos deixar de nos reportar ao episódio
marcante desta data.

Como deve ser do conhecimento da maioria das pessoas aqui presentes, no dia 8
de março de 1857, operárias de uma fábrica de tecidos, situada na cidade norte-
americana de Nova Iorque, fizeram uma grande greve. Ocuparam a fábrica e
começaram a reivindicar melhores condições de trabalho. Pleitearam redução na
carga diária, uma vez que naquela época as fábricas exigiam 16 horas por dia de
trabalho. Pleitearam equiparação de salários com os homens, porque naquela
época as mulheres chegavam a receber até um terço do salário de um homem,
para executar o mesmo serviço. Pleitearam, principalmente, tratamento digno.

Tal manifestação foi reprimida com total violência. É muito triste lembrar que as
mulheres foram brutalmente trancadas dentro da fábrica e, em seguida,



incendiadas. Sim, Senhoras e Senhores, aproximadamente, 130 tecelãs morreram totalmente carbonizadas num ato extremamente desumano.

Em razão desse fato, em 1910, durante uma conferência na Dinamarca, ficou decidido que o dia 8 de março passaria a ser o Dia Internacional da Mulher, em homenagem àquelas mártires tão corajosas. Entretanto, somente mais tarde, no ano de 1975, por meio de um decreto, a data foi oficializada pela Organização das Nações Unidas.

Na verdade, ao ser criada esta data, não se pretendia apenas comemorar um feito. Pretendia-se, sim, a realização de conferências, de debates e de muitas reuniões com o objetivo de discutir o papel da mulher na sociedade atual, conforme, aliás, tem sido feito. Trata-se de esforço para tentar diminuir e, quem sabe um dia, terminar com o preconceito e a desvalorização da mulher.

Por ora, apesar de todos os avanços, elas ainda sofrem, em muitos locais, com os salários baixos, com a violência masculina, com a jornada excessiva de trabalho e com as desvantagens na carreira profissional.

Hoje, felizmente, a situação está mudando. Na atualidade, as mulheres são protagonistas da vida, tendo papel importantíssimo nas transformações socioeconômicas vivenciadas ao longo das últimas décadas. Além de valorosas, as mulheres são educadoras, são empreendedoras, são executivas, são gerentes e, são, enfim, eficientes trabalhadoras.

Em razão disso, vale ressaltar que no Brasil, segundo as estatísticas, as mulheres já representam 30% dos chefes de família - apesar de representarem 40% da população ocupada e de receberem 30% a menos ao executarem tarefas semelhantes -, situação que para nós mulheres, apesar de tudo, é motivo de grande orgulho.

Por tudo isso e por todos os fatos aqui apresentados, presto minha sincera homenagem a todas as mulheres brasileiras, em especial às mulheres capixabas, desejando a todas muito sucesso na suas jornadas, para que engrandecem cada vez mais a nacionalidade brasileira.

Muito obrigada.



Documento 88/91

037.2.53.O Sessão Extraordinária - CD 13/03/2008-11:16

Publ.: DCD - 14/03/2008 - 8808 FÁBIO SOUTO-DEM -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Urgente adoção, pelo Governo Federal, de medidas para a efetiva promoção da igualdade de gênero no País.

O SR. FÁBIO SOUTO (DEM-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, minha vinda à tribuna desta Casa tem hoje duplo propósito. Em primeiro lugar, venho parabenizar as mulheres pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março. Quero também cobrar do Governo Federal ações efetivas e urgentes no sentido de promover a igualdade de gênero, pondo fim às injustiças seculares que vitimam as mulheres brasileiras.

Durante estes dias, muitos foram os pronunciamentos que, nesta tribuna, lembraram a história do Dia Internacional da Mulher. Todos os anos, nessa época, somos sacudidos pelo caráter vexatório das inúmeras injustiças praticadas ao longo de séculos e, em paralelo, deparamos com a história de luta obstinada das mulheres, em diversas partes do mundo, para que se altere a realidade de opressão em que vivem. Essa luta tem surtido efeito.



Muito já se alterou, Sr. Presidente. Entretanto, o muito ainda é pouco, diante do gigantismo da desigualdade de gênero que permeia as sociedades, em especial a brasileira.

Comemorar essa data é, seguramente, reconhecer a luta de todas as mulheres, heroínas quase sempre anônimas que ousaram e ousam indignar-se diante das injustiças, transformando a indignação em protesto e ação, forma única de modificar uma realidade de opressão e de desigualdade como essa. É também ter clareza de que promover a igualdade de gênero no Brasil passa necessariamente pelo conhecimento da nossa história, da formação do nosso povo, da cultura patriarcal arraigada ao longo de mais de 5 séculos, para uma efetiva compreensão dos aspectos da nossa cultura que, quase sempre, legitimam a situação de injustiça e de desigualdade de que é vítima a mulher neste País.

Conhecer esses fatores nos faz compreender, por exemplo, a dupla discriminação sofrida pela mulher negra. Faz também com que percebamos quanto mais acentuada se torna essa discriminação se houver, como quase sempre há, associados à cor, fatores como pobreza e falta de escolaridade. Enfim, conhecer ajuda a transformar.

No Brasil, a luta das mulheres pela equalização de seus direitos perante os dos homens só se tornou realmente visível quando teve início o processo de redemocratização do País, em meados dos anos 80.

Antes disso, houve conquistas importantes, mas esporádicas, sendo a maior delas o direito ao voto, com restrições, em 24 de fevereiro de 1932, e, 2 anos depois, o direito ao pleno exercício do sufrágio.

Importante também foi a eleição da médica paulista Carlota Pereira de Queiroz, em 1933, primeira Deputada Federal do País, razão por que lhe foi assegurada a participação nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, em 1934 e 1935.

Depois disso, houve um longo período de silenciamento, e a voz das mulheres brasileiras só foi ouvida com o vigor necessário quando as 26 Deputadas desta Casa fizeram o fortíssimo "lobby do batom", em 1986.



Depois disso, com uma série de direitos inscritos na Constituição Federal, em 1988, as vozes estão mais altas e mais numerosas. É impossível não ouvi-las. Por isso, as conquistas têm-se acentuado e se acelerado.

Hoje, mulheres conquistaram o mercado de trabalho, sustentam lares e estão presentes no Governo do País, seja na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, no governo de Estados, em Ministérios ou em cargos do alto escalão do Judiciário. Tais postos eram antes exercidos somente por homens.

Não há como negar as conquistas das brasileiras na luta em favor da justiça, da igualdade e da cidadania ao longo destas duas décadas. De acordo com o IBGE, o número de mulheres na chefia da família passou de 22,9%, em 1995, para 30,6%, em 2005, um aumento de cerca de 35% em apenas uma década!

A cada dia, a competência das nossas profissionais em todas as áreas ganha maior visibilidade, e isso tende a aumentar ainda mais, pois a maioria dos estudantes que estão nas universidades brasileiras é do sexo feminino.

Mas não nos enganemos, nobres colegas! Se muito já se fez, talvez muito mais reste por fazer quanto à educação, à saúde, ao planejamento familiar, ao emprego, ao salário e à segurança, entre outros direitos.

Falta, sobretudo, uma presença mais vigorosa do Poder Público, no sentido de implementar ações que respondam efetivamente às justas demandas das mulheres.

O esforço do Estado expresso na edição da Lei Maria da Penha, de relevância indiscutível, e na atuação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher está certamente aquém das possibilidades e das necessidades.

Um caminho possível e urgente é o desenvolvimento de ações socioeducativas que possibilitem alteração de padrões culturais, a extirpação desse ranço patriarcal que subjuga e oprime. Outro, a fiscalização do cumprimento das leis, às vezes tão subestimadas. Nesse aspecto, merecem atenção redobrada a Lei Maria da Penha, que combate a violência doméstica, e as leis afetas às relações de trabalho, especialmente descumpridas.



Venho, pois, cobrar essas e outras ações; cobrar amparo do Poder Público, para que a mulher ganhe de fato direitos de inserção social, estudo, trabalho, remuneração, saúde, valorização, segurança, liberdade e poder de decisão também no âmbito familiar, incluindo questões relativas a reprodução e maternidade.

Nesse processo, a Câmara dos Deputados tem feito a sua parte. Por exemplo, acaba de criar o portal Mulheres no Parlamento, onde são encontrados projetos de lei, bibliografias, textos eletrônicos, legislação federal e material multimídia que versam sobre a participação política da mulher, seus direitos, igualdade e cidadania, além de informações sobre a atuação feminina na última Assembléia Nacional Constituinte, tudo com vistas a informar e a disseminar o conhecimento.

Espera-se que o Executivo cumpra a sua parte, ampliando seu escopo de atuação e desenvolvendo projetos que de fato acelerem o processo de garantia à maior equidade nas relações de gênero neste País. O Estado tem o dever de responder com agilidade às demandas sociais, e as mulheres estão aí, clamando!

Era o que tinha a dizer.



Documento 89/91

043.2.53.O Sessão Extraordinária - CD 18/03/2008-20:40

Publ.: DCD - 19/03/2008 - 9988 CIDA DIOGO-PT -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Apresentação de projeto de lei sobre o registro civil de travestis.

A SRA. CIDA DIOGO (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste mês de março, em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher, apresento projeto de lei que resgata a dignidade da comunidade travesti em nosso País. Ele dá à comunidade travesti o direito de utilizar seu nome social e, assim, não ser pejorativamente discriminada ou perseguida em muitas situações.

O projeto de lei estabelece que qualquer cidadão com orientação de gênero travesti, masculino ou feminino - a grande maioria dessa comunidade é composta de travesti feminino -, poderá requerer à autoridade pública expedidora o registro, no respectivo documento pessoal de identificação de nascimento ou em qualquer outro documento oficial, ao lado do nome e do prenome, de um nome social público e notório, que identifique a sua condição de gênero.

Em nosso País, os integrantes dessa comunidade travesti, por não terem o direito de assumir o seu nome social, seguindo a sua orientação sexual, muitas vezes, em um posto de saúde, em uma escola, em uma unidade onde estão sendo



publicamente referenciados, são chamados pelo nome masculino, mas gostariam de ser chamados pelo nome feminino.

Na minha concepção, o projeto busca dar a essa comunidade o direito de ser reconhecida na sociedade. A travesti, ao assumir com coragem a sua orientação sexual, tem de ser respeitada.

Por isso, ficamos muito felizes, neste mês em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher, de apresentar projeto de lei que busca resgatar a dignidade da comunidade travesti do nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



Documento 90/91

049.2.53.O Sessão Ordinária - CD 26/03/2008-15:06

Publ.: DCD - 27/03/2008 - 11090 ULDURICO PINTO-PMN -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Vinculação entre a necessidade de combate à violência contra as mulheres e a importância de aplicação, pelo Poder Judiciário, da Lei nº 11.340, de 2006, a chamada Lei Maria da Penha.

O SR. ULDURICO PINTO (Bloco/PMN-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao trazer a minha palavra de homenagem às mulheres brasileiras, no ensejo das comemorações do seu Dia Internacional, no início deste mês, neste plenário, afirmei, em meu pronunciamento, que "a violência de gênero ainda é um problema gravíssimo no mundo inteiro" e que, "segundo a Sociedade Mundial de Vitimologia (...), o Brasil é o país que mais sofre com a violência doméstica".

Disse, ainda, "que nós, legisladores, estávamos cumprindo a nossa missão de coibir esse drama, ao produzir textos legais importantes, como a Lei nº 11.340, de 2006 - conhecida como Lei Maria da Penha -, sancionada no dia 7 de agosto de 2006 pelo Presidente Lula."

Na ocasião do meu pronunciamento, face à exigüidade de tempo, não tive a oportunidade de abordar com mais detalhes esse assunto tão relevante para a



Nação brasileira. Afinal de contas, não é mais tolerável que, em pleno século XXI, a mulher continue sendo tratada sem o devido respeito à sua dignidade, principalmente no âmbito das relações familiares.

Portanto, no presente mês - que é o mês da mulher (março) - é pertinente retornar à tribuna para falar com mais vagar sobre a Lei Maria da Penha, importante marco no enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil.

A razão de ser da criação de lei específica se deve à longa opressão sofrida pela mulher durante milênios. Há muito as mulheres são desrespeitadas e desvalorizadas simplesmente por serem mulheres. A história nos conta que no processo de constituição dos homens como grupo dominante no exercício do poder, as mulheres foram excluídas, tiveram sua liberdade de realização restringida em razão de seu corpo, sendo-lhes reservadas apenas tarefas domésticas e subalternas.

Hoje, a face mais cruel desse desequilíbrio de poder existente entre os sexos se encontra na violência doméstica perpetrada em nome da pretensa superioridade machista. No Brasil, segundo dados da Fundação Perseu Abramo, uma em cada cinco mulheres já sofreu algum tipo de violência física, sexual ou outro abuso praticado por um homem. Além disso, segundo dados do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, a violência doméstica atinge entre 25 e 50% das mulheres da América Latina.

Senhoras e Senhores, no caminho da reparação das injustiças históricas, foram editados diplomas normativos que passaram a respeitar as diferenças entre os sexos de forma positiva, com a consideração de seus valores intrínsecos e direitos fundamentais decorrentes, bem como reconhecendo meios de proteção específicos às mulheres.

Entre outros, destaca-se a Resolução nº 34/180, de 1979, da ONU, instituindo a Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. No plano regional, foi editada, em 1994, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.

Por sua vez, a nossa Constituição de 1988, em seu art. 226, § 8º, passou a obrigar o Estado brasileiro a criar mecanismos para coibir a violência no âmbito



das relações familiares. E, finalmente, em 2006, o Brasil vê surgir no ordenamento jurídico pátrio sua mais importante forma de adesão à sociedade internacional sobre os compromissos firmados por tratados e convenções ao combate à violência doméstica, a conhecida, notória e importante Lei Maria da Penha.

Esse nome foi dado em homenagem a Maria da Penha Fernandes, que, em 1983, sofreu uma tentativa de homicídio que a deixou irreparavelmente paraplégica. O crime tinha autor conhecido, o marido, e a materialidade comprovada. No entanto, o caso demorou mais de 15 anos para ser definitivamente julgado e acabou sendo denunciado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos como uma manifesta violação dos direitos humanos e de tolerância do Estado brasileiro com a violência cometida contra as mulheres. A Comissão considerou o Brasil responsável por violação da Declaração Americana de Direitos Humanos e da Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, ambas assinadas e ratificadas pelo Brasil.

Fruto da necessidade de saldar os compromissos do Estado brasileiro com as mulheres e com a comunidade internacional; fruto da necessidade de por fim à impunidade dos crimes cometidos contra as mulheres no âmbito doméstico e familiar; e graças à mobilização dos movimentos de mulheres e ao amplo debate social que contou com esta Casa e expressivos operadores do Direito de todo o País, enfim, nasceu, em 2006, a Lei nº 11.340 - uma lei derivada de um longo e rico processo democrático.

No entanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, temos a notícia de que alguns integrantes do Poder Judiciário estão desafiando a nova legislação e propugnando seu descumprimento, alegando a sua inconstitucionalidade por uma suposta violação do direito fundamental à igualdade entre homens e mulheres.

Sr. Presidente, é importante lembrarmos que, até 7 de agosto de 2006, o Brasil não dispunha de legislação específica a respeito da violência contra a mulher, contrariando compromissos internacionais e a própria Constituição Federal de 1988.

Isso permite afirmar que inconstitucional e omissa era a situação antes da Lei Maria da Penha, que trouxe inovações extraordinárias, tais como a mudança de



paradigma no enfrentamento da violência contra a mulher; a incorporação da perspectiva de gênero para tratar da desigualdade; a incorporação da ótica preventiva, integrada e multidisciplinar; o fortalecimento da ótica repressiva; e, ainda, a consolidação de um conceito ampliado de família e visibilidade ao direito à livre orientação sexual.

Portanto, lamentamos a interpretação dada por alguns pela inconstitucionalidade, visto o caráter justo e constitucional da lei, que inova ao lançar mão do princípio compensatório para fazer face à desigualdade estrutural de poder entre homens e mulheres e à vulnerabilidade social das mulheres.

Definitivamente, a adoção da Lei Maria da Penha rompeu com o silêncio que acoberta 70% dos homicídios de mulheres no Brasil, e que, segundo a ONU, compromete 10,5% do PIB brasileiro. É por tudo isso que se justifica o respeito à Lei nº 11.340, de 2006, que merece toda a atenção e esforço da sociedade e do Estado, principalmente da comunidade jurídica, para a sua efetivação e aperfeiçoamento.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



Documento 91/91

049.2.53.O Sessão Ordinária - CD 26/03/2008-15:12

Publ.: DCD - 27/03/2008 - 11099 TAKAYAMA-PSC -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Apresentação de projeto de lei sobre a prevenção e a tipificação de atos de violência contra a mulher. Trecho do relatório da CPI da Violência contra a Mulher.

O SR. TAKAYAMA (Bloco/PSC-PR. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em homenagem à data internacional da mulher, que comemoramos no mês de março, estou apresentando um projeto de lei que visa prevenir e tipificar a violência contra a mulher, através dos serviços de saúde, complementando, por lei ordinária, a Lei Maria da Penha, verdadeiro "Estatuto da Mulher Brasileira".

As mulheres já venceram muitos obstáculos na luta por seus direitos e no enfrentamento ao preconceito, para chegar à modernidade, porém, ainda hoje, precisa da solidariedade dos filhos, dos pais, da família, dos líderes e dos legisladores. Ela ainda ganha menos que o homem, exercendo a mesma função. Se no Brasil o número de mulheres é maior que o número de homens, por que sua representatividade no Congresso Nacional não segue essa proporcionalidade?



A verdade, Sr. Presidente, é que a maioria dos homens tem dificuldade para partilhar o poder e a liderança com as mulheres, porque acham que, ao fazê-lo, serão enfraquecidos, tolhidos e impedidos de continuar a realizar seus projetos e sonhos. Isso acontece tanto no ambiente familiar quanto no social.

Precisamos educar nossas crianças para que cresçam sabendo que homem e mulher são diferentes, mas um não é melhor nem pior do que o outro, eles são apenas diferentes. Devemos ensinar a elas que diferenças enriquecem, engrandecem, complementam, para que elas não cresçam num ambiente de competição, subserviência ou até mesmo de "guerra entre os sexos". Que aprendam desde cedo a debelar os preconceitos, a cercear fatores discriminatórios!

Se o exercício da cidadania se dá no cotidiano, lutar pelo fim da violência contra a mulher requer esforço diário. Pois a justiça com equidade social só será alcançada se toda a sociedade se comprometer a erradicar a violência como prática natural e promover a democracia não apenas no espaço público, mas também nas relações privadas. Nem sempre a violência deixa marcas físicas; por vezes são sinais ocultos que se manifestam em outras formas de dores e sofrimentos.

Quero aqui resgatar um trecho da conclusão dos trabalhos da CPI da Violência contra a Mulher, de 1992:

A violência contra a mulher é um fenômeno social enraizado na sociedade brasileira por sua própria natureza patriarcal. Modificar essa situação, longe de ser um caso de polícia, depende de medidas que promovam modificação cultural profunda. Para que isso ocorra é certo que precisam ser revisadas as estruturas de poder e reordenada a educação das crianças, para que as formas opressivas que assumem os papéis sociais "mulher" e "homem" não se perpetuem. São medidas que não se concretizam a curto prazo.

Exatamente por isso é sobremodo importante o papel desta CPI e de todas as entidades que militem pela defesa da mulher. A violência de gênero, foi observado, não se limita à violência física, nem aos ilícitos penais. É preciso ensinar as próprias mulheres que muitas vezes estão sendo vítimas sem saber, porque aceitam a violência como fato normal em suas vidas. Os homens também



devem ser conscientizados de que não é possível continuar considerando a mulher como coisa, objeto passível de exercício de direito da propriedade. A violência contra a mulher tem que parar de ser encarada "como crime menor". É fato que, diante da escolha entre se dedicar à perseguição de um ladrão ou de um marido violento, no mais das vezes o policial opta por reprimir a atividade do ladrão, já que se considera a violência no lar "menos importante".

Devemos acabar com o mito de que mulher que apanha é pobre. A opressão não se incomoda com classes econômicas. Se faz notar, porém, que é certo que a mulher de classe desfavorecida economicamente demora mais para denunciar a violência. Isto se dá porque a mulher de classe mais favorecida é também mais informada de seus direitos, de esclarecimentos e informação.

De todo o exposto há que se ressaltar que a Delegacia da Mulher tem se mostrado experiência largamente positiva, devendo ser estimulada sua proliferação pelo País. Do mesmo modo, em atividade paralela, devem ser criadas mais casas-abrigo.

Essa é minha homenagem sincera a todas as mulheres neste mês de março.

Muito obrigado.